

Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais

diálogos com o Serviço Social



Claudia Mazzei Nogueira
Renata Gonçalves
Sônia Nozabielli
(orgs.)



Claudia Mazzei Nogueira, Renata Gonçalves e Sônia Nozabielli
(organizadoras)

Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais

diálogos com o Serviço Social

© Claudia Mazzei Nogueira, Renata Gonçalves e Sônia Nozabielli (organizadoras) 2021.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Projeto Gráfico e Diagramação
Rosivan Diagramação & Artes Gráficas

Capa: Renata Gonçalves
Arte sobre Graffiti “Quebre as Correntes que te Prendem”,
de Ana Clara Marques e Patrick Monteiro
Grupo de Intervenção Feminista Maças Podres

Esta publicação recebeu o financiamento do Programa de Apoio à Pós-Graduação da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Apoio:



Catálogo da Publicação na Fonte.

Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social [recurso eletrônico] / Cláudia Mazzei Nogueira, Renata Gonçalves e Sônia Nozabielli (organizadoras). – São Paulo: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

1 PDF.

ISBN 978-65-993583-3-3 (versão digital)

1. Serviço social. 2. Políticas sociais. 3. Trabalho. 4. Movimentos. I. Nogueira, Cláudia Mazzei. II. Gonçalves, Renata. III. Nozabielli, Sônia.

CDU 36)
T758

Sumário

Prefácio	7
Apresentação. Para a chegada da primavera!	15

Parte 1

TRABALHO, GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL

1. Estudos do <i>care</i> em tempos de pandemia do novo Coronavírus: Entrevista com Helena Hirata <i>Renata Gonçalves; Claudia Mazzei Nogueira; Sônia Regina Nozabielli e Maria Lygia Quartim de Moraes</i>	25
2. Trabalho e Serviço Social: contribuições para o debate <i>Claudia Mazzei Nogueira; Ricardo Lara e Maria Izabel da Silva</i>	43
3. O trabalho e sua intensificação no contexto da pandemia do novo coronavírus, Covid-19 <i>Edvânia Angela de Souza; Ana Cristina Oliveira de Oliveira e Maria Liduina de Oliveira e Silva</i>	61
4. Renovação crítica do Serviço Social no Brasil: legado, tendências e desafios contemporâneos <i>Maria Rosângela Batistoni e José Fernando Siqueira da Silva</i>	81
5. Pressupostos ontológicos do Ser Social: subsídios para análise crítica ao conservadorismo <i>Luciana Maria Cavalcante Melo e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso</i>	99
6. Formação em Serviço Social: a experiência do Programa de Educação para o Trabalho e a importância da Formação Permanente <i>Terezinha de Fátima Rodrigues; Maria Lúcia Garcia Mira e Heloíse Helena Pereira Nunes</i>	117

Parte 2

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

7. O aborto na agenda política brasileira: um debate a partir dos movimentos feministas 134
Maria Lygia Quartim de Moraes e Danielle Tega
8. O direito à cidade: ocupação, resistência e esperança 152
Nayara Albino Gonçalves; Rosilda Mendes e Francisco de Assis Comaru
9. A construção do conhecimento a partir das experiências cotidianas de (re)existência dos sujeitos frente à violência estrutural na sociedade brasileira 170
Raiane Patrícia Severino Assumpção; Nathália Franco Macedo e Valéria Aparecida de Oliveira Silva
10. Participação social de crianças, adolescentes e jovens: espaços de lutas e resistências 185
Francisca Rodrigues de Oliveira Pini; Joana Duarte das Flores e Pedro Egidio Nakasone

Parte 3

POLÍTICAS SOCIAIS E DESIGUALDADES

11. Proteção Social no capitalismo, filantropia e a desidratação das políticas sociais no contexto da pandemia Covid-19 205
Sônia Regina Nozabielli; Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz e Jorge Pinheiro de Jesus
12. Pandemia global e o “novo” pacto da brancura heteropatriarcal e capitalista 223
Jules Falquet, Mirla Cisne e Renata Gonçalves
13. Violência estrutural contra pobres pretos e pretas e as forças conservadoras que a sustentam 242
Luzia Fátima Baierl; Graziela Acquaviva e Ana Paula Hachich de Souza

14. La seguridad alimentaria de las familias en situación de vulnerabilidad ante la incertidumbre del post-coronavirus: desafíos y respuestas de las políticas sociales. Casos de España, Reino Unido, Perú, Chile y Brasil 260
Ana Rojas Acosta; Antonia Picornell-Lucas e Wendy Coxshall
15. Da institucionalidade da política à atuação dos conselheiros no nível de rua: uma análise da política de proteção à infância e adolescência no Brasil (1988 - 2018) 280
Kathleen Angulo e Daniel Vazquez
16. Contracapa 299
Maria Carmelita Yazbek
17. Orelhas 300
Vera Maria Ribeiro Nogueira

*À Milca Pascoal,
Secretária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp-BS,
por sua competência e dedicação para que esta coletânea se concretizasse.
Nossos sinceros agradecimentos.*

Prefácio

*Até que os leões tenham seus próprios historiadores,
a história da caça sempre glorificará o caçador*
(provérbio africano)

Escutamos essa frase pela primeira vez em um vídeo com o depoimento do Comandante Pedro Pires (um dos líderes do movimento de libertação da Guiné Bissau e Cabo Verde) para um projeto de história oral da Fundação Getúlio Vargas¹. Pedro Pires diz: “estou a tentar a ver se o leão arranja o seu historiador...” E indaga: “quem conta a história da divisão da África?”

Com essa metáfora, queremos apresentar essa importante obra que tece entre suas linhas os fios da história do leão contada por seu próprio historiador. O livro *Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social*, organizado por Claudia Mazzei Nogueira; Renata Gonçalves e Sônia Nozabielli, traz uma temática atual e relevante para as Ciências Sociais em geral, e para o Serviço Social, em particular. Tal contribuição pode ser sintetizada em 3 dimensões: apreensão de uma realidade que vem se alterando radicalmente e, desta apreensão, surgem novas pautas interventoras, acompanhando o movimento e demandas da classe trabalhadora. Uma segunda contribuição no campo das políticas sociais, tanto qualificando com evidências o desmonte dos direitos sociais como as perspectivas de luta.

A obra está estruturada em 14 capítulos e uma entrevista de forma a cobrir o eixo temático proposto. Sua atualidade nos coloca diante de questões candentes: a proteção social no capitalismo (ou sua desproteção) e como os direitos sociais são destituídos a cada dia. Um exemplo disso pode ser dado pelas cenas recentes na cidade de Manaus: o fim do fornecimento de oxigênio para pacientes dependentes desse produto no contexto hospitalar.

¹ Vídeo disponível em <https://youtu.be/VQg2fM7hwRs>.

O livro nos convoca à reflexão sobre temas caros: direito reprodutivo e os desafios postos à luta feminista no Brasil, a questão urbana, as metamorfoses do mundo do trabalho e o controle democrático. Alerta para os espaços de luta que se sobressaíram como urgentes, como a questão racial em tempos de pandemia, a luta em defesa de crianças e adolescentes; e o livro desnuda a realidade do esgotamento das “[...] possibilidades civilizatórias que Marx identificou no capitalismo do século XIX e, ainda, que este exaurimento deve-se ao fato de que o estágio atual da produção capitalista é necessariamente destrutivo”².

Os novos processos produtivos têm implicado uma extraordinária economia de trabalho vivo. O chamado “mercado de trabalho” vem sendo radicalmente reestruturado – e todas as “inovações” levam à precarização das condições de vida da massa dos vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade”³. A taxa de desemprego calculado para o trimestre, de agosto a outubro de 2020, foi de 14,3% e 24,7% da população brasileira vive com menos de US\$ 5,5 e 6,4% vive com menos de US\$ 1,9, ou seja em extrema pobreza.

Uma situação paradigmática da ampliação do desemprego pode ser aquilatada a partir da trajetória dos postos de trabalhos no setor bancário: se em 1986 a categoria representava um milhão de trabalhadores, em 1996 foi reduzida para 497 mil e o sindicato dos bancários denuncia que entre “janeiro de 2013 e dezembro de 2019 houve redução de 70 mil postos de trabalho, no país. Em doze meses (do 1º trimestre de 2019 ao 1º trimestre de 2020) já foram fechados 11,5 mil postos de trabalho nos cinco principais bancos do país”⁴.

² NETTO, J.P. Uma face contemporânea da barbárie. *Novos Rumos*, Marília, v. 50, n. 1, 2013. Disponível: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>

³ Op. cit.

⁴ Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo. *Categoria luta pela manutenção do emprego e direitos*. 2020. Disponível em: <<https://spbancarios.com.br/07/2020/release-minuta-entregue-aos-bancos-categoria-luta-pela-manutencao-do-emprego-e-direitos>> Acesso em: 12 Jan. 2021.

Segundo Nakatani⁵: “Nesse momento, estamos em uma crise extremamente grave [...] que está colocando a humanidade em uma encruzilhada. Uma encruzilhada que decorre de [...] uma crise civilizatória na forma de organização capitalista das sociedades [...] que se manifesta em vários domínios (em particular, econômico, social, político e ambiental). No domínio econômico, a crise não é uma crise da pandemia [...] (ela) só trouxe à tona uma série de questões que já estavam colocadas dentro das sociedades capitalistas, desde a crise estrutural que tem início em 2007-2008. Essa crise expressa também um estágio do desenvolvimento do capital em que não temos mais alternativas de um retorno de crescimento [...] com uma tendência de estagnação prolongada [por] mais uma década [...] Estamos num momento do desenvolvimento do capital onde um grupo muito pequeno de grandes corporações internacionais comanda entre 70-80% de toda a produção. Um grupo muito pequeno de capitalistas [que chamamos de elite da classe dominante] é proprietário da maior parte da riqueza acumulada [...]; informe da OXFAM diz que 73 milionários da América Latina e Caribe, nesse momento da pandemia, tiveram um aumento de suas fortunas em 48 bilhões de dólares [42 são brasileiros, que tiveram aumento de suas riquezas em 34 bilhões de dólares] [...]”⁶.

As grandes conquistas científicas dos últimos tempos não sinalizam para alterações neste quadro de impacto diferenciado entre a elite capitalista e a classe trabalhadora ou que vive do trabalho, conforme assinala Ricardo Antunes. Temos a adoção da indústria 4.0, da internet das coisas e o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial. Carros e aviões autônomos são protótipos em desenvolvimento que impactaram e impactarão nossas vidas. Em tempos de aulas remotas, a invasão da internet sobre a vida dos/as trabalhadores/

⁵ NAKATANI, P.; Mello, G.M.C. Cripto moedas: do fetichismo do ouro ao hayekgold. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 47, 2018.

⁶ Vídeo disponível em <https://youtu.be/ABuWnYD3AQE>

as rompe com os antigos debates dos limites entre a casa e a rua. A rua invade a casa e impõe demandas de trabalho que nos chegam por WhatsApp, e-mail etc. Reside, nesses âmbitos, novos tipos de exploração do trabalho e de exclusão de parcelas da população sem acesso e fruição das novas tecnologias.

Acresce-se a esse cenário, o contexto da pandemia pela Covid-19. Desde março de 2020, contamos os inumeráveis mortos pela Covid-19 no Brasil. Essas mais de 207 mil mortes registradas no início de janeiro de 2021, representam uma população próxima ao do município de Araraquara – um município de grande porte no estado de São Paulo. Ou seja, vivemos hoje um excesso de mortalidade, termo cunhado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) – que significa a diferença entre os óbitos esperados no ano e os óbitos ocorridos. Na 41ª. Semana Epidemiológica (entre 4 e 10 de outubro de 2020), a diferença entre os óbitos esperados (média de 22.134) e os observados (29.287) foi de 7.153 vidas.

Uma análise das condições de vida que antecedem “[...] a pandemia revelou que ocorreram regressões em quase todos os indicadores sociais, que mostram à rápida redução de renda e de poder de compra para a população em idade ativa, inativa e para os mais vulneráveis”⁷. A pandemia aprofundou as desigualdades existentes no país e seu impacto perdurará mesmo após a imunização da população. Mas também “[...] não apenas expõe as desigualdades, como reatualiza e reifica as demarcações coloniais de base racial”. Mas essa questão é sub-representada nas publicações científicas⁸. Esses autores

⁷ CASTRO, J.A. Bem-estar social brasileiro pré-Covid-19: graves debilidades propícias a tragédias. In: CASTRO, D.; DAL SENNO, D.; POCHMAN, M. (orgs.). *Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente*. São Paulo: 2020, p. 56. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2020/05/LIVRO.CapitalismoxCovid19.pdf>> Acesso em: 11 Jan. 2021.

⁸ PILECCO, F. B et al. Addressing racial inequalities in a pandemic: data limitations and a call for critical analyses. *The Lancet*, v, 8, 2020.

encontraram em julho na base PubMed apenas 3 artigos que debatem as desigualdades étnico-raciais e Covid-19 no Brasil. E, até julho de 2020, menos de 0,01% dos 30.599 artigos científicos publicados sobre Covid-19 discutiram essa relação.

Como destacado no livro que ora apresento, existe uma ameaça mundial de um vírus que nos levou a uma situação de amplo confinamento, sem considerar que este expressa uma profunda desigualdade social, racial e de gênero em diferentes formações sociais.

A emergência da pandemia estava anunciada: “surto, epidemias e pandemias a partir de novos vírus não são eventos inesperados, pelo contrário, são eventos esperados por muitos cientistas”⁹. A Covid-19 traz um debate técnico e ético: que tipo de desenvolvimento socioeconômico o mundo quer para si? A resposta óbvia – queremos viver e viver bem – implica pensarmos em uma outra sociabilidade na qual o ser humano (não o capital) seja o centro organizador do modelo de desenvolvimento. Vemos isso com números: em Cuba não se registrou morte alguma de profissional de saúde por Covid-19

O atual estágio do modo de produção capitalista, caracterizado pela presença do capital no plano mundial e pela dominância cada vez maior do capital a juros, particularmente na sua forma fictícia, explicita “o caráter desmedido do capital, que se exprime no pulular de crises econômicas que caracteriza o capitalismo contemporâneo”¹⁰. Esse atual estágio não tem mais nada a oferecer à humanidade, nem mesmo emprego e renda¹¹. Diante desse cenário, sabemos como e por que chegamos a esse quadro. Mas é preciso reconhecermos o presente e pensarmos o futuro. Nesse futuro, analistas projetam que nesse

⁹ LEITE, K. C.. A (in)esperada Pandemia e suas implicações para o mundo do Trabalho. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 32, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100408&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Jan. 2021

¹⁰ Nakatani, Melo, op. cit, p. 12.

¹¹ MARQUES, R. M.; BERWIG, S. E. As políticas sociais no pós-pandemia: há algo de novo no front? *Argumentum*, v. 13, n. 1, 2021 [no prelo].

contexto do capitalismo contemporâneo, viveremos mais situações pandêmicas iguais ou piores do que a que vivemos hoje sob a emergência da Covid-19. Mas, entre o que pensamos sobre o tempo presente e o que vemos noticiado nas mídias sociais em tempos de proliferação de *fake news*, é que em períodos de crises há uma disputa sobre a realidade.

E, nessa conjuntura, vemos em particular o crescimento da violência e, em especial a violência de gênero. Assim, outro debate fundamental que atravessa essa coletânea é a questão do direito reprodutivo. Com o lema “Meu corpo, minhas regras”, as mulheres brasileiras têm realizado uma luta há anos pelo direito de acesso ao serviço público de saúde para a realização do aborto seguro¹². O Código Penal criminaliza o aborto (excetuando quando a gravidez é oriunda de estupro, quando há risco de morte para a gestante ou em caso de gravidez de feto anencéfalo). Cabe lembrar, como indicado no livro, que a aprovação da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 54 (ADPF 54) no Supremo Tribunal Federal (STF) em 2012, é fruto de uma luta que resultou na declaração de inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a interrupção da gravidez de feto anencéfalo seria tipificada no Código Penal¹³.

Esse debate, que se adensou nos anos posteriores, trouxe à luz a questão do direito à vida e de descriminalização do aborto, que foi descaradamente negada no texto da ADPF 54. Ao contrário, houve um esforço textual em evidenciar que a decisão restringia seu alcance aos casos de gravidez de anencéfalos, estando excluída do pleito qualquer consideração sobre o direito das mulheres de, por livre escolha, interromper gestações¹⁴.

¹² LOPES, S. D. N.; OLIVEIRA, M. H. B. de. Meu corpo, minhas regras: mulheres na luta pelo acesso ao serviço público de saúde para a realização do aborto seguro. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial 4, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042019000800020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Jan. 2021.

¹³ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* 124.306 Relator para o Acórdão: Luís Roberto Barroso, 29 nov 2016 [internet]. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticianoticiastf/anexo/hc124306lrb.pdf>>. Acesso em 21 Fev. 2019

¹⁴ LOPES; OLIVEIRA, op. cit.

Mas, apesar de permanecer como crime, o aborto não deixa de ser realizado em todos os grupos sociais e raciais, níveis de escolaridade e religiões, consistindo em um dos maiores problemas de saúde pública do País: o aborto é a quarta causa de morte entre as causas de mortalidade materna no Brasil¹⁵. A ilegalidade do aborto provocado não inibe sua prática, trazendo consequências negativas para a saúde da mulher, e principalmente para a saúde das mulheres pobres, que não têm acesso a estratégias de aborto seguro. Há que se destacar ainda que dados disponíveis no Sistema Único de Saúde quanto à mortalidade materna por aborto são imprecisos em decorrência de seu status jurídico – ilegal – e sua prática realizada na clandestinidade¹⁶.

Enfim, os mortos pela Covid-19 no Brasil têm classe, raça e gênero: pobres, homens e mulheres, negras. “O outro lado da equação pode ser visto, por exemplo, no aumento da demanda por iates de luxo. Nestes, os ricos podem evitar centros de infecção e continuar a administrar seus negócios e acumular ainda mais riqueza. Nesses contrastes, e na pressão implacável sobre muitos trabalhadores para arriscar suas vidas diariamente, vemos o que a filósofa marxista argentina Natalia Romé chama de “a normalização da barbárie”, que penetra os próprios poros da sociedade”¹⁷. Até quando contaremos nossos mortos por causas evitáveis?

Socialismo ou barbárie? Alex Callinicos chama a atenção para o fato de que Rosa Luxemburgo foi espancada até a morte por uma milícia proto-fascista em janeiro de 1919. Passa, portanto, da hora da humanidade optar por uma outra sociedade.

¹⁵ MENANDRO, L.M. et al. Maternal mortality in Brazil: persistent social inequalities, 2021. [no prelo].

¹⁶ Op. cit.

¹⁷ CALLINICOS, A. Capitalism and Catastrophe. *Socialism Review*, Londres, n. 464, 2021. Disponível em: <<http://socialistreview.org.uk/464/capitalism-and-catastrophe?fbclid=I-wAR1cLLbBamcrQc7BLEq95IFagdvLRuDj3XjRi9442Zdk2MnN7ikVeGldv2g>>. Acesso em: 11 Jan. 2021

Assim, o livro *Trabalho, Movimentos e Políticas Sociais: diálogos com o Serviço Social* assume uma clara e necessária posição no debate de temas tão caros ao Serviço Social. O livro expressa o compromisso político e acadêmico de inserção nas lutas sociais por transformação da realidade brasileira. Uma leitura necessária e imprescindível.

Boa leitura a todos!

Maria Lúcia T. Garcia

Vitória, janeiro de 2021.

Apresentação

Para a chegada da primavera!

Claudia Mazzei Nogueira
Renata Gonçalves
Sônia Nozabielli
(Orgs.)

Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social é o título do primeiro livro produzido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS) da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista. Trata-se de um esforço coletivo com vistas a reunir um conjunto de textos que articula os resultados de investigações teóricas, metodológicas e empíricas realizadas por 38 docentes/discentes/pesquisadores/as do PPGSSPS, da graduação em Serviço Social da Unifesp e de outras instituições acadêmicas nacionais e internacionais.

A organização e finalização (e muito provavelmente a publicação e circulação) desta coletânea ocorrem em um contexto muito atípico no Brasil e no Mundo: o de espraiamento da pandemia de Covid-19. O vírus inicialmente detectado em Wuhan, na China, logo se espalhou para países da Europa, chegando ao Brasil por meio das classes mais abastadas e assíduas frequentadoras dos chiques salões das cidades europeias, que já no mês de fevereiro de 2020 viviam o pico da pandemia, com centenas de mortes.

O tratamento *vip-gourmet* assegurado a quem chega da Europa e pode pagar planos de saúde pomposos salvou o paciente zero no mais famoso e caro hospital de São Paulo. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, uma empregada doméstica negra, que não havia saído do país, veio a óbito. Ela foi contagiada pelos patrões, moradores do Alto Leblon que, como o paciente paulistano, retornavam da Itália (à época, o epicentro

da pandemia). O contágio da trabalhadora doméstica diz muito sobre as relações sociais no Brasil, fortemente marcadas por uma estrutura de classes ancoradas na violência patriarcal e no racismo¹.

Desde então, a contaminação se proliferou para as periferias das grandes cidades numa velocidade assustadora. Ao lado disso, crescia no país a difusão do negacionismo, puxado pelo Presidente da República, que duvidou da Ciência, das medidas de proteção, dos números e das dores. O resultado foi o crescimento descontrolado do contágio, seguido por uma explosão de mortes: em 18 de janeiro de 2021, mais de 210 mil vidas já haviam sido ceifadas no Brasil.

O confinamento, como política pública, forçou parcela significativa dos/as trabalhadores/as a transformarem suas casas em *home-office*, como foi o caso dos/as docentes, dentre outras categorias, da Unifesp e de outras universidades públicas. Isso implicou em atividades *on-line* (reuniões, aulas, orientações, palestras, debates etc.), o que acentuou a precarização da nossa força de trabalho, ocasionando, em grande medida, uma sobrecarga física e psicológica para toda a comunidade acadêmica envolvida nesse processo. Apesar desta triste realidade, houve um esforço muito grande de nosso coletivo para o desenvolvimento de pesquisas de fôlego, cujos resultados (parciais ou integrais) são apresentados nesta coetânea.

Ainda estamos sob o impacto da pandemia de coronavírus. Neste momento, as mortes diárias ultrapassam novamente a barreira dos mais de mil óbitos no Brasil. Ao norte do país, a crise sanitária alcançou níveis inimagináveis com a escassez de leitos nos hospitais e, pior, com a falta de cilindros de oxigênio, o que demonstra a ausência de coordenação e planejamento no controle do contágio. Desesperador. Todavia, nesta terceira semana de janeiro de 2021, finalmente, começou a campanha de vacinação. É cedo para festejar, sobretudo

¹ GONÇALVES, R.; FAUSTINO, D. Racismo e violência patriarcal em tempos de pandemia na cidade do capital. In: PAZ, R.; DINIZ, T. (Orgs.). *Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p. 135.

diante das tomadas de decisões desencontradas do governo federal brasileiro. Mas nunca é tarde para o exercício do verbo esperarçar!

Esta esperança marca o primeiro livro produzido pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais. O Programa, que iniciou suas atividades no final do ano de 2015², tem origem na graduação em Serviço Social e preza pela manutenção deste vínculo e pela colaboração entre docentes³, demonstradas nas autorias desta coletânea.

Não obstante, o Programa foi criado em uma conjuntura adversa, com profundos retrocessos e ataques à política educacional brasileira, marcada pela ofensiva do pensamento conservador e pela racionalidade neoliberal que dispararam cortes e contingenciamentos de recursos das universidades e atingem por inteiro as atividades do Estado⁴. Em meio à turbulência de retrocessos, o Programa resiste e insiste em desenvolver atividades sintonizadas aos seus propósitos de criação: formar mestres e pesquisadores nas áreas de Serviço Social e Políticas Sociais; capacitar docentes para atuar na educação superior em Serviço Social e áreas afins; proporcionar a qualificação profissional no âmbito da educação permanente; potencializar a formação em recursos humanos para planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação de políticas, planos, programas e projetos sociais; promover o desenvolvimento de pesquisas e interesses científico, tecnológico e social⁵.

Seu corpo docente é composto por 19 professores/as (sendo 15 permanentes, 3 colaboradores/as e 1 convidada por período de 2

² Em 17 de dezembro de 2015, foi liberado pela CAPES, o resultado da Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCN), com a aprovação do PPGSSPS. A primeira turma de mestrandos/as teve início em setembro de 2016 e, o Ato legal de reconhecimento do Programa foi expedido pela Portaria nº 256 de 15 de fevereiro de 2017, publicada no DOU de 16 de fevereiro de 2017.

³ SILVA, M. L. O.; NOZABIELLI, S. R.; RODRIGUES, T. F. Inserção social como função política da universidade: resistências e perspectivas. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 139, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282020000300427&script=sci_arttext

⁴ Op. Cit.

⁵ Para maiores informações, consulte: <https://ppg.servicosocial.unifesp.br/pt/institucional/apresentacao>

anos), que pesquisam diferentes temas relacionados às linhas de pesquisas do Programa: 1) Serviço Social e relações sociais; 2) Capitalismo, desigualdades sociais e opressões. Um amplo leque de disciplinas é ofertado a seus/suas mestrandos/as, além de colocar à disposição destes/as os/as mais dedicados/as pesquisadores/as e docentes capazes de orientar as dissertações acadêmicas. Atualmente, 37 discentes estão matriculados/as e mais 20 estudantes aprovados/as compõem a nova turma de 2021 ou a quinta turma do Programa. Em relação às dissertações de mestrado, 36 já foram defendidas e o Programa recebeu dois projetos de pós-doutoramentos no período de 2018 a 2020.

O PPGSSPS é o primeiro de pós-graduação *público e gratuito* na região da Baixada Santista e o segundo, com as mesmas características, no Estado de São Paulo. Sua principal vinculação é com a grande área das Ciências Sociais Aplicadas, especificamente a área de Serviço Social existente na CAPES. Uma de suas preocupações teóricas estruturantes é o trabalho profissional, mediado pelas políticas sociais, viabilizadora de direitos sociais e humanos nos âmbitos da produção e reprodução das relações sociais presentes na sociedade capitalista, de onde resultam as diversas expressões da questão social. A partir desta relação nuclear, o PPGSSPS contempla densa problematização sobre sociedade capitalista, Estado, mundialização do capital, trabalho, classes sociais, movimentos sociais, raça, gênero etc., no interior de suas linhas de pesquisa.

Dessas considerações decorre a motivação para organizar esta coletânea, que se ancora em dois objetivos principais: reunir as reflexões do corpo docente e discente e de suas interações com outros/as/es pesquisadores, decorrentes de pesquisas relacionadas a núcleos de estudos, circunscritas às temáticas trabalho, movimentos e políticas sociais na contemporaneidade em diálogos com o Serviço Social; adensar as reflexões destes eixos temáticos atreladas à formação e ao exercício profissional, na particularidade desses tempos duros de crise do capital, agravados pelos impactos da pandemia de Covid-19.

Caminhos teórico-metodológicos distintos foram adotados pelos/as autores/as dos textos que compõem esta coletânea, *et pour cause*, adensam o debate sobre questões candentes abordadas no livro, sem abandonar o rigor acadêmico e prezando pela fecunda aliança entre graduação e Pós-Graduação e com as demais instituições. Formado por 14 capítulos e uma entrevista, o livro está organizado em três partes: Trabalho, Gênero e Serviço Social; Movimentos Sociais e Debates Contemporâneos; Políticas Sociais e Desigualdades.

Na primeira parte, seis capítulos aportam relevantes contribuições para os estudos sobre Trabalho, Gênero e Serviço Social. A entrevista com Helena Hirata, uma das maiores estudiosas da Sociologia do Trabalho, abre a coletânea com uma abordagem central dos estudos do *care* em tempos de pandemia do novo Coronavírus. Hirata considera o cuidado como trabalho indissociável da materialidade da vida e, em sua análise, traz elementos da realidade do Brasil, da França e do Japão.

O capítulo escrito por Claudia Mazzei Nogueira, Ricardo Lara e Maria Izabel da Silva analisa a centralidade da categoria trabalho para o Serviço Social e busca “mostrar como o espaço do trabalho assalariado está intimamente vinculado ao espaço da reprodução, interagindo com as relações de gênero que conformam a divisão sociosexual do trabalho”.

As reflexões de Edvânia Ângela de Souza, Ana Cristina Oliveira de Oliveira e Maria Liduina de Oliveira e Silva, compõem o segundo capítulo e tratam do trabalho e sua intensificação no contexto da pandemia do novo coronavírus, Covid-19, acirrando a superexploração no capitalismo dependente e submetendo a classe trabalhadora a condições de trabalho cada vez mais instáveis e precarizadas, em plena era de reprodução ampliada do capital.

O capítulo de Maria Rosângela Batistoni e José Fernando Siqueira da Silva discute a renovação crítica do Serviço Social no Brasil,

reflete acerca dos dilemas e desafios postos ao Serviço Social em meio aos impactos mundiais da pandemia do coronavírus, explicita a exigência de aprofundamento e atualização dos fundamentos do Serviço Social e objetiva “apreender impasses para o trabalho profissional e para a formação universitária e as possibilidades reais de enfrentamento, com a exigência de articular *história, razão teórica e compromissos éticos e políticos com as forças vivas que portam as possibilidades emancipatórias*”.

Luciana Maria Cavalcante Melo e Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso, no capítulo cinco, abordam os pressupostos ontológicos do Ser Social e defendem a retomada da radicalidade da tradição marxista para o enfrentamento teórico e político do conservadorismo na atualidade. Afirmam que “a luta classista, feminista e antirracista precisa ser uma só, na busca de desatar os nós que geram opressões e explorações”.

Para encerrar esta primeira parte, o capítulo escrito por Terezinha de Fátima Rodrigues, Maria Lúcia Garcia Mira e Heloíse Helena Pereira Nunes traz a análise da formação em Serviço Social, da experiência do Programa de Educação para o Trabalho e da importância da Formação Permanente. O texto considera a “educação, em sua relação ontológica com o trabalho” e entende como caminho possível para o “fortalecimento da categoria no enfrentamento do conservadorismo e na solidificação do projeto ético-político, a articulação entre os pressupostos das Diretrizes Curriculares de 1996 e a educação permanente”.

A segunda parte da coletânea reúne quatro capítulos em torno das reflexões críticas sobre Movimentos Sociais e Debates Contemporâneos. Inicia com o capítulo escrito por Maria Lygia Quartim de Moraes e Danielle Tega, em que se discute a inserção do aborto na agenda política-pública brasileira a partir dos movimentos feministas, percorrendo um período que abarca o final dos anos 1970 até os dias atuais. As autoras afirmam que “a luta pelo direito ao aborto

deve integrar uma radicalidade feminista por uma sociedade outra, que busque transformações das estruturas materiais e simbólicas das desigualdades de classe, gênero e raça no Brasil”.

O capítulo seguinte, de Nayara Albino Gonçalves, Rosilda Mendes e Francisco de Assis Comaru, analisa o desenvolvimento das cidades, a espoliação urbana, o direito à cidade e os processos de organização, resistência e luta de moradores da Ocupação Esperança – com protagonismo das mulheres – “daquele chão nasceu a luta e daquela luta nasceu a esperança”.

Raiane Assumpção, Nathália Franco Macedo e Valéria Silva discutem, no capítulo nove, a construção do conhecimento a partir das experiências cotidianas de (re)existência dos sujeitos frente à violência estrutural e dos agentes de Estado na sociedade brasileira. As autoras abordam a “produção do conhecimento com e em diálogo com o movimento social – em especial o saber popular decorrente das lutas sociais”, do Movimento Independente Mães de Maio e, reiteram a “potencialidade de referenciais teórico-metodológicos que oportunizam a perspectiva “dos jamais ouvidos” disputarem a narrativa e a interpretação das realidades nas quais a vida é vivida”.

Fechando a segunda parte temática, o capítulo escrito por Francisca Rodrigues de Oliveira Pini, Joana das Flores Duarte e Pedro Egidio Nakasone aborda a participação social na construção da cultura política e dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens em espaços de lutas e resistências, a doutrina da proteção integral na ampliação do controle social democrático, o Estado de Direito com seu tanto de Estado Penal e os limites da democracia liberal.

A terceira parte desta coletânea aglutina cinco capítulos, que têm como eixo central a questão das Políticas Sociais e das Desigualdades. Abrindo as reflexões, o capítulo onze, traz as reflexões de Sônia Regina Nozabielli, Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz e Jorge Pinheiro de Jesus sobre a proteção Social no capitalismo, a filantropia e a

desidratação das políticas sociais no contexto da pandemia Covid-19, privilegiando na análise alguns eventos políticos e econômicos que tensionaram a proteção social no Brasil a partir de 2016, sob a perspectiva teórico-política da economia política marxista, demarcando empiricamente alguns desses eventos no município de Santos/SP.

Na sequência, Jules Falquet, Mirla Cisne e Renata Gonçalves discutem a pandemia global e o “novo” pacto da brancura heteropatriarcal e capitalista. As autoras avaliam que sob a pandemia de coronavírus, a economia mundial foi paralisada e a ameaça de um vírus nos colocou em situação de exceção, em nome de uma doutrina global de “confinamento” de um terço da humanidade, sem considerar que este mecanismo expressa uma profunda desigualdade social, racial e de gênero em diferentes formações sociais.

Luzia Fátima Baierl, Graziela Acquaviva e Ana Paula Hachich de Souza analisam, no capítulo treze, a violência estrutural gerenciada e administrada pelo Estado contra pobres pretos e pretas, e as forças conservadoras que a sustenta, com destaque para as “políticas públicas e sociais por onde a ideologia se perpetua na forma de educação civilizada”.

A partir dos casos da Espanha, Reino Unido, Perú, Chile e Brasil, no penúltimo capítulo, Ana Rojas Acosta, Antonia Picornell-Lucas e Wendy Coxshall analisam os desafios e as respostas das políticas sociais às famílias frente à crescente insegurança alimentar causada pela pandemia de Covid-19. Ponderam a necessidade da cultura mobilizadora dos movimentos sociais e a importância de respostas dos estados nacionais e locais à urgência de intervenção pública diante da extrema pobreza e da crescente desigualdade social.

Concluindo a terceira parte, no último capítulo da coletânea, Kathleen Ângulo e Daniel Vazquez analisam as resoluções expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), posteriores ao Estatuto da Criança e do Adolescente, que

estabelecem parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos Tutelares, “a fim de compreender a institucionalidade da política, com base nas mudanças normativas que regulam o funcionamento dos conselhos e o papel dos conselheiros tutelares”, como “burocratas de nível de rua”, no âmbito da discussão da política de proteção à infância e adolescência.

Por fim, temos a expectativa de que *Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social* contribua com o debate crítico sobre os eixos temáticos tratados na obra. Diante dos incessantes ataques às universidades públicas, sobretudo aos programas de pós-graduação, esperamos que este trabalho conjunto (inclusive com pesquisadores/as de outras instituições de dentro e de fora do Brasil) possa fortalecer não apenas nossas relações acadêmicas, mas também os laços extramuros universitários (com os movimentos, com outras categorias de trabalhadores/as etc.) para preparar a chegada da primavera. Os dias de abraços voltarão!

Boa leitura!

Verão de 2021,
com esperança de novos tempos pós-pandemia!

Parte 1

**TRABALHO, GÊNERO E
SERVIÇO SOCIAL**

Estudos do *care* em tempos de pandemia do novo coronavírus: entrevista com Helena Hirata¹

Renata Gonçalves²

Claudia Mazzei Nogueira³

Sônia Nozabielli⁴

Maria Lygia Quartim de Moraes⁵

Pergunta⁶: Helena, agradecemos por sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Nós já conhecemos a sua trajetória, como uma das maiores pesquisadoras na área da Sociologia do Trabalho e nos estudos de gênero e, cada vez mais nossa principal referência nos estudos do *care*, mas os/as que vão nos ler talvez não

¹ Doutora em Sociologia. Diretora de pesquisa emérita do CNRS (Centre National de la Recherche Scientifique) no laboratório CRESPPA - equipe GTM (Genre, Travail, Mobilités) associado às Universidades de Paris 8-Saint-Denis e Paris 10-Nanterre. Suas pesquisas se concentram especialmente na área de Sociologia do Trabalho e do Gênero. E-mail: helena.hirata@cnsr.fr

² Doutora em Ciências Sociais. Docente do curso de Serviço Social e do PPGSSPS da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista. Coordenadora, na mesma instituição, do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti e do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares. E-mail: renata.goncalves25@unifesp.br

³ Doutora em Serviço Social. Professora Associada do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS) da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista; coordena, na mesma instituição, o Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero – NETeG. É pesquisadora bolsa produtividade CNPq, com ênfase em gênero, relações e processo de trabalho. E-mail: mazzeinogueira@uol.com.br

⁴ Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social e do PPGSSPS da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista. Pesquisadora, na mesma instituição, do Grupo de Estudos e Pesquisas Metropolitanas em Política Social e Serviço Social. E-mail: snozabielli@unifesp.br

⁵ Livre-docente em Sociologia. Professora visitante do PPGSSPS da Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista; coordenadora do grupo de pesquisa “Teorias e militâncias feministas”, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (Unicamp). E-mail: maria_quartim@uol.com.br

⁶ Entrevista realizada em 12 Jan. 2021, pela Plataforma Google Meet. Transcrição de Márcia Regina Gonçalves dos Santos e Vitória Gonçalves Ferreira, às quais agradecemos pela dedicação e trabalho em tempo recorde.

tenham o mesmo contato com sua produção. Gostaríamos, portanto, de iniciar pedindo para você falar um pouquinho da sua trajetória teórico-política até chegar aos estudos do *care*.

Helena Hirata: Só para dar uma ideia de como eu cheguei ao cuidado, que é a questão do *care*. Comecei a pesquisar sobre trabalho e gênero nos anos 1980, quando fui recrutada pelo Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França como pesquisadora. Mas antes, preciso dizer que cheguei em Paris em 1971, como exilada. Pedi o estatuto de refugiada política para eu poder trabalhar. Consegui o Estatuto de refugiada política na França e aí comecei a trabalhar para poder viver e, ao mesmo tempo, a fazer a minha tese de doutorado, que concluí em 1979. E, em 1980 eu fui admitida no CNRS para fazer uma pesquisa de comparação entre Brasil, França e Japão. Na realidade, desde essa época fiz estudos comparativos entre esses três países e a pesquisa de 1980, no CNRS, era sobre filiais e matrizes de multinacionais francesas e japonesas no Brasil. Então, eu fiz pesquisas nas filiais brasileiras de multinacionais de origem francesa e de origem japonesa e depois fui para a França e para o Japão pesquisar as matrizes destas filiais que eu havia pesquisado no Brasil.

Na época, eu já era feminista, participava do Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris⁷, onde desde 1977 havia muitas brasileiras – em geral, refugiadas políticas. Posso dizer que eu era feminista. Tive uma experiência de quase estupro no metrô de Paris, o que me levou a me conscientizar que se eu fosse homem, não teria passado por essa experiência. Foi muito difícil e fiquei por muito tempo sem poder entrar em lugares fechados, como elevadores, metrô etc. Mas nessa pesquisa, eu não tinha uma perspectiva de gênero consolidada no projeto, que era sobre trabalho, tecnologia e gestão da mão-de-obra, sobre culturas nacionais. E quando comecei a fazer a pesquisa, vi que não era possível entender a situação sem pensar como eram

⁷ Uma importante pesquisa sobre o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris foi desenvolvida por Maira Abreu (2014).

as relações entre homens e mulheres numa perspectiva de gênero. Os próprios empregadores das multinacionais não empregavam um ser assexuado. Eles queriam um homem ou uma mulher. Queriam a mulher porque tinha “destreza” manual, porque eram pacientes etc. e queriam o homem por causa da força física e a afirmação da virilidade. Antes mesmo que os pesquisadores pensassem na questão de gênero, os empregadores já estavam com essa ideia de que era necessário o homem, a mulher, o jovem, o velho. Já tinha toda uma série de especificações sobre que tipo de pessoa eles queriam empregar. Então, essa pesquisa começou sobre trabalho e desembocou na questão do gênero. Depois, eu fiz várias outras pesquisas sobre desemprego, por exemplo, sobre a mundialização, sobre gênero e globalização, sobre epistemologias feministas.

E desde 2009-2010, já faz 10 anos, tenho me preocupado com a questão do cuidado, sobretudo o cuidado com as pessoas idosas. Acho que certamente o fato de que eu mesma estava ficando velhinha influenciou nesse meu interesse pela questão da velhice; e também a minha mãe, que estava idosa e precisando de cuidados e cuidadores, deve ter influenciado. O fato de a minha mãe estar velhíssima e eu estar ficando velhinha, certamente influiu nesse interesse, digamos mais pessoal, pela questão do cuidado. Além do que, é claro, desde 2005 houve uma reflexão de uma parte das pesquisadoras francesas sobre a questão do *care*. Durante muito tempo, as francesas não tinham interesse algum sobre o *care* (cuidado). Então, pode-se dizer, por exemplo, que a Carol Gilligan⁸ foi traduzida no Brasil, praticamente logo depois que saiu o livro dela em 1982 nos Estados Unidos. Foi publicada pela Rosa dos Tempos, editora do Rio de Janeiro que traduziu o livro da Gilligan logo no início dos anos 1980. A Beth Lobo⁹ cita em um de seus artigos esse livro, que por muito tempo

⁸ Filósofa e psicóloga feminista que, desde os anos 1980, se dedica a estudar a ética do cuidado. [Todas as informações de rodapé são das organizadoras, não havendo, portanto, necessidade de fazer esta observação a cada nova nota].

⁹ Elisabeth Souza-Lobo, socióloga e feminista brasileira, se dedicou aos estudos de gênero no interior da Sociologia do Trabalho. Seu livro mais conhecido é *A classe operária tem*

ficou desconhecido na França, porque ninguém se interessava pela perspectiva do *care*, sobretudo as feministas porque achavam que era uma maneira de ocultar a exploração das mulheres no trabalho doméstico, no trabalho doméstico remunerado etc. Carol Gilligan era considerada essencialista porque dizia ser diferente a voz das mulheres, que as mulheres pensam de um jeito, os homens de outro etc. Então, havia uma crítica das feministas francesas sobre o essencialismo da Gilligan.

Tudo isso foi mudando, inclusive a partir de 2005, com pesquisadoras como Pascale Molinier¹⁰, Patricia Paperman¹¹ e Sandra Laugier¹², que são de áreas distintas e seguiram caminhos bem diferentes das pesquisadoras que estudaram o trabalho doméstico nos anos 1970 e 1980 na França. Acho que houve um interesse maior, conceitual e teórico, sobre a questão do *care*. Claro que isso também me influenciou, não foi só o fato de estar ficando velhinha, também houve um interesse teórico sobre esse tema, que apareceu no circuito científico francês e a ideia de trabalhar sobre a questão do cuidado em relação às populações vulneráveis, isto é, crianças, idosos, deficientes físicos e mentais, etc.

Pergunta: Como ficam estes estudos em tempos de pandemia?

Helena Hirata: Hoje em dia a situação mudou muito com a pandemia. Pode-se dizer que até o começo do ano de 2020, toda a discussão sobre o *care* ficava, de certa forma, circunscrita a um grupo de especialistas da questão do cuidado. Outros achavam que isso era bobagem, que era coisa de freira, de sentimentalismo; tanto que Martine Aubry¹³, do Partido Socialista, que propunha uma sociedade do

dois sexos: trabalho, dominação e resistência, lançado pela primeira vez em 1991, com republicação organizada pela professora Helena Hirata em 2011, ocasião que marcou o aniversário do livro e também os vinte anos sem a pesquisadora, que faleceu vítima de um acidente de trânsito em março de 1991.

¹⁰ Psicóloga francesa, professora da Universidade de Paris XIII, reconhecida por seus estudos sobre trabalho feminino, especialmente o trabalho de cuidar.

¹¹ Socióloga francesa, professora emérita da Universidade de Paris VIII, pesquisadora do Laboratório de Estudos do Gênero e da Sexualidade do CNRS.

¹² Filósofa francesa, especialista em filosofias moral e política, além da filosofia da linguagem, onde se inserem seus estudos sobre gênero e cultura popular.

¹³ Em 2010, era a Primeira Secretária do Partido Socialista e, durante uma entrevista para o

cuidado, em 2010 foi muito criticada pelos companheiros do partido, pela mídia etc., que não levavam a sério essa sociedade do *care*. Isso mudou com a pandemia. Aliás, Nadya Araújo Guimarães e eu lançamos recentemente, pela Editora Ateliê, o livro *O gênero do cuidado*; e nele há uma parte sobre a crise e o cuidado: como as cuidadoras ou cuidadores vivenciaram a crise, as demissões e diminuição de salários etc. E há outra parte sobre crise e pandemia, onde analiso, por exemplo, as diferenças entre França, Brasil e Japão.

A questão sobre as diferenças entre França e Brasil, de certa forma, foi desenvolvida neste capítulo, nessa metade do capítulo sobre a crise – capítulo final do livro. O que se pode dizer na discussão sobre a pandemia é que, de fato, a França e o Brasil são totalmente diferentes na condução da gestão da crise. Embora o governo francês seja muito criticado desde o início da pandemia, porque fez tudo de errado, como dizer que não precisava usar máscara porque era uma bobagem; depois voltar atrás e anunciar que todo mundo era obrigado a usar máscara; dizer que tinha que fazer teste, mas não colocar à disposição o material para a testagem. Houve uma série de críticas ao presidente francês. Hoje em dia, há uma crítica muito grande porque ainda não se conseguiu vacinar muita gente, deve ter apenas alguns milhares de pessoas, enquanto que nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Alemanha já são milhões de pessoas que foram vacinadas. Existem todas essas críticas, mas não é nada comparado à situação brasileira, em que houve uma série de ministros da saúde que foram mandados embora e substituídos por pessoas que não têm competência na área e, sobretudo, onde o governo federal acredita que não há necessidade de controlar a pandemia, que não há necessidade de ter um confinamento etc. A situação é muito diferente nos dois países e desse ponto de vista, acho que se pode dizer que há uma diferença

site *Mediapart*, reagiu ao anúncio de reforma do sistema de aposentaria do então Presidente da República, Nicolas Sarkozy, propondo uma *sociedade do cuidado mútuo*, recuperando o conceito de ética do *care*. As críticas foram imediatas e numerosas. A este respeito, consultar o artigo de Jean-Michel Chahsiche (2014).

muito grande. No caso do Japão, hoje mesmo assisti a uma *Live* sobre a situação do Japão comparado à França, pode-se dizer que no Japão há um número muito pequeno de pessoas que morreram na pandemia. Ao mesmo tempo, o governo japonês não é considerado pela população, pela sociedade civil como tendo feito o necessário para que a pandemia não explodisse. Quando entrevistados, 60% dos japoneses – e acho que é realmente verdadeiro – disseram que foram eles que fizeram com que a situação não se agravasse, que fizeram o possível para que, no âmbito da *responsabilidade individual* – termo muito importante – a doença não fosse tão exponencial e nem houvesse tantos mortos, como ocorreu nos outros países.

Há uma verdadeira discussão tanto sobre políticas públicas e políticas sociais, como sobre a maneira como a sociedade civil é solicitada para fazer o seu próprio autocontrole. Isso acontece muito na França, há muita gente que está confinada. Hoje, não se pode sair de casa entre 20h00min¹⁴ da noite e 6h00min da manhã, como é o caso de Paris. Na realidade, ninguém é obrigado a ficar confinado o tempo todo, como foi até pouco tempo atrás. No Brasil, acontece a mesma coisa, têm os que podem se confinar, estão confinados há vários meses desde março de 2020. Há uma situação difícil de responsabilização individual que não tem nada a ver com o que o governo federal está propondo. Existe um autocuidado e uma preservação que vem de uma ideia de responsabilidade individual. Isso fica evidente no caso do Brasil. E, claro, há populações que não têm possibilidade de se resguardarem, de ficarem confinadas, inclusive porque não têm uma casa e não têm possibilidade de confinamento ou de cada um ficar num quarto diferente, porque não há vários quartos etc. E há a situação das pessoas que precisam trabalhar para viver, para comer e têm que sair às ruas e não podem ficar confinadas. Foi o caso de muitas trabalhadoras domésticas, sobre as quais acho que há bastante material no caso brasileiro.

¹⁴ Passou para às 18h00min em 16 Jan. 2021.

Pergunta: Excelente Helena! Enquanto você falava, fiquei pensando na necessidade de compreender melhor se há uma distinção muito grande entre os estudos do cuidado na França e aqui no Brasil. Você enxerga distinções, do ponto de vista teórico, na análise? Na sua fala, inclusive quando você examina a pandemia, percebemos que são sociedades completamente distintas. Se a gente pensar no caso das trabalhadoras domésticas no Brasil, não dá para ocultar, aliás, que a primeira pessoa que morreu de Covid-19 foi uma trabalhadora doméstica negra no Rio de Janeiro. Temos também o caso da Mirtes Renata, empregada doméstica, negra, mãe do garoto Miguel que foi morto por causa do “descuido” da patroa. Casos que vão demonstrando o quanto as mulheres negras continuam sendo a maioria entre as empregadas domésticas. E hoje temos de acrescentar os trabalhadores dos serviços de entrega. Temos novos setores de trabalhadores que, em certa medida, ficaram na linha de frente, ficaram expostos justamente por causa da Covid. Pensando do ponto de vista teórico, analítico, mais especificamente, dos estudos do cuidado, você percebe distinções entre as pesquisas aqui no Brasil e na França?

Helena Hirata: Eu acho que vale a pena examinar o livro, editado pela Clacso e pela Siglo XXI, organizado pela Karina Batthyány, de Montevidéu (Uruguai), que analisa a situação de vários países. Escrevi o artigo “Por uma arqueologia do saber sobre o cuidado” (HIRATA, 2020), que examina casos do Brasil. No Brasil, esse grande número de artigos, de estudos e pesquisas sobre o cuidado é mais recente do que na França. Se eu coloquei para a França o ano de 2005, acho que no Brasil foi a partir de 2010 mais ou menos. É que a gente vê na verdade uma profusão de ideias e pesquisas sobre a questão do cuidado na sociologia, digamos. Porque antes disso houve pesquisas, por exemplo, na área da Gerontologia, da Geriatria, da Enfermagem, no Serviço social. E na sociologia acho que tem algumas pessoas precursoras como, por exemplo, a Lucila Scavone – eu a cito nesse artigo –, que é feminista, socióloga, trabalhou na Unesp de Araraquara, já se aposentou. Ela escreveu um livro, que tem o cuidar no título

(SCAVONE, 2004); é uma pioneira porque escreveu esse livro no momento em que praticamente não havia pesquisa sobre cuidado no Brasil e o livro falava de cuidado, inclusive do *care* e das pesquisas francesas.

Em outras disciplinas, que não a Sociologia, a discussão é anterior a 2010. Mas a partir de 2010 começa a haver mais pesquisas na Sociologia sobre a questão do cuidado. Acho que também contribuí para esse aumento da produção porque organizei, com a Nadya Araújo Guimarães, uma série de seminários na USP, uma série de livros etc., inclusive o *Cuidado e cuidadoras* (2012), que saiu pela Atlas em São Paulo. Há correntes que reivindicam, inclusive, a literatura francesa sobre cuidados, como a Pascale Molinier, por exemplo. E há pesquisas que são orientadas já dentro de um quadro teórico pré-existente, que não é necessariamente essa questão do cuidado em si, é o das relações do cuidado que são privilegiadas. É, por exemplo, o quadro marxista, sem relação com a literatura sobre cuidado propriamente ou então estudos em outras áreas, como Serviço Social ou Medicina etc. Acho que é interessante ver que existe pelo menos uma parte dos trabalhos realizados no Brasil, onde há uma relação próxima com as correntes teóricas francesas sobre cuidado.

Eu tinha dito que, nessa questão do cuidado, houve uma mudança com a pandemia. Lembro que o Macron, o Presidente da República da França, em abril de 2020, quando fez um discurso para pedir a continuidade do confinamento – que estava em curso desde março –, diz que o cuidado é algo essencial, que devemos cuidar uns dos outros e que somos todos vulneráveis. Mas no início da pandemia ele dizia que estávamos numa guerra, que éramos guerreiros e que tínhamos que lutar como numa guerra. Ora, guerra é o oposto, digamos, do cuidado, do cuidar um do outro e da vulnerabilidade. Então, ele mudou completamente o discurso que tinha no começo da pandemia para dizer que estamos todos numa situação de vulnerabilidade, que temos de cuidar uns dos outros. E o cuidado se tornou algo central na sociedade atual, na sociedade que está às voltas com a pandemia. É uma mudança no discurso do governo francês que é interessante notar.

Pergunta: Helena, você lembrou muito bem o trabalho da Lucila Scavone. Ela começou a trabalhar com maternidade, que envolve toda essa questão do cuidado. O primeiro trabalho nessa linha foi o de uma mulher psicanalista, chamada Nancy Chodorow¹⁵, ela escreveu em 1978 *A reprodução da maternagem*. Esse é um trabalho pioneiro porque ela dessexualizava a questão da maternagem. Ela dizia é uma questão de você educar para cuidar ou não, não tem a ver com o fato biológico. Eu acho que a Gilligan, nesse sentido, foi um retrocesso porque ela sexualizou: são duas vozes. Ela essencializou a questão do cuidado. Daí muita gente, eu inclusive, nos afastamos dessa linha da Gilligan. Depois vieram outras autoras e mudou, houve uma dessexualização dessa questão do cuidar. Mas antes de mais nada, essa questão foi muito pensada especialmente nos Estados Unidos. A formulação era feita por filósofas. No fundo, era uma filosofia moral, uma filosofia ética, uma moralidade de cuidar do outro. Essa moralidade se casa, por exemplo, com a ideia de estado de bem-estar social. Quando você fala sociedade do cuidado, acho que pensar hoje nos países lá da Europa, em pequenos países como a Suécia, estes têm condições de serem sociedades do cuidar e são. Mas quando a gente fala genericamente de sociedade do cuidado, que sociedade é realmente capaz de cuidar de todo mundo? A partir do velho Marxismo, responderia: uma sociedade sem classes sociais. Às vezes o problema com essa questão do cuidar é que se desloca da materialidade da vida, de algum tipo de trabalho e fica pouco aprofundado. O que não é o seu trabalho, eu estou dizendo do genérico da produção. Fica centrado demais na questão da filosofia moral. Daí, eu entendo que, muita gente tenha feito a crítica, dizendo que vai ser a nova forma de filantropia. Não é de jeito nenhum o seu trabalho. Mas acho que há uma questão aí, principalmente com relação a quem vive num país em que a questão da exploração capitalista ficou escandalosa. Como é que

¹⁵ Socióloga e psicanalista feminista estadunidense. Escreveu vários livros sobre psicanálise e gênero, dentre os quais destacamos *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*, que no Brasil recebeu o título de *Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*. Ver Chodorow (1991).

nós vamos cuidar, minimamente, nessa sociedade monopolista, de ultradireita, comandada por empresas e por um doido varrido? Em última instância, a questão é: há alguma relação com o marxismo? Você estabelece no seu trabalho alguma relação com o marxismo?

Helena Hirata: Sim, claro! Porque nós, quer dizer eu, a Ná-dya Araújo Guimarães, outras brasileiras ou francesas, que trabalham com essa questão do cuidado, a gente não está trabalhando justamente no que você disse que é a ética do cuidado ou o cuidado como ética. A gente trabalha sobre o cuidado como trabalho. Na questão do cuidado como trabalho, o trabalho é essencial. É totalmente impossível dissociar a questão do trabalho da materialidade do trabalho. E o trabalho do cuidado a gente vê desse ponto de vista da materialidade do trabalho do cuidado, que não é só afeição, não é só trabalho emocional. Embora haja trabalho emocional no trabalho do cuidado, há também o trabalho material. É o que o Hughes¹⁶ chamava de *dirty work*, trabalho sujo, trabalho com dejetos, trabalho com suor, trabalho com fezes, limpar, levar a pessoa ao banheiro, levar a pessoa para dar banho, trocar de roupa etc. Tudo isso é trabalho material. Quando a gente pensa no cuidado enquanto trabalho, a gente está se aproximando do feminismo materialista e se distanciando da ética do cuidado como uma concepção puramente moral, puramente filosófica do cuidado, embora seja importante também considerar esse aspecto. Estou de acordo com a Pascale Molinier (2020), quando ela diz que no *care* há as dimensões do trabalho, da ética e da política. Tanto a dimensão ética, quanto a dimensão política, como a dimensão do trabalho, são três dimensões indissociáveis quando a gente quer estudar a questão do cuidado. Enquanto socióloga, pesquisando o cuidado como trabalho, eu vejo toda uma série de relações com outros tipos de trabalho: o trabalho feminino, como vendedoras e uma série de trabalhos realizados por mulheres. A gente também compara com o

¹⁶ Everett Cherrington Hughes, sociólogo estadunidense, cunhou o termo *dirty work* para se referir às tarefas e ocupações consideradas nojentas e/ou degradantes. Dentre os muitos trabalhos do autor, consultar Hughes (1962).

trabalho masculino, com trabalhos, por exemplo, o industrial, que eu estudei nos anos 1980/1990. São tipos de trabalho em que a gente não fica pensando na relação do trabalhador com seu objeto de trabalho, porque o objeto de trabalho é uma mercadoria, é uma coisa mesmo: um objeto, uma máquina, um celular. Quer dizer, a gente não tem com esses objetos o mesmo tipo de relação que tem com uma pessoa idosa, com uma criança, com um doente, com um deficiente mental etc.

Pergunta: Você comentou que no Brasil foi praticamente a partir de 2010-2011 que se começou a estudar o trabalho doméstico do *care* e isto coincidiu justamente com a proximidade de 2013, quando foi conquistada a PEC das domésticas, que legaliza, formaliza como trabalho de fato, trabalho assalariado com proteção legislativa, com direitos. E pensando nessa questão, meu atual projeto de bolsa produtividade é o trabalho doméstico, a PEC das domésticas e a reforma trabalhista do Temer. Também fui para esse campo de estudo do trabalho doméstico em geral, que não é só o cuidado com pessoas, é o cuidado com a casa, é o cuidado *lato sensu*. O que eu queria perguntar é: quando você traz essa questão da sociedade do cuidado, em sua opinião seria possível concretizá-la? Por exemplo, nos países de capitalismo dependente, como é o nosso caso, em que se mantém a lógica de acumulação capitalista como primeiro objetivo e as próprias leis de proteção atendendo muito mais aos interesses da classe dominante, você acha que seria possível, principalmente nesse momento de pandemia em que a gente vê o quanto essas mulheres, trabalhadoras domésticas, foram descartadas? Será que existe, em sua opinião, de fato a possibilidade de se concretizar uma sociedade do cuidado?

Helena Hirata: Creio que a sociedade do cuidado é um pouco como uma utopia, o que Pascale Molinier e outras pesquisadoras francesas chamam de “perspectiva do *care*”. É aquilo em direção ao qual a gente deve tender e colocar sempre o cuidado no centro das nossas preocupações. Afirmar que é necessária uma sociedade de cuidados não significa ter os meios para realizar imediatamente uma

sociedade onde os cuidados sejam centrais. Mas se não pensarmos no cuidado como sendo uma questão central das nossas sociedades, nunca chegaremos lá, nunca vamos chegar a uma sociedade onde haja uma preocupação com o bem-estar das pessoas, bem-estar do ambiente em que vivemos, bem-estar da terra etc. Li um artigo do Dom Odilo Scherer, que saiu na *Folha de S. Paulo*¹⁷, em que ele fala justamente da cultura do cuidado, que é um pouco a questão da sociedade do cuidado, onde o cuidado aparece como central, como questão que a gente tem que levar em conta. Inclusive, o Dom Odilo fala da natureza e do ambiente como sendo parte do cuidado, parte do que a gente tem que cuidar. Eu até fiquei triste que os evangélicos estejam tão bem situados numericamente no Brasil e que a igreja católica esteja com essa diminuição muito grande de adeptos, porque esse texto do Dom Odilo, que é cardeal em São Paulo, me pareceu bastante próximo do que a gente considera central no cuidado, além do fato de que o cuidado deve ser estendido para o planeta, para o meio ambiente. Coisa que a Joan Tronto¹⁸ diz em seu livro, mas que a gente nem sempre, na definição do que é o cuidado, tende a concordar, de aumentar tanto o escopo do cuidado.

E há essa questão do emprego doméstico, do trabalho doméstico remunerado que é cuidado, mas não é só cuidado. Nós consideramos que o trabalho doméstico é um trabalho do cuidado, porque se você arrumar uma cama, que é uma relação com um objeto, na realidade você está fazendo com que a pessoa quando chegar e depois for dormir, sinta o bem-estar que é proporcionado por uma cama bem feita, com roupa de cama arrumada, lavada, passada – não sei se vocês continuam passando roupa de cama no Brasil, mas na França há muito tempo que a gente deixou de passar roupa de cama. Então, acho que é importante a ideia de que, para nós,

¹⁷ Reproduzido no jornal *O São Paulo: Semanário da Arquidiocese de São Paulo*. Ver Lopes (2020).

¹⁸ Cientista política estadunidense, com importantes contribuições na área de estudos sobre mulheres e nos estudos do *care*, com destaque para *Moral boundaries*. Consultar Tronto (1993).

o trabalho doméstico é cuidado, inclusive nas partes que são mais relacionados com trabalho material e não relacionados diretamente com o trabalho com as pessoas.

Nas minhas pesquisas no Brasil, como não há sindicato de cuidadoras como na França, eu fui ao Sindicato das trabalhadoras domésticas do município de São Paulo que, aliás, se chama Sindicato dos trabalhadores domésticos (no masculino) do município de São Paulo. E vi que uma em cada dez pessoas com quem eu falava diziam fazer trabalho de cuidado. Elas eram todas empregadas domésticas fazendo homologação, porque tinham perdido o emprego. Mas muitas delas não só eram empregadas domésticas na carteira e faziam trabalhos domésticos, como também cuidavam ou das crianças da casa ou dos idosos da casa ou dos doentes da casa, dos doentes crônicos da casa. Faziam e fazem o trabalho do cuidado no sentido estrito, além de exercer o trabalho como trabalhadoras domésticas. É muito importante essa questão do trabalho doméstico no Brasil, não só pela quantidade, mas pela importância que tem esse trabalho doméstico na sociedade brasileira.

Como também é importante a literatura sobre cuidado, que apareceu antes de 2010. Na realidade, ela aparece muito antes se a gente pensar em todos os estudos sobre empregos domésticos que saíram em várias partes do Brasil. Em Recife-PE e em Campinas-SP, por exemplo, com sindicatos de empregadas domésticas muito fortes e muito antigas. Pode-se dizer que há uma literatura considerável sobre o trabalho doméstico, que a gente pode integrar de certa maneira como sendo trabalhos que remetem à literatura que se acumulou no Brasil sobre a questão do cuidado. Desse ponto de vista, o Brasil tem uma tradição muito rica nos estudos sobre cuidado.

Pergunta: Como a gente traz para essa discussão as relações de gênero, de raça e de classe? Estamos falando do trabalho doméstico e sabemos que este é uma extensão da casa-grande no Brasil. A

Lélia Gonzalez¹⁹ chama o emprego doméstico de continuidade do trabalho da mucama e da mãe preta na casa-grande. Atrelando as pesquisas da Lélia às suas reflexões, pode-se perguntar: quem cuida e quem pode ser cuidada? Como essa relação se atualizou no Brasil, mas também é sempre interessante quando se faz a comparação Brasil/ França, Brasil/Japão, enfim a partir das suas pesquisas. Como essa relação de quem cuida e quem tem direito a ser cuidada se atualizou nesse período de pandemia? As empregadas domésticas continuaram a ir trabalhar. O grande exemplo continua sendo a Mirtes Renata que cuidou dos cachorros da patroa, enquanto esta não teve paciência para cuidar do Miguel, de cinco anos (filho de Mirtes), deixando-o sozinho num elevador que o levaria à morte. Como a gente pensa essa atualização nesse período de pandemia? Como essas relações se reorganizaram?

Helena Hirata: O trabalho do cuidado é justamente um trabalho em que pode pensar a questão da interdependência entre a raça, o gênero e a classe. Quer dizer, toda a questão do paradigma interseccional fica claro no trabalho do cuidado, porque este normalmente é realizado por mulheres, principalmente por mulheres pobres e muitas vezes imigrantes. Na França, na região parisiense, mais de 90% das cuidadoras são mulheres imigrantes e, sobretudo, negras, vindas de países da África Subsaariana, vindas de países da África negra.

Essa conjunção entre a raça, o gênero e a classe fica evidente na questão das cuidadoras, que realmente representam essa tripla opressão, que, ao mesmo tempo, são relações de poder que estão imbricadas. E relação de poder, no caso, é o lado do oprimido, do explorado, do dominado, que são os empregados domésticos, que são as trabalhadoras domésticas. Quando vocês perguntavam sobre a questão da sociedade do cuidado, é essa ideia de que a gente tem que pensar, não só nas pes-

¹⁹ Antropóloga e feminista negra brasileira, cujos estudos revolucionaram o pensamento social no Brasil ao se distanciarem do mito da democracia racial e trazerem para o centro da análise as mulheres negras. Dentre seus escritos, examinar a coletânea *Primavera para as rosas negras* (GONZALEZ, 2018).

soas que estão sendo cuidadas, mas também nas pessoas que cuidam. Essas pessoas que cuidam têm que ser colocadas no centro das nossas preocupações, isto é, colocar no centro das nossas preocupações as trabalhadoras do cuidado, as que estão tornando o cuidado como alguma coisa vital para elas e para as pessoas das quais cuidam.

E penso que o autocuidado é muito importante porque justamente elas cuidam, mas não têm a possibilidade de cuidar delas mesmas. Aliás, todas aqui na França que, no contexto de pandemia, foram entrevistadas – e não as entrevistei, porque não fiz pesquisa sobre o trabalho das cuidadoras na pandemia – por pessoas que fizeram pesquisas com cuidadoras e auxiliares, responderam que correm riscos, que têm medo de contaminar suas famílias. A falta de cuidado de si mesma significa a falta de cuidado em relação à sua família, a seus próximos, a seus filhos, ao seu marido etc. Essa relação do autocuidado é muito importante, porque nós mesmas, enquanto pesquisadoras, fazemos tudo menos cuidar de si mesmas e creio que é importante pensar no autocuidado.

Há um texto da Pascale Molinier (2021) sobre autocuidado, com colombianas que ela entrevistou e é muito interessante, acabou de sair num livro que eu e Nadya Guimarães (2021) publicamos pela Springer. O artigo da Molinier é muito interessante porque ela aborda a questão do autocuidado e essa questão está começando a aparecer como importante dentro da temática do cuidado. Pensar no autocuidado e no cuidado das cuidadoras é uma maneira de pensar na sociedade do cuidado que queremos. Uma sociedade em que as trabalhadoras do cuidado possam ser consideradas seres humanos como os outros.

Como dizia Luiza Batista Pereira, atual presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD): “a gente tem a impressão que quarentena é um privilégio de classe, porque as trabalhadoras domésticas não têm direito à quarentena, a se confinar”²⁰. O fato de que há pessoas distintas, com direitos diferentes é

²⁰ Fala proferida em 27 Jul. 2020 no debate “O trabalho doméstico no contexto da pandemia”

realmente um problema que a gente tem de resolver. E se não conseguir, pelo menos temos de apontar as desigualdades existentes nessa área, pois certamente as cuidadoras são as que mais têm tido ônus dessa situação de desigualdade. Eu queria lembrar também uma ideia da Patricia Paperman (2010), pesquisadora sobre cuidados, que desde 2005 (PAPERMAN; LAUGIER, 2005) tem escrito coisas interessantes sobre cuidados na França. Ela vai dizer que a desvalorização desse trabalho com o cuidado talvez venha da desvalorização das pessoas cuidadas, das pessoas que estão sendo cuidadas, que são desvalorizadas como deficientes, como dependentes, como pessoas de segunda categoria que não têm a mesma autonomia que as independentes. Essa desvalorização das pessoas que são cuidadas acaba se refletindo na desvalorização do próprio cuidador.

Mas acho que a questão fundamental, que faz com que haja a desvalorização do trabalho com o cuidado, vem realmente do gênero. O fato de que há mulheres que realizam o trabalho do cuidado de graça nas suas casas desde sempre. Então, receber alguma coisa já é muito melhor, segundo os empregadores, do que nenhum pagamento e fazer gratuitamente esse trabalho, por amor. Essa questão do cuidado ser tão desvalorizado, vem realmente do gênero. É escandalosa a situação das pessoas que cuidam da vida. Porque se as cuidadoras não cuidassem, se deixassem de cuidar em algum momento dos idosos ou de um bebê, eles morreriam. A vida está nas mãos delas. São as pessoas que cuidam da vida, têm a responsabilidade da vida, arcam com essa responsabilidade, são responsáveis e ganham tão pouco. Nos três países em que fiz pesquisas sobre cuidados, embora as cuidadoras ganhassem quantias muito diferentes – se no Brasil a maioria ganhava o equivalente a 170 euros, no Japão elas ganham majoritariamente sete vezes mais, o que corresponde a 1200 euros. No Japão, os cuidadores diziam que eram mal pagos, que o salário não correspondia ao trabalho que realizavam. Há uma consciência bastante grande por

durante o Seminário preparatório Rumo ao *Fazendo Gênero 12*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2nis_UMstPE>.

parte dos cuidadores e das cuidadoras do fato de que são muito mal pagos em relação ao trabalho que exercem e à responsabilidade que têm. É preciso saber por onde começará uma reação contra essa desvalorização salarial e simbólica do trabalho de cuidado.

Referências

ABREU, M. *Feminismo no exílio: o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e o Grupo Latino-Americano de Paris*. São Paulo: Alameda, 2014.

CHAHSICHE, J-M. De l' 'éthique du care' à la 'société du soin': la politisation du care au Parti socialiste. *Raisons Politiques*, v. 4, n. 56, 2014.

CHODOROW, N. *Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991. (1ª. ed. University of California Press, 1978)

GILLIGAN, C. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982 (1ª. Ed., Harvard University Press, 1982).

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (orgs.). *Care and Care Workers: a Latin American Perspective*. Cham: Springer, 2021.

_____. (orgs.). *O gênero do cuidado: desigualdades, significações, identidades*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2020.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (orgs.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, H. Por uma arqueologia do saber sobre o cuidado. In: BATHYÁNY, K. (org.). *Miradas latinoamericanas a los cuidados*. Buenos Aires: CLACSO; México DF: Siglo XXI, 2020.

HUGHES, E. C. Good people and dirty work. *Social Problems*, v. 10, n. 1, p. 3-11, 1962.

LOPES, F.R. Cardeal Scherer: a pandemia desperta a cultura do cuidado nos brasileiros. *O São Paulo: Semanário da Arquidiocese de São Paulo*, 03 Jul. 2020.

MOLINIER, Pascale. Care Amongst Ourselves: Self-Care as a Therapeutic and Political Experience. *In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (orgs.). Care and Care Workers: a Latin American Perspective*. New York: Springer, 2021.

_____. *Le travail du care*. Paris: La Dispute, 2^a. ed. 2020 (1^a. ed. 2013).

MOLINIER P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. *Qu'est-ce que le care? Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 2009.

PAPERMAN, P. Éthique du *care*: un changement de regard sur la vulnérabilité, *Gerontologie et Société*, v. 33, n. 133, 2010.

PAPERMAN, P.; LAUGIER, S. (Orgs.). *Le souci des autres*. Ethique et politique du care. Paris: Ed. de l'EHESS, 2005.

SCAVONE, L. *Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2011 (1^a ed. Brasileira, 1991).

TRONTO, J. *Moral boundaries: a political argument for an ethic of care*. New York: Routledge, 1993.

Trabalho e Serviço Social: contribuições para o debate¹

Claudia Mazzei Nogueira²

Ricardo Lara³

Maria Izabel da Silva⁴

1. Introdução

As polêmicas sobre o mundo do trabalho intensificaram nas ciências sociais e humanas no final da década de 1970, principalmente após o lançamento do livro “Adeus ao proletariado”, de André Gorz (1987). Em linhas gerais, dizer que o autor defendeu a ideia central de que estávamos vivendo o fim da sociedade do trabalho e que o proletariado não teria mais a importância política no processo revolucionário em razão do desenvolvimento das novas tecnologias.

Dessa forma, o “novo sujeito revolucionário” seria produzido pela própria crise do capitalismo e pela dissolução da “antiga” classe trabalhadora, sob o efeito das novas técnicas produtivas e das relações sociais de produção capitalistas. Nos anos 1980, o debate

¹ Este artigo teve sua versão original no ano de 2010, época em que os autores desenvolviam suas pesquisas no NETeG — Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Gênero. Foi publicado, em 2011, na Revista da Faculdade Católica de Uberlândia. A versão atual tem contemplado alterações e novas inclusões sobre o conteúdo abordado.

² Professora Doutora Associada do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da UNIFESP-BS. Além de ser Pesquisadora Bolsa Produtividade CNPq com ênfase em Gênero, Relações e Processo de Trabalho. Coordena o Núcleo de Estudos do Trabalho e Gênero – NETeG - UNIFESP. É ainda autora dos livros “A Feminização no Mundo do Trabalho” - (Editora Autores Associados) e “O Trabalho Duplicado” - (Editora Expressão Popular) e de diversos artigos em revistas nacionais e internacionais. E-mail: mazzeinogueira@uol.com.br

³ Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Pós-doutorado pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador Bolsa Produtividade CNPq. Editor Chefe da Revista Katálysis. E-mail: ricardolarauf@gmail.com

⁴ Doutora em Serviço Social pela Unesp-Franca. Trabalha no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia: preceptora e tutora no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, preceptora no Curso de Medicina: disciplina Saúde Individual (1 período). E-mail: cruzeirobel@hotmail.com

sobre o trabalho ganhou novo destaque com Clauss Offe (1984). O autor considerava que o trabalho deixou de ser a categoria fundante da sociabilidade, como Marx referiu-se ao compreender o trabalho como condição ineliminável da relação entre homem e natureza e, simultaneamente, da produção e reprodução da vida social.

No Brasil, inúmeros estudos surgiram sobre o mundo do trabalho. Destacamos as obras “Adeus ao Trabalho?” e “Sentidos do Trabalho”, de Ricardo Antunes (2000; 2001), que abordam a centralidade do trabalho no conjunto das transformações societárias no final do século XX. O autor afirma que a partir de 1970 emerge o momento mais crítico na história do mundo do trabalho, com uma dupla crise: uma que atingiu a materialidade, a objetividade da classe trabalhadora, acarretando metamorfoses agudas no processo de trabalho; e a outra como resultante e simultânea da primeira que alcançou o plano da subjetividade do trabalho.

Para Antunes (2000), a primeira crise que atingiu a “materialidade do trabalho” ocorreu principalmente com o avanço tecnológico, a revolução técnica da segunda metade do século XX, como a automação, a robótica, a microeletrônica e as novas formas de organização da produção, como por exemplo, a terceirização, o que provocou mudanças substantivas na esfera produtiva. A segunda crise, como resultante da primeira, atingiu a subjetividade da classe trabalhadora, sua consciência de classe e consciência de constituir-se como ser que vive do trabalho. As mudanças na base material repercutem na espiritualidade da classe trabalhadora que, no final do século XX e início do XXI, apresenta-se complexificada, heterogeneizada e fragmentada, sendo cobrado, portanto, maior esforço das lutas sociais referentes ao mundo do trabalho no confronto com o capital.

A intensificação da precarização do trabalho e os abalos nas estruturas clássicas de organização política dos trabalhadores desafiam a possibilidade da revolução do trabalho. Diante desse contexto, instala-se a crise do trabalho abstrato, mas não há ofensiva para a cen-

tralidade do trabalho. Sinteticamente, pode-se dizer que há uma crise do trabalho abstrato, produtor de valor e jamais uma superação ou crise do trabalho concreto, produtor de valor de uso, meio necessário e indispensável para sobrevivência da humanidade.

Debates calorosos acirraram-se em torno da categoria trabalho, surgiram as mais variadas posições sobre o papel político do proletariado; a condição de classes sociais sofreu interpretações diversas em razão das mudanças nos processos produtivos e o “emprego” foi colocado em xeque como definidor das “identidades sociais”. Instalaram-se dúvidas e contestações que tensionaram desafios para aqueles que acreditavam e ainda acreditam na potência revolucionária do trabalho.

O pensamento “pós-moderno”, tomando proveito das equivocadas denúncias do “fim do trabalho”, ganhou espaço nas ciências sociais e humanas e influenciou muito o debate acadêmico das disciplinas, originárias da decadência ideológica, como a história, a economia e a sociologia. O estudo fragmentado da vida social imposta pela “nova” forma do capitalismo – acumulação flexível – deu margem a uma “ideologia” automeada “pós-moderna”. Para Chauí (2001, p. 191), essa nomenclatura pretende marcar a ruptura com as ideias clássicas que fizeram a modernidade. Segundo essa “ideologia”, a razão, verdade e história são mitos totalitários; o espaço e tempo são sucessões efêmeras e voláteis de imagens velozes.

Os lugares são compreendidos na irrealidade virtual, que apaga todo contato com o espaço-tempo como estrutura do mundo; a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, mas um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem que representam jogos do pensamento. A história do saber aparece como troca periódica de jogos de linguagem e pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a realidade sócio-histórica.

O pensamento “pós-moderno” com a preocupação de explicar e justificar as mudanças da sociedade contemporânea – sob as determinações da ordem do capital – prioriza os aspectos singulares das relações sociais, realçando o efêmero, o descontínuo e o fragmentário, o que, em última instância, implica separar o indivíduo da classe social e, por conseguinte, da perspectiva de emancipação humana. O Serviço Social, numa forma de encarar a realidade social e o debate acadêmico em uma perspectiva contra-hegemônica, posicionou-se criticamente “em relação às modalidades contemporâneas de vida progressivamente contaminadas pelo racionalismo instrumental, ou entregues à doce melodia pós-moderna de uma inevitável fragmentação do social” (SIMIONATTO, 2005, p. 55).

Assim, os assistentes sociais não sucumbiram às teses do “fim da história” e “fim do trabalho”, buscaram, ensejados pelos seus órgãos representativos: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (Enesso), fortalecer o debate em torno das principais questões que envolvem as determinações sociais fundamentando-se nos marcos da teoria social crítica. Claro que não se pode negar que sofremos influências e adesão, por alguns profissionais, do pensamento “pós-moderno”, mas o que queremos reforçar é que, ainda de forma hegemônica e não homogênea, a perspectiva crítica, fundamentada na tradição marxista, é o principal embasamento teórico buscado pelos assistentes sociais⁵.

Nesse contexto, o mundo do trabalho, principalmente nos anos 1990, “em relação às demais temáticas teve significativa relevância nas pesquisas realizadas pelos assistentes sociais” (MARTINELLI, 2004); questões concernentes à atual configuração do mundo do trabalho tem frequentemente sido alvo de análises e estudos das dissertações

⁵ Para uma análise detalhada do debate sobre o mundo do trabalho e a produção teórica do Serviço Social, confira o livro: LARA, R. **A produção de conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate**. São Paulo: Unesp, 2011.

de mestrado e das teses de doutorado defendidas nos programas de pós-graduação em Serviço Social, nos núcleos de pesquisas espalhados pelas universidades brasileiras e, também, marcaram presença nos principais meios de divulgação do conhecimento da área.

No Serviço Social, reservado à sua proporção, diferentemente do que vem acontecendo em várias disciplinas das denominadas ciências sociais e humanas originárias da decadência ideológica, a centralidade do trabalho está presente nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, na compreensão do exercício profissional a partir do momento em que a “questão social” é tomada como “objeto de intervenção” e, principalmente, na produção do conhecimento da área. Entende-se que, nas diretrizes curriculares do Serviço Social, a categoria trabalho ocupa lugar de destaque na atual proposta acadêmica de formação profissional dos assistentes sociais. O posicionamento hegemônico da profissão, expresso no seu Código de Ética, também põe o trabalho como eixo central na interpretação das relações sociais da ordem burguesa.

As alterações nas relações sociais, isto é, na “questão social”, cobram dos assistentes sociais novos patamares para compreensão da sociedade. O Serviço Social, por ser uma profissão interventiva, tem seu modo de existir unido diretamente às manifestações da vida social, as quais se assentam nas diferentes construções históricas. Dessa forma, a aproximação de um saber crítico sobre a realidade social colocou, portanto, a categoria trabalho como principal mote para inteligência de mundo do Serviço Social nas décadas de 1990 a 2000. Os assistentes sociais procuram aprofundar seus estudos em autores clássicos, como Marx, Lukács, Lênin, Gramsci e, a partir de tal aproximação, os profissionais esforçam-se, a nosso ver, com probidade teórica, para compreensão do mundo do trabalho e suas relações com o Serviço Social.

Em estudo de Carvalho e Silva (2005, p. 93–97), intitulado “Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil”, as autoras realizaram diagnóstico da pós-graduação em Serviço Social de 1998 a 2003. Na referida pesquisa, o eixo temático

trabalho, reestruturação produtiva, condições de vida, pobreza, exclusão social teve relevância nas dissertações, nas teses e nos projetos de pesquisa, respondendo por 118 trabalhos no período analisado e 21% do total da produção teórica da área, o que credenciou o mundo do trabalho como a segunda temática mais investigada pelos assistentes sociais. Esses dados são relevantes por mostrar o debate em torno da categoria trabalho no Serviço Social nos anos 2000.

Assim, de acordo com Yamamoto (2007, p. 460):

O tema *trabalho* alçou a segunda posição na prioridade da pesquisa da área, o que é uma conquista relativamente recente, condizente com as transformações societárias operadas na esfera da produção de bens e serviços, no contexto da reestruturação da produção e dos mercados no atual estágio de acumulação capitalista. Observa-se uma dupla direção das pesquisas: *o foco nas relações e processos de trabalho*, extrapolando o universo empresarial para abranger a diversidade das formas de organização e das relações de trabalho e perfis de segmentos de trabalhadores (com distinções de gênero e etnias) e *do mercado de trabalho, incluído o mercado para o assistente social*. A segunda direção é centrada no *trabalho do assistente social e suas metamorfoses*, no contexto societário.

Nesse prisma, em outro estudo preliminar, Silva (2014)⁶ buscou verificar como o Serviço Social tem apreendido a discussão sobre a centralidade do trabalho, com base na apropriação das obras de Ricardo Antunes (2000; 2001) “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho” e “Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho”, a partir de uma incursão preliminar nos trabalhos publicados no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS (2007 e 2010) e Encontro Nacional de Pesquisadores o Serviço Social - Enpess (2008 e 2010).

Desta maneira, ficaram evidenciadas a importância e dimensão de centralidade da categoria trabalho para o Serviço Social, conforme

⁶ Também pretendeu constatar a polêmica do Serviço Social ser ou não trabalho, por meio da análise dos debates produzidos pela área.

definido pelas diretrizes da ABEPSS, assim como também ficou constatada a relevância das referidas obras de Ricardo Antunes (2000; 2001) para o Serviço Social que são expressivamente citadas em boa parte da produção científica da área, contudo, foram revelados equívocos analíticos significativos. Na maioria das vezes, não se demonstrou apreender a categoria trabalho em sua totalidade, não diferenciando o trabalho produtivo do assalariado, referindo-se a categoria trabalho sem as devidas determinações e mediações da exploração da força de trabalho, produtora de mais-valia nas relações sociais capitalistas.

Dessa forma, revelou inegáveis dificuldades na apropriação da categoria trabalho, visto que a maioria dos estudos analisados por Silva (2014) demonstrou não ter apreendido o significado da discussão “da centralidade do trabalho” realizado por Antunes, enquanto potencial revolucionário e possibilidade real de transcendência da ordem burguesa e emancipação humana, assim como também a perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, demonstrando, assim, o desconhecimento de muitos assistentes sociais sobre esse projeto, entendido por nós como direção estratégica coletiva.

Como consequência dessa apropriação equivocada, entende-se que há comprometimento da maneira que os profissionais decifram a realidade e sua posterior intervenção profissional, atuando, muitas vezes, como os gestores da questão social, os administradores da pobreza (SILVA, 2013). No que tange aos desafios dessa formação profissional, entende-se ser oportuno reportar aos esclarecimentos de Silva (2013, p. 233) que afirma existir “[...] o absoluto abismo entre a academia e os mais remotos confins da intervenção profissional”, considerando a precarização do ensino superior, que refletem em “[...] problemas relacionados com a superficialidade e com o ecletismo teórico e uma errônea visão sobre o significado do pluralismo profissional”, assim, postula:

A unidade diversa entre teoria e prática no âmbito da profissão, a práxis profissional, deve ser evidentemente plural, mas no sentido

de incorporar e superar, criticamente, sem eliminar o necessário debate, orientações distintas. Precisa, ainda, ter uma direção coletiva (hegemônica) assumida pela categoria profissional. O assistente social deve estar voltado à construção da dinâmica do real como “concreto-pensado”, movimento este que não está circunscrito à sua cabeça, à sua lógica (a lógica pensada), mas à lógica da realidade (da coisa em si – Marx, 2005b, p.39) que o provoca e exige dele posições e ações materiais (SILVA, 2013, p.233, grifo do autor)⁷.

O Serviço Social, como profissão inserida na divisão social do trabalho, depara-se cotidianamente com as manifestações concretas do mundo do trabalho. Por exemplo, a “questão social” e suas expressões – saúde do trabalhador, pobreza, habitação, desemprego e desigualdade de direitos – campos de intervenções do assistente social, são produzidas pela relação conflituosa entre capital *versus* trabalho, o que afirma a aproximação e necessidade de um saber minucioso do assistente social sobre o mundo do trabalho. É da relação antagonica entre capital *versus* trabalho que surgem as expressões da “questão social”, reafirmando o espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais, por meio de suas formas de ação como as políticas, os programas e os projetos sociais.

Enfim, considera-se que a categoria trabalho (mundo do trabalho) é central e está afirmada, no interior do Serviço Social, não simplesmente pela posição teórica e política dos assistentes sociais, mas, acima de tudo, pela concretude histórica em que vivemos e com a qual nos defrontamos cotidianamente, recheada de relações sociais emergentes de uma sociabilidade, na qual o trabalho está subsumido ao capital e orienta as formas de exploração da força de trabalho, resultando na produção contraditória e crescente de pobreza e riqueza.

⁷ O autor menciona Yazbek (2005), que aponta a dificuldade verificada no âmbito da pesquisa, devido à qual o assistente social não consegue trabalhar a universalidade contida no singular, não elaborando os vínculos e as passagens da compreensão teórico-metodológica da realidade geral para situações singulares que constituem o exercício profissional cotidiano (SILVA, 2013, p. 233).

Acreditar na centralidade do trabalho não é crer em nenhuma doutrina ou dogma, mas é, antes de tudo, simultaneamente, comprometer-se em produzir um saber que descortine os horizontes vivos, concretos, históricos e possíveis de rupturas. Ruptura tão necessária para o almejado processo de emancipação político-social e humana. Por tanto, o mundo do trabalho, como preocupação de estudos e pesquisas é ponto de partida para embasar o exercício e a formação profissional do Serviço Social, sendo um avanço que proporciona aos alunos e assistentes sociais uma compreensão concreta da processualidade social contemporânea.

2. O mundo do trabalho e a sua feminização

O/a assistente social deve ser compreendido como um indivíduo que intervém profissionalmente na realidade social, atuando diretamente nas respostas às demandas historicamente postas e buscando, sempre que possível, dar respostas. Portanto, o Serviço Social é um campo de atuação profissional e uma área de conhecimento específica, tendo os âmbitos da pesquisa e de ação direta, se constituindo-se mutuamente e de forma indissociável, exigindo a não ruptura entre o fazer e o pensar, permitindo que o profissional construa uma intervenção dotada de sentido.

Além disso, o perfil do assistente social, segundo Yamamoto (2009, p. 7): “é de uma categoria fundamentalmente feminina (97%) com a presença de apenas 3% de homens”; dentro desta realidade 3% são homossexuais e 2%, bissexuais. Em relação à raça/etnia “a maioria dos assistentes sociais se identifica como branca (14%) e as que se declaram pretas e negras totalizam (32%)”, o que há faz presente em todas as relações de desigualdades sociosexuais, tanto no espaço produtivo como no reprodutivo.

Na apreensão do mundo do trabalho, compreendemos que o Serviço Social está inserido numa lógica contraditória. Desse modo, é

a partir do Código de Ética que o assistente social tem a possibilidade de desenvolver um trabalho comprometido com as proposições ético-políticas do projeto profissional, mediante o reconhecimento do seu caráter investigativo e de sua capacitação crítico-analítico.

A direção social, dada pela profissão, implica defesa dos direitos sociais conquistados e sua ampliação, hoje ultrajados pela política neoliberal que, conforme a caracterização crítica de Anderson (2017), vem acarretando um enorme processo de precarizações, além de transferir, em grande medida, a responsabilidade do suporte social para o terceiro setor e, pelo contexto da reestruturação produtiva que, segundo Harvey (2011, p. 140), desencadeia “rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado ‘setor de serviços’ (comércio, turismo, hospitais, educação etc., tanto público como privado)”, espaço este de grande incidência de trabalho dos assistentes sociais.

O Serviço Social, mesmo com as mais variadas condições absolutamente adversas, tem participado de inúmeras lutas, muitas das quais como protagonistas, em prol da consolidação e ampliação dos direitos sociais, da radicalização da defesa da democracia, da liberdade, dos direitos humanos e da igualdade política e econômica. Compartilha-se da tentativa de superação das diversas dificuldades pelas quais a classe trabalhadora tem passado, sobretudo, em tempos nos quais se observa a crise do capital em consonância mundial.

Assim como os demais trabalhadores(as), enfrenta-se a “coisificação” das relações sociais, a reestruturação produtiva expressa principalmente nos baixos salários, na precarização do trabalho, na acentuada inserção da força de trabalho feminina no mundo da produção, no desemprego; enfrenta-se também a ofensiva neoliberal inscrita na desarticulação dos serviços e das políticas sociais, dos direitos trabalhistas e previdenciários (NOGUEIRA, 2011).

Assiste-se entristecidamente o crescimento e a banalização da violência urbana em todas as suas formas (racismos, homofobias, trabalho infantil etc.) em que, na maioria das vezes, o ofensor é o próprio Estado – em especial, por meio da violência policial (o que faz lembrar Washington Luiz, em que a questão Social era caso de polícia) em relação à ação do tráfico, a qual coloca toda a população como refém do seu arbítrio. Presencia-se, de forma igualmente incrédula, a criminalização de movimentos sociais, como o Movimento Sem Terra (MST) na luta pela posse da terra no campo, a impunidade dos crimes praticados por parcela dos governantes, parlamentares e dirigentes de partidos.

A realidade vivenciada por todos nós hoje envolve contradições sociais que configuram um contexto de verdadeira barbárie, fruto do atual estágio do capitalismo. Enquanto trabalhadoras(es) e cidadãs(ãos), sentem-se, diariamente, no cotidiano profissional e na própria pele, o contexto de crise estrutural e metabólica da ordem do capital, a incerteza e fragmentação da esquerda e a insensibilidade dos detentores do capital.

A despeito de tudo isso, continua-se a acreditar na possibilidade e necessidade da construção de um país diferente e mais justo. Assim, é preciso que a reflexão e análise crítica sobre os atuais rumos brasileiros e internacionais motivem-nos a mais uma vez lutar pela manutenção da construção crítica e consciente de um país mais igualitário. Sem exploração dos trabalhadores e trabalhadoras pelos detentores do capital e sem a opressão do homem sobre a mulher.

O Serviço Social tem participado dessa busca há quase cinco décadas. A intenção de ruptura com um projeto profissional, afinado com princípios conservadores, foi se fortalecendo ao longo dos anos 1960 e 1970, possibilitando, nos anos 1980 e 1990, ser possível experimentar o amadurecimento ético e político. Sem desmerecer o peso dessas conquistas, é inegável que o Serviço Social ainda tem muito a fazer, sobretudo, em um contexto que, como já indicado anteriormente, acena-nos com perigos e riscos efetivos.

Dessa forma, entre esses riscos e perigos, há, por exemplo, as inúmeras propostas de contrarreformas, como a reforma universitária e a avalanche de cursos de serviço social a distância; a onda pós-moderna, que põe em risco o projeto ético-político e aponta para a recriação de perspectivas há muito tempo consideradas superadas, além de ampliar a desmobilização política; a pressão no mundo do trabalho, na autonomia dessa profissão, na degradação dos espaços de trabalho, enfim, na sua precarização.

Nesse contexto, essa precarização atinge toda a classe trabalhadora, mas, de forma ainda mais acentuada, a força de trabalho feminina, da qual o Serviço Social é parte integrante, uma vez que consiste em trabalhadores(as) inseridos(as) na divisão sociotécnica do trabalho, além de serem estes conformados majoritariamente por mulheres.

3. Considerações finais

Neste texto, buscou-se mostrar como o espaço do trabalho assalariado está intimamente vinculado ao espaço da reprodução, interagindo com as relações de gênero presentes na complexa e contraditória trama de relações sociais que conformam a divisão sociossexual do trabalho. As relações sociais de gênero, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou contraditórias, seja pela exploração da relação capital/trabalho ou pela dominação masculina sobre a feminina, expressam a articulação fundamental da produção/reprodução e salienta a importância do estudo do trabalho na esfera reprodutiva.

A divisão sociossexual do trabalho é, portanto, um fenômeno do processo histórico, pois se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte, mas, na sociedade capitalista, segundo essa divisão, o trabalho doméstico permanece em grande medida sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não. Dessa forma, a divisão sociossexual do trabalho, tanto na esfera doméstica quanto na produtiva, expressa uma hierarquia de

gênero que, em grande medida, influencia a desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido de desvalorização da força de trabalho e, conseqüentemente, desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo. Isso ocorre porque:

A reprodução das relações sociais capitalistas de produção são também a reprodução da divisão sexual do trabalho. Aqui, a relação capital/trabalho como uma relação histórica concreta pode ser vista de forma a incorporar uma hierarquia de gêneros, expressa em categorias como - qualificação, responsabilidade, controle - que de fato não são neutras a sexo, como também não são neutras a classes (PENA, 1981, p. 81).

O capital, por sua vez, não ignorou a cor da pele ao longo da história e até hoje vem reforçando e se apropriando da existência de dominação e subordinação entre gênero e raça. Portanto, a hierarquização, confirmada pela composição das relações de poder, continua contribuindo satisfatoriamente para o capital (PENA, 1981). Isso porque: “seria um milagre se o ‘microcosmo’ do sistema do capital fosse ordenado segundo o princípio da igualdade real” (MÉSZÁROS, 2002, p. 268–269). Em seu conjunto, esse sistema não consegue ser mantido “sem reproduzir, com sucesso e de maneira constante, as relações de poder historicamente específicas (...)” e fortemente hierarquizadas (MÉSZÁROS, 2002, p. 268–269).

Pode-se afirmar que uma das causas da desigual divisão sociosexual do trabalho, tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva, consiste em avaliar as implicações futuras do questionamento da autoridade do capital. O controle do capital deve estar constantemente presente nas relações sociais. Tanto é verdade que quando há grandes dificuldades e perturbações no processo de reprodução, os “representantes” do interesse do capital procuram lançar sobre a família o peso da responsabilidade pelas falhas e “disfunções” cada vez mais frequentes, impingindo a necessidade de “retornar aos valores da família tradicional” e aos “valores básicos”.

Dessa forma, segundo Mészáros (2002, p. 272), “às vezes tentam até encerrar essa necessidade na forma de leis quixotescas, procurando jogar nos ombros dos pais” que — na grande maioria das vezes, é mesmo no ombro das mães — “a responsabilidade pelo ‘comportamento anti-social’ dos filhos” (sendo este um exemplo característico do descaso da sociedade capitalista, que jamais conseguiu ou quis conseguir tratar das verdadeiras causas subjacentes).

Tudo isso indica, de acordo com Mészáros (2002, p. 272), “uma profunda crise que afeta todo o processo de reprodução do sistema de valores do capitalismo”, renunciando mais conflitos e batalhas, entre eles, a luta crucial por uma igualdade substantiva. Como para o bom funcionamento do sistema de capital, a premissa da verdadeira igualdade é absolutamente inaceitável, uma divisão sociosexual do trabalho menos desigual tende a permanecer não integrável na lógica dominante e irresistível (“não importando quantas derrotas temporárias ainda tenha de sofrer”), para quem luta por ela (MÉSZÁROS, 2002, p. 272).

Dessa maneira, pode-se afirmar que a divisão sociosexual do trabalho está no âmago das relações de poder presentes tanto na opressão que o sexo masculino exerce sobre o feminino quanto na exploração que o capital exerce sobre a força de trabalho. Nesse sentido, Marx e Engels afirmam que nessa “divisão do trabalho na qual todas essas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão natural do trabalho na família”, como também nas várias famílias em oposição entre si que se encontram inseridas na sociedade, ocorre simultaneamente a repartição, e mais, uma repartição desigual do trabalho e da produção. (1977, p. 46)

A propriedade, então, já encontra seu núcleo na família, na qual todos os indivíduos que a compõe são escravos do homem, esteja ele no papel de marido ou pai. A escravidão na família, embora ainda rudimentar, foi por Marx e Engels definida como “primeira

propriedade, que aqui, aliás, já corresponde perfeitamente à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho dos outros”. (1977, p. 46)

Segundo Mészáros (2002), as relações dominantes de poder “tinham de ser reconstituídas constantemente em toda parte — inclusive no ‘núcleo’, sob a forma da ‘distribuição quantitativa e qualitativamente desigual’ das forças produtivas sociais historicamente estabelecidas e seus produtos” — e de tal forma que as menores células que as constituem e suas vinculações mais abrangentes deveriam permanecer sempre estruturalmente emaranhadas e entrelaçadas entre si na produção e reprodução reciprocamente condicionantes

É verdade que esse é um processo cheio de contradições e antagonismos, aliás, como ocorre sempre em todos os lugares onde os interesses do capital impõem sua lógica. Portanto, quanto mais profundas forem as “disfunções sociais”, maiores serão “a carga e as exigências impostas à luta para superar as diversas dimensões da questão social (MÉSZÁROS, 2002, p. 305). Em outras palavras, a crítica da sociedade capitalista não pode se limitar à análise da exploração existente no espaço produtivo, por mais importante que ela seja.

Desse modo, a crítica deve abranger também todos os profundos e multifacetados aspectos negativos dessa lógica, tal como a compreensão da opressão presente no espaço reprodutivo, aqui representado pela estrutura da família patriarcal, que impõe uma desigual divisão do trabalho para a mulher. Assim, este artigo baseou-se na compreensão da categoria trabalho, permitindo que fosse sublinhado o aspecto dialético da positividade e negatividade, o qual se encontra na dinâmica das relações sociais de opressão e exploração de classe, gênero, sexo e etnia.

Referências

ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDERSON, P. Neoliberalismo, ordem contestada. *Outras Palavras*. 2017. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/destaques/neoliberalismo-ordem-contestada/>>. Acesso em: 2 jan. 2021.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7. ed. rev. ampliada São Paulo: Cortez, 2000.

CADERNOS ABESS. *Diretrizes curriculares e pesquisa em serviço social*. São Paulo: Cortez, Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social, n. 8, 1998.

CARVALHO, D. B. B.; SILVA, M. O. S. (Orgs). *Serviço social, pós-graduação e produção de conhecimento no brasil*. São Paulo: Cortez, 2005.

CHAUÍ, M. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Código de ética profissional do assistente social*. Brasília, DF, 1993.

GORZ, A. *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2011.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). *Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1998.

LARA, R. *A produção de conhecimento no Serviço Social: o mundo do trabalho em debate*. São Paulo: Unesp, 2011.

LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1971.

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANDEL, E. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARTINELLI, M. L.; JOSÉ FILHO, M. Mesa redonda: a produção do conhecimento em Serviço Social. *In: II Congresso Nacional de Serviço Social de Saúde*. São Paulo: TVMED, 2004.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MESZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OFFE, C. Trabalho com categoria sociológica fundamental? *In: Trabalho & Sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 1, 1984.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social - notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87–132, abr. 1996.

NOGUEIRA, C. M. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, J. F. S. *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. I. *A apropriação das obras de Ricardo Antunes pelo Serviço Social: a categoria trabalho em debate*. 2014. 178 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2014.

SIMIONATTO, I. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 5, n. 9, p. 20–28, jan./jun. 2005.

O trabalho e sua intensificação no contexto da pandemia do novo coronavírus, Covid-19

Edvânia Ângela de Souza¹
Ana Cristina Oliveira de Oliveira²
Maria Liduina de Oliveira e Silva³

1. Introdução

Em 2020, a partir do contexto da pandemia do novo coronavírus, Covid-19, é possível reconhecer que houve maior visibilidade em torno do trabalho, sobretudo, em decorrência das inúmeras profissões e ocupações que não puderam fazer o isolamento social, medida necessária para evitar a possível exposição ao vírus e consequente contaminação. As medidas de isolamento social no Brasil ocorreram de forma flexibilizada, mais a cargo dos Estados e municípios do que da União. Dessa maneira, ainda que em momentos de maior isolamento social, as atividades essenciais não puderam interromper as suas atividades, mas além dessas, trabalhadores(as) informais, que segundo o IBGE (2019), compreendiam mais de 40% da força de

¹ Professora do Departamento de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) - Unesp- Franca/SP. Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS), Unifesp-BS. Coordenadora do grupo de estudos e pesquisas: “Mundo do Trabalho: Serviço Social e Saúde do/a Trabalhador/a” (GEMTSSS). Coordenadora do grupo de extensão de alfabetização Paulo Freire, GAPAF. E-mail: edvaniaangela@hotmail.com

² Professora do Departamento de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/Niterói). Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (UFF). Coordenadora do Grupo Permanente de Estudos Trabalho, Questão Social e Serviço Social: expressões do conservadorismo na formação social brasileira (NUTTS/UFF). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social (NUTSS/ESS/UFF). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaços Populares e Favelas (NEPEF/ESS/UFF) e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU/ PROEX/UFF). E-mail: anacoliveira60@gmail.com.

³ Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais (PPGSSPS) e docente do curso de Serviço Social da Unifesp; coordenadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Criança, Adolescente e Família (GCAF). Assessora editorial da área de Serviço Social da Cortez editora. E-mail liduoliveira90@gmail.com.

trabalho em fins de 2019, também não puderam fazer isolamento, por razões estritamente econômicas.

Em um breve sumário a respeito do trabalho e as medidas de isolamento social, como medidas de proteção à vida ante a pandemia da Covid-19, destacam-se dois movimentos absolutamente contraditórios. No primeiro momento, quando do início das iniciativas para a implantação do isolamento social no Brasil, o então, ministro da saúde Luiz Henrique Mandetta foi a público, vestindo um colete com o símbolo do Sistema Único de Saúde (SUS). Deve ser dito que não se ignora o fato de que o referido ministro não tenha qualquer engajamento em defesa do SUS, todavia, naquele momento saiu em defesa das medidas de distanciamento social e demais orientações prescritas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), com vistas a evitar o alastramento das infecções provocadas pela Covid-19 e, em consequência, o colapso do SUS.

De outro lado, com posicionamentos qualitativamente diversos, o então presidente da República Jair Bolsonaro (Sem Partido) e um grupo de empresários saíram em coalizão com os indicativos feitos pelo Ministério da Saúde (MS) e OMS. A questão posta: defender a vida ou defender o mercado? (SOUZA, 2020). Relutância das elites em parar temporariamente o comércio e a produção, ainda que o seu funcionamento coloque grande quantidade de pessoas em risco de contaminação.

Desse modo, instaurou-se o pensamento em relação a ser preferível que as pessoas se contaminem e algumas delas até morram do que interferir no andamento “normal” da economia, o que pode ser exemplificado nas narrativas de alguns empresários e apoiadores do governo Bolsonaro e do próprio presidente da República, tais como:

[...] Fica preocupado com o vírus entrando na favela não, porque não vai matar ninguém. Vai matar só velhinhos e gente já doente (Roberto Justus); o Brasil não pode parar por conta de 5 mil pessoas ou 7 mil pessoas que vão morrer (Junior Durski, da rede Madero); Você que é funcionário, que talvez esteja em casa “numa boa”, numa tranquilidade, curtindo um pouco esse

home office, esse descanso forçado, você já se deu conta de que, ao invés de estar com medo de pegar esse vírus, você deveria também estar com medo de perder o emprego? (Alexandre Guerra, sócio dos restaurantes Giraffas); o dano na economia vai ser muito maior do que na pandemia (Luciano Hang, dono das lojas Havan) (ECONOMIA UOL, 2020, *on-line*).

Essas narrativas são vertentes de um reacionarismo que vem se intensificando na sociedade brasileira, encabeçado pelo presidente da República Jair Bolsonaro (Sem Partido), que, como já enfatizado, desde o início da pandemia da Covid-19, foi contra o isolamento social, advertindo que a interrupção da economia provocaria muito mais males que aqueles causados pelo novo coronavírus. Bolsonaro adotou uma postura que desqualifica o MS e as ações preventivas para conter a propagação do vírus; chamou a pandemia da Covid-19 de “gripezinha” e “resfriadinho”, estimulando movimentos contrários ao isolamento social, tais como as carreatas e “buzinaços”, inclusive, em frente aos hospitais de campanha construídos para o atendimento de pessoas contaminadas pela Covid-19 (ONOFRE; GARCIA, 2020).

Nesse ínterim, o MS perdeu dois ministros da saúde, sendo que o posto foi ocupado pelo general do exército, Eduardo Pazuello, que não tem experiência na área da saúde, mas é um militar de confiança do presidente Bolsonaro. Ao desdobrar a análise, é possível observar que no dia 1º de maio, data em que se comemora o Dia do Trabalho, já existiam 6.329 *mortes devido à Covid-19 no Brasil* e 92.202 casos confirmados em todo o país (BRASIL, 2020a). Dessa forma, “até 26 de abril, ocorreram 4.205 óbitos com confirmação de Covid-19 no Brasil, representando um coeficiente de mortalidade de 20 óbitos por cada milhão de habitantes (4.205/210.147.125)” (BRASIL, 2020a). Com base nisso, observa-se também que do dia 26 de abril até o dia 1º de maio, isto é, em apenas seis dias, foram registradas mais 2.124 mortes.

Destaca-se o rápido crescimento do número de infectados pela Covid-19. Se em 1º de maio, existiam 6.329 óbitos por Covid-19

(BRASIL, 2020a), devendo ainda ser consideradas as subnotificações; no dia 23 de maio, o Brasil atingiu 5.175.925 casos de confirmados e 22.013 óbitos decorrentes da doença (BRASIL, 2020b). No dia 19 de maio, foi registrada a marca de mil mortes por dia.

Em apenas 20 dias, foram meio milhão de novas contaminações e o número de mortes cresceu quase quatro vezes, ultrapassando a cifra de 20 mil mortes e que, no início de junho, chegou a 30 mil óbitos.

Esse é um dos resultados da crônica de morte anunciada pelo negacionismo da letalidade da Covid-19, adotado pelo presidente. Destaca-se que, no dia 28 de abril de 2020, o Brasil ultrapassou a China quanto ao número de mortes diárias por Covid-19, o que o presidente da República Jair Bolsonaro, entre a organização de um churrasco e os discursos contrários à pandemia, respondeu à mídia: “E, daí? (CHAIB; CARVALHO, 2020). Em oito meses de pandemia da Covid-19, o Brasil caminha para a cifra de 200 mil óbitos em decorrência das contaminações ocasionados pela Covid-19 e mais de seis milhões de pessoas infectadas (BRASIL, 2020c), mas, para o presidente da República, é uma “gripezinha” ou que o Brasil é um país de “maricas” (BBC NEWS, 2020).

Cabe enfatizar que o périplo negacionista não se reduz às verborragias, agressões à imprensa e aos demais defensores das medidas de prevenção e defesa da vida, além de o presidente Jair Bolsonaro (Sem Partido) ter demitido dois ministros da saúde — que buscaram, ainda que timidamente, adotar medidas de contenção da curva de contaminação pela Covid-19 — ele também vem impondo os custos da crise do capital, que ganha novas proporções com a pandemia, sobre os ombros da classe trabalhadora.

No dia 22 de março de 2020, quando todos os estados já contavam com registros de contaminações por Covid-19 confirmados, o presidente da República Jair Bolsonaro, valendo-se do estado de calamidade pública, conforme Decreto Legislativo nº 6, de 6 de março de

2020 (BRASIL, 2020d), que decreta o estado de emergência de saúde pública no país, editou a Medida Provisória (MP) nº 927 que, no seu artigo 18º, permitia a suspensão de salários por até quatro meses, tal proposição sofreu mudanças no Congresso. Em 1º de abril, editou a MP nº 936. Ambas MP imputaram a responsabilidade da crise econômica e sanitária sobre a classe trabalhadora, isentando a classe empresarial de suas responsabilidades (CARAM; RESENDE; LEMOS, 2020).

Essas MP não foram aprovadas, segundo a redação inicial proposta por Bolsonaro, devendo aqui ser registrado que, no contexto de intensa instabilidade econômica e insegurança para a vida de trabalhadores(as), o presidente Bolsonaro propôs: a suspensão de salários por até quatro meses; a suspensão da obrigatoriedade dos exames médicos ocupacionais, clínicos e complementares; a postergação do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) pelos empregadores e o adiamento dos processos administrativos por infrações cometidas no ambiente de trabalho (CARAM; RESENDE; LEMOS, 2020).

Além disso, Bolsonaro prorrogou a jornada de trabalho para além de 12 horas por dia, passando a “adotar escalas de horas suplementares entre a décima terceira e a vigésima quarta hora do intervalo interjornada”, sem pagamento, com “compensação” em até 18 meses” (SEVERO, 2020). Maior jornada de trabalho e maior exposição à Covid-19. As MP nº 927 e 936 não foram aprovadas e perderam a sua validade, todavia, o seu conteúdo, com algumas modificações, foi aprovado pela Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020 (BRASIL, 2020e) e no Decreto presidencial nº 10.470, de 24 de agosto de 2020 (BRASIL, 2020f).

A flexibilização do trabalho, no entanto, não é novidade no Brasil, visto que, na segunda semana de setembro de 2020, a taxa de desocupação foi de 14.4%, havendo a redução de 500 mil postos de trabalho de uma semana para outra (IBGE, 2020). A pesquisa destaca também que, em 43.6% dos domicílios brasileiros, ao menos um(a)

morador(a) recebeu o auxílio emergencial, sendo 30.1 milhões de pessoas em agosto e 29.9 milhões em setembro de 2020. O valor médio do benefício recebido pela população foi de R\$ 894,00 por domicílio (IBGE, 2020). A pesquisa indica ainda que mais de 8 milhões de pessoas estavam trabalhando remotamente ou 10.7% da população ocupada (IBGE, 2020).

Ademais, desde 2016, quando do *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e da ascensão do seu vice-presidente, Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), por meio de um grande acordo do capital nacional e internacional, cujo resultado não se limita ao *impeachment*, mas avança para os propósitos do aprofundamento da agenda neoliberal no país, o que resultou na aprovação, em um curto período de tempo, de um intenso repertório, que inclui um rigoroso ajuste fiscal, como: a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (EC nº 95, BRASIL, 2016) (SOUZA; SILVA, 2019), que congela os gastos por 20 anos, especialmente os gastos primários, ou seja, agrava ainda mais o financiamento das políticas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte etc. e, ainda, amplia a flexibilização do trabalho e dos direitos sociais, com a aprovação da contrarreforma trabalhista em 2017 (LOURENÇO, 2018).

Ressalta-se que houve inúmeras alterações da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), traduzidas na contrarreforma trabalhista, que ferem a segurança no trabalho e na vida em sociedade, tais como: a aprovação do acordado sobre o legislado; o trabalho autônomo de forma frequente nos ambientes empresariais; a terceirização irrestrita; a restrição do acesso à justiça do trabalho e o seu poder de atuação em defesa do trabalho decente; a instituição do trabalho intermitente — sem a definição da jornada e do salário; entre outros, o enfraquecimento dos sindicatos (LOURENÇO, 2018; LACAZ, 2019).

Nesse sentido, intermitente pode ser visto como imprevisível, ou seja, ao fim e ao cabo, é como se o trabalhador(a) dissesse: “estou

registrado, mas não empregado”. A contra reforma trabalhista impactou sobremaneira o poder dos sindicatos de trabalhadores(a). Além das medidas adotadas fragilizarem significativamente os contratos e, em consequência, a organização política, também foi perdida a fonte de financiamento e de negociação coletiva, incidindo duramente sobre a subjetividade operária e organização política (LOURENÇO, 2018; LACAZ, 2019).

Assim, este texto objetiva apresentar e discutir alguns elementos que incidem sobre o trabalho, considerando, especialmente, o período de pandemia da Covid-19. Trata-se de um ensaio teórico, que se assenta na teoria marxista da dependência, para retratar aspectos da particularidade brasileira e do trabalho no contexto contemporâneo, cujas principais características podem ser resumidas na desproteção social e trabalhista, como já indicado nessa introdução, e na sua intensificação, tanto em termos de jornada de trabalho quanto em termos de cumprimento de metas e maior subsunção formal e real ao capital, como se discute no próximo tópico.

2. Globalização econômica e a superexploração do trabalho

Meszáros (2002) já havia explicitado que o capitalismo contemporâneo é globalizante e o seu sociometabolismo evidencia as formas mais bárbaras de produção e reprodução social. O capitalismo contemporâneo é tão bem evidenciado nesse contexto de crise do capital e sanitária, quando sobressai o crescimento do desemprego, da informalização do trabalho e das medidas regressivas de direitos, tal como é a Carteira Verde Amarela, proposta pelo governo de Jair Bolsonaro (SOUZA; ANUNCIAÇÃO, 2020).

Aqui, cabe enfatizar que a globalização é uma síntese, quase religiosa do capitalismo contemporâneo, que apregoa “integração” econômica, política e cultural entre os vários países do globo. Marx (1985) já havia assinalado que o aumento da produção da riqueza está acompanhado do aprofundamento da pobreza e explicitou de forma

contundente o processo de exploração e expropriação do trabalho, considerando os fundamentos da sociedade burguesa e do capitalismo.

Assim, a globalização pode ser vista também como centralização do capital, numa era de oligopólios, que dita as suas regras para os demais países que, entre outros imperativos, impõe o dever às economias emergentes ou em desenvolvimento, obrigando os governos a abrirem as suas fronteiras para a entrada de mercadorias estrangeiras a baixo custo e, ao mesmo tempo, desregular a legislação trabalhista e ambiental. Trabalho e natureza precisam estar livres das amarras da lei, para serem devidamente explorados.

Enquanto isso, os Estados Unidos da América (EUA) propõem a construção de um muro, separando a fronteira ao Sul com o México. Embora esse discurso tenha se virilizado com Donald Trump na campanha eleitoral de 2015 e tenha se mantido como uma agenda conservadora e atuante até o momento, é importante afirmar que desde 1990, com Bush e depois com Clinton, perspectivas nesse sentido já vinham sendo utilizadas.

Dessa forma, murros de concretos, arames e intensificação da fiscalização foram adotados para o impedimento da chegada de imigrantes nos EUA. Imigrantes por toda Europa aguardam asilo político, vivem em guetos ou em campos de refugiados, sofrem xingamentos de toda ordem, a olhos nu são vistos como a causa da crise do capital, da falta de trabalho, da perda das condições adequadas de vida e trabalho. Ademais, são vistos como terroristas. São vastos e cruéis os exemplos de controle, soberania do capital e extermínio dos corpos, da cultura e das formas de resistência dos vistos como indesejáveis (MBEMBE, 2018). O capitalismo, nos seus respectivos estágios de desenvolvimento desigual combinados, engendra relações assimétricas de subordinação, imperialismo e belicismo (MANDEL, 1982).

Vivencia-se a militarização da política, a interpenetração da religião na política e a disseminação de ideias autoritárias, o que não

se faz sem implicações viscerais para o Estado e para a classe trabalhadora e os respectivos movimentos. O pressuposto mais fundamental adotado pelo Estado é a hegemonia da classe dominante, da propriedade e de seus interesses, assim, não se trata apenas de destituir direitos, flexibilizar a legislação trabalhista e destruir a Previdência Social (PS), mas, essencialmente, direcionar o fundo público aos investidores e especuladores ou ao sistema financeiro, transformando trabalhadores(as) em empreendedores(as). Em paralelo, evidencia-se um estranhamento social aprofundado, com profundo ataque à democracia e a vida sócio ambiental no âmbito histórico social.

A luta de classes entre capital e trabalho recrudescer, logo, novos elementos são adotados pelo capital, como a ampla disseminação de um discurso ideológico contrário aos direitos e à classe trabalhadora. O trabalho precariza-se cada vez mais, o desemprego estrutural debilita tanto as possibilidades históricas e sociais para a revolução e o movimento das massas quanto o próprio ideal de trabalho protegido, com registro em carteira, garantias sociais e solidariedade de classe. Todavia, não se pode perder de vista a capacidade organizativa da classe trabalhadora, tal como é exemplo o movimento “breque” de trabalhadores(as) por aplicativos (MOTA, 2020).

3. A superexploração do trabalho em tempos de 4ª Revolução Industrial (4ª RI)

O abismo entre classes, como uma exponencial produção e reprodução das relações sociais latino-americanas, avolumado pela oferta de trabalhadores a baixo custo, atende particularmente às intrínsecas necessidades modernas de acumulação do capital. Diante da desigualdade social aprofundada, o capitalismo dependente ressoa ampliando para além do custo baixo da remuneração salarial, mas configurado pelo aumento da produtividade e atravessado pelo recurso de tecnologia estrangeira na relação desigual da divisão internacional do trabalho. Na medida em que se amplia a tecnologia de

ponta relacionada à robótica, ao mundo digital, informacional e da internet, amplia-se também a precarização do trabalho (ANTUNES, 2018).

Para Fernandes (2019), as principais características da 4ª Revolução Industrial (4ª RI) são: o uso de dispositivos de “Internet das Coisas” (*Internet of Things*), Inteligência Artificial (IA), *Big Data* e virtualização das empresas, tornando os equipamentos mais “inteligentes” e interativos, fornecendo e recebendo informações dos sistemas de controle administrativo (*Enterprise Resource Planning* — ERP) e Inteligência do Negócio (*Business Intelligence* — BI), para se modelar as necessidades do cliente e, ao mesmo tempo, providenciar uma produção mais enxuta. Desse modo, o autor destaca amplos investimentos feitos por países da Europa, América do Norte e Ásia, em que os estados e as empresas têm feito investimentos bilionários para transformar os processos produtivos, inovando-os e tornando-os muito mais competitivos e capazes de exercer amplo controle sobre a vida humana e toda sociedade (FERNANDES, 2019).

O mundo do trabalho na 4ª RI significa que as máquinas comunicam-se entre si e um produto pode ser customizado de acordo com as demandas de forma rápida e independentemente de sua localização territorial, configurando a personalização produzida por alta tecnologia em um contexto de aprofundamento da super exploração do trabalho. O horizonte no alargamento do abismo tem como foco a alta tecnologia capaz de proporcionar maior eficiência para os grandes projetos, reduzindo desperdícios de materiais, otimizando a aplicação de recursos e eliminando a força de trabalho vivo. Entretanto, como já tão bem discutido por Antunes (2018), não se trata de a sociedade digital eliminar o trabalho vivo, mas criar uma nova morfologia do trabalho, com uma classe trabalhadora altamente descentralizada, heterogênea, fragmentada e sem direitos.

O movimento do capital, a fim de encontrar as melhores condições para a reprodução ampliada das suas taxas de acumulação, desenvolve o processo de integração de maneira mais acirrada entre o capital estrangeiro e as economias nacionais, que culmina no aprofundamento da dependência. O processo da integração tem na sua centralidade na “divisão do trabalho entre os países produtores de bens manufaturados e de máquinas leves e os países que produzem máquinas pesadas. Subsiste também uma profunda distância tecnológica entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos” (SANTOS, 1971, p. 194). O intercâmbio desigual de mercadorias no capitalismo dependente apresenta três aspectos articulados:

O ajustamento das dimensões das empresas nos países subdesenvolvidos, a padrões que lhes são estranhos e o ajuste da política dessas empresas a interesses também alheios a tais países e muitas vezes contrários a estes [...] Por fim, o processo de integração implica um processo de descapitalização, devido às remessas de lucros e outros rendimentos muito superiores aos investimentos realizados (SANTOS, 1971, p.199).

Para a compreensão sobre a precarização das relações de trabalho no continente latino-americano, pergunta-se como opera a exploração do trabalho nos países de capitalismo dependente? Se a América Latina é parte integradora do mercado mundial pela contribuição da passagem de mais-valia absoluta para relativa na fase madura do capitalismo (MARX, 1985), ao reduzir o valor individual de mercadoria com o aceleração da produção e intensificação do trabalho (MARINI, 2000) se vincula às promessas de desenvolvimento do capital, ainda que em condições de devastação da força de trabalho, desprotegida, sem acesso a direitos e, na maioria das vezes, adocida pelas péssimas condições de vida e trabalho.

Para entender a América Latina no sistema mundo, Marini (2005) reivindica, então, a ideia de que a transição ao capitalismo na América Latina só é possível se compreendida e resolvida ao

considerar uma visão totalizante do sistema mundial desde a origem colonial. A importância na precisão sobre a função da América Latina na formação da grande indústria no centro encontra-se, sobretudo, nas abordagens críticas que enfatizam o aspecto de continuidade do caráter subordinado das economias ex-coloniais e estabelecimento do que distingue a situação colonial da situação de dependência.

Além do fornecimento de matérias-primas e alimentos que contribuem para a aglomeração urbana na Europa, a conversão da periferia em consumidora de produtos manufaturados e industriais acabaria ajudando aquela transição da produção de mais-valia absoluta para a produção de mais-valia relativa nos países centrais (LOPES, 2013, p.133).

A precarização das relações de trabalho, com a redução de salários e a perda de rendimentos sem garantias de direitos trabalhistas, dá-se de forma mais acentuada. Portanto, a condição da dependência na dinâmica da divisão internacional do trabalho, ou seja, na acumulação de capital em escala mundial, localiza os países latino-americanos na integração do mercado mundial pela transferência de valor aos países de capitalismo central, que configura uma forma de compensar tal transferência, pela forma peculiar de exploração, denominada de superexploração da força de trabalho.

Nesse sentido, discutir a precarização das relações de trabalho constitui evidenciar os processos, as relações que operam no capitalismo dependente e a sua imbricação como o sistema mundial capitalista. Dessa forma, Osório (2013) postula:

O problema *não* está, portanto, *em afirmar a universalidade da superexploração*, mas *em não distinguir as formas específicas que predominam no mundo imperial e no mundo dependente, com as consequências diferenciadas* que isso provoca nas formas como o capital se reproduz, bem como nas *bases diferenciadas que estabelece para o desenvolvimento da luta de classes* (OSÓRIO, 2013, p. 69, grifos do autor).

Com base nesse argumento, o imperialismo, em sua difusão expansionista e integradora, configura a precarização da força de trabalho de maneira mais acentuada pela forma assumida pela exploração capitalista, que implica na violação do valor da força de trabalho diante de sua configuração diferenciada nas regiões e economias dependentes em relação ao prolongamento da jornada de trabalho e à apropriação do fundo de consumo, em especial dos trabalhadores negros, das mulheres, dos migrantes e das populações mais pauperizadas.

Nesses termos, o esgotamento físico e mental dos trabalhadores(as) de modo mais bruto recolhe frutos no tempo de vida útil para o capital, incidindo na saúde do(a) trabalhador(a) e nas condições de vida de trabalho de forma aguda, assim, segundo Osório (2013):

A superexploração é uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda –, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total. (OSÓRIO, 2013, p. 49).

A Indústria 4.0 ou 4ª RI, com a sofisticação de *software* de última geração, por meio de inteligência artificial, amplia consideravelmente o abismo na organização do mundo do trabalho e na precarização da força de trabalho, pela possibilidade de projeção do real para o virtual com dimensões de diferentes infraestruturas. Portanto, o processo de globalização da economia remete às ondas de modernização capitalista, mas que reproduz consequências destruidoras e agudas das condições de reprodução social da classe trabalhadora latino-americana.

Os mecanismos de superexploração da força de trabalho, associados à invisibilidade política e social da classe trabalhadora, abrangem mecanismos de privatização da vida pública, terceirização e flexibilização da força de trabalho e da produção; ampliação do

setor informal de trabalho, pauperização ampliada e acirrada pelo recrudescimento dos direitos sociais conquistados na constituinte, por intermédio da luta de classes; desemprego estrutural marcado pela sucessão de crises cíclicas e estruturais do capitalismo. Logo, todo esse processo é intensificado pela acumulação do capital financeirizado na era digital.

Ademais, ideologicamente, a orquestração política e econômica em torno de valores liberais e, ao mesmo tempo, conservadores, destrói o próprio horizonte de organização política operária, por exemplo, a reforma trabalhista, com a legalização do trabalho informal, tal como é o trabalho intermitente e a terceirização ampla e irrestrita (LOURENÇO, 2018), trabalho sob demanda ou *on demand*, para usar um termo disseminado pela era digital. Todas essas mudanças balizam um terreno cultural e ideológico, com base no qual a classe trabalhadora torna-se fragmentada, devido às formas de contratação e aos vínculos trabalhistas cada vez mais precários e, também, enquanto unidade, porque se torna reprodutora do discurso da classe dominante.

Fontes (2012), ao analisar o capital portador de juros, já havia alertado para o amplo processo de expropriação que trabalhadores(a) estão submetidos(as), devido à expansão do que a autora denomina ‘expansão do capital-mercadoria’ ou “monetário no plano internacional”. Dessa forma, a subsunção formal e real do trabalho ao capital é um elemento constitutivo deste último.

Mandel (1982) explicita que a revolução tecnológica permanente, cada vez mais afinada com o tempo histórico do capitalismo maduro, representa inseguranças e incertezas em relação aos investimentos, impondo a aceleração do tempo de produção, circulação e consumo. Fontes (2012, *on-line*) sublinha que se trata de uma “[...] devastação social sem precedentes, agudizando as contradições próprias a esse modo de existência, sobretudo a que opõe a socialização da força de trabalho à concentração internacional do capital”.

Nesse sentido, as inovações no âmbito da ciência e tecnologia estão apontadas, ao mesmo tempo, para um aumento da produtividade e para uma maior subordinação do trabalho ao capital, dessa forma, por mais que a tecnologia facilite o nosso cotidiano e, de fato o faz, o seu sentido está capturado pelo capital para o aumento da produtividade, das taxas de acumulação e de controle sobre o trabalho.

Ademais, as inovações tecnológicas impõem ritmos mais acelerados e jornadas extenuantes de trabalho, porque, agora, não se limitam ao ambiente de trabalho, mas invadem o tempo quase total da vida. No oposto, o descanso, o sono e o desligar-se das atividades de trabalho, mesmo nos finais de semana e feriados, tornaram-se praticamente impossíveis na atual configuração do capitalismo contemporâneo.

O atual paradigma da ciência e tecnologia, ambientado na política neoliberal, está acompanhado da transformação das necessidades humanas, como a fome, a sede, o desejo sexual, os relacionamentos sociais e afetivos, como nichos do mercado (CRARY, 2016); a possibilidade de transferir dados da nossa mente para a esfera digital também consome amplos investimentos da burguesia para o aumento do controle sobre o trabalho, vidas humanas e respectivos comportamentos (CRARY, 2016; FERNANDES, 2019).

4. Considerações finais

Evidencia-se que a intensificação do trabalho vem sendo aprofundada com as inovações tecnológicas e o contexto de pandemia da Covid-19 acirrando a superexploração no capitalismo dependente, num contexto de desemprego, cuja população desocupada no país chegou ao total de 13.8 milhões de pessoas, com 14.4% da população desocupada (IBGE, 2020). O que se evidencia é que a classe trabalhadora passará a se submeter a condições de trabalho cada vez mais instáveis, precarizadas, com baixos salários e sem respaldo de direitos trabalhistas e vínculos empregatícios formais, em plena era de reprodução ampliada do capital.

Referências

ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Boletim Epidemiológico Especial 15 — COE COVID19. *Ministério da Saúde*. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: <<https://portalquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/09/2020-05-06-BEE-15-Boletim-do-COE.pdf>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

_____. Boletim Epidemiológico Especial 17 — COE COVID19. *Ministério da Saúde*. Brasília, DF, 2020b. Disponível em: <<http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2020/May/29/2020-05-25---BEE17---Boletim-do-COE.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

_____. Painel Coronavírus. *Secretarias Estaduais de Saúde*. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

_____. Decreto Legislativo n. 6, de 2020. *Câmara dos Deputados*. Brasília, DF, 2020d. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2020/decretolegislativo-6-20-marco-2020-789861-norma-pl.html>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

_____. Lei n. 14.020, de 6 de julho de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda; dispõe sobre medidas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; altera as Leis nos 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.101, de 19 de dezembro de 2000, 12.546, de 14 de dezembro de 2011, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2020e. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.020-de-6-de-julho-de-2020-265386938>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

_____. Decreto n. 10.470, de 24 de agosto de 2020. Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2020f. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.470-de-24-de-agosto-de-2020-273771108>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

_____. Emenda Constitucional N.95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providencias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 3 jan. 2021.

CHAIB, J; CARVALHO, D. ‘E daí? Lamento, quer que eu faça o quê?’, diz Bolsonaro sobre recorde de mortos por coronavírus. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-recorde-de-mortos-por-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

CARAM, B.; RESENDE, T.; LEMOS, L. Governo quer ampliar suspensão de contrato e corte de jornada para até quatro meses. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/guedes-quer-ampliar-suspensao-de-contrato-e-corte-de-jornada-para-ate-quatro-meses.shtml>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

CRARY, J. *Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

CORONAVÍRUS: ‘país de maricas’ e outras 8 frases de Bolsonaro sobre pandemia que matou 162 mil pessoas no Brasil. *BBC* 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54902608>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

FERNANDES, V. C. R. A distopia empírica do capitalismo digitalizado: novas formas de controle, reordenamento econômico, político e social no marco da Indústria 4.0. In: SOUZA, E. A.; SILVA, M. L. O. *Autofagia do Capital: ensaios sobre trabalho, questão social e serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2019.

FONTES, V. O imperialismo tardio – expropriações, trabalho, política e cultura. *Fundação de Estudos, políticos, econômicos e sociais Dinarco Reis*, jun. 2012. Disponível em: <<https://fdinarcoreis.org.br/fdr/2012/06/06/o-imperialismo-tardio-expropriacoes-trabalho-politica-e-cultura/>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua*: taxa de desocupação é de 14,4% e taxa de subutilização é de 30,6% no trimestre encerrado em agosto de 2020. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29322-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-14-4-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-30-6-no-trimestre-encerrado-em-agosto-de-2020>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *PNAD Contínua*: taxa de desocupação é de 14,4% e taxa de subutilização é de 30,6% no trimestre encerrado em agosto de 2020. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

LACAZ, F. A. C. Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em tempos de reforma trabalhista. Entrevista Antônio Francisco de Castro Lacaz. *Revista da ABET*, v. 18, n. 2, p. 353–360, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/44805>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

LOPES, T. C. Mais-valia absoluta e relativa em Marx e Marini. In: FILHO, N. A. (Org.) *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, p. 125–143, 2013.

LOURENÇO, E. A. de S. Entrevista: reforma trabalhista e os seus impactos para a saúde do(a)s trabalhadore(a)s, com Edvânia Ângela de Souza Lourenço. *Pegadas*, vol. 19, n. 1. 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5821/4448>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

MADERO, Havan, Giraffas: empresários criticam medidas de combate à pandemia. *Economia UOL*, mar. 2020. Disponível em: <<<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/24/empresarios-coronavirus-o-que-dizem-criticas.htm>>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: SADER, E. (Org.). *Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, p. 105–165, 2000.

MARX, K. O processo de produção do capital. 1867. In: MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZAROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTA, F. O breque dos apps e o movimento dos trabalhadores. *Le Monde Brasil Diplomatique*. 2020. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-breque-dos-apps-e-o-movimento-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 5 dez. 2020.

MBEMBE, A. *Necropolítica, biopoder, soberania, Estado de exceção, política da morte*. 3ª ed. São Paulo: M1 edições, 2018.

OSÓRIO, J. Fundamentos da Superexploração. In: FILHO, N. A. (Org.) *Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, p. 49–70, 2013.

ONOFRE, R; GARCIA, L. Mandetta diz que quarentena total será desastre e critica carreatas Ministro descartou isolamento vertical como forma de combater o coronavírus. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/eqilibrio-e-saude/2020/03/mandetta-diz-que-quarentena-total-e-desastre-e-critica-carreatas.shtml>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

SANTOS, T. dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: PEREIRA, L. (Org.). *Perspectivas do Capitalismo Moderno: leituras de sociologia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, p 185-236, 1971.

SEVERO, V. Medidas Provisórias de política escravista avançarão no Congresso? *Carta Capital*, 2020. Disponível em: <<https://www.carta-capital.com.br/opiniaio/medidas-provisorias-de-politica-escravista-avancarao-no-congresso/>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

SOUZA, E. A. de. A saúde como pauta do dia, por Edvânia Ângela de Souza. *F3 Notícias*. 2020. Disponível em: <<https://www.f3noticias.com.br/artigo-a-saude-como-pauta-do-dia-por-edvania-angela-de-souza/>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

SOUZA, E. A. de; ANUNCIACÃO, L. Narrativas de sofrimento e trabalho profissional do Serviço Social da Previdência Social em Tempos de Indústria 4.0. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 138, p. 215–241, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282020000200215>. Acesso em: 3 jan. 2021.

SOUZA, E. A. de; SILVA, M. L. O. S. (Orgs.). *Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital*. São Paulo: Cortez, 2019.

Renovação crítica do Serviço Social no Brasil: legado, tendências e desafios contemporâneos

Maria Rosângela Batistoni¹

José Fernando Siqueira da Silva²

1. Legado histórico-crítico do Serviço Social no Brasil

Em *tempos conservadores* na sociedade e no universo do Serviço Social, torna-se urgente evidenciar os processos históricos e profissionais que marcaram a afirmação de perspectivas críticas ao conservadorismo nos fundamentos teóricos e ideológicos da profissão, na formação, no trabalho e na organização da categoria. Rever e compreender o passado recente e fecundo da história profissional para iluminar o presente e recriar, nas condições atuais, práticas de enfrentamento a esses tempos obscurantistas e de profunda regressão de conquistas civilizatórias, aliando-se a *resistências intelectual e política*.

A renovação crítica do Serviço Social brasileiro remonta ao início dos anos de 1970, sob as amarras da ditadura empresarial militar na consolidação monopolista no país, sob os fluxos do movimento de reconceituação latino-americano no período de 1965-1975³. O *modelo econômico* instaurado pela ditadura, a serviço dos grandes monopólios, operou um desenvolvimento e modernização em todas as esferas

¹ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela PUC. Pós-doutora pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora Aposentada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais/UNIFESP. E-mail: rosangelabatistoni@gmail.com

² Assistente social. Doutor em Serviço Social pela PUC e livre-docente pela UNESP. Pós-doutor pela Universidad Nacional de La Plata (Argentina) e pela Universidad de La República (Uruguai). Docente do Departamento de Serviço Social da UNESP e dos Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Social/UNIFESP e Serviço Social da UNESP. E-mail: jose.siqueira-silva@unesp.br

³ Para a análise da reconceituação latino-americana e a emergência do projeto *inaugural* da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte, sua expressão singular e contra-hegemônica no Brasil, ver, entre outros: Netto (1991), Iamamoto (1998) e Batistoni (2019).

produtivas e de serviços, na organização e aparato do Estado, desdobrando-se nas suas políticas sociais e nos aparelhos de hegemonia da sociedade, entre eles a universidade. Processos sustentados na intensificação do trabalho e na superexploração dos assalariados, com referencial político e ideológico da *doutrina da segurança nacional* e forte aparato repressivo e de violência policial sobre as classes empobrecidas e as diversificadas forças sociais e políticas democráticas. Determinações e condições que reorganizaram a expansão de um mercado nacional de trabalho de assistentes sociais e o redimensionamento da formação profissional (graduação e pós-graduação) com sua inscrição no âmbito universitário, gestando um *novo perfil* profissional, criando as condições para a “maturação acadêmico-profissional” do Serviço Social (NETTO, 1991; IAMAMOTO, 1998).

No Brasil, a reconceituação assumiu feições muito particulares; aqui os questionamentos ao tradicionalismo profissional tiveram o domínio de uma face *modernizadora e tecnocrática*, atualizando a *herança conservadora, funcional e sintonizada* à autocracia burguesa. Mas ao mesmo tempo, gestaram-se tendências, núcleos e forças capazes de *contestação à ditadura e de formulação de alternativas às concepções, práticas e perfis profissionais requeridos pelo regime*, demarcando as diferenciações *entre projetos em oposição na tensa disputa teórica e ideológica* pela hegemonia na renovação do Serviço Social brasileiro (BATISTONI, 2019).

O Serviço Social brasileiro só pode defrontar-se com o legado da reconceituação latino-americana no final da década de 1970, na crise da ditadura, em meio à reinserção do movimento aberto das classes trabalhadoras na cena histórica e às lutas pela democratização da sociedade e do Estado. Um reencontro que se revelou, como analisa Iamamoto (1998), um *descompasso*, considerando as transformações do país e o amadurecimento profissional, não sendo possível a mera reposição das propostas críticas daquele movimento. Impõe-se a exigência de alcançar os pressupostos teórico-críticos para sustentar a “pesquisa histórica aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional: um esforço

de articulação entre a *crítica do conhecimento, a história e a profissão*, que passa a nortear o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista” (IAMAMOTO, 1998, p. 218, grifos no original).

Ao longo das últimas cinco décadas, o Serviço Social brasileiro consolidou a maturação da *intenção de ruptura* na apreensão do arsenal heurístico em Marx e da rica e diversificada tradição marxista e dos intérpretes brasileiros. Foram as bases teóricas e de uma cultura política no desvendamento, sob condições históricas precisas – da relação entre a realidade e a profissão – condensadas na *questão social, iluminando* as preocupações referentes à inserção histórica da profissão na dinâmica contraditória das relações sociais capitalistas. Isto se deu na relação com as classes sociais e o poder do Estado, em sua recorrência às várias construções teóricas, ideológicas e referências éticas, ao seu exercício e processamento no âmbito das políticas sociais e das instituições sociais e aos seus projetos de formação acadêmica e profissional.

O debate profissional desde os anos 1980 afirmou-se na apreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo na sociedade, inscrita da divisão sociotécnica do trabalho, o que supõe o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais, concebendo o significado social da profissão no processo de produção e reprodução das relações sociais, na perspectiva de totalidade histórica (IAMAMOTO e CARVALHO, 1982). Assim, a pesquisa histórica sobre a profissão se conduziu pela apreensão de sua gênese e desenvolvimento sob a ordem monopólico-imperialista do capital, marcada pelo início da financeirização (NETTO, 1992). Mais ainda, o Serviço Social no Brasil e na América Latina, na sua ampla diversidade (dentro e fora dos países), é impensável sem o capitalismo tardio (MANDEL, 1985), a dependência latino-americana (MARINI, 2008) e a via colonial da revolução burguesa como desenvolvimento desigual e combinado (FERNANDES, 1987 e 2009; OLIVEIRA, 2003). Importante realizar o diálogo crítico no campo do conhecimento elucidando a sua herança cultural (posto não ser o Serviço Social parte da divisão do trabalho entre as ciências), de base

funcionalista com elementos da filosofia aristotélico-tomista, neotomista, apoiada na doutrina cristã que se refrata nas finalidades e nos valores guias da profissão, dada a influência de cunho religioso e doutrinário, expresso no *arranjo teórico-doutrinário* no Serviço Social brasileiro (IAMAMOTO, 1992), característico do *sincretismo ideológico e teórico* tratados por Netto (1992). Igualmente relevante realizar a autocrítica do conhecimento, na superação dos equívocos e limites da aproximação teórica ao universo diferenciado da tradição marxista, na relação com as diversas teorias sociais e com as referências da crítica pós-moderna.

A renovação da profissão e os seus avanços teórico-metodológicos e ideopolíticos direcionaram a opção por uma *direção social estratégica* na relação com as bases sociopolíticas que a sustentam e as quais se aliou: os interesses imediatos e históricos das classes trabalhadoras, consubstanciados no *projeto ético-político* do Serviço Social brasileiro (NETTO, 1996; ABRAMIDES, 2019). Processo histórico e coletivamente constituído sob o comando dos principais organismos políticos e gremiais da categoria profissional, em estreita articulação entre o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), seus Conselhos Regionais (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), o que se constitui em um *patrimônio coletivo*. O projeto profissional encontra desdobramentos e conquistas fundamentais em suas balizas normativas, expresso na Lei de Regulamentação da Profissão (1996), que estabelece competências e atribuições profissionais, na radicalidade ético-política do Código de Ética do Assistente Social (1993) e nas Diretrizes Curriculares (1996) que orientam a formação em nível de graduação e pós-graduação. Tais referências, além de possuírem uma *força material* relacionada à condição assalariada do trabalho profissional e às exigências da educação superior, “*contribuem para a consolidação de uma cultura profissional marcada por princípios, valores e referências teóricas [...] orientadas à superação da ordem capitalista, o humanismo, o internacionalismo das lutas sociais e a radicalidade democrática*” (MOTA, 2016, p.167).

No quadro das profundas e paradoxais transformações societárias na passagem do século XX ao XXI, face à crise estrutural e à *restauração* do capital (tratada adiante), sob a hegemonia financeira, a parcelas do Serviço Social impôs-se desvendar tais processos, com sustentação na *crítica da economia política* e, neles, a lógica da “acumulação flexível”, o projeto ultraneoliberal com a *contrarreforma* do Estado, a privatização dos serviços sociais e sua mercantilização, a redução do fundo público para as políticas sociais e o corte dos direitos sociais⁴. Relevante efetuar a análise da contrapartida destas transformações: o crescimento exponencial da desigualdade de classes, acentuando as desigualdades de gênero, raça, etnia, acompanhadas de criminalização da pobreza, na militarização e repressão política às resistências e lutas sociais, tomadas nas particularidades da formação social brasileira. E num “caminho de volta”, decifrar os impasses e desafios postos ao Serviço Social, como profissão e área de conhecimento, na formação e no trabalho profissional, com a permanente exigência de sintonizar e atualizar seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos aos dilemas universais e particulares da classe trabalhadora.

2. O Serviço Social no Brasil atual: o sentido da crítica

O final dos anos 1990 registrou alterações importantes objetivadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), nas gestões petistas de Lula e Dilma (2003-2016), culminando com a radicalização da devastação sócio-laboral iniciada pelo golpe jurídico-parlamentar de 2016 com Michel Temer (agosto de 2016-2018) e o governo de Jair Bolsonaro (2019-atual). Ainda que seja absolutamente importante não nivelar estes projetos governamentais, é importante destacar que *o retrocesso teve como base comum a crise*

⁴ Vários são os eixos deste debate e foram formulados pelos mais expressivos pesquisadores do Serviço Social. Ao mesmo tempo em que estas questões estiveram sempre na pauta de posicionamentos políticos da categoria, representados pelo CFESS/CRESS, ABPESSE e ENESSO, em aliança efetiva com as lutas, movimentos e organizações das classes trabalhadoras, na luta anticapitalista, antirracista e feminista na defesa de direitos sociais e políticos, como expressão de interesses de classe.

estrutural do capital do final dos anos 1970 como produto do fim dos 30 anos gloriosos de crescimento ascendente da economia mundial. Aí se inscreve a reestruturação produtiva que flexibilizou as relações de trabalho, privatizou empresas públicas, acentuou a financeirização do capital, reduziu o estado social e mercantilizou serviços básicos (entre eles a saúde e a educação). Os ventos da democracia política dos anos 1980, produto do aquecimento da luta de classes a partir do final dos anos 1970, fomentaram importantes avanços, mas também reeditaram limites constitucionais atrelados ao passado dependente e colonial (como no caso da defesa da grande propriedade rural). O grande capital e seus representantes (a burguesia e suas diversas frações), passaram a vender a falsa ilusão de que as mazelas sociais e os problemas das economias latino-americanas dependentes poderiam ser equacionadas pela via da democracia burguesa.

Todavia, os dados sobre a economia mundial a partir dos anos 1980 não mentem (REAL GDP growth, [2020]): baixo crescimento reduzido a um curto tempo, seguido por crises cada vez mais profundas. A crise estrutural da acumulação de 2008, que atingiu o centro do capitalismo mundial, aprofundou esse cenário. Entre 1980 e 2020 a economia mundial não cresceu mais do que 5,6% (apresentando o maior índice em 2006), repetindo seguidamente pequenas expansões com seguidas quedas, forte recessão em 2008, com tendência geral de adensamento a partir desta etapa agravada pela pandemia COVID 19. O números latino-americanos e caribenhos são seguramente piores: entre 1980 e 2020 o maior crescimento deu-se entre 2004-2010 (6,2% - parte disso uma recuperação que não se sustentou após a crise de 2008 – substancialmente atrelada aos commodities), com quedas cada vez mais intensas, pequenos índices de expansão e forte depressão de 6,2% a -0,6 entre 2010-2016. O respiro entre 2016-2017 (1,3%) foi novamente afetado por uma asfixia agravada pela pandemia com previsão de -5,2%.

As informações fornecidas pela mesma fonte, o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), indicam que nos últimos 40 anos

o desemprego em países como Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile e Equador, oscilou para cima ou para baixo nos momentos de expansão e de crise. Todavia, a expansão do emprego – sobretudo entre 2003 e 2008 – não se sustentou e apresentou depreciação a partir de 2011, o que determinou o explícito aumento do desemprego a partir de 2013/2014. Ademais, e isso é importante, a expansão de ocupados (as) na primeira década dos anos 2000 *sempre foi acompanhada pela recriação de empregos cada vez mais precários e informais*, ou seja, desregulamentados e marcados pela desproteção social (ANTUNES, 2018)⁵.

É preciso registrar que esse movimento possui objetivo implícito que determina o sentido das alterações estruturais: *oscilações na composição orgânica e técnica do capital, ou seja, o incremento do capital constante (aperfeiçoamento tecnológico e redução dos custos com matérias primas) em relação ao capital variável (os gastos para reprodução do trabalho vivo), isso como tendência geral para obter níveis ótimos de acumulação* (MARX, 1984). A tragédia latino-americana adensa-se com históricas remunerações da força de trabalho abaixo do valor médio para sua reprodução, em um cenário de informalização radical (ou, no limite, formalização precária), terceirização, diversas formas de precarização e de uberização. Esse processo historicamente tem contado com estados autoritários fortes ao capital, burguesias descomprometidas com avanços democráticos básicos, radicalização do roubo do fundo público para compensar as perdas dos segmentos dominantes locais e proteções sociais débeis centradas, no limite, na gestão do pauperismo extremo.

Diante desse duro contexto que se explica para além dos espaços circunscritos à profissão, o período de expansão contínua do Serviço Social no Brasil estancou-se já no final dos anos 1990. O ataque teve foco preciso: a formação profissional impactada pelo ensino à distância e o processo gradativo de privatização das universidades públicas (fede-

⁵ Uma análise mais detalhada destes números pode ser acessada em SILVA (2021).

rais e estaduais) adensado no governo de Fernando Henrique Cardoso, aperfeiçoado por outros caminhos nos governos petistas e devastado com Temer e Bolsonaro (neste último com perfil explicitamente autoritário, profacista e ultraliberal)⁶. Mais do que isso, a flexibilização laboral, ponto central da reestruturação produtiva dos anos 1970, permaneceu firme e forte, aprofundando-se mais ou menos conforme era tensionada pela resistência da ampla e diversa classe trabalhadora. Isso culminou com um brutal retrocesso a partir do golpe de 2016.

Isso posto, quais os impactos atuais na profissão? As consequências, seguramente de várias ordens, possuem três eixos gerais estruturantes, não isolados, que devem ser aqui sumariados. O primeiro deles articula, simultaneamente, as ações centradas na gestão mínima do pauperismo extremo como desdobramento da crise estrutural do capital e o cenário de precarização laboral das (os) assistentes sociais como trabalhadoras (es). No âmbito particular do Serviço Social o que era exceção nos anos 1990 e início do século XXI, tornou-se regra nos dias atuais: *a realização de atividades por tarefa, temporária, frequentemente por projeto, como trabalho autônomo, adensando a fragmentação e a precarização laboral no espaço concreto de atuação das (os) assistentes sociais*. Nas diversas áreas de atuação profissional a precarização, a flexibilização e a terceirização ampliaram-se também por meio de tendências “uberizantes”. Agrava-se, então, a ilusão de que o trabalhador deixou de sê-lo, assumindo o status de “negócio próprio” como pequeno empreendedor-empresário, sem patrão, ocultando e estranhando o processo de venda da força de trabalho e de sua hiperexploração “full-time”, radicalmente desprovido de qualquer proteção social, sem direitos, bem como inteiramente responsável por seus instrumentos de trabalho como “livre produtor” e “prestador de serviços” (ANTUNES, 2018).

⁶ A intervenção nas universidades federais, o ataque à democracia, a remilitarização do executivo federal, a perseguição à ciência (particularmente as ciências humanas e sociais), a destruição dos órgãos de fomento à pesquisa, a devastação laboral, a privatização radical e o manejo criminoso da pandemia COVID-19 são exemplos concretos.

Raichelis (25-28, p. 2020) ressalta pertinentemente o que já vinha em curso há algum tempo, embora essa intensificação tenha se generalizado a partir da segunda década do século XXI. A autora oferece um rico sumário sobre o cenário do trabalho dos assistentes sociais: a “pejotização” nas relações de trabalho fundada no fetiche dos “empreendimentos sem empregados”, como pessoas jurídicas em si que prestam serviços sustentados na forte redução de investimentos no capital variável (MARX, 1983) destinado à reprodução da força de trabalho profissional; formas diversas de terceirização por meio de organizações não governamentais (ONGs), Organizações Sociais (OS), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), entre outras prestadoras de serviços, assessorias que substituem a força de trabalho de assistentes sociais nas esferas governamentais (grande empregador da área), com forte atuação nas municipalidades do país; ou a realização de “pregões eletrônicos” destinados a contratar trabalhadoras (es) pelo menor preço, expandindo estratégias até então utilizadas para a compra de bens e serviços. Esta modalidade de trabalho, que reconfigura o espaço sociocupacional da (o) assistente social e suas condições de trabalho, tem se reproduzido amplamente na área de saúde com a precarização do Sistema Único de Saúde (em que as Oscips são protagonistas); na área sóciojurídica por meio da “pejotização”, criação dos bancos de peritos nos Tribunais de Justiça e subcontratações diversas para atividades específicas; consultorias empresariais realizadas por meio serviços mais pontuais ou pacotes de serviços em que o Serviço Social é parte; na área da assistência social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), uma variedade de formas de contratação terceirizadas que vêm sendo amplamente utilizadas pelos diversos municípios no complexo CRAS-CREAS e nos Centros Pops, substituindo a força de trabalho da (o) assistente social funcionário público-municipal concursado; na área de habitação processos licitatórios são realizados para a contratação de profissionais ou grupos de profissionais, intermediadas por empresas; ou a duríssima situação dos trabalhadores do Instituto Nacional de Seguro

Social em pleno processo de implementação do teletrabalho por meio da Resolução INSS nº 681, 2019, p. 8-9. Isso tudo é agravado pela destruição de qualquer tipo de política social e de sua gestão democrática básica, inclusive aquelas ações voltadas ao pauperismo extremo.

O segundo eixo, a decadência das condições formativas, tem sido gradativamente aprofundado a partir da segunda metade dos anos 1990. É visível o intenso processo de privatização das universidades, dos centros de formação, a ênfase produtivista que também assola essa área, no estreito caminho da “razão miserável” (LUKÁCS, 1981), quanto muito descritiva-enquadrada, com ataques particulares à área de humanidades e a qualquer tipo de ciência estimuladora de uma produção de conhecimento sustentada na crítica radical e permanente. A ciência ontológica (LUKÁCS, 2012 e 2013), vista como desnecessária, vem sendo substituída pela “educação” puramente informativa, operacional, fiel à “prática profissional” imediatamente requisitada pelos atuais postos de trabalho. É nesse contexto que se proliferam as alternativas puramente mercadológicas do Ensino a Distância (EAD), mas também a pobreza formativa de boa parte do ensino presencial público-privado unicamente centrado na transmissão de informação daquilo que é considerado essencial. Os estudos e Dahmer publicados em 2009 já demonstravam o avanço brutal da modalidade EAD entre 2007 e 2010 (em pleno governo Lula), particularmente no campo das ciências humanas e sociais. A autora (2009, p. 271-272), baseada em dados de 2007, mostra o avanço do ensino privado nos denominados centros universitários e faculdades (92,5% e 96,7%, respectivamente). Trabalhando com dados de 2009, Dahmer apontou que o número de vagas ofertadas na modalidade EAD na área de Serviço Social já superava aquele oferecido na modalidade presencial: 54,7% contra 45,3% (INEP-2009). Em estudo mais recente (2014, p. 194), a pesquisadora mostra que entre 2007 e 2012 o número de alunos (as) ingressantes no Brasil no curso de Serviço Social pela modalidade EAD, superou em todos os anos a quantidade de ingressantes por meio da modalidade presencial. Em 2012 o número

de concluintes na modalidade EAD foi superior ao da modalidade presencial: 15.307 contra 12.367 (DAHMER, 2014, p. 195)⁷.

O cenário atual reafirma e aprofunda tragicamente a realidade que já estava em curso também no âmbito da formação profissional. O que antes se objetivava como convivência híbrida entre ensino presencial e a distância, cenário este marcado por formas “mais suaves” e disfarçadas de privatização dos centros de formação públicos e órgãos de fomento à pesquisa (recursos públicos destinados à iniciativa privada na educação, contratações precárias, privilégio financeiro e pedagógico das ciências duras, por exemplo), hoje se recrudescer. O atual governo federal adensou as dificuldades que são de ordem estrutural destinando explicitamente os fundos públicos aos seus aliados e ao estímulo ao grande capital, promovendo um radical desfinanciamento da esfera pública (entre elas a educação). Isso tem sido tragicamente acompanhado pela relativização e ou demonização da ciência, processo este que apresenta a universidade pública como uma das principais inimigas da sociedade, muito particularmente a área de humanidades fomentadora do “marxismo cultural”. A destruição da CAPES e do CNPq, principais órgãos públicos de financiamento à formação e à pesquisa, tem afetado os cursos de graduação e de pós-graduação, promovendo o corte de bolsas de estudos e de todas as formas de financiamento que vinham favorecendo um ingresso menos desigual à universidade. O desemprego, as formas precárias de ocupação, o ataque à democracia e o cultivo ao preconceito contra negros, povos originários, mulheres, homossexuais, democratas, socialistas e comunistas (dentro e fora das universidades), se reafirmam em um cenário de devastação social recriado pelo capital no seu atual estágio de acumulação e nas condições do capitalismo dependente atualizado.

O terceiro eixo, diz respeito ao recrudescimento de diferentes formas de conservadorismo teórico-práticos na profissão, reacionários ou não. Orientações conservadoras jamais deixaram de existir

⁷ Braz e Rodrigues (2013), também ressaltam importantes aspectos nesta direção.

no Serviço Social brasileiro. Elas, todavia, têm se reeditado a partir de condições materiais muito complexas marcadas por duras condições objetivas para a realização do trabalho profissional (há pouco esboçadas). Isso tem reforçado a reedição da “ciência descritiva” que desemboca em ações puramente operativas e instrumentais. Este conservadorismo, nada homogêneo, possui um aliado material-objetivo essencial: *a precarização das condições de trabalho e de formação das (os) assistentes sociais, em um contexto de barbarização geral das condições de vida da classe trabalhadora*. Nesse difícil e complexo cenário, diferentes formas de racionalidade formal articulam ecleticamente um amplo e diverso campo de concepções que retomam traços conservadores (alguns de perfil explicitamente reacionários) e informam o trabalho profissional. Cabe, aqui, indicar três destas orientações atuais sem qualquer intenção de enquadrá-las em um bloco homogêneo e fechado:

a) estão sendo reeditadas-modernizadas tendências centradas na “prática profissional em si”, como demandas “genuinamente profissionais”, com uma formação mais “flexível e moderna”, ajustadas ao “fazer profissional”, discursivamente “despolitizadas”. Expressão da “decadência ideológica” (LUKÁCS, 1981, 109-131) e da “miséria da razão” (COUTINHO, 2010), estas concepções têm sido rapidamente capturadas pela categoria profissional das (os) assistentes sociais no sentido de responder às demandas imediatamente postas à profissão. Longe de desconsiderar o trabalho profissional e sua dimensão operativa, é preciso criticar a refuncionalização da profissão que articula ecleticamente e superficialmente “*fragmentos sistêmicos, fundamentalistas, essencialmente instrumentais, gerencialistas, defensores do “empreendedorismo profissional” e absolutamente subservientes à ordem em curso*” (SANT’ANA; SILVA, 2020, p. 365);

b) uma segunda grande tendência articula um amplo campo de orientações racionalistas formais-abstratas (tais como os sistêmicos) e ou irracionaisistas, ambas comprometidas com formas

fenomênicas do real, explicitamente pós-modernas ou defensoras de alguns princípios pós-modernos sem a negação total da modernidade, subservientes ou pelo menos resignados à ordem do capital. Estas orientações ocupam o universo profissional reafirmando uma racionalidade abstrata que se impõe à prioridade ontológica. Valorizam o comando epistemológico e ou homogeneizam a modernidade ressaltando suas mazelas na trilha do irracionalismo que nega qualquer abordagem histórico-crítica e ressalta a razão instrumental para o manejo da profissão. Os estruturalismos, de uma forma geral, também expressam certo tipo de razão miserável na medida em que reeditam formalismos epistemológicos que esvaziam a complexidade da razão ontológico-dialética. Vale destacar, todavia, que nem todos transitam pelo conservadorismo e pela subserviência à ordem do capital (e o exemplo de Louis Althusser é revelador), embora acabem sacramentando o domínio do formalismo epistemológico sobre a dimensão ontológica. Aqui também se inserem abordagens sobre raça, etnia e gênero mais próximas ao heterogêneo campo pós-moderno ainda que, por outro lado, seja essencial destacar que parte destes estudos também venha positivamente se inspirando em abordagens classistas e anticapitalistas progressistas;

c) no campo das políticas sociais tem ocorrido o recrudescimento de tendências que reafirmam e justificam ações sociais pontuais, por segmento, ditas solidárias e de perfil explicitamente neoliberal. As noções de risco social, vulnerabilidade, exclusão social e “questão social”, que já vinham sendo analisadas a partir do que se caracterizou como “crise da sociedade salarial” e o surgimento de uma “nova questão social” (CASTEL, 1998; ROSANVALLON, 1995; BECK, 1998), têm sido reavivadas por meio da moralização e do fundamentalismo religioso atual. Nisto a individualização e a responsabilização da família, a assistencialização da própria assistência social no contexto de crise estrutural do capital.

Diante disto, quais são as bases para a defesa da tradição mais crítica do Serviço Social brasileiro? A crítica aqui tem um sentido

preciso: a negação da decadência ideológica, da diversa ciência descritiva e “apolítica” e a defesa do ponto de vista da totalidade, como ciência autêntica, ontológica, comprometida em reproduzir mentalmente e criticamente a realidade concreta. Nisto, lógico, a luta de classes, a práxis social, a defesa do ponto de vista de quem vive da venda da força de trabalho e o papel do Serviço Social como profissão nesse cenário contraditório.

Explicar a profissão hoje exige a crítica à categoria trabalho, à expropriação da classe trabalhadora e às diversas formas de exploração da sua força de trabalho sob o comando do capital no atual estágio de acumulação capitalista. Trata-se de um processo estruturalmente sustentado na produção social e na sua apropriação privada. *E esse componente é básico, ou seja, sem ele a análise perde sua base material.* Mas este procedimento é insuficiente sem que isso seja tratado nas condições do capitalismo monopolista, seu aprofundamento no século XX, particularmente como capitalismo tardio e dependente, comandado pela fração financeira do capital. Ora, isso exige outro procedimento essencial: a abordagem histórico-crítica do Brasil e da América Latina no processo de desenvolvimento desigual e combinado, realizado pela via colonial, nisto os estados, a gestão do pauperismo, os direitos e as políticas sociais, *não como detalhes*, mas como componentes da totalidade social. Ou seja, é essencial explicar o que é a classe trabalhadora hoje, quem a compõe e como anda o mercado de trabalho das (os) assistentes sociais na atualidade (como parte desta classe).

A luta é de classes e a classe tem perfil estabelecido a partir das condições do capitalismo dependente. Que perfil é esse? A exploração de classe é componente essencial, mas essa concretude exige perquirir sua dinâmica interna que não exclui o domínio do capital sobre o trabalho que supõe a compra/venda da força de trabalho abaixo do valor médio para sua reprodução (marca histórica latino-americana). Caberia perguntar: com quais mediações têm se reproduzido a extração das mais-valia na atualidade? Quais as diferenças entre os

trabalhadores e as trabalhadoras? Esse perfil é mediado por questões de ordem étnico-racial e outras formas de preconceito? Em que medida estes elementos marcam e potenciam o perfil desigual e combinado do capitalismo dependente e de sua via colonial? Encontra-se, aqui, um caminho preciso, essencial, para o tratamento desta complexidade tendo a *categoria da totalidade* como timoneiro para a análise da realidade objetivamente dada, como ciência autêntica, ontológica. Esse processo deve alimentar a práxis social, ou seja, é preciso que a defesa da categoria da totalidade alimente as lutas concretas e os movimentos sociais anticapitalistas progressistas no processo de luta de classes que deve ser uma luta contra toda e qualquer forma de expropriação e de exploração.

3. Considerações finais

O propósito deste texto é oferecer uma breve reflexão acerca dos dilemas e desafios postos ao Serviço Social em meio aos impactos mundiais da pandemia do coronavírus, que escancara a lógica destrutiva e os efeitos nocivos da ordem capitalista das relações sociais, sob a hegemonia financeira, para a humanidade e para a natureza, nas particularidades que assume no Brasil contemporâneo. Explicita-se, assim, a exigência de aprofundamento e atualização dos fundamentos do Serviço Social – como área de conhecimento e especialização do trabalho – como *concreto pensado*, em suas múltiplas determinações e relações. Com a preocupação de enraizar o movimento da análise neste solo, o texto objetiva ainda apreender impasses para o trabalho profissional e para a formação universitária e as possibilidades reais de enfrentamento, com a exigência de articular *história, razão teórica e compromissos éticos e políticos com as forças vivas que portam as possibilidades emancipatórias*.

Referências

ABRAMIDES, M.B.C. *O projeto ético-político do Serviço Social Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2019.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1999.

_____. *O privilégio da servidão*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BATISTONI, M. R. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte – 1960-1975: uma reconstrução histórica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.

BECK, U. *La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad*. España: Ediciones Paidós, 1998.

BRAZ, M.; RODRIGUES, M.. O ensino de Serviço Social na era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos de enormes desafios. In: SILVA, J. F. S. et al. (Orgs.). *Sociabilidade burguesa e Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COUTINHO, C. N. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (Debates e Perspectivas).

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERNANDES, F. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARINI, R. M. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v.1. l.1. t.1.

_____. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. v.1, t. 2.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: insurgência e legado político. In: SILVA, M. L. O. (org.) *Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1992

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.50,p.87-132.abr.1996.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (org.). *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Brasília, CFESS, 2020. v. 2. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

REAL GDP growth. *International Monetary Fund*, [2020]. Disponível em: https://www.imf.org/external/datamapper/NGDP_RPCH@WEO/OEMDC/ADVEC/WEOWORLD. Acesso em: 28 jul. 2020.

SANT'ANA, Raquel Santos; Silva, José Fernando Siqueira da. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.20, n.2, p. 351-372, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2020.v20.32164>

ROSANVALLON, P. *La nueva cuestión social: repensando el Estado Providencia*. Buenos Aires: Manantial, 1995.

SILVA, J. F. S. América Latina. Capital e devastação social. *Revista Katálysis*, número 24, 1, jan. de 2021.

Pressupostos ontológicos do Ser Social: subsídios para análise crítica ao conservadorismo

Luciana Maria Cavalcante Melo¹
Priscila Fernanda Gonçalves Cardoso²

Exu matou um pássaro ontem, com a pedra que só atirou hoje
Itã Iorubá – Citado em AmarElo por Emicida

O belo Itã da tradição Iorubá sobre Exu, - orixá do movimento, do princípio, da comunicação – nos desafia a pensar nossas ações no presente que possam “mudar” o passado e construir outro futuro. Nada tão dialético!

Inspiradas neste Itã, iniciamos esta reflexão partindo da premissa que é fundamental retomarmos com radicalidade a tradição marxista, e, mais especificamente, os pressupostos da Ontologia do Ser Social, para o enfrentamento teórico e político do conservadorismo na atualidade, atirando a pedra certa ao capitalismo heteropatriarcal e racista.

Necessário se faz, então, compreendermos as origens do conservadorismo, e, mais especificamente suas raízes no Brasil, para então, retomarmos os elementos centrais da perspectiva ontológica do Ser Social e buscarmos refletir em que aspectos tais elementos podem nos ajudar no enfrentamento do conservadorismo na atualidade.

1. Breves considerações sobre o conservadorismo e a formação socioeconômica no Brasil

No senso comum, é usual a utilização do termo conservadorismo como um adjetivo para nomear aquilo que não se quer mudar.

¹ Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Santos, SP, Brasil. luciana.melo@unifesp.br

² Doutora em Serviço Social. Professora Associada da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Santos, SP, Brasil. Autora do livro *Ética e projetos profissionais: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil*. pcardoso@unifesp.br

Não é disso que se trata: falamos de uma perspectiva política historicamente datada, que embasa teorias e ações até hoje, com a defesa de vários valores, instituições e um projeto de sociedade.

O pensamento conservador, tal como o entenderemos aqui, não é um “estilo de pensamento” intemporal, a-histórico, encontrável em qualquer tempo e em qualquer sociedade. Nem se confunde com quaisquer formas intelectuais e comportamentais que valorizam, sancionam e defendem o existente - formas a que cabe a denominação de *tradicionalismo*. Antes, o pensamento conservador é uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada, como veremos) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa - configuração tomada como uma “rica totalidade de determinações diversas” (MARX, 1982, p. 14) e em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e circunstâncias (ESCORSIM NETTO, 2011, p.40-41).

Sua gênese encontra-se no século XVIII, como um pensamento político que se contrapõe às grandes revoluções desse período: francesa e industrial, ganhando força no processo de consolidação do capitalismo. Seu principal expoente é o inglês Edmund Burke³, que em seu texto “Crítica à revolução francesa” (2001) sistematiza os pilares deste pensamento.

Ali está a crítica à revolução, conforme anunciado no título da obra, que tem como central a ideia de que as revoluções trazem prejuízo ao desenvolvimento humano, que deve apenas ter reformas, pois não suporta rupturas. O conservadorismo é crítico à razão moderna, defendendo um irracionalismo que tem por base as tradições e o culto ao passado que devem servir como modelo para o

³ Serão seus importantes seguidores no posicionamento contra-revolucionário: de Bonald, de Maistre, A. Müller e Lamennais, apresentando um anticapitalismo romântico que se articula a uma perspectiva restauradora. Posteriormente, transitando de um conservadorismo antiburguês a um conservadorismo antiproletário, estarão Comte e Tocqueville. Por fim, na transição do século XIX para o XX, temos Durkheim, numa perspectiva funcionalista que incorpora os valores básicos do conservadorismo clássico, na defesa da integração social como alternativa às crises do Capital e seu fortalecimento. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 40-60).

presente, entendendo que o conhecimento provém da experiência e não da ciência.

Importante destacar, que a crítica não se apresenta ao capitalismo enquanto sistema econômico, mas apenas às rupturas advindas da modernidade; “[...] numa palavra, Burke quer a continuidade do desenvolvimento econômico capitalista sem a ruptura com as instituições sociais pré-capitalistas [...] Burke deseja o capitalismo sem a Modernidade.” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 45).

As conquistas da revolução burguesa são todas questionadas e entendidas como perdas da humanidade; não é possível pensar em liberdade, igualdade e fraternidade, valores que são considerados por Burke como “ideias falsas” que criam “vãs expectativas” ao povo. Compreende-se que a sociedade é desigual e hierarquizada, assim como a natureza e, para seu bom funcionamento é essencial a manutenção da hierarquia, a autoridade, a ordem e a disciplina, que devem ser exercidas pelo Estado através da repressão.

Nisso consiste a autêntica igualdade moral da humanidade e não naquela ficção monstruosa que, ao inspirar ideias falsas e vãs expectativas nos homens destinados a viajar no passo obscuro da vida laboriosa, apenas se presta a agravar e a amargar aquela desigualdade real que nunca se pode eliminar e que a ordem da vida civil estabelece tanto para o benefício daqueles a quem ela deve deixar num estado humilde quanto para aqueles a quem é capaz de exaltar a uma condição notável mas não mais feliz. (BURKE, 2001, p. 38).

Destarte, o Estado, assim como a igreja são instituições responsáveis por este bom funcionamento, assim como a propriedade privada enquanto valor central desse modo de ser. Tais instituições são regidas por leis imutáveis, provenientes da vontade de Deus. Nas palavras de Kinzo:

Segundo Burke, Deus criou um Universo ordenado, governado por leis eternas. Os homens são parte da natureza e estão sujeitos às suas leis. Estas leis eternas criam suas convenções e o imperativo de respeitá-las; regulam a dominação do homem pelo

homem e controlam os direitos e obrigações dos governantes e governados. Os homens, por sua vez, dependem uns dos outros e sua ação criativa e produtiva se desenvolve através da cooperação. Esta requer a definição de regras e confiança mútua, o que é desenvolvido pelos homens, com o passar do tempo, através da interação, da acomodação mútua e da adaptação ao meio em que vivem. (2001, p.20).

Esse pensamento será a base para vários autores e teorias nos séculos subseqüentes. Ora, passadas as revoluções⁴, como sabemos, a burguesia apartou-se de seu caráter revolucionário e postulou a morte da história! “O protagonismo revolucionário da burguesia cede lugar a um desempenho defensivo, voltado para a manutenção das instituições sociais que criou.” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 46).

Necessário se fez, portanto, que novas teorias⁵ fundamentassem a defesa do capitalismo, mas não só dele. Estariam a seu serviço e também justificados, o racismo e o patriarcado. A produção intelectual de diversos autores passa a ser inspirada pelo conservadorismo como uma das ferramentas de defesa da burguesia e seus interesses; “de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado.” (idem, p. 49).

No processo de desenvolvimento mundial do capitalismo, o racismo e o patriarcado, justificados pelas perspectivas conservadoras, serão fundamentais para sua consolidação. A hierarquização das relações e opressão dos/as trabalhadores/as serão a mola central dos países europeus e sua dominação da América Latina e dos povos africanos. “Herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierárquicas.” (GONZALEZ, 2020, p. 143).

⁴ Compreendidas enquanto processos sócio-históricos que provocam mudança estrutural na dinâmica do modo de ser e de poder nas relações de produção e reprodução sociais em seu tempo.

⁵ Entendidas enquanto expressões das tendências dominantes e em disputas das ideias e formas de existência em dado momento histórico.

Dessa forma, não é possível pensar a consolidação do capitalismo sem a centralidade existente na exploração da força de trabalho, e, mundialmente, a especificidade da subordinação do/a trabalhador/a negro/a ao trabalho compulsório, o tráfico de africanos/as, a escravização e genocídio dos povos originários: um processo de submissão e hierarquização racial que dá sustentação para a constituição do capital no mundo.

Isso significa dizer que não foram o racismo e o patriarcado que fundaram a exploração, mas, ao contrário, foi a exploração do trabalho que deu fundamento à existência desses sistemas. Assim, embora anterior à sociedade de classes no capitalismo, o patriarcado e o racismo têm sua determinação fundante na exploração do trabalho que, por sua vez, determina particularidades em relação à existência das classes no capitalismo e permanece demandando a existência de relações racistas e patriarcais, associadas à exploração da classe trabalhadora. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 77).

Compreender o capitalismo, portanto, exige-nos o desvelamento de um sistema baseado na exploração e opressão, que não é só de classe, mas também de raça/etnia e gênero. É necessário, desvendar o enovelamento entre tais opressões que constituem as sociedades capitalistas-heteropatriarcais-racistas (SAFIOTTI, 2004).

Como o método materialista histórico dialético nos ensina: a totalidade e as mediações são fundamentais para a compreensão dos processos. Há que se partir do real, para então apreender seu movimento num processo de abstração que nos possibilite a reflexão crítica e orientadora da prática. A totalidade, no entanto, não é universalidade, como tão bem nos apresenta a perspectiva ontológica. A apreensão da totalidade só é possível a partir da compreensão das particularidades e singularidades sociais, na sua relação com a universalidade.

Neste sentido é impossível pensar o capitalismo como um processo único e universal. É fundamental compreendermos, pois, a

particularidade da constituição da questão social no Brasil, a partir de sua formação sócio-histórica, fundamentalmente alicerçada na escravidão, racismo e no patriarcado, compreendendo, então, como este enovelamento se apresenta nesta particularidade.

No Brasil, diferentemente da Europa, o processo de desenvolvimento do capitalismo, se dá sem revolução, portanto, sem ruptura alguma com as formas que antecedem o processo de industrialização, em especial, com o grande latifúndio. Tão pouco se dá com participação popular, havendo uma “recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política” (NETTO, 1994, p. 18).

Trata-se de um capitalismo que se desenvolve sob a égide da perspectiva conservadora, por uma burguesia que nunca experienciou intencionalidades de rupturas com a dominância oligárquica tradicionalmente pungente no país. Um capitalismo tardio, de dependência ao capital externo, desenvolvido “por cima”⁶, e ancorado na exploração da mão de obra escravizada, que, posteriormente, ao se transformar em mão de obra livre, não é incorporada ao mercado de trabalho, diante do projeto eugenista de embranquecimento que teve como estratégia a importação de força de trabalho branca para sua exploração⁷. Um capitalismo ancorado nas heranças patriarcais e racistas de sua história de colonização, que se estrutura a partir das opressões e hierarquizações de classe, raça e sexo.

Nesses termos, no lapso de mais de um século de nossa história, deparamo-nos com as manifestações atuais do conservadoris-

⁶ “Essa expressão típica do processo histórico brasileiro resulta na ausência efetiva de conquistas populares ou democráticas no Brasil, porque os grupos oligárquicos nacionais assumiram o controle das transformações históricas marcantes e alijaram as forças populares de possíveis benefícios sociais.” (GÓES, 2015, p. 63).

⁷ “O Estado brasileiro não implementou políticas que impulsionassem a inclusão destes(as) no universo da cidadania, até porque isto implicaria profundas mudanças nas relações sociais, especialmente no campo. Ironia das ironias, finalmente *libertos(as)* e *aptos(as)* a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam sequer compor o exército industrial de reserva, a não ser, parafraseando Florestan Fernandes (2008), como *escória da escória* do operariado em formação.” (GONÇALVES, 2018, p. 515).

mo no Brasil⁸ que expressam nitidamente os elementos centrais desse pensamento na sua origem: a defesa das tradições e hierarquizações, a compreensão da necessidade das desigualdades sociais como fonte de harmonia e da disciplina e autoridade como estratégias essenciais para a manutenção do bem comum, bem como, a negação da ciência em nome da vivência/experiência.

O ódio de classe, o racismo e o machismo são elementos primordiais dessa perspectiva e têm sua “justificação” na hierarquização das relações tais quais se dão desde a gênese da formação social, econômica e política no Brasil, com ênfase ao processo de desenvolvimento do capitalismo.

Como exemplo, podemos recordar de episódio grotesco das manifestações do conservadorismo em nossa realidade: na noite de 17 de abril de 2016, durante a votação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, vemos a explicitação do ódio de classe, do racismo e do machismo na declaração de voto da maioria dos deputados federais ali presentes. Um misto de preocupação, surpresa e medo toma parte dos/as brasileiros/as, mas outra grande parte se sente representada. Nas declarações, o anúncio dos postulados conservadores: a família, a propriedade privada, a igreja, a ordem, a disciplina, a repressão em nome do bom funcionamento social. Por fim, o golpe que anunciava a virada política que o Brasil sofreria nos próximos anos.

Essa perspectiva ganha força e peso, nas eleições de 2018 quando encontra um representante da elite brasileira, mandatário do projeto liberal e conservador. O Estado brasileiro passa a ser gerido por um conservador-reacionário⁹ racista, machista e homofóbico

⁸ Coerentes com as tendências mundiais, o recrudescimento do conservadorismo como estratégia do capital de manutenção e ampliação da exploração e dominação não é manifestação residual e local, ao contrário, como já sinalizamos, é tendência preponderante. Vide as ofensivas materializadas por exemplo, no período do governo Trump nos EUA (jan/2017-jan/2021), dentre tantos outros países.

⁹ “O conservadorismo reacionário apresenta-se como avesso a qualquer espécie de reforma útil à estabilidade da própria sociedade do capital. (...) Trata-se de um conservadorismo que não apenas refuta qualquer espécie de reforma dentro da ordem, como também estrutura outro tipo de senso comum que imprime, nas diferentes esferas da vida social, formas de ser e de

que, com apoio do Congresso e de parte da sociedade civil, implementa um projeto genocida no Brasil.

Considera-se genocida um governo que implanta diversas medidas, se omite, faz pronunciamentos e tem ações de incentivo ao ódio, à morte e que adensam a violência aos corpos negros, jovens, femininos, LGBTQIA+ e pobres na sociabilidade brasileira, da invasão colonial aos dias sombrios do recrudescimento conservador bolsonarista¹⁰.

Um governo, que diante de uma pandemia Covid19, por exemplo, obstaculiza nitidamente as investidas de controle e respostas de cunho científico à esta, por meio do negacionismo, da ridicularização e da ineficiência das respostas governamentais, como troca de ministros da saúde no meio desse contexto, ou mesmo disputas expressamente eleitorais no interior das solicitações de vacinas, comprando medicamento com ineficiência comprovada (cloroquina) e retardando a negociação de vacinas mundialmente. Um governo da morte!

2. A perspectiva ontológica: rotas de possibilidades para a resistência

Eu sonho mais alto que drones Combustível do meu tipo? A fome. Pra arregaçar como um ciclone (entendeu?) Pra que amanhã não seja só um ontem com um novo nome. O abutre ronda, ansioso pela queda (sem sorte). Findo mágoa, mano, sou mais que essa merda (bem mais). Corpo, mente, alma, um, tipo Ayurveda. Estilo água, eu corro no meio das pedra. Na trama tudo, os drama turvo, eu sou um dramaturgo. Conclama a se afastar da lama enquanto inflama o mundo. Sem melodrama, busco grana, isso é hosana em curso. Capulanas, catanas, buscar nirvana é o recurso.

(AmarElo, Emicida)

pensar comprometidas com a destruição de conquistas civilizatórias que se constituíram sem abalar substancialmente a propriedade privada e a reprodução ampliada do capital como relação social que expropria e concentra/centraliza riqueza. (SANT'ANA; SILVA, 2020, p. 352/3).

¹⁰ Como alguns poucos exemplos, temos: o apelo ao discurso armamentista com o incentivo e a flexibilização de porte e posse de armas; o lobby para aprovar o *excludente de ilicitude, propondo a permissão* que se cometa crime em legítima defesa ou em exercício do dever; o lobby pelo projeto de Lei Escola sem partido; os diversos ataques à Universidade Pública, seu financiamento e acesso para todes, dentre tantas outras ações.

E como não termos simplesmente mais um “ontem com um novo nome”? Diante da configuração do conservadorismo e suas facetas reacionárias no contexto brasileiro, quais referenciais podem nos ajudar na construção de enfrentamentos e objetivação de outras respostas e alternativas que correspondam a uma sociabilidade humanizada?

Partimos da Ontologia do Ser Social, na perspectiva marxiana, como estratégia de leitura de realidade que fortaleça a crítica e a elaboração de respostas antagônicas ao conservadorismo. Para justificar e assegurar ao/à leitor/a que esse trajeto epistemológico pode conduzir a compreensão acima aludida, apontamos adiante, ainda que sinteticamente, elementos cruciais que apoiam esses pressupostos.

Sua elaboração seminal encontra-se na obra “Para uma ontologia do Ser Social”, do pensador György Lukács, que contribuiu preponderantemente na ampliação e divulgação do pensamento marxiano (ou o renascimento do marxismo, como o próprio filósofo denominava), frente às conjecturas neopositivistas disseminadas intensamente em meados dos anos 1960 do século XX, dentre elas, a ausência de produção marxista, o que também eventualmente foi denominada de “paralisia do marxismo”. Lukács recupera a essência do marxismo em tempos necessários de combate ao irracionalismo e dogmatismos próprios do século XX, o que nos parece desafio semelhante no atual século (LUKÁCS, 2010; 2012).

Desta reação, salienta-se a contribuição lukacsiana de recuperação dos princípios ontológicos fundamentais em Marx, assim considerados estruturantes do Ser Social. Protagonizado pelo trabalho, os fundamentos ontológicos perpassarão a compreensão da reprodução social, da ideologia, do estranhamento e alienação sob a luz da História e da Teoria. Dessa forma, inicialmente, Lukács pretendia apresentar a matriz analítica considerada como uma “Introdução à Ética”, obra que estava nos seus planejamentos, mas com o seu falecimento em 1971, fica interrompida. Essa “Introdução” torna-se a compreensão da ampla

ontologia marxista¹¹ que reverbera e contribui essencialmente para a proposta de recuperação do pensamento marxista.

Retomaremos aqui, especialmente a perspectiva da totalidade e da centralidade do trabalho no processo de constituição do Ser Social, pois consideramos ênfase substancial para a compreensão da realidade que é determinada socio-historicamente, e deste modo, necessariamente apreendida para sua transformação. É partindo da intencionalidade de mudar as coisas, o mundo, os/as homens/mulheres, especialmente, nesse contexto, o enfrentamento ao conservadorismo/reacionarismo do século XXI, que urge avigorar pressupostos ontológicos fundamentais que nos conduzam à crítica e à transformação.

Deste modo, retomar a categoria trabalho enquanto criadora e recriadora da produção e reprodução social nos leva à célebre compreensão do *salto ontológico* que foi e é, capacidade central do percurso e avanço da humanidade.

Da relação entre o universo orgânico, inorgânico e social, resalta-se o trabalho como capacidade humana fundante responsável por transformações estruturais e históricas entre a relação do homem/mulher com a natureza; do homem/mulher com o/a próprio/a homem/mulher e com outros/as homens/mulheres – extrato da trajetória do desenvolvimento sócio-histórico da humanidade. Assim se constitui a grande transformação: a diferenciação entre homem/mulher e os seres orgânicos e inorgânicos e as relações sociais que se desdobram em torno dessa constituição.

Nesse processo, são desenvolvidas as capacidades fundamentais do Ser Social, dentre elas, a *sociabilidade*, disposição necessária do/a homem/mulher com outro/a homem/mulher para se desenvolver e avançar na perspectiva da sua sobrevivência e reprodução social.

¹¹ “No desenvolvimento de sua reflexão ética, Lukács logo verificou que havia de fundá-la na especificidade do ser social. Viu-se, pois, submetido à necessidade de uma elaboração prévia: a determinação histórico-concreta do modo de ser e de reproduzir-se do ser social, obrigatória ‘introdução’ à sua Ética” (NETTO, 2010, orelha do livro).

O trabalho tem, para Lukács, a qualidade de salto ontológico, considerado como o momento em que uma espécie puramente natural adquire o caráter de ser social mediante o exercício de uma atividade exclusivamente humana. (...) Na condição de passagem do ser meramente natural ao ser social, o trabalho é central e fundante justamente porque ocorre aí o predomínio do social em relação ao natural, dando origem ao homem mediante uma atividade consciente que se caracterizará como práxis humana. Forma-se com o trabalho a base ontológica originária de um gênero não mais inteiramente mudo, pois produz conscientemente o novo em resposta às suas necessidades. Logo, surge o homem, para o autor, como “um ser que responde”; suas respostas dizem respeito tanto à produção de novas realidades quanto à produção de si mesmo, pensando, produzindo, falando, estabelecendo relações com os outros e com a natureza (ALCANTÁRA, 2014, p. 37).

É, portanto, com o salto ontológico a partir do trabalho que se compreende a teleologia e, no seu interior, a capacidade de *consciência*, que faz deste processo um ato diferenciado dos atos naturais do mundo orgânico e inorgânico, ou seja, o homem/mulher, enquanto ser social, tem potencialidades e possibilidades de se desenvolver cada vez mais na direção de sua humanização. É a partir da elaboração e produção de respostas e alternativas às suas necessidades que o homem/mulher amplia suas possibilidades de ser e existir no mundo, alterando a si, aos outros e o seu redor.

Portanto, a gênese do trabalho é o processo fundante da complexa explicitação da essência humana, do devenir humano dos homens. É o início da autoconstituição da humanidade enquanto gênero, é o momento fundante da generidade em-si. Nesse exato sentido, a gênese da categoria do trabalho é a gênese do ser social (LESSA, 1992, p. 43).

E essas respostas às necessidades sociais a partir do trabalho também produzem outra capacidade fundante essencial ao sujeito ético: a possibilidade de escolhas; a *liberdade*. Considerada como valor ético central, a liberdade transforma os sentidos, amplia e recria

novas possibilidades e, portanto, transforma os sujeitos, as formas de existir e modos de ser, considerando as ações humanas como premissas de atos conscientes e libertadores, portanto, a práxis é parte substancial do trabalho e da liberdade.

É por isso que não estamos aqui diante de uma utopia. Com efeito, em primeiro lugar, todas as suas possibilidades efetivas de realização são produzidas por um processo necessário. Não é casual que já no trabalho, em seu primeiríssimo estágio, tenhamos dado tanto peso ao momento da liberdade na decisão entre alternativas. O homem deve adquirir sua própria liberdade através de sua própria atuação. Mas ele só pode fazê-lo porque toda sua atividade já contém, enquanto parte constitutiva necessária, também um momento de liberdade (LUKÁCS, 1979, p. 18/9).

Nessa direção, nossas ações, objetivadoras das transformações societárias em seu dado tempo histórico, a partir do trabalho, exigem a prevalência da consciência, da liberdade e da sociabilidade, enquanto capacidades geradoras e essenciais do desenvolvimento social do homem/mulher. Nestes termos, ainda se soma outra capacidade decorrente desse processo: a universalidade.

A universalidade é o caminho que trilhamos sabendo que “não estamos sós” e que “não é somente para nós”. O que intencionamos imprimir para a transformação social resulta em transformação para todos nós. A compreensão da universalidade enquanto capacidade humana fundamental exige do outro ser a restauração de sua genericidade. É a aproximação pelos seus atos e sentidos do entendimento do que lhe constitui e é constituído: o ser coletivo e genérico. É a universalidade a capacidade central de aproximação com o “essencial genérico” ou da *genericidade humana*.

Nos termos de Heller, nossa humanização ocorre quando há a fundamental elevação de nossa singularidade à nossa genericidade humana; o encontro de nossos desejos com as necessidades humanas; “a elevação ao humano-genérico não significa jamais uma abolição da

singularidade. Como se sabe, as paixões e sentimentos orientados para o Eu (para o Eu singular) não desaparecem, mas ‘apenas’ se dirigem para o exterior, convertem-se em motor da realização do humano-genérico” (Heller, 2000, p.24). E complementa: “o homem, enquanto ser humano-genérico, não pode conhecer e reconhecer adequadamente o mundo a não ser no espelho dos demais” (idem, p. 84).

Como então se materializa essa capacidade? Os atos advindos de consciência, liberdade, sociabilidade são potencializadores de aproximações humano-genéricas, pois neles, a ampliação de nossa práxis conduz à universalidade, e, portanto, ao encontro com nossa essência humana. Compreendidas também como mediações, as referidas capacidades perpassam os indivíduos e o gênero humano em processos de desenvolvimento complexos e desiguais (BARROCO, 2005).

Segundo essa análise, as componentes da essência humana são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. A essência humana, portanto, não é o que ‘esteve presente’ na humanidade (para não falar mesmo de cada indivíduo), mas a realização gradual e contínua das possibilidades imanentes à humanidade, ao gênero humano (HELLER, 2000, p. 4).

Recuperar a centralidade do trabalho na perspectiva da Ontologia do Ser Social exige ainda revigorar outra perspectiva: de *totalidade*. Não é possível desejar apreender as determinações que explicam a conexão dos complexos de complexos imbricados no decurso da história sem a compreensão da tomada de partida e de chegada para apreender o real. É pela via da perspectiva da totalidade, inclusive também enquanto método, que se apoia substancialmente a análise marxiana do real para sua transformação.

Assim, reaver o pensamento marxiano via sua conexão com a totalidade social é recuperar o método em Marx. E nessa direção, é restaurar a estrutura que compreende esse método: a teoria do valor trabalho, o método histórico dialético e a perspectiva revolucionária.

A crítica de sistema que temos em mente, e que encontramos conscientemente explicada em Marx, parte, ao contrário, da totalidade do ser na investigação das próprias conexões, e busca apreendê-las em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau máximo de aproximação possível. A totalidade não é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência”, elementos estruturais de complexões relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexões cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo. (LUKÁCS, 2012, p. 297).

3. Apontamentos finais: “de onde o vento faz a curva !”

*É um mundo cão pra nós, perder não é opção, certo?
De onde o vento faz a curva, brota o papo reto.
Num deixo quieto, não tem como deixar quieto.
A meta é deixar sem chão quem riu de nós sem teto (vai!).*
(AmarElo, Emicida)

A radicalização da defesa do conservadorismo na sua expressão racista, machista e LGBTfóbica, nos coloca diante da necessária radicalização da defesa de um projeto emancipatório que envolva lutas cotidianas pela emancipação política na defesa dos direitos humanos, ainda nessa ordem social, mas, muito além, nos coloca o desafio da construção da emancipação humana, aqui compreendida como necessária superação da sociabilidade de classes, de opressão de raça/etnia e gênero.

Vivemos a desumanização das relações, na qual, aquele que é diferente de mim é visto como meu inimigo, em especial se se tratar de negros/as, mulheres e LGBTQIA+. A diversidade humana é inconcebível diante do não reconhecimento de nossa humanidade no outro, num processo de estranhamento que conduz à coisificação e justifica as mais cruéis ações e omissões.

Como já nos apontava sabiamente Rosa Luxemburgo: “socialismo ou barbárie!” Sim, já chegamos à barbárie! São tempos de obscurantismo e desumanização. E o que nos resta é a retomada de nossa humanidade.

Uma humanidade que é nossa! Que é “Sudaca”!¹² (resistência e luta) e que nesse propósito impõe nossas próprias leituras e resgates da cultura, valores, raízes e história latino-americana. É a exigência do estudo e de atitude decolonial¹³ via marxismo, na direção da apreensão da totalidade social brasileira.

Deste modo, como os pressupostos aqui mencionados podem colaborar na crítica e, possivelmente, na construção de estratégias de enfrentamento ao conservadorismo?

É fundamental a apreensão da totalidade social, sob o alicerce da Teoria Social Crítica e amparada pelas contribuições latino-americanas ou, conforme Lélia Gonzalez (1988), do pensamento da “América Ladina” para compreender a engrenagem que move as contradições próprias dos países expropriados de suas riquezas materiais, humanas e espirituais. Para então, apreender as forças em disputa, formular estratégias políticas e respostas frente ao avanço do conservadorismo à brasileira (reacionário, colonial, racista e patriarcal).

Como nos inspira Heller: “E, se alguém nos perguntar o que é preciso fazer *hic et nunc*¹⁴ responderemos: é preciso organizar e assumir comunidades cujo objetivo seja o encaminhamento ou a

¹² Nos termos da música das Bandas Francisco El Hombre e Moral Distraída, e também da Série “La Casa de Papel” que resgatam o uso do termo, dando-lhe o significado como representação da luta e resistência latino-americana. Vide <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/07/23/la-casa-de-papel-conheca-o-significado-de-sudaca-xingamento-usado-na-serie.htm>. E: <https://www.matinaljornalismo.com.br/rogerlerina/musica/francisco-el-hombre-e-moral-distraida-lancam-baile-sudaca/>. Acesso em 26/12/2020.

¹³ “O que chamo aqui de atitude decolonial encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder (Maldonado-Torres, 2007a, 2007b). Durante a chamada época da ilustração europeia, esta atitude era parte de uma guinada mais ampla, quando a ideia e a tarefa da decolonialidade do ser, do poder e do saber adquiriu um estatuto de projeto político internacional. Isto se deu talvez de forma mais clara e contundente com a Revolução Haitiana” (MALDONADO-TORRES, 2016, p.88).

¹⁴ *Hic et nunc* = aqui e agora (do latim).

aceleração do processo social que possibilita o nascimento dessa sociedade” (2000, p. 85).

A sociabilidade burguesa comporta em si as possibilidades da transgressão, pois contraditória que é, provoca rebeldias e resistências, porém, não surgem assim, como ciclo “natural” das coisas. Para Heller (2000) e Lukács (1978), algumas *práxis* são possibilitadoras da elevação de nossa singularidade à nossa genericidade humana: a arte, a ciência, o trabalho criador e a política; momentos de suspensão de nossa cotidianidade, que nos conduzem à possibilidade de reflexão crítica, livre e consciente.

Da singularidade no miúdo do cotidiano, até as ações mais amplas e coletivas, é fundamental provocar as mudanças. E então, por que não provocar para que condições como essas continuem a ressurgir e encorpar? Como nos inspira Geraldo Vandré “Nas escolas, nas ruas, campos, construções”?¹⁵

A luta classista, feminista e antirracista precisa ser uma só, na busca de desatar os nós que geram opressões e explorações. Em nosso entender, não há outra forma de construir outra sociabilidade, que não a partir do resgate de nossa humanidade e, para tanto, importante postular que a concepção de humanidade assentada aos pressupostos ontológicos do Ser Social deve compreender essencialmente e sem distinção, todas, todos e todes, no respeito e na defesa da diversidade e da genericidade humana. O posicionamento intransigente contra todo e qualquer tipo de opressão e exploração é força motriz e histórica de nossas lutas, que vêm de longe. Tecer novos fios, sem nós, na resistência que gere unidade e nos traga novos ventos, é urgente!

¹⁵ “Pra não dizer que não falei das flores”, 1979.

Referências

ALCANTÁRA, N. *Lukács: ontologia e alienação*. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

BARROCO, M. L. *Ética em Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 3 ed. 2005.

BURKE, E. Reflexões sobre a revolução na França. In: Weffort, Francisco (org.). *Os clássicos da política Vol. 2*. 10ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica de Serviço Social. V. 8).

FERNANDES, F. *A revolução burguesa: Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Editora Globo/S.A., 2005.

GÓES, W. L. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista, 2015.

GONÇALVES, R. Quando a *questão racial* é o nó da *questão social*. *Katálysis*, n. 21, v. 3, 2018.

GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização Flavia Riosa, Márcia Lima – 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

_____. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.), 1988.

HELLER, A.. *O cotidiano e a história*. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KINZO, M. D´A G.. Burke: a continuidade contra a ruptura. Weffort, Francisco (org.). *Os clássicos da política Vol. 2*. 10ª edição. São Paulo: Editora Ática, 2001.

LESSA, S. Lukács: trabalho, objetivação e exteriorização. *Transformação*, nº 15, EDUNESP, São Paulo, 1992.

LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

_____. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Sociedade e Estado*, 31 (1), p.75-97. 2016. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6080>

NETTO, J. P.. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANT'ANA, R. S.; SILVA, J. F. S. da. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológico-concretas e expressões no Serviço Social. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v.20, n. 2 , p. 351-372, jul. /dez.2020.

Formação em Serviço Social: a experiência do Programa de Educação para o Trabalho e a importância da Formação Permanente

Terezinha de Fátima Rodrigues¹

Maria Lúcia Garcia Mira²

Heloise Helena Pereira Nunes³

1. Introdução

A formação em serviço social não pode ocorrer descolada da análise da educação no Brasil. O debate acerca da formação só é possível a partir de sua intrínseca e orgânica relação com a reflexão sobre a educação. Que educação defendemos quando as crises do capital e projetos societários em disputas colidem frontalmente com perspectivas emancipatórias colocadas no horizonte humano? Quais desafios estão postos e são ampliados com a pandemia de COVID-19 que repõe sucessivos ataques a um legado construído na direção de uma educação como direito humano?

A perpetuação de uma crise estrutural do capital repõe cenários de barbárie e interesses mercadológicos que ampliam os desafios aos que defendem a educação, não como uma mercadoria mas que, reconhecendo os seus limites na sociedade de classes, a compreendem como direito.

As transformações do capitalismo contemporâneo em suas formas de acumulação, produção e reprodução social ampliam as

¹ Docente no Curso de Graduação e Pós em Serviço Social; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social: ética, trabalho e formação. UNIFESP-Campus Baixada Santista. E-mail: tfrodriques20@unifesp.br

² Docente no Curso de Graduação em Serviço Social; Docente e Tutora no Programa de Educação para o Trabalho – PET; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social: ética, trabalho e formação. UNIFESP-Campus Baixada Santista. E-mail: mlgmira@unifesp.br

³ Mestre em Serviço Social; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social: ética, trabalho e formação. UNIFESP-Campus Baixada Santista. E-mail: heloise.nunes@unifesp.br

desigualdades sociais e, no mesmo movimento, incidem na retração de direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores(as). No campo da educação, a proposta inserida a partir da Reforma do Estado (1994) como serviço não exclusivo do Estado, promoveu a intensificação das disputas do fundo público em um contexto de financeirização pendendo para os interesses privados dos grandes grupos empresariais.

Em relação à educação superior, os últimos dez anos, no Brasil, evidenciaram os interesses do mercado, em oposição à educação como direito. Observa-se o crescimento exponencial de instituições de ensino superior privadas e seus lucros potencializados pela modalidade de ensino à distância (EAD) que avança desde 1996⁴ e encontrou, no contexto da pandemia de COVID-19, legitimação devido à necessidade sanitária de distanciamento. Os interesses privados na educação apresentam-se com novas nomenclaturas e propostas pedagógicas, como o “ensino remoto/híbrido”, enraizando novos desafios à luta pela educação pública e presencial.

No âmbito da formação, ocorrem ênfases à reprodução de informações, de caráter conteudista e tecnicista na preparação para o mercado de trabalho. Observa-se um discurso que repõe a lógica elitista e a educação como “privilégio”, em especial a partir dos Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-). Especificamente no Governo Bolsonaro, assistimos a “uma guerra cultural marcada” por uma combinação entre desmantelamento dos serviços públicos (especialmente por meio de cortes orçamentários), violação de liberdades democráticas e precarização das condições de trabalho” (ANDES, 2020, p. 42), acrescida do negacionismo e obscurantismo do legado da ciência e do conhecimento.

⁴ Através da Lei nº 9.394 de 1996, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que consolidou no Brasil o projeto de educação vinculado aos interesses do capital. Além de oficializar a modalidade Ensino à Distância na educação brasileira, a LDB alterou o processo de construção dos currículos dos cursos de ensino superior. (LEWGOY; MACIEL, 2016).

A chamada “guerra cultural” se manifesta em múltiplos ataques em diversas frentes: militarização das escolas, tentativas de aprovar projetos defendidos pelo Movimento Escola Sem Partido, lobby em defesa da Educação Domiciliar, cortes nos investimentos em educação, ataques sistemáticos às instituições públicas de ensino e pesquisa, violações à autonomia universitária, tentativas de censurar o conteúdo de livros didáticos etc. (ANDES; 2020, p. 41)

Para o serviço social, esse cenário colide frontalmente com processos construídos nos últimos quarenta anos, assentados no projeto ético-político profissional e no de formação inscrito nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (1996), que têm, como uma de suas defesas, a educação como bem público e na modalidade presencial.

Destaca-se que não chegamos aqui sem resistir a esses movimentos na educação e no ensino superior brasileiro e, tão pouco, sem um lastro importante no contexto do conhecimento: a profissão amadureceu teoricamente, ganhou força em diferentes espaços, avançou no campo de sua inserção em pautas fundamentais na sociedade brasileira no campo dos direitos e, como conquista relevante, teve o reconhecimento da formação articulada ao trabalho profissional. Formação que não se resume à graduação e se apresenta como um processo permanente na trajetória profissional.

2. Formação e Trabalho

Para pensar a formação, é preciso compreender a educação que, assim como os demais complexos sociais, está conectada ao trabalho e caberá a ela, a transmissão do que for acumulado pela humanidade, como conhecimentos, habilidades e tecnologias. A educação, em sua relação ontológica com o trabalho⁵, não se limita ao sistema escolar, é um complexo que compõe o processo de reprodução da humanidade, com uma determinada função social: transmitir o conhecimento adquirido coletiva e historicamente.

⁵ Para mais, sugere-se a leitura de *Lukács e a Educação*, de Rafael Rossi (2018).

Para o capital não importa que os indivíduos se apropriem de toda a cultura humana – em sentido amplo –, construída histórica e socialmente pela humanidade. Interessa que os indivíduos possam se apropriar dos conhecimentos, habilidades, comportamentos e visão de mundo que possibilite garantir a sua própria reprodução de modo cada vez mais intenso e extenso, de acordo com o modo de produção estabelecido (ROSSI, 2018, p. 49).

Para a área de serviço social, a educação é mais abrangente que o ensino. A educação prepara para a vida em sociedade e promove saberes socialmente referenciados que vão ao encontro das demandas, valores e necessidades da população; é uma prática social e, portanto, requer interação entre os sujeitos e destes com a sociedade (CFESS, 2012b, p. 9). Tem-se a concepção de educação como ato político que contribui na transformação dos sujeitos envolvidos e consequentemente da sociedade, nesse sentido, trata-se da defesa ético-política de uma educação que não se limita aos interesses do mercado/capital.

Tonet (2012) afirma que a educação na sociedade capitalista não se direciona a uma perspectiva emancipatória e revolucionária, e tão pouco lhe é possível essa atribuição⁶. Isso implica aos que defendem outra realidade societária, compor processos vinculados a atividades educativas que tenham em seu horizonte a emancipação. As atividades educativas emancipadoras possíveis para Tonet, além de expressarem como direção a emancipação humana, devem cumprir alguns requisitos:

[...] ter clareza quanto ao objetivo final a ser atingido, [...] compreender bem a lógica que preside a sociedade capitalista [...] ter clareza acerca da natureza e das funções sociais da educação,

⁶ Compreendendo a emancipação humana à liberdade plena do ser e do desenvolvimento de toda a sua potencialidade, em consonância com a tradição marxista, sabe-se que esta não será alcançada sem antes superar a sociedade capitalista. Portanto, não é possível atribuir apenas à educação esse papel, pois esta reproduzirá, em uma escala ou outra, os interesses do modo de produção, lembrando que ontologicamente é fundada a partir do trabalho.

de modo a nem subestimá-la nem superestimá-la; ter um domínio tal da área com a qual se trabalha que permita oferecer o melhor conhecimento possível aos educandos e, finalmente, articular as lutas específicas da categoria dos educadores com as lutas mais gerais (TONET, 2012, p. 39).

No atual cenário de crise e de precarização das condições para a reprodução da vida humana, a superação da forma de sociabilidade capitalista é urgente. Processos e atividades de educação pautados na emancipação humana podem contribuir com a reorientação da classe trabalhadora e superação desta ordem. Rossi (2018) reforça que a direção proposta por Tonet para as “atividades de educação emancipadora” só será efetiva quando vinculadas a duas atitudes: o estudo sistematizado individual e permanente e a atuação engajada coletiva com indivíduos e/ou grupos. A formação individual permanente é algo complexo e difícil de ser aplicada na presente conjuntura. A vida organizada em torno do trabalho assalariado e/ou precarizado não contribui, pelo contrário, aliena, e é preciso retomar, constantemente, processos de formação que possibilitem o desvendamento do real.

Considerando essas assertivas, no contexto da formação em serviço social, é importante demarcar brevemente sua trajetória no Brasil, a dinâmica na sociedade e a condição de trabalhador(a) assistente social para compreender os limites e as possibilidades da atuação na direção do projeto ético-político. Este, vinculado a um projeto societário, ligado aos interesses da classe trabalhadora que, para sua operacionalização, necessita de seu arcabouço jurídico⁷ e fundamentalmente, a apropriação crítica do terreno em que se insere a profissão. O conjunto legal e, em especial, as proposições construídas coletivamente pela categoria profissional, expressam os referenciais teóricos, éticos e políticos que embasam o projeto profissional.

⁷ São marcos importantes a Lei de Regulamentação Profissional (Lei Federal n. 8.662 de 07/06/1993); o Código de Ética Profissional da/o Assistente Social (Resolução CFESS n. 273 de 13/03/1993); e as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (ABESS/CE-DEPSS de 08/11/1996).

Nesta direção, a importância do projeto de formação que vem sendo construído desde os anos 1980 voltado ao aprofundamento das bases teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas necessárias à defesa intransigente dos direitos humanos e da democracia, para uma atuação profissional na qual, o valor ético central seja a liberdade (CFESS, 2012b).

Destaca-se enquanto importante legado desse processo o reconhecimento da unidade formação e trabalho que perpassa a produção de conhecimentos e o trabalho profissional. No campo do conhecimento, salientam-se as análises dos elementos estruturantes da sociedade capitalista, nas mediações fundantes que decorrem do trabalho profissional, em especial, nas manifestações da questão social.

Nessa perspectiva, a fundamentação teórica assenta-se no trabalho como categoria ontológica que possibilita a compreensão das relações sociais, da produção e da reprodução da vida social; na questão social, entendida como resultante das desigualdades sociais estabelecidas na esfera da produção e fruição dos bens materiais produzidos na sociedade burguesa e como base da existência da profissão na sociedade capitalista, com especificidades na brasileira. Assim, entende-se que a profissão contém dimensões investigativa e interventiva e insere-se na divisão social e técnica do trabalho. O(a) assistente social participa de processos de trabalho nos quais o objeto, os meios, a atividade laboral e os produtos se pronunciam (CARDOSO et al, 1997).

O Currículo Mínimo proposto pelo serviço social brasileiro coordenado pela ABESS⁸ e que deu origem às Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), foi construído a partir de quatro pressupostos: 1) o serviço social se insere como profissão a partir das relações sociais de produção e de reprodução da vida social, tratando-se de uma profissão interventiva, que tem como objeto as expressões da questão social resultantes das contradições sociais ocorridas no capitalismo

⁸ Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social que, a partir de 1996 passará ser denominada ABEPSS.

monopolista; 2) a questão social como fundamento da existência da profissão e tal relação se mediatiza a partir de processos sócio-históricos e, teórico-metodológicos; 3) as relações estabelecidas na contemporaneidade, das quais participam a sociedade e o Estado, no contexto brasileiro, incidem sobre a profissão; 4) os processos de trabalho, nos quais o serviço social se insere, são determinados pelas condições conjunturais e estruturais em que estabelecem as manifestações da questão social, como decorrência do posicionamento relacionado aos interesses do capital e dos trabalhadores, no qual o Estado atua.

Ressaltam-se os desafios postos às Diretrizes Curriculares no atual contexto de acirramento de disputas de projetos societários, porém, o amadurecimento do serviço social em sua organização política por meio das entidades profissionais, ABEPSS, Conjunto Conselho Federal de Serviço Social – Conselhos Regionais de Serviço Social CFESS-CRESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) tem sido fundamental na articulação política e construção coletiva e democrática de pautas que se transformam em bandeiras de lutas e outras que paramentam a formação e o trabalho profissional.

Neste contexto, apresentamos experiências no campo da formação que se mostram importantes, destacando o Programa de Educação para o Trabalho (PET), envolvendo a graduação na relação formação e trabalho.

3. O Programa Educação para o Trabalho

É no campo de trabalho que o(a) assistente social se insere em processos de trabalho, a partir da instituição que o contrata e em equipes que compõem a oferta de serviços prestados. Também, é no exercício do trabalho que as competências e habilidades adquiridas na graduação atualizam-se, aprofundam-se e devem ser complementadas por outras, mediante as demandas que lhe são postas e que solicitam respostas profissionais qualificadas.

Uma das habilidades esperadas do profissional relaciona-se com a capacidade de trabalho em equipe. Aqui não se faz referências a diferentes profissionais convivendo num mesmo local, “cada um faz[ndo] o que lhe cabe, como forma de defesa das identidades profissionais” (COSTA, 2019 p. 48). A proposta deve ser a resposta mais adequada de diferentes profissionais, que se voltam intencionalmente para as necessidades dos usuários, grupos e populações. A partir da interação busca-se por melhorar a colaboração entre os diferentes profissionais e a qualidade dos serviços prestados.

É necessário pontuar, no entanto, que só são possíveis as respostas de qualidade, se cada profissional desenvolver habilidades e competências específicas de sua área. Competências colaborativas e competências comuns⁹, não prescindem de competências específicas, ao contrário, só é possível compartilhar saberes, se se sabe, daí a importância da formação profissional¹⁰.

No sentido de promover o trabalho em que colaboram vários profissionais, ocorrem desde o início dos anos 2000, políticas indutoras na graduação para o aprendizado e a vivência de competências colaborativas. É o caso do Programa de Educação pelo Trabalho (PET), proposto pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação, instituído pela Portaria Interministerial MS/MEC no. 1802, de 26 de agosto de 2008 e que, desde 2016, conta com o incentivo Organização Panamericana da Saúde – OPAS.

O Programa pretende modificar os processos de trabalho organizados para a agilização das produções e para a diminuição dos tempos gastos no trabalho, sob a perspectiva taylorista e fordista, adotadas historicamente na área de saúde. A proposta aproxima

⁹ Competências específicas são as desenvolvidas na área profissional de formação. Competências colaborativas têm um caráter coletivo e são as que qualificam os profissionais para o trabalho em equipe e contribuem para a melhoria das relações interprofissionais. Competências comuns são as desenvolvidas por todos os membros da equipe indistintamente no trabalho na instituição (COSTA, 2019).

¹⁰ No caso do serviço social, em meio a tão pesados desafios à formação na atualidade, é preciso ter as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, como parâmetro.

estudantes de territórios, populações e programas, através da participação conjunta de trabalhadores (preceptores) e de tutores (professores). Pretende influenciar tanto os currículos dos cursos para aberturas de questões do trabalho interprofissional, como impactar nos serviços para práticas colaborativas, resolutivas e de qualidade e, ainda, aproximar estudantes, trabalhadores e docentes, gestores e usuários, das necessidades de territórios, populações e serviços.

Para isso, o Ministério da Saúde, em seus editais¹¹, tem convidado Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a submeterem projetos conjuntos para fomento e organização de ações de integração ensino-serviço-comunidade no território. Tais projetos devem estar articulados a outros projetos locais que visem contribuir para o fortalecimento de mudanças na formação de graduação observando as necessidades em saúde, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Objetiva-se, com estratégias que preveem a convivência de diferentes profissionais e estudantes de diferentes cursos, a formação de “[...] profissionais para dar continuidade à organização de um sistema de saúde apoiado nos princípios da universalidade do atendimento, integralidade da atenção, equidade e participação social” (PEDUZZI, 2017 p. 42).

Os resultados do Programa têm sido importantes e permitido, a partir da atenção básica, a referência com os demais níveis de atenção do SUS; o trabalho em rede, através do relacionamento intersetorial dos serviços; o reconhecimento e a atuação em territórios, com populações, compondo a sua participação com usuários e trabalhadores dos serviços; acessar diferentes níveis de gestão nas Secretarias Municipais de Saúde compreendendo a operacionalização da política, e, principalmente, desconstruir estereótipos das diferentes profissões com trocas de conhecimento sobre os diferentes saberes e

¹¹ O Edital em vigência, de 2019/2021 é o de N° 2, de 27 de novembro de 2019 que buscou a seleção para o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde.

ainda exercitar práticas colaborativas que tenham como fim último, a atenção de qualidade à população usuária dos serviços.

O Programa, portanto, é uma experiência que pode subsidiar a formação dos(as) assistentes sociais no alinhamento do exercício profissional com o compromisso na qualidade dos serviços prestados. O processo de construção de respostas, de forma coletiva pelos profissionais envolvidos, a partir da realidade concreta e das demandas que se apresentam através do serviço de saúde, é, sem dúvida, um espaço possível no fortalecimento da direção social da profissão. Constitui-se em uma estratégia de formação para e pelo trabalho que incide na graduação, preservando valores expressos no Código de Ética dos(as) Assistentes Sociais, a exemplo de seu décimo princípio: “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993 p. 24).

É preciso observar em relação ao PET que se trata de iniciativa de uma política pública específica. A formação na graduação em serviço social ocorre, porém, a partir de uma proposta generalista.

O PET e outros Programas semelhantes são relevantes na formação e no trabalho profissional pois possibilitam parcerias profissionais, daí a importância da aproximação com a política ou políticas públicas com as quais os(as) assistentes sociais trabalham, bem como e, principalmente, a formação na profissão que, quando em um processo permanente, pode aprofundar as atribuições e competências profissionais.

4. A importância da formação permanente

A educação permanente é uma estratégia possível de aproximação entre os(as) assistentes sociais e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Essa aproximação, através da inserção dos(as) profissionais em processo de educação permanente na direção do projeto ético-político, imprime no trabalho profissional, valores como a defesa intransigente dos direitos humanos, tão necessários em tempos de avanço do conservadorismo.

Entende-se, que na atual conjuntura, há uma emersão de pontos de forte tensão, apresentados pelo conservadorismo, negacionismo e obscurantismo presentes na sociedade brasileira. A disputa de interesses entre o capital e o trabalho se acirra pela opção de políticas ultraliberais levando à acentuada perda de direitos sociais e do trabalho.

A ampliação do ensino na modalidade à distância que atinge a formação inicial ganha forças no atual contexto de isolamento social devido à pandemia de COVID-19 e alcança os demais níveis e espaços de formação. As transformações do mundo do trabalho influenciam os processos educacionais, considerando que a educação está ontologicamente relacionada com o trabalho e que, na sociedade capitalista, a educação absorve os processos necessários para sua manutenção. Em consequência, observam-se os limites e as possibilidades colocados para os(as) assistentes sociais na luta pela formação, inicial e permanente, em sintonia com o projeto ético-político.

Reconhecendo que o significado e a intencionalidade da educação permanente, assim como a educação de forma geral, é campo de disputa com interesses antagônicos de uma sociedade de classes e pode reproduzir as relações estabelecidas ou potencializar a transformação social, a oferta de processos de educação permanente que estejam alinhados com a direção social da profissão é, sem dúvida, um desafio.

Na esteira do conservadorismo e do obscurantismo da ciência, reforçados pela mercantilização da educação já naturalizada na sociedade, os processos de educação que garantam uma formação permanente são muitas vezes vinculados como estratégia de adaptação dos(as) profissionais as novas demandas produtivas e mercadológicas. Entretanto, a defesa colocada pelo e para o serviço social é de uma formação que não represente os interesses do capital, que possa proporcionar processos educativos que tenham como direção a emancipação humana e a construção de outra forma de sociabilidade, mais justa e igualitária.

Um dos princípios do Código de Ética Profissional é o compromisso com o aprimoramento profissional visando a qualidade dos serviços prestados e compreende-se que, para tanto, a formação deve ser permanente e nunca dada por concluída.

A educação permanente que se defende é aquela que promove espaços e processos de renovação, atualização e, principalmente, reflexão sobre o trabalho profissional. Coloca-se como meio e estratégia para garantir a apreensão do real, da razão ontológica dos processos e relações sociais na realidade que o(a) profissional se insere. Contribui no enfrentamento da lógica do capital, do conservadorismo na sociedade e na profissão, bem como, na construção da história da profissão na direção do projeto ético-político hegemônico.

Trata-se de um compromisso dos(as) assistentes sociais, individual e coletivo. Individual na medida que os(as) profissionais se inserem em processos de educação permanente como espaços ofertados por instituições de ensino superior, pelas entidades da categoria, pelo local de trabalho entre outros processos que possibilitam reflexões com rebatimentos diretos no trabalho profissional.

A educação permanente qualifica e amplia as possibilidades de apreensão crítica da realidade, é um compromisso coletivo com reconhecida importância pelas entidades. Um exemplo desse reconhecimento é a Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS (2012)¹², que se apresenta como “[...] instrumento político direcionado a fortalecer a Formação e o Exercício Profissional e contribuir para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro” (CFESS, 2012b, p. 6).

Nascimento e Oliveira (2016), argumentam que, para o serviço social, a educação permanente deve ser compreendida para além da qualificação profissional requisitada no discurso da empregabilidade mas, como espaços que proporcionem a organização

¹² Elaborado com a colaboração da ABEPSS e da ENESSO.

profissional. Pautar a formação como permanente é necessário e vai além de discutir a ampliação de oferta e acesso a processos de educação, é também tratar da qualificação profissional, do fortalecimento e da organização e resistência da categoria profissional frente às contradições da sociedade de classes.

A Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS (2012), é exemplo desta direção política aliada a outras iniciativas das entidades da categoria profissional que, em uma dimensão de organicidade (Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO), tem propiciado importantes processos no âmbito da educação permanente.

Dentre iniciativas importantes, destacam-se pelo CFESS, o curso de Capacitação Ética em Movimento para agentes multiplicadores(as) do CFESS, inaugurado em 2000 e coordenado pela Comissão de Ética e Direitos Humanos, que tem como objetivo orientar e discutir a ética profissional e, pela ABEPSS, o Curso de Especialização *lato sensu*, em parceria com o CEAD/UnB – 1ª edição, Política Social (1999/2000); 2ª edição, Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais (2009/2010), com a introdução, na profissão, de uma experiência à distância exitosa, alcançando profissionais de serviço social em todo o país. O material didático produzido para a segunda edição foi compilado e publicado em um livro e seus artigos são referências. Destaca-se, ainda, o Projeto ABEPSS Itinerante, que teve sua primeira edição em 2011 e envolve docentes, discentes e assistentes sociais supervisores(as) de campos de estágio na direção do projeto de formação profissional. Sua mais recente edição, a 5ª, realizada em 2020, apresentou como temática “Ética e Direitos Humanos: elementos para a crítica ao conservadorismo”. A edição foi adaptada pelo contexto da pandemia de COVID-19 para o espaço virtual, o que não comprometeu seu sucesso em proporcionar um importante espaço de debate e construção que, historicamente, vem contribuindo com a formação em serviço so-

cial, fortalecendo a direção social da profissão, sobretudo em um ano onde somou-se uma crise sanitária aos desafios já enfrentados no âmbito da formação e do trabalho profissional.

A articulação entre os pressupostos das Diretrizes Curriculares de 1996 e o exercício profissional através de processos de educação permanente é, apesar dos desafios, um caminho possível e concreto para o fortalecimento da categoria no enfrentamento do conservadorismo e na solidificação do projeto ético-político reforçando a unidade formação e trabalho.

5. Considerações Finais

A educação, como apontado, está ontologicamente relacionada ao trabalho, o que significa afirmar que sempre, em maior ou menor escala, responderá às demandas do capital. A educação superior no cenário atual brasileiro e dos últimos anos reflete esse movimento, vinculando-se cada vez mais a uma proposta mercadológica que corresponde aos interesses do modo de produção vigente. A lógica tecnicista, de conteúdo limitado e mercadológico ao qual os cursos de serviço social no Brasil não estão isentos se enraízam no contexto contemporâneo, em especial na pandemia de COVID-19 com a rápida difusão da modalidade de ensino remoto/híbrido.

Se para o serviço social, as últimas décadas foram de lutas e reconhecidas conquistas no âmbito da formação profissional e do projeto ético-político, o horizonte se mostra desafiador. Quanto às estratégias de enfrentamento, este artigo apresenta a formação inicial e permanente como possibilidades para estar atento aos movimentos do real e seu desvendamento. O PET, é exemplo de um espaço que, quando reforçada sua intencionalidade de qualificar as respostas dadas pelos serviços aos usuários, ao território e à sociedade, qualifica a formação dos(as) estudantes vinculados(as) ao Programa. Nesse sentido, pode proporcionar espaços de formação permanente para os(as) profissionais envolvidos, tornando conhecidas as Diretrizes Curriculares e a formação proposta para as(os) assistentes sociais.

Espera-se que, a partir das reflexões neste texto, horizontes e caminhos possíveis possam surgir na via da formação na graduação e formação permanente, fortalecendo na profissão, a unidade formação e trabalho e, sobretudo, os(as) assistentes sociais em seus enfrentamentos cotidianos.

Referências

ABESS; CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). *Cadernos ABESS*, São Paulo, n. 7, p. 58-76, 1997. Edição especial.

ABEPSS. *Diretrizes Gerais Para O Curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

ABREU, M. M. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, M. L. de O. (Org.). *Serviço Social no Brasil: história de resistência e de rupturas com o conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2016. p. 235-264.

ANDES-SN. *Universidade, ciência e classe numa era de crises*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, ANDES, 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez., 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 nov. 2020.

_____. Portaria Interministerial MS/MEC nº 1802, de 26 de agosto de 2008. Institui o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET – Saúde. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2 jun. 2008.

_____. *Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão*. 10. ed. Brasília, DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012a. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 28 nov. 2020.

CFESS. *Política De Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS*. Brasília: 2012b.

COSTA, M. V. da. A educação interprofissional e o processo de formação em saúde no Brasil: pensando possibilidades para o futuro. In: SOUZA, R. M. P.; COSTA, P. P. (Orgs.) *Nova formação em saúde pública: aprendizado coletivo e lições compartilhadas na RedEscola*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2019. v. 2.

LEWGOY, A. M. B.; MACIEL, A. L. S. O projeto de formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 16, n. 32, p. 23-49, jan/dez. 2016.

NASCIMENTO, C. C. dos S.; OLIVEIRA, C. M. de. Educação Permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 133-165, jan./jun. 2016.

PEDUZZI, M. Educação interprofissional para o desenvolvimento de competências colaborativas em saúde. In: TOASSI, R. F. C. (Org.). *Interprofissionalidade e formação na saúde: onde estamos?* 1. ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2017.

ROSSI, R. *Lukács e a educação*. Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

TONET, I. *Educação contra o capital*. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Parte 2

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEBATES CONTEMPORÂNEOS

O aborto na agenda política brasileira: um debate a partir dos movimentos feministas

Maria Lygia Quartim de Moraes¹

Danielle Tega²

1. Introdução

“Nosso corpo nos pertence”, proclamava o conhecido *slogan* dos movimentos feministas das décadas de 1960 e 1970. “Meu corpo, minhas regras”, dizem movimentos atuais, indicando que a luta das mulheres pela autonomia de seus próprios corpos permanece uma pauta indispensável.

Nos marcos de um Estado democrático de direito, a cidadania das mulheres expressa-se, entre outros, pelo direito ao aborto. Afinal, a decisão sobre seus corpos e suas vidas caracterizaria a autonomia e afirmaria a igualdade. Contudo, como outros países da periferia do capitalismo, o Brasil, com seu legado histórico de genocídio da população indígena e escravização da população negra, ainda coloniza os corpos das mulheres. Sendo permitido apenas nos casos de estupro, risco de vida à gestante ou má formação do feto, o aborto é realizado notadamente de forma clandestina, tendo como consequência mulheres traumatizadas, debilitadas e, muitas vezes, mortas. Ainda que o uso de medicamentos e a ampliação de presença de socorristas (mulheres que prestam um acompanhamento feminista àquelas que

¹ Professora visitante do PPGSSPS da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), coordenadora do grupo de pesquisa “Teorias e militâncias feministas”, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu (Unicamp). Autora de “Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro”, tomos I e II (Campinas: IFCH, 2017). E-mail: maria_quartim@uol.com.br

² Professora na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), integrante do grupo de pesquisa “Teorias e militâncias feministas” (CNPq). Pesquisadora do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (Claec). Autora de “Tempos de dizer, tempos de escutar: testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina” (São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2019). E-mail: dani.tega@uol.com.br

realizam um aborto) tenham diminuído as sequelas, a clandestinidade continua sendo um problema de saúde pública e de justiça social.

A proibição do aborto não impede que ele seja realizado, mas o dificulta, torna o procedimento mais perigoso e prejudica a notificação oficial de mortes resultantes de abortos clandestinos. A questão do aborto em nosso país não pode ser analisada sem que levemos em consideração as desigualdades que estruturam nossa sociedade. Se mulheres de todas as classes abortam, pesquisas recentes apontam que continuam sendo as mulheres das classes vulneráveis, notadamente as racializadas, as maiores vítimas da criminalização do aborto. Entre outros motivos, estão a impossibilidade de pagar pela realização de um aborto em condições médicas adequadas, a falta de acesso às informações e aos medicamentos que oferecem formas alternativas seguras para realizá-lo e o racismo institucional, que as violenta e penaliza. O perfil traçado na última Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) é elucidativo: os efeitos perversos da criminalização do aborto incidem principalmente sobre as mulheres em situação de pobreza, com baixa escolaridade, pretas, pardas e indígenas, jovens e mães solo, nortistas, nordestinas e do Centro-Oeste (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2016).

A luta pelo direito ao aborto, seja por sua legalização, descriminalização ou pelo incremento de dispositivos que ampliem seus permissivos legais, percorreu diferentes caminhos, de acordo com as forças sociais e com a vontade política de cada período. Nosso objetivo é traçar algumas trajetórias da luta pelo direito ao aborto no Brasil a partir do final dos anos 1970, quando o tema passa a ser debatido pelos movimentos feministas.

2. Antecedentes da luta

A história do feminismo no Brasil pode ser contada de várias maneiras, segundo a perspectiva de análise e a seleção de fatos que amparam cada narrativa. Muitas pesquisas identificam a importância do

encontro entre as mulheres de classes populares; as de classe média, que haviam realizado grupos de reflexões; as de esquerda, que voltavam do exílio e saíam dos cárceres ou da clandestinidade, para a construção do feminismo brasileiro a partir da segunda metade dos anos 1970 (PINTO, 2003; SILVA, 2016; MORAES, 2017; TELES, 2017). É também sob a ditadura militar que situamos os primeiros momentos nos quais as feministas passam a debater publicamente o aborto.

Nunca é demais lembrar que, por sua radicalidade, o enfrentamento armado contra a ditadura constituiu uma experiência peculiar à geração que dele participava. A entrada das mulheres nessa luta significou um rompimento com as convenções de feminilidade de então. Uma vez reprimida a guerrilha, houve um processo de reorganização das esquerdas que tinham, na ala esquerda da Igreja Católica, uma importante aliada. As crescentes ações das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e as pastorais, além da emergência da teologia da libertação brasileira, tiveram influência fundamental nos novos movimentos sociais e populares daquele período (LÖWY, 2000), nos quais grupos feministas passaram a atuar em dioceses progressistas. Uma confluência de luta por direitos específicos, por direitos gerais e contra a ditadura formou o que a pesquisadora Anette Goldberg (1987) chamou de um “feminismo bom para o Brasil”.

Assim, há uma vitória política significativa das militantes feministas e dos movimentos de mulheres em geral, que retiraram das mulheres conservadoras a iniciativa política e a hegemonia que tinham conquistado em manifestações públicas de defesa de valores tradicionais e conservadores, os mesmos sustentados pela ditadura militar, durante as “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” — iniciadas antes do golpe de 1964 e recebendo, naquele momento, forte apoio das camadas conservadoras da mesma Igreja Católica.

Podemos analisar como parte do movimento feminista articulou a luta pelo direito ao aborto com base nos registros de sua imprensa, das manifestações e participações em eventos e ações

relacionados aos direitos das mulheres. Resulta interessante observar, por exemplo, que os primeiros jornais paulistas, o *Nós Mulheres*, feminista e independente de partidos políticos, e o *Brasil Mulher*, influenciado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), praticamente não se referem ao tema do aborto³.

Ainda assim, ao examinar as atas das reuniões realizadas na sede do *Nós Mulheres* em 1978, notamos que cerca de trinta mulheres participaram da aprovação de uma “Carta dos Direitos da Mulher”, apresentada aos candidatos e candidatas nas eleições daquele ano. Esse documento retomava pontos que já tinham sido aprovados por diferentes grupos feministas durante atividades do 8 de março, o que garantiria a sua aceitação geral, salvo num ponto delicado que havia sido introduzido: a legalização do aborto. Terezinha Zerbini, fundadora do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), expôs que retiraria a assinatura de sua organização caso a questão do aborto figurasse na carta. Embora sua colocação tenha parecido razoável às demais participantes, as quais conheciam a oposição cerrada da Igreja Católica a esse respeito, elas argumentaram que o direito ao aborto deveria ser proposto para ganhar apoio no passar do tempo. Segundo essas feministas, não se podia ignorar a importância do aborto em um país onde as estimativas ultrapassavam a cifra de três milhões anuais de mulheres atingidas pela necessidade de realizá-lo, em condições médicas e psicológicas péssimas, dada a própria clandestinidade do ato. As militantes do *Nós Mulheres* conseguiram a adesão do Centro da Mulher Brasileira para incluir o direito ao aborto no documento, alegando que até mesmo em um país conservador, como Portugal, o tema era bandeira de luta de todas as correntes de esquer-

³ O jornal *Brasil Mulher* circulou de 1975 a 1980 e publicou, ao todo 20 edições, sendo 16 regulares e quatro “extras”. Apenas dois de seus números tratam a questão do aborto: em julho de 1978 (n. 13), com a matéria “No Brasil, o aborto é proibido. Mas acontece” e, em 1980, no editorial “Aborto: um direito de toda mulher”. Já o *Nós Mulheres* teve circulação entre 1976 e 1978, totalizando oito edições. Em outubro de 1977, um documento escrito por cinco militantes do jornal citava, entre os temas ausentes do jornal, o aborto (MORAES, 2017, p.73).

da. Assim, a “Carta dos Direitos da Mulher” apresenta uma fórmula idêntica ao documento português: “abolição da legislação repressiva com relação ao aborto, que deve ser encarado como último recurso face a uma gravidez não desejada”. Nenhum candidato aceitou defender abertamente essa questão, mas vários prometeram apoio quando ela aparecesse sustentada por outras forças. De qualquer maneira, foi um passo importante propor a descriminalização do aborto nesse programa de luta e tê-la discutido entre as candidaturas (MORAES, 2017, p.93–94).

Ora, não era difícil imaginar as razões de tanta resistência à questão do aborto quando se leva em conta que a Igreja Católica havia distribuído as seguintes recomendações para seus fiéis, por ocasião do mesmo pleito:

Alguns critérios positivos para a escolha de candidatos: aqueles que defendem e promovem a justiça e o verdadeiro bem da população, principalmente dos mais necessitados; aqueles que se preocupam com os bairros da periferia, lutando para que seus moradores tenham melhores condições de vida; aqueles que se empenham por melhores salários e mais equitativa distribuição da renda; aqueles que promovem e defendem a justa e digna moradia do povo assalariado; aqueles que não se deixam levar pela corrupção, mas defendem a verdade e a justiça. Mais algumas considerações: será que todos os candidatos que se dizem católicos e buscam a reeleição foram fiéis, no exercício de seu mandato, àquilo que para nós é sagrado e inviolável? Por exemplo: quem foi fiel por ocasião da votação do divórcio? Quem votou a favor? Quem votou contra? Quem fugiu da responsabilidade da votação, não comparecendo? Certamente virão outras propostas contra a ‘ordem divina’ do direito que todos têm à vida, principalmente, os pequeninos que estão por nascer e não têm condições de se defender das mãos assassinas: o chamado ABORTO (...). Com os olhos fixos no Evangelho, devem os pastores da Igreja animar os que procuram criar melhores condições de vida para o povo. Devem também denunciar os que, na comunidade humana, agem contra os planos de Deus (CNBB, 1978, s/p).

Assim, observa-se que, apesar de formarem uma frente contra um inimigo comum — a ditadura militar —, havia entre as feministas e a Igreja Católica uma forte oposição diante de temas cruciais, como divórcio e aborto.

3. A luta pelo direito ao aborto nos primeiros anos do *Mulherio*

A partir da segunda metade dos anos 1970,⁴ as pesquisadoras feministas da Fundação Carlos Chagas (FCC), sob liderança de Carmen Barroso, transformaram essa fundação no espaço institucional privilegiado do feminismo, atuando em questões como os direitos das mulheres e os estereótipos de gênero na educação. A partir de 1978, a FCC passou a contar com um generoso financiamento da Fundação Ford para realizar o que era chamado de “pesquisas sobre a mulher”. Depois do desaparecimento da imprensa feminista independente, a Ford dispôs-se a financiar um jornal que fosse profissional, com sua editora paga e sediada na FCC. Surgia, assim, o *Mulherio*, cuja edição inaugural foi publicada em 1981 (nº 0)⁵. Além de Carmen Barroso, Fúlvia Rosemberg e Maria Malta Campos, principais integrantes do projeto, o corpo editorial reuniu feministas como Ruth Cardoso e Lélia Gonzalez, colaboradora assídua.

Logo em sua segunda edição (nº 2, p.9), *Mulherio* apresenta debates do “III Encontro Internacional sobre Mulher e Saúde”, ocorrido em Genebra. A matéria faz um balanço sobre serviços de saúde e direitos reprodutivos para as mulheres, discorre sobre temas como aborto, sexualidade e controle da natalidade, além de ressaltar o consenso das participantes do congresso, para as quais “a luta da mulher é anti-imperialista, antirracista e anti-sociedade de classes”. Já no início

⁴ Como muitos trabalhos já apontaram, os movimentos feministas brasileiros daquele momento também foram influenciados pelas ações da Organização das Nações Unidas (ONU), que declara o ano de 1975 como “Ano Internacional da Mulher” e, somado aos nove anos que o sucedem, como a “Década da Mulher” (MORAES, 2017).

⁵ Entre 1981 e 1988, o jornal publicou 42 números, que foram digitalizados e estão disponíveis na página da FCC: <<https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/historia.html>>. Acesso em: 30 out. 2020.

de 1982 (nº 5, p.23), o jornal apresentou a seguinte nota, que demonstrava o debate público sobre o aborto feito pelo movimento feminista:

CAMPANHA PELO ABORTO LIVRE - Mulheres do movimento feminista do Rio de Janeiro estão-se reunindo para retomar o debate sobre a descriminalização do aborto no Brasil. Lembrando que no momento está sendo elaborado no Ministério da Justiça um anteprojeto de reforma do Código Penal, elas chamam a atenção para a urgência da mobilização das mulheres pela supressão dos artigos 124 a 127 do Código, que penalizam o aborto. Ao mesmo tempo, apontam a importância da luta pelo reconhecimento do direito das mulheres decidirem livremente quando querem ser mães; pelo estímulo pesquisa, comercialização e ampla divulgação de métodos seguros de evitar filhos, tanto para mulheres quanto para homens, e pela criação de condições sociais para que todos os que nascem tenham assistência à saúde, educação e creches em horário integral. Quem se interessar pela questão, deve-se comunicar pela Caixa Postal 33.114, CEP 22.442, Rio de Janeiro.

Dois anos antes, outras ações feministas ocorreram. Em 1980, Ruth Escobar criou a Frente de Mulheres Feministas de São Paulo, da qual participavam Eva Blay, Marta Suplicy, Silvia Pimentel, Ana Carolina (cineasta) entre outras, muitas das quais também estariam ligadas ao *Mulherio*. No mesmo ano, a frente publicaria o livro “O que é o aborto”, de Carmen Barroso e Maria José Carneiro da Cunha (1980), que enfatizava os problemas de saúde e previdência social provocados pelo aborto ilegal. O livro ressaltava que lutar pela legalização do aborto tinha como objetivo evitar graves lesões físicas e, até mesmo, a morte de mulheres que abortam clandestinamente em situações inseguras, como era o caso das mulheres pobres da classe trabalhadora. Como assume uma das autoras, questões relacionadas à autonomia das mulheres de controlar seu próprio corpo e sua sexualidade foram minimizadas no livro, que buscava, por um lado, oferecer respostas a argumentos da Igreja Católica e, por outro, dialogar com setores da esquerda que não priorizavam essa luta (BARROSO, 1987).

A frente organizou o Fórum de Debates sobre a Mulher, que ocorreu de março a junho de 1980, no Teatro Ruth Escobar, discutin-

do prostituição, trabalho doméstico, violência sexual, reformulação partidária e também o aborto (MORAES, 2017, p.155). No mesmo ano, feministas do Rio de Janeiro levaram a público a questão do aborto, entrevistando a população em frente a terminais de ônibus e a uma igreja de Copacabana. Perguntavam se a pessoa era contra ou a favor do aborto e, também, se era favorável à prisão de uma mulher que abortasse. Ao avaliar as repostas, observaram que, embora a maioria tenha se posicionado contrária ao aborto, quase a totalidade das pessoas entrevistadas (homens e mulheres) havia se posicionado contra a punição legal. Ao levar a questão do aborto para as ruas e para a imprensa, essas ações feministas representavam uma ruptura com certas alianças na luta contra a ditadura militar, especialmente, com a Igreja Católica (BARSTED, 1992).

O debate sobre o aborto continua em pauta no *Mulherio* em 1982. Aproveitando o ano eleitoral, o jornal apresenta entrevistas com três candidatas de esquerda a deputadas estaduais em São Paulo (nº 8, p.10-11): Ruth Escobar, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Clara Charf, do Partido dos Trabalhadores (PT) e Ana Luiza Viana, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Todas foram questionadas sobre feminismo e posicionamento em relação ao aborto. No mesmo número (nº 8, p.16), a matéria de uma página deu como destaque “Cresce a campanha pela legalização do aborto” e Ruth Cardoso e Teresa Caldeira assinaram matéria na qual criticavam, com razão, a esquerda que ficava “em cima do muro” para justificar um discurso conservador sobre família e sexualidade feminina.

Na edição seguinte (nº 9, p.4-9), o jornal apresentou novas entrevistas, agora, com mulheres que se candidatavam a diferentes cargos do legislativo,⁶ outra vez com uma pergunta específica sobre

⁶ Vale lembrar que, no dia 15 de novembro de 1982, ocorreram eleições para renovar todas as Câmaras de Vereadores, as Assembleias Legislativas estaduais, a Câmara dos Deputados, um terço do Senado, prefeituras municipais e governos estaduais. Sob a ditadura

o aborto. Lélia Gonzalez, intelectual negra candidata ao cargo de deputada federal pelo PT, do Rio de Janeiro, respondeu ser “a favor da legalização porque a simples descriminalização não resolve o problema de mulheres de baixa renda”. Silvia Pimentel, também candidata ao cargo de deputada federal, mas pelo PMDB, ressaltou o mesmo problema: “O aborto clandestino é um grande problema principalmente para as mulheres de baixa renda”. Outras candidatas também se posicionaram favoravelmente ao debate, como Diva Teixeira, candidata ao cargo de deputada federal pelo PDT, do Rio de Janeiro, e Irma Passoni, também candidata ao cargo de deputada federal, mas pelo PT de São Paulo. Irede Cardoso, candidata ao cargo de vereadora em São Paulo, pelo PT, reforçou que não era “a favor do aborto, mas a favor da despenalização, porque a clandestinidade só serve para dar dinheiro à indústria da repressão”.

Em resumo: nas eleições de 1982, a discussão sobre o aborto avançou consideravelmente e passou a ser defendida por uma série de candidatas que, eleitas, de fato fizeram avançar o Projeto de Lei (PL nº 590/1983), apresentado pela deputada federal Cristina Tavares, do PDT de Pernambuco. No ano seguinte, *Mulherio* (nº 13, p.8) publicou uma reportagem sobre a deputada e seu projeto que, embora não despenalizasse o aborto, propunha ampliação de seus permissivos legais. Rejeitado por mérito na Comissão de Constitucionalidade e Justiça, a Câmara arquivou o projeto em novembro de 1984.

Ainda em 1983, um número especial, que marcava uma nova fase do jornal (n. 15, p.3-5), trazia o tema do aborto em metade de seu conteúdo, com uma longa matéria de Inês Castilho, o histórico da luta no Brasil e a situação da legalização do mundo, além do testemunho de uma mulher que havia realizado o aborto. Data também desse ano o “Encontro sobre Saúde da Mulher, Sexualidade, Contracepção e Aborto”, promovido pela Casa da Mulher do Rio de Janeiro, com a

militar, o pleito não contemplou a presidência da República, as capitais dos estados, as áreas consideradas de segurança nacional, as instâncias hidrominerais e os municípios de territórios federais.

participação de cerca de 300 militantes de mais de 50 grupos de mulheres de diferentes estados, que definiram o dia 28 de setembro como o Dia Nacional pelo Direito ao Aborto⁷.

A organização de uma “campanha nacional pela descriminalização do aborto”, que distribuía panfletos em feiras livres com os dizeres “Mulheres, chegou a hora de lutar pelo aborto livre”, também fez parte das ações feministas do período (BARSTED, 1992). Os anos 1980 começam, assim, com movimentos feministas fortemente atuantes na luta pelo direito ao aborto. Não podemos deixar de contextualizar que isso ocorre em estreita vinculação com o aparecimento de outros movimentos sociais no país, o retorno de exilados e exiladas após a Lei da Anistia (Lei nº 6.683/1979), a revogação dos atos institucionais e a reorganização partidária (ambos pela Emenda Constitucional nº 11/1978). Com os desastrosos efeitos econômicos, políticos e sociais de uma ditadura marcada por censuras, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos de corpos, encontrava-se em curso a transição tutelada brasileira.

4. Nas ruas e na Constituinte: em busca da legalização do aborto

Na primeira metade da década de 1980, foram instituídos organismos de defesa dos direitos da mulher, como o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) de São Paulo, que — após compromisso assumido em campanha — foi criado em 1983 pelo governador André Franco Montoro (PMDB) e teve como primeira presidenta Eva Blay. Já na esfera federal, Ruth Escobar, uma defensora sem ambiguidades da legalização do aborto, foi a primeira presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), instituído em 1985 pelo presidente José Sarney. A ocupação de espaços burocráticos do aparelho estatal, seja com cargos eletivos ou cargos ocupados por

⁷ A data faz referência à “Lei do Ventre Livre”. Em 1990, por ocasião do “V Encontro Feminista da América Latina e do Caribe”, as mais de três mil mulheres reunidas na cidade de San Bernardo, na Argentina, estabeleceram a mesma data como o Dia de Luta pela Descriminalização e Legalização do Aborto na América Latina e no Caribe.

indicação, teve como consequência a crescente institucionalização e partidarização de segmentos feministas, além de um processo de afastamento dos movimentos populares, pontos que foram criticados por feministas autônomas ou independentes. As estratégias de luta pelo direito ao aborto também estavam divididas: algumas defendiam a descriminalização; outras, a legalização; ainda haviam aquelas que se empenhavam na ampliação dos permissivos legais de forma gradual.

A partir dos debates para a criação de uma nova Constituição Federal, uma ampla mobilização social ocorreu em todo o país para a apresentação das demandas de diferentes grupos à Assembleia Constituinte. No caso das mulheres, houve o apoio da CNDM, que promoveu uma campanha nacional com o *slogan* “Constituinte pra valer tem que ter direitos da mulher”. O conjunto de propostas deu origem à “Carta das mulheres”, documento de autoria coletiva que não abordava o aborto de forma explícita. O tema do aborto também não aparece no documento oficial do CNDM, “Proposta à Assembleia Nacional Constituinte”. Tal ausência foi um recuo tático em articulação com as deputadas para impedir o avanço do conservadorismo, pois congressistas aliados à Igreja Católica ameaçaram incluir na Constituição o “direito à vida desde a concepção”. Muitas pesquisas apontam que essa negociação significou uma importante “vitória” do movimento feminista de então (SOF, 2018; PINTO, 2003).

Acreditamos, por outro lado, que vale recuperar uma história poucas vezes lembrada: a mobilização de mais de 20 entidades feministas que se organizaram em rede nacional para coletar as assinaturas necessárias a incluir uma emenda popular com a proposta da legalização do aborto. Como relata Amelinha Teles, representante da União de Mulheres de São Paulo e responsável por fazer a defesa da “Emenda Popular número 65” na Assembleia Constituinte, em 26 de agosto de 1987:

Era um trabalho tremendo colher as assinaturas, muitos dados eram exigidos e escritos à mão. Marcávamos toda semana de

recolher juntas essas assinaturas no centro da cidade, e as mulheres de cada entidade colhiam também em seus locais de trabalho e nas comunidades onde moravam. O debate na rua foi muito rico! O povo não era tão contra o aborto naquela época, a população queria a democracia [e] as pessoas estavam abertas para debater o tema, para escutar e até para dividir suas experiências de interrupção voluntária de gravidez (TEGA; BELLUCCI, 2019).

Nesse sentido, houve uma conquista que não se expressava apenas no plano político-partidário, mas na militância, na mobilização, na troca de experiência e no convencimento para coletar as 33.338 assinaturas favoráveis à legalização do aborto (SILVA, 2011, p.246). Sabe-se que uma obtenção legal nem sempre significa a aplicabilidade da norma; já o trabalho feito por essas feministas autônomas e populares agiu em sentido concreto e subjetivo, conseguindo um apoio bastante significativo. O texto do documento defendia que “a mulher tem o direito de conceber, evitar a concepção ou interromper a gravidez indesejada até 90 dias de seu início. Compete ao estado garantir esse direito através da prestação de assistência integral às mulheres na rede de saúde pública” (TELES, 2017, p.173). Foi grande a pressão de grupos religiosos para barrar essa emenda e poucas instituições foram aliadas à iniciativa, mesmo entre feministas. Com isso, o aborto continuou sendo uma dívida da democracia brasileira.

5. Reações ao conservadorismo: feminismos negros e populares

Na década de 1990, os governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) reduziram os investimentos sociais e expandiram as privatizações, afetando a vida das classes populares. As pautas feministas estiveram longe de ser incluídas por iniciativa do executivo federal (SILVA *et al.*, 2019). No âmbito do legislativo, vale destacar o Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1993, de autoria da senadora Eva Blay (PSDB), que previa a interrupção da gravidez como livre decisão da gestante até a 12ª semana de gestação (BLAY, 1993). Criticado e duramente combatido por entidades contrárias ao aborto,

notadamente de grupos carismáticos católicos, o projeto não chegou a ser apreciado pelo Senado e foi arquivado no final daquela legislatura. Outros grupos religiosos, como os fundamentalistas pentecostais, também se fortaleceram na época e se apossaram de espaços no legislativo e na mídia.

Uma característica importante dos movimentos feministas nesse período foi sua institucionalização como Organizações não Governamentais (ONG). Tal “profissionalização feminista”, que via nessas entidades uma alternativa de trabalho, implicava seguir uma agenda determinada pelas fundações internacionais que as financiavam e na preocupação da sobrevivência dos grupos. Além disso, as “parcerias” realizadas com o governo faziam que as ONG assumissem a terceirização de serviços e as responsabilidades que seriam do Estado. Das duas formas, esses compromissos transformam o caráter da militância (PINTO, 2003).

Na contracorrente desse cenário, algumas iniciativas, mesmo que tímidas, conseguiram mobilizar parte das feministas populares, como a inclusão da descriminalização e legalização do aborto nas plataformas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1991, e do Centro de Movimentos Populares, em 1993. Outras iniciativas foram responsáveis por alicerçar práticas autônomas e de base — como a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que nasce em 1994 com base na articulação de feministas de 14 diferentes estados, bem como o Projeto de Educação Popular Feminista de Promotoras Legais Populares (PLP), que tem início na cidade de São Paulo, também em 1994, integrando mulheres das periferias. Ambos os movimentos possuem até hoje um caráter anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, debatendo e defendendo em seus cursos, eventos e suas mobilizações o direito ao aborto (SILVA, 2016; MATSUDA; KAYANO, 2016).

A partir dos anos 2000, a consolidação da bancada da bíblia no Congresso concedeu espaços para projetos que tentariam implementar o “Estatuto do Nascituro”, a “Bolsa Estupro”, entre outros temas

insensatos. Os governos petistas de Lula e Dilma Rousseff também foram marcados pelo recuo do debate sobre o aborto e tinha como justificativa, muitas vezes, a necessidade de aprovação de temas considerados mais “urgentes”. A condescendência de parte do movimento feminista, especialmente de organizações vinculadas ao PT ou a partidos coligados, bem como de feministas históricas que assumiram funções de destaque nos governos — foi inquietante. Nesse cenário, não houve avanço para a legalização ou descriminalização do aborto na esfera executiva ou legislativa.

Os destaques nesse momento ficam para a “Marcha Mundial de Mulheres”, de 2004, que teve como tema “Eu aborto, tu abortas, somos todas clandestinas”, e a criação da Frente Nacional Contra a Criminalização da Mulheres e Pela Legalização do Aborto, em 2007, após o fechamento de uma clínica clandestina em Mato Grosso do Sul. No entanto, é a partir das jornadas de junho de 2013 que as mobilizações massivas das mulheres nas ruas brasileiras ganham relevo. Em 2015, há grandes manifestações contra o Projeto de Lei nº 5.069/2013, que dificultaria o acesso à pílula abortiva em caso de estupro. No mesmo ano, ocorreu a primeira “Marcha das Mulheres Negras”, cuja bandeira de luta era “contra o racismo, a violência e pelo bem viver”. Em 2016, atos no Rio de Janeiro e em São Paulo reuniram milhares contra a cultura do estupro. Além disso, em agosto de 2018, feministas de várias cidades do país realizaram a primeira edição do “Festival pela Vida das Mulheres”, que acompanhou a audiência pública do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre descriminalização do aborto⁸. Em dezembro daquele ano, as mulheres ocuparam novamente as ruas para dizer “ele não” ao candidato que seria, lamentavelmente, eleito.

⁸ Essa audiência foi possível após o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em parceria com o Instituto de Bioética (Anis), ingressar com a Arguição de Preceito Fundamental (ADPF) n. 442, a qual solicitava a análise da criminalização do procedimento à luz da Constituição.

O avanço dos movimentos feministas, sexo-dissidentes e de mulheres no Brasil e em demais países da região inscreve novas formas de organizar, agir e lutar. O protagonismo do feminismo negro brasileiro tem tido papel fundamental para pensar a questão do aborto baseando-se no conceito de justiça reprodutiva⁹. O debate acerca do direito ao aborto é ampliado, assim, para considerar a violência obstétrica, o direito à maternidade, o acesso a recursos materiais à educação sexual e reprodutiva. Considerando que mulheres negras têm um risco de morte 2.5 vezes maior do que mulheres brancas, as feministas negras apontam em suas bandeiras que o aborto tem cor e denunciam o racismo institucional e seus reflexos sobre os direitos reprodutivos. Trata-se de uma plataforma de luta empenhada na regulamentação de políticas públicas antirracistas para o abortamento seguro, incentivando reparação histórica de injustiças sociais e reprodutivas às quais as mulheres negras foram submetidas¹⁰.

6. Considerações finais

Seja para obter novos direitos, seja para impedir a restrição daqueles já conquistados, a contínua militância dos movimentos feministas indica que o tema do aborto está no terreno dos conflitos sociais, sendo objeto constante de disputas políticas e ideológicas, nas quais o conservadorismo tem se consolidado de maneira agressiva no Brasil. Os desafios e retrocessos nas esferas política e social passam a impressão de que essas lutas são constantemente travadas numa tábua rasa, o que dificulta a elaboração de seus avanços e recuos.

⁹ Embora tenha se expandido no Brasil nos últimos anos, foi em 1994, pouco antes da Conferência de Cairo, que um grupo de mulheres negras se reuniu nos Estados Unidos e, considerando as especificidades das mulheres racializadas, marginalizadas e pessoas trans, propuseram o conceito de justiça reprodutiva.

¹⁰ Sobre essa questão vale a pena consultar a admirável petição enviada pela associação civil “Criola” ao STF por ocasião do julgamento da ADPF n. 442. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=724453895&prcID=5144865>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

Se a autonomia das mulheres em relação aos seus próprios corpos foi um ponto inicial de luta dos movimentos, a essa questão foram acrescentadas tanto a necessidade de proteção da saúde da mulher — considerando o aborto uma questão de saúde pública por conta das consequências de sua condição de clandestinidade — quanto as estruturas raciais e classistas da sociedade brasileira, vinculando o direito ao aborto à luta por justiça social. É sob o tripé de autonomia, saúde pública e justiça social que a luta se consolida.

Nos dias atuais, quando a contraofensiva conservadora e neoliberal desmantela direitos anteriormente conquistados nas mais diversas áreas e um governo assassino legitima investidas contra as populações negras e indígenas, os corpos, territórios e direitos das mulheres são constantemente afrontados. Não por acaso, o direito ao aborto é um dos mais atacados, com forte conluio entre governo e fundamentalistas, tanto católicos como evangélicos.

A argumentação contra o aborto, baseada em princípios morais e religiosos, pouco tem a ver com o propagado “direito à vida”, principalmente no Brasil, país em que grande parte da população infantil vive na pobreza, em habitações com ausência de saneamento básico, sem creches e outros equipamentos sociais, e notadamente marcado pelo genocídio da juventude negra.

Essa falta de compromisso com a laicidade e com os pressupostos legais nesse momento de ultraje à democracia revela que esta jamais se completou. Diante desse cenário, evidencia-se que a mera alteração na letra da lei, embora fundamental, não oferece garantias permanentes. Mais que uma pauta isolada, a luta pelo direito ao aborto deve integrar uma radicalidade feminista por uma sociedade outra, que busque transformações das estruturas materiais e simbólicas das desigualdades de classe, gênero e raça.

Referências

BARROSO, C.; CUNHA, M. J. C. *O que é o aborto*. Frente de Mulheres Feministas: São Paulo: Editora Cortez, 1980.

BARROSO, C. Direitos reprodutivos: a realidade social e o debate político. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 62, p.52–59, ago. 1987.

BARSTED, L. L. Legalização e descriminalização do aborto no Brasil, 10 anos de luta feminista. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 0, p.104–130, 1992.

BLAY, E. A questão do aborto: um projeto de lei para disciplinar sua prática no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. Campinas, v. 10, n. 1–2, p.171–174, 1993.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Igreja e Política*. Brasil: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 1978.

DINIZ, D.; MEDEIROS, M.; MADEIRO, A. Pesquisa Nacional de Aborto — 2016. *Revista Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.653–660, fev. 2017.

GOLDBERG, A. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. 217 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

LÖWY, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATSUDA, F; KAYANO, M. *Guia Promotoras Legais Populares*. São Paulo: União de Mulheres do Município de São Paulo, 2016.

MORAES, M. L. Q. de. *Marxismo, psicanálise e o feminismo brasileiro: tomo II*. Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2017.

MULHERIO. São Paulo, ano 1, n. 0, (ano), 1981.

- MULHERIO. São Paulo, ano 1, n. 2, jul./ago. 1981.
- MULHERIO. São Paulo, ano 2, n. 5, jan./fev. 1982.
- MULHERIO. São Paulo, ano 2, n. 8, jul./ago. 1982.
- MULHERIO. São Paulo, ano 2, n. 9, set./out. 1982.
- MULHERIO. São Paulo, ano 3, n. 13, maio/jun. 1983.
- MULHERIO. São Paulo, ano 3, n. 15, set./out. 1983.
- PINTO, C. R. *Uma breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). *Direito ao aborto, autonomia e igualdade*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2018.
- SILVA, C. *Feminismo popular e lutas antissistêmicas*. Recife: SOS Corpo, 2016.
- SILVA, S. M. da. *A carta que elas escreveram: a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988*. 321 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.
- SILVA, S. M. *et al.* O aborto em pauta no poder público brasileiro: 30 anos de batalhas (des)favoráveis à autonomia feminina. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v. 7, n. 1, p. 11–36, fev. 2019.
- TEGA, D.; BELLUCCI, M. Entrevista com Amelinha Teles. *Revista Feminismos*, Salvador, v.7, n. 2, 2019.
- TELES, M. A. de A. A defesa do aborto na Constituinte. In: *Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda Editorial, 2017.
- UMA história. *Fundação Carlos Chagas (FCC)*. São Paulo, s.d. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/historia.html>>. Acesso em: 4 jan. 2021.

O direito à cidade: ocupação, resistência e esperança

Nayara Albino Gonçalves¹

Rosilda Mendes²

Francisco de Assis Comaru³

1. A formação social das cidades

A criação e consolidação das cidades modernas são passíveis de localização econômica, histórica, política e social. A gênese desse processo está diretamente ligada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Para Lefebvre (2011) o ponto de partida para discussão da problemática urbana é o processo de industrialização, que no último século e meio se configura como o motor das transformações sociais. O processo de industrialização impulsionou a urbanização.

As cidades já existiam antes da industrialização, mas a expansão generalizada do espaço urbano só foi possível após o processo de mecanização da produção, com a substituição do artesão e das corporações de ofício pela utilização do trabalho assalariado em larga escala e com a ampliação do comércio e circulação de mercadorias.

Singer (1978) aponta outros elementos importantes sobre o desenvolvimento das cidades na modernidade, tais como a importância da acumulação de excedente alimentar no campo e o desenvolvimento da urbanização atrelado a divisão social do trabalho, por essas razões, seu vínculo com a sociedade de classes.

A propriedade fundiária, tão importante no modo societal anterior, com o avanço da indústria também passa a se apresentar sob novas roupagens, a terra apresenta-se como mercadoria, acumula

¹ Assistente Social, mestre em serviço social e política social, Prefeitura Municipal de Santos, Santos/SP. E-mail: nayara.ss.goncalves@gmail.com

² Doutora em Saúde Pública, professora da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, Santos/SP. E-mail: rosilda.mendes@unifesp.br

³ Doutor em Saúde Pública, professor da Universidade Federal do ABC, Santo André/SP. E-mail: francisco.comaru@gmail.com

mais-valor através de sua concentração e especulação. Aqui, importante tecer algumas reflexões acerca da parte da mais-valia produzida que fica com os proprietários de terra que, também denominada renda da terra ou renda territorial, se caracteriza como produto do trabalho excedente, tanto no campo como nas cidades, pois é lucro “extraordinário, suplementar e permanente” (MARX, 1994; OLIVEIRA, 2007).

Os estudos empreendidos pelos autores referidos indicam que a renda da terra nessa sociabilidade se efetiva por vias, como resultado da concorrência (renda diferencial) e também do monopólio (renda absoluta), além da renda do monopólio em si, como pode ser visto abaixo.

a) Renda absoluta: “resulta do fato de que a propriedade da terra é monopólio de uma classe que cobra um tributo da sociedade inteira para colocá-la para produzir. Inclusive, ela desapareceria caso as terras fossem nacionalizadas.” (OLIVEIRA, 2007, p. 44).

b) Renda de monopólio: resulta do lucro de um preço de uma determinada mercadoria produzida em zonas com qualidades especiais.

c) Renda diferencial: se efetiva pelo caráter capitalista de produção e não da propriedade privada da terra em si, e suas causas são três: I – fertilidade do solo; II- localização da terra; III – os investimentos aplicados no solo para melhoria da localização e qualidade de fertilidade.

Em tempos de financeirização do capital, a especulação imobiliária se traduz em um rentismo da terra no meio urbano. Ademais, ao pensarmos na renda diferencial II e III neste caso, em especial, a partir dos investimentos públicos em determinadas áreas, proporciona a valorização dos locais urbanos. Compreendermos que isso explica a lógica de construção das cidades, a relação de diferenças entre centro-periferia e, conseqüentemente, as disputas cotidianas entre as classes para morar e usufruir dos territórios urbanos.

A consolidação da cidade moderna se expressa, portanto, a partir da reprodução de uma característica inerente à sociabilidade capitalista, a acumulação privada da riqueza socialmente produzida. Harvey (2012) aponta as cidades e a urbanização como um fenômeno de classe, pois a disposição social e geográfica se configura a partir do produto excedente e o mesmo é extraído de um determinado lugar e de alguém, enquanto o seu controle repousa em poucos, naqueles que detêm os meios de produção, os capitalistas. Assim, conclui-se que esse processo desempenha um papel importante na absorção do excedente, sob as consequências “do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade” (p. 82).

Engels (2010) já apontava no início do século XIX as diversas expressões da desigualdade nas cidades inglesas entre aqueles que possuíam os meios de produção e os que vendiam sua força de trabalho. Além das péssimas condições de trabalho nas grandes indústrias, com as extensivas jornadas de trabalho, salários parcos e recorrentes acidentes de trabalho, apresenta uma cidade sem as mínimas condições dignas de reprodução para a maioria dos seus habitantes. O autor narra um cenário caótico de acesso à moradias precárias, construídas entre becos e vielas, sem ventilação, úmidos e com muitas pessoas vivendo em pequenos cômodos.

Na atualidade, o processo de urbanização e conformação das cidades esteve marcado pela reestruturação produtiva das relações de trabalho e aos anseios neoliberais. Tal cenário catalisa a transformação do espaço em mercadoria, intensifica a segregação urbana e o não acesso ou acesso precário aos conjuntos de políticas sociais e serviços necessários à sobrevivência, principalmente dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

O Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) publicado em 2014 aponta que o crescimento populacional no meio

urbano tem sido rápido. Hoje a população urbana mundial chegou a 54% com projeção de que até 2050 esse número aumente para 66%⁴. Davis (2015) aponta que desde 1970 o crescimento populacional urbano mundial ocorreu nas favelas localizadas nas periferias das cidades, em especial dos países periféricos. “Os favelados, embora sejam apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem espantosos 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos; isso corresponde a pelo menos um terço da população urbana global” (DAVIS, 2015, p. 34).

2. As cidades brasileiras e a *espoliação urbana*

“Não vamos falar aqui de Pedro Álvares Cabral, muito embora a origem das escrituras de imóveis privados sobre áreas públicas esteja nas capitânicas hereditárias dos portugueses” (BULLOS, 2015, p. 34).

As cidades brasileiras e seu uso forjaram-se carregando marcas do processo de colonização, escravidão, superconcentração da propriedade e uma industrialização tardia. O que chamamos hoje de litoral brasileiro foi o território de chegada dos europeus e dos navios negreiros, assim, esses foram os primeiros lugares que serviram para o saque das riquezas nacionais e de centros administrativos de domínio das terras e das vidas de indígenas e negros (SILVESTRE, 2018).

A acumulação de capital deu-se com um quinto de nossa história à base da escravidão e o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre ocorreu a partir de elementos do que se podia considerar novo, mas mantendo e aprofundando a velha estrutura, ou seja, um desenvolvimento caracterizado como desigual e combinado (LOWY, 2015; SILVESTRE, 2018). Aprovada em 1850, a Lei Euzébio de Queiroz determina o fim do tráfico negreiro, mas

⁴ Disponível em: <http://https://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatório-da-onu-mostra-população-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhões-em-2050>. Acesso em: 10 out. 2019.

no mesmo ano é aprovada a Lei da Terra, assim, a aquisição de terra que antes era viabilizada por serviços prestados ao Estado, passa a ser adquirida pela compra, com isso, o latifúndio se mantém intocável e transforma os negros em trabalhadores sem-terra.

A industrialização que impulsiona o processo de urbanização passa a exigir mão de obra com algumas qualificações e, com isso, é também impulsionada a imigração de trabalhadores pobres europeus. Concomitantemente ocorre também um processo migratório interno com o adensamento da região litorânea “produzindo junto com a industrialização e urbanização formais, a urbanização informal, ilegal, clandestina, caótica e precária, desprovida de serviços” (SILVESTRE, 2018, p. 93). Configura-se nesse período a centralidade econômica do país na região sudeste e a construção de grandes centros urbanos, como a região metropolitana de São Paulo.

Esse processo está marcado pelos baixos salários, e o conjunto de empresas que vão se instalando por aqui possuem recursos naturais e mão de obra barata e abundante. Inicialmente, a possibilidade de reduzir os gastos com os trabalhadores em relação à moradia foi resolvida com a instalação de vilas operárias, porém, com a intensificação do crescimento industrial, ocorre um excedente de força de trabalho junto à valorização de terrenos e os trabalhadores sem condições de arcar com o preço da terra, vão migrando para áreas mais afastadas e consideradas menos valorizadas, ou seja, as periferias⁵.

Assim, o desenho da industrialização acompanha a seguinte lógica: centro – caminho vazio – periferia, esse caminho vazio passa a ter investimentos, instalação de energia, transporte, estradas etc., que valoriza o terreno e a distribuição espacial da população acompanha sua condição social. A história das cidades brasileiras é marcada pelas ocupações realizadas por trabalhadores residindo onde conseguem

⁵ “Periferia” é termo utilizado para falar das margens das cidades. Indicar lugares com assentamentos precários e sem infraestrutura básica de serviços públicos urbanos (HOLSTON, 2013).

pagar, mas esses bairros iniciam com os moradores sem nenhum tipo de infraestrutura e serviços públicos básicos.

Entre os anos de 1959 e 1990, o metro quadrado do terreno na região da capital do estado de São Paulo subiu mais de 150%, concomitante a uma expansão de habitantes que em 1872 eram 30 mil e, em 2000, chegou ao patamar 17, 8 milhões, se tornando a quinta maior conurbação do mundo. Importante notar que, em algumas décadas (1930 a 1970), o país passou de predominantemente rural para urbano (HOLSTON, 2013; KOWARICK, 2000).

Nos anos recentes, o aumento nos preços dos imóveis superou muito a inflação e o poder de compra dos trabalhadores nas cidades brasileiras. No período de 2008 a 2018, São Paulo teve o maior aumento do valor de imóveis do país (235.32%) seguida do Rio de Janeiro (229%), mesmo com a recessão e estagnação financeira, sendo que a acumulação da inflação ficou muito abaixo disso, da ordem de 84,28% (MARICATO; COLOSSO; COMARÚ, 2018).

Assim, a cidade e o urbano são reflexos e ajudam a garantir a lógica do capital, que reproduz desigualdades, exploração e dominação. Os problemas não são questões meramente de cunho administrativo/gerencial, estão vinculados ao modo de organização dessa sociabilidade, que concentra as terras e a riqueza socialmente produzida nas mãos de uma pequena parcela da população.

Dados da Fundação João Pinheiro (2016), revelam que em 2013 o déficit habitacional no Brasil atingia aproximadamente 22 milhões de pessoas. Neste ano, 38,4% do déficit habitacional se concentrava na região Sudeste do país, percentual que aumentou para 40% em 2014. Os números são expressivos no estado de São Paulo, onde a necessidade de novas moradias ultrapassa um milhão, metade na região metropolitana. Em 2014, 83,9% do déficit habitacional concentrava-se nas faixas de renda familiar de até três salários-mínimos e

neste mesmo ano, foi identificado um total de 7,241 milhões de imóveis vazios no país, a maioria nas regiões sudeste e nordeste.

O ônus do aluguel tem muita expressividade no déficit habitacional que, no ano de 2014, representou um total de 2,926 milhões de famílias urbanas no país. Na região sudeste 50,4% das famílias compromete grande parcela da sua renda com o aluguel. Ainda segundo os dados da Fundação João Pinheiro existem 836 mil habitações em condições precárias.

Compreendendo nossa inserção na divisão internacional do trabalho e a localização de país periférico, destacamos que a dimensão global nos impacta localmente. Desta forma, indicamos que, em níveis mundiais, a concentração de renda vem aumentando, o que necessariamente impacta o acesso à moradia e aos direitos sociais vitais à vida da população. No ano 2009, a parcela dos 1% mais ricos detinha 44% de toda a riqueza, em 2014, esse número sobe para 48% e as perspectivas é que este ano de 2020 esse número chegue a 54% (BOULOS, 2015).

Kowarick (2000) denomina esse processo de *espoliação urbana*: a soma da falta ou precariedade de serviços coletivos que, em conjunto ao acesso da terra e da moradia, mostram-se fundamentais para a reprodução da força de trabalho e que agudizam a dilapidação da exploração do trabalho ou falta desta. Torna-se, portanto, importante e fundamental a pressão de grupos e camadas sociais sobre o Estado a fim de obter elementos básicos para a sobrevivência nas cidades.

3. O direito às cidades

“A agenda institucional da política urbana tem sua sustentação ideológica na defesa de cidades justas e igualitárias. (...) os processos de luta contra a concentração de renda e de terra” (SANTOS; VIEIRA; DINIZ, 2012, p. 305). Com essa perspectiva, historicamente as lutas sociais se desenvolvem no meio urbano na busca por uma vida que não seja alienada e que garanta as necessidades básicas dos trabalhadores.

Os direitos materializados nas políticas sociais são conquistas do conjunto dos trabalhadores, entre elas as regulamentações legais de moradia, saneamento básico, transporte público, saúde, educação etc. A Constituição Federal de 1988 assenta as bases da reforma urbana, define a função social da propriedade e da cidade, onde se estabelece a primazia dos direitos coletivos em contraponto aos individuais (SANTOS; VIEIRA; DINIZ, 2012).

Do ponto de vista do ordenamento jurídico, a Emenda Constitucional nº26/2000 elevou o direito à moradia digna ao status de direito social, consubstanciado no caput do Art. 6º da Constituição Federal. Em 2001, foi promulgado o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257), que regulamenta os artigos da Carta Magna que tratam sobre o direito à cidade. Posteriormente, em 2015, também como expressão da luta pelo direito à cidade, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional nº 90, que inclui o transporte como direito social, restando que este artigo seja regulamentado por lei complementar. Por outro lado, o Estatuto da Cidade também definiu o direito de todas e todos.

Inseridos nesse momento histórico, os trabalhadores urbanos seguem organizando suas lutas e resistência através dos diversos movimentos sociais. “Em sua maioria têm na luta por moradia seu foco central, apresentando um forte traço anticapitalista e de enfrentamento aos governos” (FARAGE, 2014, p. 254).

A cidade, a terra urbana, não é apenas espaço de reprodução da força de trabalho, mas também é um produto que serve para o enriquecimento de poucos em detrimento das precárias condições de vida de milhões de pessoas. Isso se deve, entre outros fatores, porque a produção da infraestrutura, dos serviços e das “localizações” se realiza principalmente por meio do investimento público. No entanto, os benefícios de valorização das propriedades imóveis no entorno desses investimentos, no mais das vezes, se dá na forma de apropriação individual e privada das “mais-valias” urbanas. Esse processo tem gerado um acúmulo histórico de injustiças territoriais, considerando a lógica

dos investimentos públicos. Desta maneira, no nosso país, a terra está necessariamente atrelada ao histórico de escravidão e genocídio de povos africanos e indígenas (MARICATO, 2013; SILVESTRE; 2018).

4. Daquele chão nasceu a luta e daquela luta nasceu a esperança!

Apresentar um território é ir além das dimensões geográficas que, apesar de importantes, não denotam os aspectos de vida que se cria, recria e pulsa pelas ações cotidianas das pessoas, afinal, somos seres sociais, interagimos e interferimos na natureza para satisfazer nossas necessidades objetivas como comer e vestir, mas também subjetivas da interação e construção de ideias, da resistência e de sonhos coletivos. Tudo isso se dá em algum chão que pisamos, o que leva a compreensão de que o território como espaço geográfico cede lugar à percepção de lugar com disputas e alianças de poder, força e verdade como constituintes de um campo de composição e tensão (COSTA; MENDES, 2014).

O território de análise neste artigo é a Ocupação Esperança localizada em Osasco, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que conta com 39 municípios e é considerada o maior polo de riqueza nacional⁶. Além do município de São Paulo, a região agrega sub-regiões: norte, leste, sudeste, sudoeste e oeste. Osasco se encontra nesta última, junto com os municípios de Barueri, Itapevi, Jandira, Carapicuíba, Santana do Parnaíba e Pirapora do Bom Jesus.

Dados de 2016 apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) da região correspondia a 17,7% do total do país e mais da metade do estado de São Paulo que, por sua vez, corresponde ao PIB do país em 35%. Moram nesse território 21,6 milhões de pessoas, quase metade da população estadual. Osasco possui aproximadamente 696.382 habitantes, o segundo maior PIB (produto interno bruto) do estado de São Paulo e o nono do país. O setor de comércio e serviços representa 70% da economia, seguido pela indústria (IBGE, 2010)⁷. O município possui uma distância de 22 km até São Paulo (capital), sua densida-

⁶ Disponível em: <https://emplasa.sp.gov.br/RMSP>. Acesso em 26 dez. 2019.

⁷ Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

de demográfica é de 10.728,36 habitantes por quilômetro quadrado, além disso, possui uma área de 64,95km², 100% urbanizada, 210 assentamentos precários, 166 favelas e índice de irregularidade fundiária de 60% (PM Osasco, 2015)⁸.

A Ocupação Esperança está situada no extremo da zona norte da cidade, próxima à rodovia Anhanguera, aos galpões de transportadoras e a trechos da Mata Atlântica. O terreno ocupado em agosto de 2013 por 500 famílias possui 48 mil metros quadrados, sendo propriedade privada da empresa de cosméticos KJ Jacqueline Ltda. Estava desocupado há 30 anos acumulando dívidas relativas a impostos⁹. Há sete anos famílias organizadas em torno do Movimento Luta Popular (MLP)¹⁰ fincaram os pés em uma terra vazia e sem vida, e ali permanecem, construindo um cotidiano de histórias de vidas, lutas, resistências para dar lugar ao novo, ao inesperado. Aquele terreno já foi local de desmanche de carro e de cenas de diversas formas de violência, como estupros e mortes. Uma moradora da Ocupação relata: “No amanhecer do dia 23 de agosto de 2013, vi da janela as lonas pretas com faixas amarelas e azuis, e fiquei sabendo da Ocupação. Fui no dia seguinte e permaneci até hoje. Eu gostei do povo! Me encaixei!”

A Ocupação Esperança que foi construída, e reconstruída, após um incêndio em 2016, foi levantada pelos pés, mãos e mentes de homens e mulheres trabalhadores a maior parte migrantes norteadinos, não brancos, ocupantes de postos precarizados de trabalho¹¹ que, com necessidade, mas também esperança, ousaram entrar numa terra vazia há décadas, a qual vinha servindo apenas para especular e acumular valor a uma única pessoa, o proprietário.

⁸ Dados da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de Osasco/SP de novembro de 2015.

⁹ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/09/15/apos-incendio-ocupacao-esperanca-resiste-em-Osasco-sp>

¹⁰ O Movimento Luta Popular surgiu em 2012 atuando nacionalmente na organização territorial dos trabalhadores e trabalhadoras.

¹¹ Informações obtidas e sistematizadas pelo cadastro realizado pela Associação de moradores da Ocupação Esperança em 2019.

A necessidade de acessar uma moradia digna está contabilizada no déficit habitacional do Brasil que atinge 22 milhões de pessoas, assim, reafirma-se aqui o debate da *espoliação urbana* que decorre do processo de acumulação e a capacidade do desenvolvimento das lutas para a garantia à moradia, à terra e aos bens – recursos coletivos necessários para sobreviver (KOWARICK, 2000; HARVEY; 2012).

5. Notas de esperança: a resistência

Denominamos aqui de *Notas de Esperança* as possibilidades de futuro, frutos do processo de organização e resistência das famílias dessa ocupação, que nos denotam a chance de sonhar com dias melhores. Reconstruir a história das famílias da Ocupação Esperança junto ao MLP e suas formas de resistência para acessar e usufruir de melhores condições de vida possibilita traçar percursos para fortalecer cada vez mais a luta coletiva. Organizadas de maneira solidária, essas famílias lutam pela ruptura e transgressão de modelos impostos (COMARU, 2017).

Holston (2013) e Comaru (2017), indicam que no nosso país além de processos de grandes mobilizações, no cotidiano, “tem lugar, nas sombras das cidades”, sujeitos sociais que individualmente e coletivamente resistem, constroem possibilidades de lutas para uma vida melhor, uma cidadania insurgente, que se pauta como processos e ações de baixo para cima. Ainda, Comaru (2017), apoiado em outros autores, Earle (2012) e Barbosa (2014), nos proporciona mais reflexões dos processos de luta e organização dos trabalhadores na busca pelo acesso e uso de uma moradia digna. Assim, a luta coletiva por um direito básico que questiona cernes importantes de manutenção capitalista é, sobretudo, pedagógica, “uma escola da luta”.

Essas premissas são destacadas por um integrante do MLP ao se referir à Ocupação Esperança e destacar a luta coletiva e as importantes experiências de auto-organização:

A ocupação é uma experiência de autogoverno, os conflitos são decididos coletivamente, a construção do espaço é pensada e construída coletivamente e a gente vai vindo como a gente consegue juntos fazer aquilo tudo aquilo que é negado cotidianamente na nossa vida. Na ocupação, com a nossa organização e nossa luta, a gente consegue conquistar mesmo em meio a várias dificuldades, por exemplo, nas ocupações a gente constrói trabalhos de cultura, cinema, atividade cultural... Qual é o bairro da periferia que tem acesso a cinema, acesso à cultura?

Imergir em algumas histórias e memórias dessa ocupação a partir de pessoas que ali vivem possibilita recuperar questões centrais de existência e resistência das famílias na apropriação daquele território. Uma delas diz respeito ao papel que as mulheres assumem no movimento. O trabalho realizado pelo MLP junto às mulheres da Ocupação Esperança sempre foi uma prioridade e aqui pautado pelo próprio movimento. Uma integrante do MLP destaca que a violência contra a mulher, em geral, fica restrita ao âmbito doméstico, onde cada uma delas sofre sozinha. Na ocupação, torna-se uma questão pública, coletiva e comunitária.

As possibilidades nascem primeiro do reconhecimento de quem são essas mulheres, de maioria não branca, e que também engrossam as filas do desemprego. São aquelas que nesses anos de ocupação criaram a grande parte dos espaços coletivos naquele local, constituindo “um sujeito político, histórico, expresso no singular, mas que é coletivo por natureza” (NUNES, 2018, p. 12).

Histórias individuais ou coletivas, como aquelas relativas ao machismo, foram marcantes na história de vida de algumas das mulheres que ali vivem. Teresa, moradora da Ocupação Esperança é um exemplo de luta: mulher migrante, forte, aguerrida, sem “papas na língua”, dedicada principalmente às tarefas organizativas é extremamente zelosa com sua família. Para se casar teve que fugir porque o pai militar não aceitava o casamento com um homem que era palhaço do circo. Depois de alguns anos, abandona o marido no nordeste para viver com os filhos em

São Paulo, ainda que lá tivesse boas condições de vida. Para viver seu amor e também deixá-lo foi capaz de atravessar barreiras gigantescas que o machismo impõe cotidianamente aos ombros das mulheres.

Marlene também vivenciou, durante a ocupação, as dificuldades impostas pelo machismo. O marido chegou primeiro e ela continuou vivendo no Maranhão, ao chegar, descobriu que o marido estava se relacionando com outra mulher. A situação gerou conflitos, rivalidades e até violência. Hoje ela reflete sobre o que viveu e aos poucos vai recuperando as relações de solidariedade com outras mulheres.

Coletivamente as mulheres foram e são protagonistas da construção desse território, garantindo as muitas tarefas necessárias para a existência e resistência das famílias que ali moram. Foram responsáveis pelo funcionamento da cozinha coletiva no início da ocupação, organizaram mutirões de limpeza dos espaços, participaram das vigílias de segurança, da constituição das assembleias e Associação de Moradores, tiveram um papel de destaque na mobilização das mulheres criando espaços de cuidado e auto-organização.

A potência e força dessas mulheres chegou a outras mulheres de Osasco a partir da experiência do *Abayomi Cabeleireiras*, um salão de beleza que reunia mulheres para discutir questões raciais e de gênero todas as semanas. O projeto foi idealizado por mulheres do MLP a partir da consolidação do trabalho de mulheres e tinha o intuito de ampliar a discussão de gênero para outros territórios de Osasco, além de empregar mulheres da ocupação com experiência nessa área que se encontravam desempregadas.

Em dois de março de 2018, o canal *France 24*, da rede pública de televisão francesa transmitiu um programa sobre a desigualdade de gênero e a Ocupação Esperança foi citada como um exemplo internacional de luta e organização das mulheres¹².

¹² O vídeo tem título “*Au Brésil, une favela gérée par des femmes*”, em português, “Uma favela gerida por mulheres no Brasil”.

Também podemos destacar um acontecimento que mostrou a força coletiva e resistência das pessoas da Ocupação. No dia 13 de setembro de 2016 um incêndio de grandes proporções atingiu o local. Havia muitas pessoas ainda no território, muitas “ilhadas no campinho”, na parte mais alta do espaço e outras em seus barracos que não pegaram fogo. Permaneceram ali para proteger suas casas e seus poucos pertences dos saques.

O Estado se apresentou de várias maneiras naquela noite: bombeiros, policiais militares, técnicos/funcionários/gestores das secretarias de assistência social e habitação, prefeito e vereadores em período eleitoral. Estavam presentes também as mídias e muitas pessoas dos bairros vizinhos que prestavam solidariedade aos que chegavam do trabalho e se deparavam com a perda de suas casas.

O incêndio que consumiu muitas casas e pertences, só pode ser visto como “criminoso”, seja iniciado de maneira proposital ou mesmo pelas condições precárias de moradia e dos serviços básicos como a energia elétrica, reafirma a violência cotidiana sofrida por uma parcela da sociedade. Naquele dia mais uma vez a violência se expressou com truculência da polícia militar.

O depoimento de Marlene traduz o sofrimento das pessoas quando o fogo começa a se alastrar e as formas de apoio e solidariedade que vieram “de todos os cantos”:

O incêndio foi um marco aqui, era umas 17 horas e eu tava fazendo janta e as pessoas gritando “fogo lá em cima”. A gente subiu pra ajudar e subestimamos o fogo. Também o bombeiro demorou pra chegar, daí quando eu vi que não tinha o que fazer e estava se alastrando muito rápido, eu corri para o meu barraco, tirei meus filhos e os documentos primeiro. Mais tarde o João chegou e conseguimos levar algumas coisas nossas, roupas, botijão, geladeira, TV, foi muito desespero... mas a gente renasceu. O fogo também foi o momento de maior solidariedade, veio ajuda de todo o Brasil, a comunidade se uniu, quem não perdeu o barraco colocou outra família para dentro, até as pessoas reconstruírem o que perderam.

A reconstrução da Ocupação inicia-se 14 de setembro de 2016, dia seguinte ao incêndio. Foi necessário reocupar parte do território, pois era preciso garantir que a parte consumida pelo fogo fosse reerguida e principalmente que as pessoas que perderam tudo pudessem ali se manter. Renascer das cinzas foi garantir um recomeço parecido com o começo, garantir fossa, cozinha coletiva, vigília, organizar as doações, mutirões para limpeza.

6. Considerações finais

O direito à cidade e os demais direitos sociais previstos na legislação federal do país, articulam-se com os princípios da dignidade humana e da justiça social, claramente demarcados na Constituição Federal Cidadã de 1988. Entretanto, as cidades brasileiras foram construídas a partir de uma base extremamente injusta e excludente e os investimentos públicos e privados historicamente têm privilegiado os bairros ricos e as elites.

O processo de *espoliação urbana* tem se acentuado e se radicalizado, inclusive nos últimos anos. O aumento do desemprego, a crise social e econômica e o aprofundamento da desigualdade de renda constituem-se indicadores deste processo de deterioração das perspectivas de civilidade, justiça social e democracia nas cidades.

O fenômeno das ocupações dos sem-teto de terrenos e prédios abandonados e ociosos que não cumprem função social tem sido interpretado como último recurso para grande parcela da população que não teve o direito à moradia assegurado. Práticas insurgentes, como aquelas da Ocupação Esperança, protagonizadas pelas mulheres, podem ser identificadas como “práticas contra-hegemônicas, que expõem e perturbam relações normalizadas de dominação” (MIRAFETAB, 2009 p. 34). Essas práticas podem ser efêmeras ou duradouras, envolverem participações em espaços formais ou manifestações espontâneas, utilizarem-se de procedimentos jurídicos ou de outras práticas informais de oposição. Trata-se de movimentos de organiza-

ção coletiva que “desestabilizam a ordem” e que atuam contra processos de expulsão de terras, remoções involuntárias e outras formas de retirar o trabalhador de seu lugar de moradia para dar espaço a projetos e intervenções urbanas de diferentes portes (FERRARA; GONSALES; COMARÚ, 2019).

O direito à cidade como um conceito associado aos territórios urbanos e ao mesmo tempo abrangente, que dialoga com o direito à moradia, ao saneamento ambiental, à mobilidade, à terra e a infraestrutura, abre-se também para a perspectiva da invenção de novos direitos tanto em dimensão objetiva, quanto subjetiva. A fruição dos direitos essenciais de cidadania, entretanto, permanece aqui com uma centralidade importante vinculada ao direito à vida digna e à sua reprodução. A garantia do direito à cidade tem se mostrado assim, um desafio de gigantescas proporções num dos países mais desiguais do planeta e nestes tempos de radicalização do neoliberalismo.

Assim, por meio das ocupações dos sem-teto e da Ocupação Esperança aqui analisada, pode-se perceber como a luta dos moradores, com protagonismo das mulheres, cumpre um papel importante do ponto de vista contestatório reivindicatório e pedagógico por uma sociedade mais livre, pacífica, justa, democrática e feliz.

Referências

AU Brésil, une favela gérée par des femmes. 11’17”. *France 24*. YouTube. 2018. Disponível em: <https://youtu.be/UYPaHPzLKGg>. Acesso em: 25 jan. 2020.

BOULOS, G. *De que lado você está?* Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2015.

Cartilha Número 1 da Luta Popular. Rio de Janeiro: Luta Popular, [20--].

COMARU, F. de A. Áreas centrais urbanas e movimentos de moradia: transgressão, confrontos e aprendizados. *Revista Cidades*, Rio Claro, v. 13, p. 71-93, 2017.

COSTA, S. L.; MENDES, R. Redes sociais territoriais: apontamentos e deveres. In: COSTA, S. L.; MENDES, R. *Redes sociais territoriais*. São Paulo: Editora Unifesp, 2014. p. 217-221.

DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ENGELS, F. *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FARAGE, E. Experiências Profissionais do Serviço Social nos Movimentos Sociais Urbanos. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Org.). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.p. 245-262.

FERRARA, L. N.; GONSALES, T. A.; COMARÚ, F. A. Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo. *Cadernos Metrópole*, v. 21, n. 46, p. 807-830, 2019.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil/ 2013 – 2014*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2016.

HARVEY, D. O Direito à cidade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul. /dez. 2012.

HOLSTON, J. *Cidadania Insurgente: Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

KOWARICK, L. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEFEBVRE, H. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

LOWY, M. *A política do desenvolvimento desigual e combinado: a teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Sundermann, 2015.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 19-26.

MARICATO, E.; COLOSSO, P.; COMARÚ, F. Um projeto para as ci-

dades brasileiras e o lugar da saúde pública. *Saúde em Debate*, v. 42, p. 199-211, 2018. Edição especial.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. O processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994. v. 3.

MIRAFTAB, F. Insurgent planning: situating radical planning in the Global South. *Planning Theory*, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.

NUNES, N. R. *Mulher de favela: o poder feminino em territórios populares*. Rio de Janeiro: Gramma, 2018.

OLIVEIRA, A. U. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. 1. ed. São Paulo: FFLCH, 2007.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO. *Dez anos da política habitacional: avanços, potencialidades e a continuação de uma política*. Osasco: Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Econômico, 2015. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedepe/download/apresentacoes/sandra-simoes.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SANTOS, M. S.; VIEIRA, N. P.; DINIZ, T. M. R. de G. O Cenário da Política Urbana Brasileira e o Serviço Social: contribuições para o debate. *Temporalis*, Brasília, DF, v. 12, n. 24, p. 293-322, jul./dez. 2012.

SILVESTRE, H. As ilusões no progresso, as ilusões na democracia burguesa e as mulheres iludidas: Carta de Helena Silvestre. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 11, p. 89-103, 2018.

SINGER, P. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

A construção do conhecimento a partir das experiências cotidianas de (re)existência dos sujeitos frente à violência estrutural na sociedade brasileira

Raiane P. S. Assumpção¹;

Nathália Franco Macedo²;

Valéria Ap. de O. Silva³

1. Introdução

Ao buscarmos produzir conhecimento acerca da realidade social brasileira, é necessário considerar, conjuntamente com as questões históricas e estruturais – como o colonialismo, o escravismo, o capitalismo e o patriarcado –, os elementos constitutivos da vida cotidiana na atual conjuntura, marcada pela crise sanitária gerada pela pandemia da COVID-19 e pela atuação do governo a partir do Estado de exceção⁴ e da necropolítica⁵, como também pelo negacionismo em relação à ciência.

¹ Doutora em Sociologia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Unifesp-BS, Santos- -SP, Brasil; pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp, São Paulo - SP, Brasil. End. eletrônico: raianeunifesp@gmail.com

² Bacharel em Serviço Social e Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, São Paulo - SP, Brasil. End. Eletrônico: nframacedo@gmail.com

³ Bacharel em Serviço Social, cursando Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo e pesquisadora do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Unifesp, São Paulo – SP, Brasil. End. Eletrônico: valeria.oliveira18@unifesp.br

⁴ Segundo Agamben (2004), o estado de exceção não é apenas uma medida provisória, mas um paradigma de governo, que tem sido cada vez mais recorrente nos Estados contemporâneos, inclusive nos democráticos. Tem se definido como uma prática em que, a partir de uma crise social, o Estado assume legalmente o estado de guerra, que permite a eliminação de cidadãos que pareçam não integráveis aos sistemas sócio-políticos.

⁵ Conceito desenvolvido por Achille Mbembe ao questionar os limites da soberania do Estado quando o mesmo escolhe quem deve viver e quem deve morrer. Para Mbembe (2018), quando se nega a humanidade do outro, toda violência torna-se possível, desde agressões até a morte.

A constituição complexa, desigual e contraditória da vida vivida, expressa especialmente no cotidiano das favelas, das ocupações, das periferias, dos cortiços, tem denunciado a ausência de dignidade, escancarado a desigualdade e demonstrado a violência estrutural com suas inúmeras facetas; como também, tem revelado, de forma concomitante, o enfrentamento inventado: a potência dos movimentos sociais e dos coletivos, como também a força da cultura e da solidariedade em cada território. É a busca de possibilidades de (re)existência dos sujeitos, criando processos de compreensão e de elaboração de estratégias de sobrevivência, existência e rompimento das (in)visibilidades.

Esta tessitura social expõe inúmeros desafios, dentre eles o de natureza epistemológica; ou seja, o de realizar uma análise crítica sobre os fundamentos teórico-metodológicos do processo de produção do conhecimento: qual o conhecimento que é válido para explicar a realidade social brasileira? Quem define sua validade? Quem produz e como é produzido este conhecimento? Sobre quem e para quem é produzido o conhecimento? Essas questões requerem reflexões que sejam capazes de conceber e de explicitar a diversidade de epistemologias possíveis, como também de construir uma posição crítica sobre as mesmas, considerando-as, inclusive, como produtos da realidade em análise; portanto, marcada por processos de disputas e de dominação.

No sentido de contribuir com este debate, o presente artigo expõe ensaios de desenhos teórico-metodológicos capazes de produzir conhecimentos consubstanciados e comprometidos com a realidade social, como parte de um movimento contra hegemônico, que valoriza não só os saberes, mas também as distintas formas de conhecer dos sujeitos. A partir da elaboração de cartografias sociais e da construção de narrativas é oportunizada a disputa na interpretação das realidades e fortalecidas as formas de (re)existências cotidianas dos sujeitos.

2. Colonialidade, dominação e produção de conhecimento contra hegemônico

Segundo Santos e Meneses (2009), toda experiência social produz e reproduz conhecimento e, ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias. Todo conhecimento é contextualizado: as relações sociais são sempre culturais (intraculturais ou interculturais) e políticas (representam distribuições desiguais de poder). Assim, o reconhecimento do conhecimento produzido é objeto de permanente disputa; é via conhecimento válido que uma dada experiência social se torna inteligível e referenciada.

Esta é a razão pela qual, historicamente, houve o domínio de uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento. A constituição da hierarquização das relações - com base étnico-racial, de classe e gênero - perpetuou, nos dois últimos séculos, relações capitalistas, colonialistas, imperialistas e patriarcais. A racionalidade moderna - domínio do Norte global, da elite econômica, da academia e do gênero masculino - não admitiu a validação de 'outros' saberes para além da ciência e da técnica - detém o monopólio da distinção entre o verdadeiro o falso -; além de reivindicar uma pretensão de universalidade do mundo moderno-ocidental-cristão. Houve a homogeneização do mundo, obliterando as diferenças culturais e a diversidade epistemológica.

Assim, a relação colonial de exploração e dominação persiste até a atualidade, sendo o eixo da colonização epistêmica o mais difícil de ser enfrentado; apesar de inúmeros esforços e produções críticas pós-coloniais e decoloniais⁶, com o encontro de várias perspectivas e concepções que abordam questões fulcrais sobre conhecimento e poder.

⁶ A abordagem decolonial se diferencia das teorias pós-coloniais ao tematizar a fronteira ou o *entrelugar* como espaço que rompe com os binarismos; isto é, onde se percebe os limites das ideias que pressupõem essências pré-estabelecidas e fixas. O pensamento de fronteira não está à margem ou na fronteira da modernidade; está em diálogo com a modernidade, porém a partir das perspectivas subalternas. Em outras palavras, o pensamento de fronteira é a resposta epistêmica dos subalternos ao projeto eurocêntrico da modernidade (GROSFOGUEL, 2009).

Quijano (2005, 2009) contribui com a discussão ao abordar, de forma crítica, a dominação epistemológica da racionalidade iluminista, em que a razão é o que nos torna sujeitos (efetivação de nossa humanidade) e relega ao corpo e à natureza o lugar de objeto de conhecimento - o já conhecido paradigma persistente de separação entre sujeito e objeto. Nesta concepção razão/sujeito e corpo/natureza/objeto são pontos dicotômicos em uma visão linear, que inclusive é pautada pela ideia de progresso para a civilização – cuja referência é a concepção e modelo de sociedade do Norte Global. Segundo o autor, a racionalidade moderna contribuiu para a violência colonial, o que implicou na destruição verticalizada da cultura e da identidade que garante a existência do outro. Ela também significou a expatriação de grupos inteiros e a privação de sua história, memória, origens, saberes, ciências, seus meios de expressões de seu próprio corpo e vida. Foi o silenciamento de mundos inteiros e suas formas de se relacionar uns com os outros e com a natureza.

As violências geradas pelas elaborações científicas e hierarquização das visões de mundo, reinauguram e afirmam cotidianamente formas de classificação social, padrões de poder que decodificam e distinguem sujeitos através da raça, do gênero e das práticas sociais. São as diferenças entre os sujeitos que são intencionalmente deslocadas para um lugar determinante de manutenção das desigualdades, necessária para o funcionamento da lógica moderna: capitalista-colonialista-patriarcal. Assim, os fundamentos dos dispositivos de dominação se atualizam para a manutenção e imposição do poder vigente, tanto por meios estruturais como no cotidiano por meio de micro poderes, presentes, inclusive, em nossa subjetividade.

No entanto, a violência, o silenciamento, o apagamento e a desvalorização da experiência cotidiana não se impõem sem resistências: são questionamentos, resgates da memória apagada, busca por justiça em âmbito internacional, criação de campanhas alternativas e redes internacionais de movimentos sociais que são ativadas todos os dias.

Propostas contra hegemônicas surgem nos mais diferentes espaços de sociabilidade: em um mutirão de bairro, em saraus periféricos, em mobilização e intervenções de coletivos, na arte nos muros da cidade, nos enredos de escolas de samba, nas mídias sociais alternativas, mas também em redes de movimentos sociais e de organizações políticas tradicionais, como partidos políticos, associações e ONGs.

Essa realidade nos impõe, conforme aponta Wallerstein (1991), a necessidade de uma revisão crítica de conceitos hegemonicamente definidos pela racionalidade moderna - entre eles o conceito de história, de cultura e de conhecimento -, a partir de uma perspectiva e condição da “subalternidade” (os tratados como “objetos”). Enfim, se faz necessário o reconhecimento da existência de diversas epistemologias, que buscam lugar, tanto no interior da ciência (a pluralidade interna da ciência), como na relação entre ciência e outros conhecimentos - diversas cartografias de experiências e saberes.

Tem sido fortalecido um conjunto de intervenções teórico-práticas que tem denunciado a supressão de saberes, ocorrida ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante. No âmbito da produção e da validação do conhecimento - na academia -, propostas contra hegemônicas também têm disputado espaços e gerado reflexões sobre as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos que são produzidos de diferentes formas, condições e espaços. Santos e Meneses (2009) defendem a importância do diálogo entre a diversidade epistemológica de conhecimentos: a ecologia de saberes. Grosfoguel (2009) reafirma a importância de pensar a produção do conhecimento, como um compromisso ético-político, a partir da perspectiva subalterna.

No bojo deste debate é que reiteramos a potencialidade de referenciais teórico-metodológicos que oportunizam a perspectiva “dos jamais ouvidos” disputarem a narrativa e a interpretação das realidades nas quais a vida é vivida: as formas de existir tramadas pelos

sujeitos que ocupam, habitam e constituem os diversos espaços que compõem a realidade social. As narrativas, expressas pela voz ou pelas marcas e expressões do corpo, apontam para a frágil fronteira que há entre a sobrevivência e a resistência, assim como a sua transgressão em cada ato (extra)ordinário de existir. Assim, a produção do conhecimento sobre essas realidades exige que se reconheçam as histórias dos sujeitos, suas trajetórias cotidianas e saberes produzidos em suas próprias relações. A produção e análises dos dados requer um caminhar junto, um observar dialogado e um reconhecimento do “Outro” como sujeito neste processo.

3. Encontro, memória e afeto: a cartografia social na construção conjunta de conhecimento

Imagine barulhos: motores de carros, ônibus e caminhões são música ambiente, vez ou outra a buzina do trem captura a atenção, ao meio dia e às seis da tarde sinos da catedral irão nos lembrar que ainda existem missas, ao meio dia uma sirene sinaliza que os trabalhadores que movimentam o cotidiano empresarial e comercial já podem sair para almoçar. Conversas nas calçadas e nas ruas se disseminam na correria do trabalho e da sobrevivência. O excesso de informações desencontradas e o ritmo acelerado indicam uma sociabilidade do espaço focada no consumo, anestesiada pela necessidade de homogeneização⁷ da vida que nos vendem. Espaços de encontro aqui acontecem na medida em que nos permitimos nos afetar pelo outro que também corre, estão suspensos no aguardo do momento que possam interromper o cotidiano e provocar momentaneamente a ressignificação deste cotidiano.

⁷ Jacques (2012) faz uma análise da sociabilidade urbana, contribuindo para uma crítica aos impactos de uma vida focada no consumo que reconfigura as cidades e, conseqüentemente, provoca um impacto em nossa subjetividade. Sua discussão amplia a possibilidade de análise das disputas pelo espaço urbano, os diferentes projetos de cidade que se chocam e os desdobramentos disso nos espaços de pertencimento, de diálogo, de exercício político e de encontro na esfera pública da vida.

Imagine o cotidiano: uma ebulição de comércios, formais e informais, lojas de departamento, lojas locais, vendedores ambulantes, camelôs, bares para o *happy hour*, bares que delimitam a zona de prostituição, passeios turísticos e por aí vai a infinidade de possibilidades que um centro histórico comercial pode fornecer. O tempo da noite confere a visibilidade da vida que o cotidiano do horário comercial apaga: moradores sentam-se nas calçadas dos casarões deteriorados buscando um pouco de espaço pessoal fora do aperto dos cortiços; prostitutas se territorializam pelas ruas de acordo com a característica de seu trabalho – travestis, transexuais, idosas, programas de luxo –; e as pessoas que vivem nas ruas se ajeitam para o descanso.

A descrição feita compõe uma cartografia composta por memórias registradas a partir da participação desse cotidiano por meio de diferentes papéis: moradora, trabalhadora e pesquisadora. Foi construída a partir de uma proposta de pesquisa errante - errar de erro e errar de andar -, apostando que isso nos levaria em um perder para achar as explicações que não estão explícitas no cotidiano; que nos levaria às relações com as pessoas e com essas chegaríamos em compreensões que não seriam possíveis de outras formas. Foi uma experiência pautada na alteridade com a vida do território, que permitiu uma aproximação da ocupação anônima e silenciosa da dimensão pública da vida, bem como das ações que transgridem o anestesamento. Isso nos proporcionou encontros, diálogos e experiências que permitiram criar, a partir da relação com os sujeitos, uma própria cartografia. Possibilitou a produção de micronarrativas que resistem à aparente homogeneização das narrativas contemporâneas.

A experiência transformada em narrativa e combinada com uma prática errante traz em si uma sutil arte de resistência cotidiana, que, quando compartilhada com o “Outro”, tem uma potente defesa da memória de grupos que nunca tiveram a oportunidade de estar nos processos de construção da política, da história, da ciência, entre outras instituições modernas que compõem um sistema de normatização e padronização das possíveis formas de vida e existência.

Experiência, memória, afeto e a vontade de construir o conhecimento a partir de fontes sensíveis são ingredientes que suscitam reflexões: como trazer toda a experiência das ruas enquanto dado de pesquisa válido para expressar as relações de violência e resistência na sociedade? Como explicitar a sutileza da vida cotidiana e seus atravessamentos pautados em referenciais teórico-metodológicos? Como não desperdiçar essa experiência com a aridez encontrada nas elaborações teóricas que normatizam a forma como deve ser a produção da ciência?

A produção dessa cartografia social permitiu reconhecer que a metodologia não é, necessariamente, algo pré-estabelecido que pode impor limitações ou definir caminhos seguros para apreender a dinamicidade, a intensidade e as intersecções da realidade vivida. A metodologia carrega em si um método, que vai indicar o caráter político da leitura de mundo que um pesquisador tem ao pesquisar. E se o mundo é dinâmico, a apreensão da realidade de um momento histórico, a partir de determinada leitura, se faz em um caminhar prático-teórico que ocupa alguns espaços desta dinâmica.

O exercício de se atentar ao cotidiano, enquanto uma estratégia metodológica, possibilita a construção de uma postura que, na produção do conhecimento, privilegia e respeita a experiência e os afetos que nela emergem. Trata-se da possibilidade de criação e preparação de um conjunto de práticas políticas que se efetivam no encontro com o “Outro”, em busca de uma produção de ciência que se alicerce em um comum que há entre diferentes sujeitos, mas que também olhe para a diferença enquanto potência. E aqui a diferença não é um campo de oposição, de criação de inimigos ou uma deficiência, mas sim um espaço de disputa pela pluralidade e equidade.

Os encontros cartografados apresentam diversas lutas, que denunciam valores culturais produtores de desigualdade e violência intra e entre classes sociais; o que significa que a luta por uma outra ordem societária tem que, necessariamente, voltar o olhar para estas

relações que tem construído, no cotidiano, o racismo, o machismo, a transfobia, a homofobia, presentes na vida dos sujeitos. Essa discussão é necessária nas camadas que estão distantes dos movimentos sociais ou da academia, possibilitando a formação do reconhecimento de identidades dissidentes ou periféricas, as violências sofridas/praticadas, a potência de invenção de formas de resistência e a produção de outras ordens de relações, que fujam da subalternização, do assujeitamento e dos mecanismos de não-acesso.

Para tanto, é necessário um processo de produção do conhecimento que acompanhe o movimento da realidade, reconhecendo a potencialidade do estar com população; com atualização de categorias teórico-metodológicas que permitam decifrar os modos de existir, suas trambicagens, suas historinhas, suas dores, seus afetos, suas resistências e suas lutas. Enfim, é com a construção do vínculo com o elo mais fraco do jogo político institucional e da violência estrutural que a produção do conhecimento sobre a realidade social, em uma perspectiva contra hegemônica, é necessária de ser realizada.

4. De relatos de casos à construção de uma narrativa sobre a violência de Estado: construindo conhecimento com a luta coletiva

Com o propósito de construir conhecimentos em diálogo e com os sujeitos que vivenciam a realidade estudada, na perspectiva de fortalecer as lutas sociais – de modo especial contra a violência estrutural e dos agentes de Estado – é que se estabeleceram vínculos e atuação conjunta na busca por respostas para a causa que move o Movimento Independente Mães de Maio: a verdade em relação aos crimes de maio de 2006.

O movimento entendeu que essa pesquisa era importante pela forma proposta⁸ para a produção da análise e pela contribuição às

⁸ Reconstruir os crimes de maio de 2006 considerando a narrativa dos familiares e com a contribuição de várias áreas do conhecimento - ciências sociais, história, geografia, biomedicina e física biomédica (análise 3D) - por meio de uma metodologia em que o movimento social colocasse em diálogo o seu conhecimento, que foi construído na luta, para a

reivindicações históricas do movimento social, com o propósito de fortalecer a demanda das famílias das vítimas por justiça em relação aos crimes de maio de 2006 e ampliar a discussão sobre a continuidade dos crimes praticados pelos agentes do Estado no Brasil.

A pesquisa foi construída com a participação mútua dos membros da universidade e do Movimento Independente Mães de Maio: desde a redefinição e adequação do desenho metodológico, a definição das fontes de pesquisa, a leitura e debate da bibliografia/relatórios existentes, a organização e a realização do trabalho de campo, como a análise e validação dos resultados obtidos.

Partiu-se da constatação de que existem versões diversas, e até mesmo conflitantes, sobre os crimes de maio de 2006: por um lado a narrativa oficial e, por outro, a narrativa dos familiares, a quem, em geral, é atribuído um valor residual. Assim, buscou-se produzir, dialeticamente, uma análise e uma interpretação crítica sobre os crimes com argumentos elaboradas a partir da narrativa dos familiares das vítimas, conjuntamente com a sistematização, evidência e comparação com as informações e os dados oficiais (laudos periciais e necroscópicos dos casos, como também dos processos jurídicos). O principal intuito foi produzir uma análise sobre os fatos ocorridos, considerando os dados que compõem as narrativas dos familiares - de modo especial o contexto em que se deram os crimes na expectativa de descriminalizar as vítimas -, e também com o uso dos dados “presentes e ausentes” nos documentos oficiais. Desta forma, foi possível elaborar o perfil das vítimas civis - ressaltando elementos que compuseram as suas trajetórias de vida -, sistematizar e reconstituir os indícios de execuções sumárias, mapear os locais dos crimes e identificar a dinâmica da violência ao longo do período.

O diálogo constante com os membros do movimento social e a atuação de alguns componentes da equipe de pesquisa - especialmente no trabalho de campo em que houve o contato com os familiares das

composição e análise dos dados, como também a elaboração dos argumentos.

vítimas – possibilitaram conhecer, de forma endógena, a realidade complexa vivida por cada um dos familiares; como também, permitiram reflexões sobre o desafio do movimento em se manter atuante no importante papel de proporcionar a articulação e a organização nos enfrentamentos para o acesso à verdade e justiça, no emblemático processo vivenciado pelos familiares na perda de seus filhos para a violência de Estado.

Mas este contato com os familiares das vítimas no processo de pesquisa requereu, em um primeiro momento, uma aproximação para explicitar a intencionalidade e o propósito da pesquisa, e, na sequência, o fortalecimento de um vínculo de confiança. O desafio seguinte foi o de coletar depoimentos em que emergisse a peculiaridade da vivência de cada família, mas que expressasse a relação com o contexto sócio-político – a situação análoga aos demais crimes de maio de 2006 –, e, posteriormente, a transformação dos relatos em narrativas das experiências dos sujeitos, que passaram a ser também fonte de dados para a reconstrução da história e de outra interpretação sobre os Crimes de Maio de 2006.

Na atuação conjunta com o movimento social e por meio do trabalho de campo foi possível obter informações e constatar a permanência da violência de Estado por meio desse “modo de operar”. O contato e a obtenção de depoimento dos familiares de vítimas dos crimes ocorridos após maio de 2006 na RMBS⁹ – em 2007, 2010, 2013 e 2015 - reiteraram os elementos que compõem e ratificam a dinâmica da violência de Estado no Brasil na atualidade. É uma violência específica em relação à população pobre, da periferia ou dos cortiços, com a execução de pessoas (em sua maioria, homens e negros). As famílias vítimas de violência de Estado, além de terem que lidar com a dor da perda de seus entes, convive com o descaso e a criminalização das vítimas por parte dos órgãos do Estado responsáveis pelas investigações. A elas são negadas informações sobre o ocorrido e o acesso aos procedimentos judiciais, o que demonstra a invisibilidade

⁹ RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista – São Paulo/SP.

e a situação de injustiça. Humilhação, ironias, ameaças, perseguição, calúnia foram sentimentos e situações relatadas pelos familiares, de modo especial as mães, que buscam a verdade sobre a execução de seus filhos. Foi possível constatar que a morte das vítimas gerou nas famílias maior empobrecimento – devido às vítimas contribuírem materialmente para a sobrevivência da família –, como também, processos de adoecimento, com sequelas psicológicas e físicas; que em alguns casos, levaram até a morte.

Diante desse quadro, a produção do conhecimento cumpriu um papel importante para o movimento e para os familiares: dar visibilidade às narrativas e às lutas dos familiares, que transformam sua dor privada em causa pública, para que as histórias de seus filhos explicitassem às omissões e a ação violenta do Estado brasileiro, de modo específico em relação à população pobre, jovem, negra e da periferia/ cortiços dos centros urbanos.

Para a universidade, a produção do conhecimento com e em diálogo com o movimento social – em especial o saber popular decorrente das lutas sociais –, ainda bastante tímida e pouco reconhecida, promove reflexões e provocações em relação à sua própria essência e lugar social – a Universidade concebida como espaço produtor do conhecimento. Essa experiência vivida teve implicações acadêmicas, sociais, institucionais e afetivas para os sujeitos envolvidos. Para tanto, houve a exigência de romper com a hierarquização dos saberes e a imposição das métricas da produção do conhecimento; foi necessário reconhecer e dialogar, de forma respeitosa e crítica, com os diversos conhecimentos existentes e produzidos na sociedade. Buscou-se construir um processo – composto por convivências, práticas, reflexões, debates e produção de conhecimento - que fosse referência para a luta dos familiares, para os acadêmicos com comprometimento com os sujeitos pesquisados, e que contribuisse com as disputas epistemológicas no interior das universidades, promovendo o reconhecimento e a humanização dos sujeitos, pelos direitos, pela justiça e pela equidade.

5. Considerações

Promover discussões e materializar processos de produção do conhecimento que possibilitem o reconhecimento e o enfrentamento da prevalência de múltiplas dominações - do Norte global, do cientificismo acadêmico, da elite econômica, branca e do gênero masculino -, contribuem para uma mínima reparação dos danos históricos provocados a diversos sujeitos silenciados e extintos da sua condição de humano. Trata-se de colocar no processo de disputa os conhecimentos invalidados, apagados ou invisibilizados, mas que resistiram das mais diversas formas.

As experiências de pesquisas apresentadas neste artigo revelam a importância de processos de afeição, vínculo e comprometimento, na produção de conhecimento, proporcionados pelos encontros, pelo conteúdo e significado das narrativas das pessoas – dita pelas palavras, pelo silêncio, pelo corpo, pela expressão... O fazer ciência foi se transformando: se reconstruiu a compreensão da potência e implicação que a pesquisa acadêmica pode ter ao produzir a sistematização de dados, análises, argumentos e reflexões com base nas histórias de vida e no cotidiano vivido. Os envolvidos são todos produtores e produtos do processo vivido.

Deste modo, a busca por metodologias de pesquisa em que os sujeitos tenham seu reconhecimento como partícipes no processo de produção de conhecimento impera no sentido de promover experiências contra hegemônicas no âmbito epistemológico: a valorização e validação de saberes construídos pela experiência empírica, bem como a desmistificação desse “Outro” como sujeito, são caminhos de resistência, convergência e diálogos com outros tantos saberes. Isso viabiliza o fortalecimento e o vislumbre de outras formas de conhecer e responder aos desafios postos ao modo coletivo de criar, dominar e resistir.

Referências

- ALMEIDA, S. L. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019; pp.18-44.
- AMADEO, J. et al. (coord.). *Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição - Relatório Final*. Unifesp, 2018. Disponível em : https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/Relatorio_final_2.pdf
- BUTLER, J. Vida precária. Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n.1, p. 13-33.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo : Boitempo, 2016.
- FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 13-30.
- FERNANDES, N. A. M. O Conceito de resistência em Benjamin e Adorno. In: *Revista Estudos de sociologia*. Ano 6, nº 10, jan-jun/2001. p. 169-176.
- GROSGOUEL, R. The implications of subaltern epistemologies for global capitalism: transmodernity, border thinking and global coloniality. In ROBINSON, William & APPLEBAUM, Richard (orgs.). *Critical Globalization Studies*. London: Routledge, 2005.
- JACQUES, P. B. *Elogio aos errantes*. Salvador, Edufba, 2012.
- MACEDO, N.; ASSUMPTÇÃO, R. P. S. Imbricações entre a violência estrutural e a de Estado: a forma de (re)existir dos sujeitos compreendidas a partir das narrativas dos moradores da região central da cidade de Santos/SP.
- SAWAIA, Bader B. et al. *Afeto & Violência: lugares de servidão e resistência*. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP, EDUA: Manaus, AM, 2020.
- MBEMBE, A. *Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.

MENESES, M. P. Epistemologias do Sul. *Revista crítica de ciências sociais*, ISSN 0254-1106, ISSN-e 2182-7435, N°. 80, 2008, págs. 5-10.

_____. Corpos de violência, linguagens de resistência, complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. *Revista crítica de ciências sociais*, ISSN 0254-1106, ISSN-e 2182-7435, N°. 80, 2008, págs. 5-10.

MIGUEL, L. F. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). *Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

_____. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). *Epistemologias do Sul*. 2009.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Porto São Paulo: Cortez, 2010; pp. 15-20.

SAWAIA, B. B. et al. *Afeto & Violência: lugares de servidão e resistência*. Alexa Cultural: Embu das Artes/SP, EDUA: Manaus, AM, 2020.

WALLERSTEIN, I.. *Eurocentrism and its avatars: the dilemmas of Social Science*. Sociological Bulletin, 46 (1), 1997: 21-39.

_____. *Geopolitics and Geoculture*. Cambridge/ Paris: Cambridge University Press/ Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991.

Participação social de crianças, adolescentes e jovens: espaços de lutas e resistências

Francisca Rodrigues de Oliveira Pini¹

Joana das Flores Duarte²

Pedro Egidio Nakasone³

1. Participação social na construção da cultura política e dos direitos humanos das crianças, dos adolescentes e jovens no Brasil

O avanço jurídico e social, trazido pelas legislações desde 1988 em relação ao direito à participação social, faz parte das conquistas do movimento social brasileiro. Por meio desse processo decorrente do engajamento político e da mobilização social do período de 1960 a 1980, fruto da luta por direitos humanos e justiça social de diversos sujeitos coletivos, conquistou-se a frágil democracia, após 21 anos de um golpe civil, militar, empresarial e midiático.

O fruto desse processo foi transformado em leis, primeiramente na Constituição Federal de 1988 (artigos 205º e 206º), depois, no Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (artigos 53º e 58º), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (artigos 2º, 3º, 14º e 15º) e no Estatuto da Juventude (artigo 3º), que reconhecem a participação popular das crianças, dos adolescentes e jovens como um direito fundamental. O que nos cabe problematizar é a dificuldade de promoção da cultura de participação política da criança, do/a adolescente e do/a jovem.

¹ Doutora em Serviço Social. Docente no Curso do Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista — Santos/SP. Vice Coordenadora do GCAF. Integrante da Comissão Estadual de Educação em Direitos Humanos de São Paulo (Condepe). E-mail: francisca.pini@unifesp.br

² Doutora em Serviço Social. Docente no Curso do Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista – Santos/SP. Integrante do GT Feminismos, Resistências e Emancipação do CLACSO e do GCAF. E-mail: jf.duarte@unifesp.br

³ Advogado. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista – Santos/SP. Integrante do GCAF. E-mail: nakasone@unifesp.br.

Em estudos realizados sobre a institucionalidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, no período de 1992 a 2002, Sousa (2003) apontou a importância desse órgão na ampliação da participação política desde a infância e que, segundo a autora, a I Conferência Lúdica dos Direitos da Criança e do Adolescentes, realizada em 1999, foi um importante marco, com a participação de mais de mil crianças e adolescentes de todas as regiões de São Paulo. Todavia, a mesma autora mostra que essa foi uma ação pontual, visto que, nas conferências seguintes, os princípios da participação e gestão democrática não foram incorporados nas políticas sociais e nos diversos âmbitos da vida social, dessa forma, a sua continuidade teve baixo impacto social.

Para compreendermos as dificuldades de efetivação da participação política de crianças, adolescentes e jovens, é preciso ter como referência a década de 1990, marcada pela implantação gradativa do estado neoliberal, cujo movimento foi o de promover profundas metamorfoses na estrutura da sociedade e, conseqüentemente, nas lutas sociais, com índices de desemprego e o agravamento da questão social. Vamos conviver cada vez mais com um Estado que racionaliza o gasto social e se desresponsabiliza com a garantia dos direitos sociais.

Nesse contexto contraditório, nacional e internacionalmente, o Brasil busca avançar nas experiências relativas à participação infantojuvenil por meio das organizações da sociedade civil, cujo compromisso com a participação já era histórico, mas insuficiente sem a articulação com o Estado na garantia e exigibilidade do direito humano à participação social de crianças, adolescentes e jovens. Sobre esse tema, o procurador de justiça do estado da Bahia, Wanderlino Nogueira Neto, enfatiza a relevância da participação política desse segmento não apenas “como atendimento de necessidades, desejos e interesses, mas como direitos humanos indivisíveis, como os qualifica a norma internacional - com o direito a um desenvolvimento humano econômico e social” (NOGUEIRA NETO, 2020, p. 46).

O alcance dessa formulação sobre os direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, por meio do Estado e da sociedade, está muito distante, tendo em vista a permanência da cultura menorista no Brasil que ao negar a doutrina da proteção integral e dos sujeitos de direitos, busca conservar a lógica da tutela e da coerção, acrescido de um estado patrimonialista e oligárquico.

A educação em direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens, compreendida como um processo sistemático, interdisciplinar, permanente e que contribui para o fortalecimento da democracia (BENEVIDES, 1996), prossegue pautada em instrumentos legais, que buscam ampliar a institucionalidade no Estado, a exemplo da formulação do MEC, em 2007, que instituiu a Lei nº 11.525/2007, obrigando o estudo do conteúdo que trata dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental, mas não avança na cultura política. Evidentemente, as legislações contribuem com políticas sociais, principalmente com a política de educação, que pode organizar os seus projetos político-pedagógicos, garantindo a participação da criança e do adolescente na construção do currículo escolar.

A tensão entre a educação emancipadora e cultura política conservadora, presente nos espaços públicos, bloqueia o avanço da participação, conforme pode ser observado nos relatos de crianças e jovens, no artigo intitulado “Vozes de crianças e adolescentes: o que dizem da escola” (COUTINHO *et al.*, 2018). Os relatos de crianças e adolescentes evidenciam a distância da escola em relação ao mundo vivido por eles (COUTINHO *et al.*, 2018). Dessa maneira, o projeto de educação pública popular e emancipadora tem sido disputado para a construção de uma cultura participativa democrática, tanto no âmbito dos espaços escolares quanto dos movimentos sociais.

O diálogo com as culturas infantis passa necessariamente pela valorização das produções individuais e coletivas das crianças. O reconhecimento mesmo em idade precoce, como sujeito curioso, que observa e brinca, que ao brincar constrói hipóteses e aprende, na relação com o outro e com o mundo, um sujeito

que tem imaginação e, por isso, mesmo, fantasia deseja, constrói sua identidade e produz cultura. Nesse sentido, percebe-se um movimento progressivo de diálogo onde as identidades infantis vão muito lentamente construindo pequenos territórios (WESCHENFELDER *et al.*, 2016. p. 59).

Assim, processos coletivos como os mencionados demarcam a disputa do projeto de educação emancipadora, que exige a educação permanente e a incessante organização para a defesa da educação socialmente referenciada, gratuita, estatal pública, popular e laica. Por isso, a necessidade de conceituarmos o nosso entendimento de democracia, logo, conforme Pini *et al.* (2013, p. 157), “a democracia entendida como regime alicerçado na soberania popular, na justiça social e no respeito integral aos direitos humanos, é fundamental para o reconhecimento, a ampliação e a concretização dos direitos”.

Tomando como exemplo de política pública popular de educação, que buscou efetivar a participação da infância nos processos decisórios da escola, temos a Rede Municipal de Educação de Osasco, município de grande porte do estado de São Paulo, composto por 136 unidades educacionais (creche, EMEI e EMEF), que — no período de 2006 a 2013 — desencadeou um movimento democrático pela gestão pública e por trabalhadores(as) da educação, os quais construíram a proposição da Lei do Conselho de Gestão Compartilhada (CGC) em todas as unidades educacionais, com a participação de crianças, a partir de nove anos. Assim, a lei foi aprovada com o nº 4.136/2007 e esse processo foi acompanhado de um denso percurso formativo, promovido pela gestão pública para todos os segmentos da unidade educacional (família, estudantes, funcionários de apoio, docente e gestão) (PINI; FAVARÃO, 2012).

A participação infantojuvenil tem, na política de educação, um *locus* diferenciado, tendo em vista o processo de luta desencadeado em defesa da educação pública popular desde a década de 1960, entretanto, somente em 1988, com a conquista do direito à participação e, posteriormente, em 1996, com a LDB, os mecanismos acerca da

política pública educacional foram consolidando-se. A organização infantojuvenil, por meio dos grêmios estudantis e conselhos escolares, tornou-se viável. Vê-los como organismos vivos da construção democrática dependerá dos sujeitos e projetos políticos que habitam esses espaços institucionais.

As manifestações de julho de 2013 e as ocupações promovidas pelos estudantes secundaristas, nas escolas públicas do Estado de São Paulo, em 2015, mostraram o protagonismo do segmento juvenil, que vislumbra não só a força política e de base popular, mas horizontaliza a perspectiva crítica sobre o conceito de juventude, justamente pelo fato de o segmento contrapor-se à lógica do sistema e questionar o Estado e a governabilidade. Todavia, há o reforço e exercício do poder coercitivo, que busca deslegitimar as lutas políticas do segmento, sendo as forças paramilitares a prioridade acionada na luta contra o “inimigo” (DUARTE, 2017).

Os avanços em relação à participação democrática de crianças, adolescentes e jovens no Brasil podem ser considerados insuficientes, em face da manutenção da cultura política conservadora e punitiva vigente no estado brasileiro e na sociedade. Os movimentos sociais, principalmente os atrelados aos direitos humanos, são os que atuam na trincheira da resistência ao conservadorismo e forjam mudanças para participação da base.

Em relação aos movimentos sociais na contemporaneidade, estes expressam a organização de sujeitos coletivos que, em determinados contextos sociopolíticos e culturais, buscam romper com as estruturas de poder que produzem desigualdades sociais e injustiças, assim, com base em suas lutas, correlacionam forças com a classe dominante, visando a construção de projetos de emancipação social (SADER, 2001).

A questão da participação social, como aponta Dagnino (2002), é um elemento fundamental de diferenciação entre os vários projetos políticos em disputa. Apesar das diferenças, é possível

afirmar, no entanto, que a grande novidade que os anos 90 trazem consigo é uma aposta generalizada na possibilidade de uma atuação conjunta, de “encontros” entre o Estado e a Sociedade Civil (SADER, 2001, p. 13).

Chega-se ao século XXI, com o esvaziamento dos espaços de construção das políticas sociais em formatos compartilhados, conforme os estudos de Pini (2000; 2006) e Sousa (2003). O texto constitucional, em seu artigo 204º, inciso II, assegura: “Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1988). A forma de divisão de poder político foi tanto para assegurar a representação da sociedade em instâncias decisórias quanto para legitimar as decisões do poder público ao tê-la participando em conjunto com os representantes junto ao executivo, portanto, essas possibilidades estão presentes na realidade social.

Os movimentos sociais, quando perdem a perspectiva de totalidade, acabam equivocando-se em relação à análise e, por vezes, perdem a referência da sociabilidade capitalista, a qual é antagônica à mudança cultural que contemple de forma eficaz o papel de crianças, adolescentes e jovens como participantes ativos dos espaços de socialização da vida pública. É por isso que as ações formuladas ainda não apresentaram impactos que conseguissem frear os executivos em suas posturas centralizadoras e verticalizadas, assim como não foram capazes de apontar um paradigma de gestão democrática participativa. Assim, para Bordenave (1994):

A participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui um direito das pessoas... Ela justifica-se por si mesma, não por seus resultados. Sendo uma necessidade e um direito, a participação não consiste apenas em opção metodológica para cumprir mais eficientemente certos objetivos; ela deve ser promovida ainda quando dela resulte a rejeição dos objetivos estabelecidos pelo promotor ou uma perda da eficiência operativa (BORDENAVE, 1994, p. 76-77).

Desse modo, construir processos participativos desde a infância exige uma educação para além do capital, conforme formulação de Mészáros (2005), pois os espaços existentes precisam transgredir cada vez mais com o instituído pelo estado, pois a lógica estabelecida requer uma densa leitura da realidade para resistência e continuidade das lutas sociais, caso contrário, os espaços continuarão técnicos e reprodutivistas da lógica do Estado.

2. A doutrina da proteção integral na ampliação do controle social democrático, com a participação de crianças, adolescentes e juventudes

Compreender a doutrina da proteção integral, na ampliação do controle social democrático, com a participação de crianças, adolescentes e jovens, demanda analisar as contradições anacrônicas das legislações sociais do país nos últimos 30 anos, conforme exposto. O fato de a doutrina de proteção integral expressar um marco em nosso ordenamento jurídico, que rompeu com o paradigma dos códigos menoristas anteriores (1927 e 1979), sendo um dos expoentes na proteção de crianças e adolescentes, é um avanço normativo, todavia, a sua implementação ainda é um desafio.

O ECA é considerado uma das leis mais avançadas do mundo por inovar e estabelecer diretrizes legais e institucionais comprometidas com os Direitos Humanos e com o Estado Democrático de Direito, reconhecendo o direito à cidadania plena e compreendendo a condição do público infantojuvenil como sujeito em peculiar situação de desenvolvimento. Souza (2010) também destaca o papel do ECA no processo de controle social e as suas instâncias formais, como as conferências e os conselhos de direitos (SOUZA, 2010, p. 181).

Assim, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescentes (Conanda), as Conferências Nacionais da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares são organismos formais para

o controle e avanço do Sistema de Garantia de Direitos (SGD)⁴, que abarca as três esferas administrativas, visando a descentralização e buscando uma maior participação social, por meio do poder público e da sociedade civil, sendo os conselhos de caráter permanente, deliberativo e paritário (SOUZA, 2010).

Isto posto, Pini e Silva (2020, p. 174) advogam que “a participação social com caráter deliberativo em espaços públicos é uma conquista das três últimas décadas”, sendo fruto das lutas e conquistas dos movimentos sociais e consolidada por meio da Constituição Federal. É nesse contexto que se avança na participação de crianças, adolescentes e jovens nos espaços deliberativos, pois, por meio das conferências, há uma inserção maior desse público.

As primeiras conferências lúdicas, realizadas a partir de 1999, possibilitaram que as crianças se expressassem das mais diversas formas, trazendo riqueza ao processo por contemplar, além da oralidade e escrita, as suas subjetividades. Assim, seguiu-se para o âmbito nacional no mesmo ano, com aprovação de uma deliberação aos municípios, estados e federação que ampliasse espaços de participação desde a infância nos processos de conferência dos direitos da criança e do adolescente (PINI; SILVA, 2020).

Nessa esteira, apesar do avanço em alguns pontos no processo do controle social com a participação do público infantojuvenil, há um descompasso na realidade entre as garantias previstas e a sua efetivação, pois, as conferências, que devem ter caráter permanente em todos os municípios, não ocorrem de forma a contemplar a fala e escuta qualificadas do público interessado. Desse modo, conforme aponta Nogueira Neto (2005), é fundamental a ruptura com o adultocentrismo, que envolve a adjacência das políticas públicas, exigindo uma mudança de práticas que englobem a ruptura defini-

⁴ Nogueira Neto (2012) aponta que o SGD é um sistema essencial para dar visibilidade e prioridade aos direitos fundamentais de crianças, adolescentes e jovens no campo de todas as políticas de Estado.

tiva com os modelos estabelecidos anteriormente e que ainda vigoram em nosso país. Antônio Costa em entrevista ao Programa Roda Viva (2000) ao refletir sobre a realidade material e formal destaca: “nunca vi ninguém que afirmasse que não existe uma enorme distância entre a lei e a realidade. O dissenso está em como fazer para diminuir a distância entre lei e a realidade”. Assim, o autor reafirma o anacronismo em nossa sociedade, apresentando-o como um dos principais desafios na atual conjuntura diante dos desmontes das políticas públicas que se seguem desde a agenda neoliberal de 1990, e contrapõem a limitação dos gastos públicos em áreas sociais até retrocedermos ao congelamento dos gastos públicos e a onda conservadora que assola o país na atualidade, imprimindo as crianças, adolescentes e jovens a responsabilidade de seu *status quo*, culpabilizando suas famílias por condições inerentes a elas, resultante do processo da acumulação cada vez mais voraz do capital.

A proteção integral deve ser assegurada mediante a articulação do conjunto dos direitos fundamentais de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias, buscando por meio das instituições, que compõem o SGD, “a construção e consolidação das políticas públicas capazes de contemplar nossa imensa diversidade, a partir de princípios que levem em conta os interesses públicos, a equidade social e a justa distribuição de renda, fazendo avançar a democracia” (SILVA, 2020, p. 149).

Além da ausência de participação efetiva dos adolescentes e jovens nos processos de controle democráticos, cabe destacar o recrudescimento da violência realçado pelo aumento dos homicídios desse público, especialmente quando se olha para os adolescentes e jovens negros. Ao analisar os dados do Atlas da Violência, de 2019, percebe-se que o perfil étnico-racial ainda é um condicionante para as violências geradas pelo Estado, sendo este impedido pela estrutura do Estado de participar ativamente do campo político, sofrendo uma dupla violação, na qual o direito à vida é o mais violado.

Dessa forma, no que diz respeito à promoção de condições, que garantam a participação democrática, percebe-se a ausência do Estado na atual conjuntura, considerando as condições impostas pela “mão violenta e letal do Estado nos territórios periféricos” (EURICO, 2020, p.114). Dito isso, destaca-se o papel dos signatários dos direitos humanos, pois mesmo em um espectro inovador de garantia ao acesso do controle social, ainda há necessidade de se reafirmar o compromisso básico com a vida, principalmente em um momento em que a saúde e educação estão sendo desmontadas, apesar de uma crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19.

A reafirmação da participação de crianças, adolescentes e jovens em todos os processos e espaços deliberativos é o nosso maior desafio, sendo imprescindível incorporar suas realidades em um país de dimensões continentais, onde muitos ainda lutam pelo básico. Assegurar suas vozes, nos órgãos de controle democrático, é compreendermos os processos de avanços e retrocessos dos últimos 30 anos, apontando o anacronismo entre a legislação e realidade, permitindo a superação desse quadro e visando a garantia da proteção integral de seus direitos constitucionalmente garantidos.

3. “Em todo Estado de Direito há um tanto de Estado Penal”⁵: os limites da democracia liberal

A importância da Carta Magna reside na garantia de direitos suspensos e violados pelo regime civil-militar e por retomar em um único documento o que havia sido separado com a criação de dois pactos⁶, no ano de 1966, em Nova York. Dessa forma, é precisamente nesse contexto que se pode visualizar o solo contraditório em que tais mudanças ocorrem, tanto em nível nacional quanto global.

⁵ (ZAFFARONI, 2016, p. 25).

⁶ No ano de 1966, dois pactos são aprovados pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), um referente aos direitos civis e políticos; e outro em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais.

As ações do Estado e da sociedade ainda ilustram os moldes historicamente construídos e embasados na doutrina da “situação irregular”, cujo objetivo “ressocializador” permanece com o viés da disciplina para o trabalho. Enquanto marco legal, as normativas comunicam um garantismo que se efetiva em um solo reformador e disciplinador, contudo, nele há também elementos de um ideário humanista e libertador pautado no Estatuto, tais como: ampla defesa, direito ao contraditório, condições humanas e pertinentes ao desenvolvimento da medida socioeducativa, dentre outros.

Embora tenham ocorrido progressos significativos na internacionalização dos direitos, ainda há que se problematizar as condições de efetivação em um cenário transnacional, que vocifera controle e punição, sendo esta “[...] internalizada enquanto prática pedagógica que se inscreve e é produzida e reproduzida incessantemente numa sociabilidade autoritária” (SERRA, 2011, p. 3).

Wacquant (2001), a esse propósito, discorre sobre as estratégias do Estado no controle social das populações vulneráveis, sendo em muitos casos os programas de proteção e assistência utilizados como instrumentos de vigilância e “regulamentação da pobreza permanente [...]”, justamente por darem enfoque à minimização dos “riscos” que essa população produz, estando “as burocracias⁷ encarregadas de tratar a insegurança social no cotidiano” (WACQUANT, 2001, p. 127).

Se o Estado é democrático e assegura direitos, não pode mais valer-se da justiça neutra, visto que “todos e todas são sujeitos de direitos e iguais perante a lei garantindo a inviolabilidade do direito à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, conforme apresenta o artigo 5º, da Carta Magna (BRASIL, 1988). Dessa maneira, trata-se da existência do sujeito, ainda que suas condições materiais sejam negadas, no entanto, sua materialidade, ou seja, a sua vida, cor-

⁷ “O texto faz referência às agências de emprego, serviços sociais, caixas de seguro-doença, hospitais, serviços de abrigos públicos, etc.” (WACQUANT, 2001, p. 122).

responde às expressões das contradições e dos conflitos sociais que constituem e movimentam a história.

No conflito de classes e interesses, o conceito de liberdade estabelecido no contrato social é posto em xeque, visto que a “liberdade não é uma vontade individual, mas uma atividade do todo, do qual os indivíduos são partes” (CHAUÍ, 2000, p. 465). Nessa esteira, a “igualdade envolvida na liberdade universal se revela oca – uma igualdade puramente formal – e o princípio da liberdade se realiza na forma de uma desigualdade econômica e social gritante” (MÉSZÁROS, 2006, p. 240). Nesse contexto de conflito de classes, ocorre também o desvendamento do papel do Estado, que passa a ser questionado diante da perda de sua legitimidade e, como resposta aos efeitos da crise, é tensionado a ceder às pressões, gerando conquistas no marco legal.

Nessa cena de “progresso”, contudo, a etapa garantista anunciada no ECA não proclamou o debate de classe, raça e gênero, inclusive, da discussão sociológica do próprio conceito de “criança” e “adolescência”, deixando de considerar os contextos social, cultural, econômico, político da sociedade. A lei, enquanto marco legal, possui também modelos analíticos e explicativos, portanto, não está isenta de críticas da estrutura androcêntrica do poder e da organização social. Nesse sentido, fica evidente que o Estatuto, embora inaugure uma etapa de observância dos direitos para um segmento, é preciso entender tal lei entremeada às contradições do sistema no qual é gestada, especialmente, no que diz respeito às condições concretas para sua implementação.

Contraditoriamente, por um lado, as infâncias, adolescências e juventudes consolidam um espaço de visibilidade e protagonismo, como sujeitos de direitos, no final dos anos de 1980, com base nos movimentos sociais organizados. Por outro lado, a década de 1990 marca a ascensão ideológica neoliberal, que obstaculizou a materialização desses direitos. Assim, nas últimas três décadas houve, no campo político, o exercício do poder ideológico consensual, configurado

na promessa desenvolvimentista, mas que hoje as bases do consenso disputam, abominavelmente, o monopólio da cultura política, figurando uma “nova ideologia” parasitária, reacionária e fascista.

O neodesenvolvimentismo ou “socialismo burguês” mostra seu esgotamento em virtude das alianças que se tornaram amarras. Embora a opinião pública expresse insatisfação com o quadro político, econômico e social, ao mesmo tempo mostra sua reduzida participação social no que se refere às lutas democráticas. Nota-se, assim, a ascensão de um núcleo consideravelmente grande, que não apoia os movimentos de base popular, porque não se reconhece nele; e que não é aceito pela grande elite econômica, porque não é capaz economicamente de competir, denominada “classe média” brasileira.

A classe média brasileira ganha “importância” ao manifestar e difundir o pensamento autoritário, visando conservar o estado de coisas das quais é beneficiada, bem como aproveitar-se do vácuo ideológico presente no conflito de classes. Nessa nova/velha forma de governar, a ampliação de direitos dirigidos aos grupos minoritários — mulheres, negros/as, juventudes e comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queers* e Intersexuais (LGBTQI+) — experimenta objeções.

Logo, é justamente nesse campo de retrocessos que há insurgência de movimentos ultraconservadores, cuja defesa assenta-se na família heterossexual e patriarcal, no racismo, no fundamentalismo religioso, na indústria armamentista, na guerra contra as drogas, na interferência estatal ao direito reprodutivo da mulher, dentre outros elementos, que visam conservar a velha política da extrema-direita. Esta última, “marcadamente associada às trágicas experiências do nazifascismo” (SILVA *et al.*, 2014, p. 413).

Nessa esteira, pautas punitivistas são incorporadas na agenda do governo como uma das formas de atender aos interesses para manter-se no poder. Embora os números explicitam os índices de de-

sigualdade, homicídios, extermínio de uma população jovem, negra, do sexo feminino e masculino em todo o país, o pensamento autoritário ganha marcos de resolução dos problemas. Já no que se refere às massas, estas aderem exatamente pela falta de contraponto e iniciativas desconstrutivistas dos marcos punitivos, que tenham sido implementados e executados de forma promissora.

Em vista disso, os direitos anunciados e o garantismo penal constituem um marco legal esvaziado, por não possuírem um projeto de Estado que os subsidiem: o clamor punitivista do parlamento e sua correspondência, mais do que um projeto de lei, representam o projeto do Estado penal. Nesse contexto de restrições de direitos e novas exigências do mercado de produção, paralelamente, ocorre a ampliação do Estado penal e das instituições responsáveis pela judicialização e execução da política criminal.

Desse modo, essa análise referida é correlata à esfera produtiva, porque a posse de mercadoria corresponde ao poder “aglutinador dos indivíduos num padrão hierárquico estrutural e funcional para o capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 55). O acesso ampliado ao mundo das mercadorias legitima o imaginário de inserção no tecido social, passando, assim, a ter sentido subjetivo. Logo, o fetiche torna-se global, isto é, um componente central, que rege o modo de produção e reprodução da economia e, ao mesmo tempo, de toda a sociedade.

Paradoxalmente, na promessa de liberdade imposta pelo sistema, os sujeitos visibilizam seu aprisionamento e a descaracterização de sua cidadania associada ao consumo (IAMAMOTO, 2012). Nesse aspecto, o conflito ganha potencialidade, tendo a sociedade civil papel de importância nas pressões e reivindicações diante do Estado e do reconhecimento de sujeitos e segmentos historicamente invisibilizados. Dessa maneira, o mercado, ao privilegiar-se de um segmento construído por ele, contraditoriamente, propicia canais de publicização de suas desigualdades, de um sistema que não é destinado a todos, mas que cria, por meio da mercadoria, a ilusão de que se destina a toda sociedade.

4. Considerações finais

Escolher o caminho da educação em direitos humanos como trilha para a formação de uma cultura participativa, democrática e popular das crianças, dos adolescentes e jovens representa uma escolha referenciada na ética, direção teórico-política e pesquisa, que assume o compromisso e a resistência à barbárie. Nessa perspectiva, a educação popular tem um papel fundamental, como o processo de formação e politização por meio da construção de novos saberes.

É a educação que se opõe à transferência seletiva de um “saber dominante” e de efeito “ajustador” à ordem vigente. Refere-se à educação pública popular e que se constrói por intermédio da práxis educativa com os sujeitos políticos, os quais não se veem como sujeitos anônimos nos lugares onde vivem, mas como sujeitos coletivos que transformam a história de tais espaços. Assim, a ascensão da agenda contrária à educação em direitos humanos cresceu no Brasil e no mundo. A intolerância, as práticas de ódio e as violências aterrorizam o chão cotidiano, numa espécie de encruzilhada, como se as condições para a retomada do processo democrático com a população não fossem possíveis.

Os embriões das construções democráticas vividos no Brasil, com as crianças, os adolescentes e jovens não podem ser apagados, pois compõem o legado das lutas sociais e inscrevem-se no campo das resistências ao arbítrio e autoritarismo. O tempo presente é de profundas incertezas, mas não se pode perder as referências que nos trouxeram até aqui, a luta contra o racismo, a discriminação e todas as opressões produzidas pela sociabilidade capitalista.

Afirma-se a defesa intransigente dos direitos humanos com a garantia dos direitos sociais, civis, políticos, econômicos, culturais e socioambientais, de forma indivisível e interdependente, para que todas as crianças e todos os adolescentes e jovens possam viver e contribuir ativamente na sociedade e na continuidade da história, mas, para isso, precisa-se envidar lutas coletivas e ampliar cada vez mais os canais de

participação social, no campo das políticas sociais e dos movimentos sociais, para que as diferentes vozes possam ser pronunciadas e, sobretudo, para que componham e construam efetivamente esse processo de luta.

Referências

BENEVIDES, M. V. Educação para a democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, p. 223-237, 1996.

BRASIL. IPEA. *Atlas da violência 2019*. / Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: < <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

_____. *Lei nº 11.525, de 25 de setembro de 2007*. Acrescenta § 5º ao art. 32 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11525.htm>. Acesso em: 11 jan.2020

_____. *Constituição [1988]. Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Presidência da República*. Brasília, DF, 1990.

_____. *Código Mello Mattos decreto nº 17.943-a de 12 de outubro de 1927*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm> Acesso em: 15 nov. 2020.

_____. *Código de Menores. Lei no 6.697, de 10 de outubro de 1979*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 15 nov. 2020.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Presidência da República*. Brasília, DF, 1996.

_____. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. *Ministério da Educação*. Brasília, DF, 2012.

BORDENAVE, J. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, A. C. G da. Entrevista Roda Viva. *Roda Viva: Memória Roda Viva*. Fundação Padre Anchieta, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/629/entrevistados/antonio_carlos_g_da_costa_2000.htm>. Acesso em: 18 nov. 2020.

COUTINHO, L. *et al.* Vozes de crianças e adolescentes: o que dizem da escola? *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 185–193, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pee/v22n1/2175-3539-pee-22-01-185.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.

DAGNINO, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

DUARTE, J. F. *Para além dos muros: as experiências sociais de adolescentes na prisão*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2017.

EURICO, M. C. Crescer e se desenvolver como sujeitos de direitos: artimanhas do racismo estrutural. In: FÁVERO, E. T. *et al.* *ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes*. 1. ed. São Paulo: Cortez, p. 113–128, 2020.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOGUEIRA NETO, W. Por um sistema de promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 83, p. 5–29, 2005.

_____. Promoção e proteção de direitos humanos de crianças e adolescentes. In: FÁVERO, E. T. et al. *ECA e a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes*. São Paulo: Cortez, p.114, 2020.

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

PINI, F. R. O. *Fóruns DCA: Fios que tecem o movimento da infância e da adolescência na construção de caminhos para a democracia participativa*. 2006. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. *Os desafios do CONDECA/SP na implementação dos direitos da criança e do adolescente*. 2000. 204 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

PINI, F. R. O.; SILVA, M. L. O. Educação em Direitos Humanos, Participação e o Estatuto da Criança e do Adolescente. In: FÁVERO, E. T. et al. *ECA e a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes*. São Paulo: Cortez, p.163–180, 2020.

PINI, F. R. O.; FAVARÃO, M. (Orgs.). *Conferências Lúdicas no município de Osasco: contribuições para o exercício da cidadania desde a infância*. São Paulo: IPF, 2012.

SADER, E. *O poder, cadê o poder? Ensaios para uma nova esquerda*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SERRA, C. H. A. Cultura punitiva e sociedade escópica: algumas considerações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., jul. 2011, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo, 2011.

SILVA, A. B. da et al. A extrema-direita na atualidade. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 407–445, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282014000300002&script=sci_arttext>. Acesso em: 31 dez. 2020.

SILVA, I. R. da. Participação popular e controle democrático das políticas de infância e adolescência. In: FÁVERO, E. T. *et al.* *ECA e a Proteção Integral de Crianças e Adolescentes*. São Paulo: Cortez, p. 147–162, 2020.

SOUSA, I. L. *O Aprendizado da participação política: o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente–CMDCA/SP*. 2003. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

WESCHENFELDER, N. *et al.* *Pedagogias das infâncias, crianças e docências na educação infantil*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016.

ZAFFARONI, E. Raúl. *O inimigo no direito penal*. Tradução de Sérgio Lamarão. 3ª edição dezembro de 2011. 4ª reimpressão, outubro de 2016. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

Parte 3

POLÍTICAS SOCIAIS E DESIGUALDADES

Proteção Social no capitalismo, filantropia e a desidratação das políticas sociais no contexto da pandemia Covid-19

Sonia Regina Nozabielli¹

Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz²

Jorge Pinheiro de Jesus³

1. Introdução

Parafraseando Octavio Ianni, em seu texto *Globalização e Neoliberalismo* (1998), o ano de 2020, com a pandemia da Covid-19, revelou o jogo perverso das forças sociais e políticas em todo o mundo, alimentadas pela expansão do capitalismo neoliberal em escala internacional, multiplicando as contradições da concentração/centralização de capitais que atingiu níveis inimagináveis (FONTES, 2017). O mapa do mundo sob a pandemia deu visibilidade ao imenso fosso existente entre ricos e pobres, de forma particularmente acentuada nos países da periferia do capital, a exemplo do Brasil, 8º. país em desigualdade de renda superando apenas alguns países africanos, segundo relatório divulgado pela ONU (Relatório IDH/PNUD, 2020). Análises sobre estes tempos de capital sob a lógica neoliberal e o impacto da pandemia evidenciam o “acúmulo de tensões e problemas não resolvidos, o reforço de tendências desigualitárias e desequilíbrios especulativos [que] preparam dias cada vez mais difíceis para as populações” (DARDOD; LAVAL, 2016, p. 8).

¹ Assistente Social. Professora Adjunta. Curso de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais. Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista. E-mail: snozabielli@unifesp.br

² Assistente Social. Professora Adjunta. Curso de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais. Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista. E-mail: tania.diniz@unifesp.br

³ Economista. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais. Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista. E-mail: jorgeducafro@hotmail.com

Nas formas precárias de moradia, na segregação urbana que empurra as famílias para áreas ambientalmente mais frágeis, tais como os morros, os mangues, as beiras dos rios e córregos, nas regiões centrais das cidades com o reaproveitamento dos casarões antigos transformados em cortiços e nas áreas periféricas desprovidas de serviços e equipamentos sociais, estão evidenciadas uma superposição de carências e necessidades sociais agravadas pela pobreza e pelo desemprego que potencializam a disseminação do coronavírus no contingente e circulação de pessoas por contextos urbanos desiguais. As notícias dos jornais informam diariamente as mortes, independentemente de classe social, o que produz a falsa ideia de morte democrática. Basta olhar a cor dos doentes e moribundos negros e pobres nas filas dos hospitais e das UBS que não conseguem atender a todos e todas, principalmente depois dos cortes provocados pela Emenda Constitucional (EC) 95, de 2016, que institui um novo regime fiscal.

É neste contexto geopolítico que o presente artigo pretende contribuir com reflexões sobre o que Fontes (2017) denominou de rapinagem burguesa que expropria conquistas populares, reduz direitos, alimenta ações filantrópicas mercantilizadas e desidrata as políticas sociais, cujas respostas às expressões da questão social são ajustadas “aos imperativos da dinâmica passiva de inserção econômica na dinâmica do capitalismo contemporâneo” (BEHRING, 2003, p. 114).

O desenvolvimento de tal proposição requer um ponto de partida, principalmente se pensarmos em termos de continuidades e mudanças. Neste sentido, iremos privilegiar na análise alguns eventos políticos e econômicos que tensionaram a proteção social no Brasil e que tiveram lugar a partir de 2016, sob a perspectiva teórico-política da economia política marxista, demarcando empiricamente alguns desses eventos no município de Santos/SP.

2. Uma trajetória (in)conclusa: proteção social no Brasil

Em junho de 2018, em texto divulgado no *Le Monde Diplomatique* Brasil, Gabrielle David apontou dados que subsidiavam a crítica à EC 95, cuja defesa ao controle dos gastos do governo para enfrentar os efeitos de uma crise econômica em curso provocou aumento da taxa de desemprego, fechamento de postos de trabalho com carteira assinada, queda real do salário-mínimo e ampliação das desigualdades um ano depois de sua aprovação. Informa, por exemplo, que o patrimônio somado dos bilionários brasileiros chegou a R\$ 549 bilhões em 2017, um crescimento de 13% em relação a 2016 e o número de pessoas em situação de extrema pobreza no país passou de 13,34 milhões em 2016 para 14,83 milhões em 2017, um aumento de 11,2%.

Assim, para qualificar o debate sobre proteção social no Brasil, tomemos como suposto a seguinte afirmativa de Marques (2015, p. 7): “as políticas sociais têm se revelado, de maneira a não restarem dúvidas, um obstáculo para os interesses do capital em geral e do capital dito financeiro em particular”. Em um rápido resgate histórico com vistas a dialogar com essa afirmação, o desenho de uma proteção social pública começa a tomar corpo no Brasil entre os anos 1930 e 1970, com baixa capacidade de redução da desigualdade social, em um processo lento e seletivo, ainda que marcado por aperfeiçoamentos institucionais e mediado por projetos nacionalistas (BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Este quadro político e econômico não eliminou a existência do patrimonialismo das instituições e da cultura política que deu continuidade a um passado escravagista e oligárquico (SOUZA FILHO, 2013).

A promulgação da Constituição Federal (CF) em 1988 reafirma a ideia de proteção social, por meio de uma seguridade social sob a responsabilidade do Estado e complementada pelo setor privado, respondendo aos movimentos por mudanças expressos por segmentos da sociedade com “universalidade da cobertura e do atendimento, a uniformidade dos benefícios, a seletividade e a distributividade da

proteção, a irredutibilidade dos valores pagos, a equidade na forma de participação no custeio, a diversificação da base de financiamento, o envolvimento da comunidade nas decisões e o caráter democrático e descentralizado da gestão” como princípios. Todavia, ainda que postulando o direito social como fundamento (Draibe, 2003), esse sistema de proteção social constitucional foi incapaz de conter a americanização, nos dizeres de Vianna (2011), com a especialização de um sistema público para os muito pobres e a ampliação do mercado de serviços médicos e da previdência social para os que podem pagar por esses serviços (BEHRING, 2003).

Os anos 1990, em tempos de prevalência de uma democracia formal nos dizeres de Vieira (2004), veem a sociedade brasileira passar por reformas econômicas, respondendo às exigências de ajustes neoliberais e aos mandos dos organismos multilaterais e, de maneira insidiosa, as características originais que deram corpo à seguridade social foram sendo esvaziadas, seja na normatividade seja nos parâmetros da proteção social. Essas reformas responderam a mecanismos heterônimos e conservadores, combinados para darem sustentação a “um projeto antinacional, antidemocrático e antipopular por parte das classes dominantes” (BEHRING, 2003, p. 104). Ou seja, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso é reeditado o pacto de dominação conservadora que implementou o projeto desenvolvimentista e agora se organiza para as pautas neoliberais e para a transnacionalização da economia (SOUZA FILHO, 2013). Na disputa de projetos societários, a estratégia das reformas econômicas era viabilizar o ajuste fiscal e a mudança institucional da administração pública por meio de dois mecanismos: a redução do aparelho do Estado e a reorganização gerencial das políticas sociais, com programas de publicização com facilidades na relação formal entre Estado e organizações sociais, visando à transferência de recursos (SOUZA FILHO, 2013).

Em Behring (2018), vamos buscar os elementos que condicionam a proteção social nos 20 anos seguintes, as primeiras décadas do

século XXI, quando permanecem vigentes os parâmetros do ajuste fiscal ainda que sob uma gestão particular (p. 52). Segundo a autora, sob uma economia mundial favorável na primeira década, observa-se um desenvolvimento a partir do Estado e uma atuação sobre a miséria, sem que ocorressem reversões de tendências estruturais, a exemplo da concentração de capitais, reconcentração da terra e vulnerabilidade externa estrutural, dependente do fluxo das commodities e da atratividade do capital financeiro (p. 58). E com relação à proteção social, as políticas sociais caminharam na contramão da universalização social-democrata e sob a lógica neoliberal, seletivas e de baixo custo, com expansão da privatização, a exemplo das organizações sociais.

3. Reavivamento da filantropia em tempos de pandemia: impactos na proteção social

A pandemia da Covid-19 evidenciou as desigualdades estruturais da sociedade brasileira e “expos lacunas devastadoras na cobertura da proteção social” (OIT, 2020). Estudo divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as respostas da proteção social à pandemia afirma que a “única maneira de sustentar a recuperação e prevenir crises futuras é se esses países transformarem suas medidas especiais de resposta à pandemia em sistemas abrangentes de proteção social” (OIT, 15/05/2020).

Nestes meses, tornou-se imediata – de modo mais ou menos direto – a pergunta sobre as respostas da proteção social a esta crise pandêmica, disponíveis à população brasileira. Castro, (2020, p. 13) ao analisar as condições de vida da população, mostra que a “proteção social dos brasileiros tem graves debilidades para sustentar o enfrentamento da pandemia”. Esta constatação enseja recuperar breves traços da proteção social no período pré e durante a pandemia, para entender que o que vem antes, condiciona o que vem depois (ARRETCHE, 2000).

O “legado das políticas prévias” do período pré-pandemia consubstancia um cenário conturbado de redução de investimentos nas políticas sociais, agravado com a implementação das contrarreformas da previdência social (EC 103/2019) e trabalhista (Lei 13.467, de 2017), com o projeto denominado “Ponte para o futuro” que levou à aprovação da EC 95/2016 e congelou os gastos primários da União por 20 anos.

Estas contrarreformas impuseram um contexto de redução de investimentos nas políticas sociais, sobretudo no âmbito da seguridade social e, conseqüentemente, a derruição de direitos da classe trabalhadora. Marca esse período recente, o golpe do *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef (2016), em uma manobra midiático-jurídico-parlamentar conduzida pela junção de um conjunto de interesses políticos, técnicos e empresariais de tomada do poder e controle do Estado (CASTRO, 2020). Após o golpe, as presidências seguintes trataram de intensificar a defesa dos interesses das classes dominantes, em especial do capital financeiro e do agronegócio, na “radicalização das teses neoliberais de abertura indiscriminada da economia, privatização, concessões, redução do papel social do Estado, desmonte total da proteção aos trabalhadores, desprezo ao meio ambiente, entre outros interesses” (CASTRO, 2020, p. 3).

O fato é que no momento anterior à chegada da pandemia estava em curso acelerado uma redução dos investimentos em políticas sociais, uma regressão no atendimento das necessidades sociais, o avanço da privatização e da publicização de serviços públicos e o recrudescimento das condições de vida da classe trabalhadora.

Assim, no período da pandemia, a desidratação da proteção social pública prossegue e se agrava, pois, à “contração elevada da economia se somaria a precarização das relações de trabalho resultante das políticas de retirada de direitos e de amparos aos trabalhadores” (CASTRO, 2020, p. 7). A severidade da pandemia na situação de trabalho e renda da população sem vínculo formal de trabalho

pressionou o governo federal que respondeu, com morosidade e a contragosto, propondo um auxílio emergencial, na forma de um benefício financeiro, mediante critérios de seleção e duração definida⁴. Em relação ao setor formal de trabalho, a Medida Provisória 936, “permitiu acordos de redução de jornada e salários, supostamente para ajudar a classe trabalhadora formalizada, mas os interesses das empresas acabam prevalecendo, com a diminuição de seus gastos e, conseqüente, redução dos salários”. (CASTRO, 2020, p. 7)

Considerando este contexto de emergência de saúde pública de importância internacional e o que restou do sistema de proteção social pública no Brasil - após uma sucessão de contrarreformas que destruíram direitos sociais - um dos movimentos para responder à crise pandêmica que vem ganhando evidência é o chamado à filantropia e ao investimento social privado.

Os jornais destacam ações de mobilização comunitária, iniciativas de pessoas e de empresas para apoio aos que sofrem os efeitos deletérios da Covid-19, enfatizando que a pandemia “tem reavivado temas fundamentais para a filantropia brasileira” (ESTADÃO, 19/05/2020). As notícias ressaltam a defesa da filantropia como prática necessária ao enfrentamento da crise sanitária; destacam a solidariedade e a responsabilidade social corporativa (A TRIBUNA, 16/04/2020; ESTADÃO, 19/05/2020 e 28/12/2020); contabilizam o

⁴ Auxílio emergencial destinado aos/as trabalhadores/as informais, autônomos, desempregados/as e microempreendedor individual (MEI), sem renda no período de enfrentamento à pandemia, sob determinados requisitos (maior de 18 anos, não ter emprego formal, não receber benefício previdenciário ou assistencial, renda familiar per capita de até meio salário-mínimo ou renda família mensal total de até três salários-mínimos etc.). O Auxílio seria pago em três parcelas mensais, no valor de R\$ 600,00, para cada pessoa elegível, com a possibilidade de acumular até dois benefícios por família. A mulher solteira e mãe de crianças ou adolescentes de até 18 anos, com condições de receber em dobro, R\$ 1.200,00 mensal, mesmo com outra pessoa elegível na família. A proposta original dessa medida considerava distribuir ajuda emergencial de R\$200,00 durante três meses. Os debates no Congresso, em ano de eleições municipais e a pressão da sociedade, triplicaram a proposta do governo e alteraram o valor do auxílio emergencial para R\$600,00 e mantiveram os três meses. Posteriormente, em meio a intenso debate político sobre a prorrogação ou não desse benefício, o auxílio foi prorrogado com a redução do valor pela metade (R\$300,00) e extensão de quatro meses.

montante de recursos arrecadados, segundo o Monitor das Doações Covid-19 (ESTADÃO, 19/05/2020); quantificam o número de trabalhadores/as de empresas que se voluntariam e capitalizam o protagonismo do terceiro setor por sua atuação neste contexto (ESTADÃO, 28/12/2020); recolocam o foco na relação da filantropia com a gestão e as políticas públicas e, na pandemia como oportunidade de inovação (ESTADÃO, 19/05/2020); renovam a defesa da filantropia como forma de ajuda que precisa crescer no Brasil, por representar 0,2% do PIB nacional, enquanto nos Estados Unidos e no Reino Unido, alcança 2% e 1,5%, respectivamente (A TRIBUNA, 16/04/2020).

Na trajetória da proteção social, a filantropia antecede as políticas sociais e na análise de Mestriner (2010, p. 37) ambas “têm mantido entre si uma relação perversamente duradoura e permanente, consagrada pelo Estado brasileiro por meio de múltiplos mecanismos reguladores”. Há indícios de que a pandemia reacende o debate da filantropia, pois, até pouco tempo, o Estado era visto pelo receituário neoliberal, como ineficiente e incapaz de responder às necessidades sociais, o que levou em ritmo ascendente ao rebaixamento da responsabilidade pública e a desidratação da proteção social. Tem-se, no contexto atual, a receita (re)novada para o amálgama do princípio da subsidiariedade ao neoliberalismo.

Historicamente, o Estado brasileiro tem reafirmado o princípio da subsidiariedade, colocando-se como o último a responder pelas demandas sociais, executando ações emergenciais, com o uso da estratégia da delegação, transferindo às organizações da sociedade civil as maiores responsabilidades na área social (MESTRINER, 2010). O quadro de organizações da sociedade civil vem se formando há mais de quatrocentos anos, conforme o modelo político que se desenha para a filantropia, a solidariedade e as políticas sociais em diversos momentos históricos (MESTRINER, 2001).

Sanglard (2003) analisa o papel da filantropia na primeira metade do século XX e apresenta a distinção conceitual entre filantropia

e caridade que corrobora para lançar luz no papel do Estado na regulação dessa prática:

A filantropia pode ser entendida [...] como a **laicização da caridade cristã**, ocorrida a partir do século XVIII [...]. O fazer o bem, o socorro aos necessitados, **deixa de ser uma virtude cristã para ser uma virtude social** [...].

Talvez a **maior diferença entre ambos os conceitos** esteja não na ação propriamente dita, mas **nos meios de realizá-la**, pois a caridade, por ser obra piedosa, pressupõe a abdicção de toda vaidade de seu autor [...] enquanto a **filantropia, por ser um gesto de utilidade, tem na publicidade sua arma** [...].

O resultado das ações da filantropia e da caridade era o mesmo: ao longo dos séculos foram construídos hospitais, asilos, orfanatos etc. Por seu turno, caridade está circunscrita à esfera da ação: a do cristianismo, conquanto a **filantropia tenha um fator limitador: a ação do Estado**. (SANGLARD, 2003, p. 1095-1096, grifo nosso)

Desta análise, denota-se o entendimento de que a filantropia tem sido a categoria pela qual o Estado enquadra e legitima as iniciativas da sociedade que considera de utilidade pública. O mecanismo inaugural e continuado dessa relação do Estado com a filantropia é a subvenção, instituída no governo de Getúlio Vargas, que marcou o início de um novo formato do Estado brasileiro e nele, em 1938, a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social, órgão responsável pelo sistema indutivo da subsidiariedade. Anos depois, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) somou-se “às subvenções sociais, imunidades e possibilidade de doações, a eliminação de taxas e várias isenções de tributos, numa sequência crescente de apoios que impedissem a interrupção do atendimento pela sociedade civil”. (MESTRINER, 2010, p. 45)

A mesma autora (2001, 2010), ao analisar a trajetória das políticas sociais e da filantropia no Brasil, como totalidade vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e aos mecanismos de expansão e acumulação decorrentes, propõe uma adjetivação da filantropia em grandes períodos da história: filantropia disciplinadora

(1930-1945); filantropia pedagógica profissionalizante (1946-1964); filantropia de clientela, a filantropia do favor (1964-1985); filantropia vigiada (1985-1993); e, filantropia democratizada (1994-2000). O que leva a entender que o modo de regulação do setor privado ao longo dos anos vai caracterizando a intencionalidade do Estado, o projeto de poder em curso. Há mudanças no modo de regulação da filantropia vinculadas a parcela de responsabilidade assumida ou não pelo Estado, ao volume de recursos orçamentários, às vertentes populista, economicista, social-democrata, assumidas pelos governos. Recentemente, a partir de Fontes (2017), sob a vertente neoliberal, pode-se adjetivar essas práticas como filantropia mercantilizada.

Seguindo esta lógica, por decorrência da contrarreforma do Estado, iniciada no governo de FHC e, em continuada expansão no tempo da pandemia, a proteção social pública vai sendo rebaixada e se eximindo mais radicalmente da responsabilidade direta pela execução de serviços públicos universais. Silva (2010, p. 240) tem uma contribuição atualíssima para entender essa relação público-privado, como base de assentamento das políticas sociais no tempo presente: “Estabelece-se um hibridismo nas relações entre o estatal e o privado, em favor da gestão progressivamente privatizada da oferta de serviços de interesse público”.

No contexto histórico em que as políticas sociais instituídas como direitos na CF de 1988 são terceirizadas ou privatizadas, o Estado busca as organizações da sociedade civil como uma saída de suas responsabilidades. “Neste ideário, seja pelo papel de subsidiariedade que vai lhe caber, seja pelas limitações que o neoliberalismo vai lhe impor, o Estado fará avançar, com nova ênfase, os paradigmas da solidariedade, da filantropia e da benemerência” (MESTRINER, 2001, p. 27).

Observa-se que a referida contrarreforma do Estado produz deslocamentos continuados do Estado para a sociedade, do estatal para o privado, sob o argumento justificador de melhoria na eficiência, na qualidade, na oferta e nos resultados dos serviços das políticas

sociais. E mais, a contrarreforma fundamentada no Plano Diretor da Reforma do Estado exigia o estabelecimento de um novo marco legal das ações entre Estado e sociedade capaz de alinhar a história secular do princípio da subsidiariedade com a pretensa “modernidade” do modelo neoliberal de parceria, à finalidade de transnacionalização da economia nacional. Desde então, foram promulgadas leis específicas para modalidades distintas de organizações: organizações sociais (OS - Lei nº 9.637/1998), organizações filantrópicas (OF - Lei nº 9.732/1998), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscip - Lei nº 9.790/1999), e, mais recentemente, uma agenda política ampla com o propósito de aperfeiçoar o regime jurídico e institucional das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC - Lei nº 13.019/2014).

4. Considerações sobre o momento atual

As características do Estado capitalista neoliberal fazem dele um instrumento “eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas” (Mandel, 1985, p. 348), principalmente nos termos da redução dos gastos sociais, para que “mais recursos provindos da riqueza social produzida sejam direcionados para o processo de acumulação capitalista (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, p. 138). É nessa direção que a responsabilização das ações de enfrentamento das expressões da questão social é depositada à sociedade civil, na convocação de organizações da sociedade civil “para o desenvolvimento de medidas de caráter assistencialista, voluntário e filantrópico” (SOUZA FILHO; GURGEL, 2016, 142).

As organizações da sociedade civil (OSC) não são integrantes da estrutura estatal e atuam no desenvolvimento de programas, projetos e serviços sociais em atividades que devem ser, necessariamente, de interesse coletivo. Devem ser instituições privadas, sem fins lucrativos, cuja constituição legal possibilita-lhes se organizarem livremente e gerenciar as próprias atividades.

O gerencialismo, proposto pela contrarreforma administrativa de FHC, sob o argumento de que o modelo de gestão do setor privado é mais eficiente que o do público, transmuta as finalidades de um campo para o outro e justifica a redução da intervenção do Estado no âmbito das políticas sociais, em um movimento que ataca a finalidade de universalização de direitos (SOUZA FILHO, GURGEL, 2016). Este movimento vem se alastrando de modo triunfante, acelerado e com profundo processo de privatização do Estado e de pulverização de recursos públicos nas miríades de instituições das chamadas OSCs.

Segundo dados do Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA, há no Brasil mais de 780 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs), distribuídas nas 5 Regiões do país conforme tabela abaixo:

Tabela 01 - Distribuição da OSCs por Região

REGIÃO	QTD	%
NORTE	55.870	7%
NORDESTE	194.033	25%
CENTRO-OESTE	63.154	8%
SUDESTE	323.522	41%
SUL	145.315	19%
TOTAL	781.894	100%

Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA
Elaboração Própria

Conforme apontado anteriormente, a partir da contrarreforma dos anos 1990 e mais recentemente do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.019, de 2014) se dissemina o termo OSC para abarcar todo o variado espectro de entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvem ações de interesse público. Expande-se essa denominação de OSC e tem-se a construção de um marco regulatório dos regimes de parceria com o Estado alinhado a lógica gerencial. Neste vasto e genérico campo de OSC encontram-se as OS, as OSCIPs e as OF, formas de qualificações e

certificação outorgadas pela administração pública, conforme a especificidade em âmbito municipal, estadual ou federal, com vistas a possibilitar a relação com a estrutura estatal, na forma de parcerias, dotações orçamentárias, renúncias tributárias ou isenções fiscais. Desse número total apresentado na Tabela 01, e subsidiados em informações do MAPA/IPEA (2020)⁵, 1.114 são OS e 7.046 são OSCIPs; entres as OSCs, há 10.370 entidades filantrópicas, que contam com o CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social), o que representa 1,33% do total de entidades (Mapa/IPEA). Segundo o MAPA/IPEA (2020), parte significativa destas atividades foi financiada com recursos públicos. Entre 2010 e 2018, houve um repasse de mais de R\$ 118 bilhões em transferências federais para a execução de mais de 45 mil projetos.

No Brasil, as entidades filantrópicas receberam, em 2018, doações na casa de R\$ 12 bilhões, sendo R\$ 3,4 bilhões na função orçamentária educação, R\$ 6,2 bilhões na função orçamentária saúde e R\$ 2,9 bilhões na função orçamentária assistência social. Em síntese, em 2018, os gastos tributários (isenções e incentivos fiscais) somaram R\$ 273 bilhões, o que representa 20,7% da arrecadação total do país e 3,97% do PIB (RECEITA FEDERAL, 2018). Para efeito de comparação, valores destinados para o BPC somaram, em 2018, R\$ 52 bilhões, sendo R\$ 29 bilhões do BPC – PCD (com 2.603.082 benefícios) e R\$ 23 bilhões do BPC – Idoso (com 2.048.842 benefícios) (MINISTÉRIO DA CIDADANIA).

Na particularidade de Santos, ainda segundo o MAPA/IPEA (2020), a figura 01 ilustra a evolução das OSCs. Desta totalidade existente em 2020 – 2052 entidades - a mais antiga registra sua fundação em 1956, e pode-se observar, a partir dos anos 1990, um crescimento constante da presença das OSC no município, tal qual ocorre no cenário nacional (IPEA, 2020).

⁵ As OSCs, a partir de sua natureza jurídica, podem ser associações privadas (como clubes de recreação), fundações privadas, organizações religiosas (desde que também realizem atividades sociais distintas daquelas de fins exclusivamente religiosos)

Figura 01 - Evolução das OSCs em Santos



Fonte: Mapa das Organizações da Sociedade Civil do IPEA
Elaboração própria

Entre 2010 e 2018 houve uma transferência de recursos federais para as OSC de Santos, no valor de R\$ 89 milhões distribuídos em 135 projetos. Além de recursos federais, as entidades receberam no mesmo período (2010-2018) o montante de R\$ 68 milhões (Mapa/IPEA).

Para além dos projetos desenvolvidos pelas OSCs, a terceirização de serviços na cidade de Santos⁶ avança por áreas mais amplas como o gerenciamento dos equipamentos de saúde, como exemplo, Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e pronto-socorro e Hospital. De acordo com o site “Ataque aos cofres públicos” e o cruzamento de informações do site da transparência da Prefeitura de Santos, cinco Organizações Sociais receberam o montante de R\$ 183 milhões em repasses do Poder Público municipal no ano de 2020: UPA/zona leste (R\$ 20 milhões), UPA/ central (R\$ 21 milhões), UPA/zona noroeste (R\$ 19 milhões), Clínica Escola para Autistas (R\$ 4,1 milhões) e Hospital dos Estivadores, AMBESP e Hospital de Campanha (Hospital Vitória), cujos contratos permanentes somam R\$ 104,2 milhões/ano.

Chama a atenção que o “canto da sereia” das OS vem sendo alvo de investigações e denúncias de inúmeras irregularidades. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo criou a CPI das OSs em 2018 e reconhece que o estado foi pioneiro na contratação dessas

⁶ Conforme lei no. 2947, de 17/12/2013.

entidades para gerenciar serviços públicos de saúde. Após 20 anos, esse modelo se espalhou pelo Brasil, tem destinação crescente nos orçamentos públicos e a experiência vem indicando graves irregularidades, desvio de recursos públicos, casos de favorecimento, precarização dos serviços aos usuários, operações e inquéritos do Ministério público e prisões (ALESP, 2018).

Em síntese, procuramos pontuar alguns aspectos que demarcam as diferentes formas e estratégias adotadas pelas quais se concretiza a proposta neoliberal de redução dos gastos sociais pelo Estado, ampliando suas funções para a reprodução do capital, nos dizeres de Souza Filho (2016). Estes aspectos demonstram também as fragilidades e debilidades da proteção social pública, um péssimo ponto de partida para se enfrentar a pandemia e pensar prognósticos e tendências em que se podem esperar sacrifícios e elevadas perdas de vidas humanas e difícil retomada econômica e social (CASTRO, 2020). O que nos impõe a urgência de uma agenda de pesquisa no âmbito da relação Estado e sociedade para qualificar cada vez mais a defesa da proteção social pública e universal.

Referências

ALESP. *Relatório Final: CPI das OSS*. Diário Oficial do Estado de São Paulo. V. 128. N. 175. 2018. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br-alesp-cpi>

A TRIBUNA. *Solidariedade, o lado B da pandemia*. <https://www.tribuna.com.br/opiniao/editorialat/solidariedade-o-lado-b-da-pandemia-1.97403> Acesso em: 16 abr. 2020.

ALTENFELDER, R. Estado de São Paulo. *Covid-19 evidenciou o protagonismo do terceiro setor: As organizações sociais têm se mostrado cada vez mais atentas à realidade da sociedade*. <https://opiniao.estado.com.br/noticias/espaco-aberto,covid-19-evidenciou-o-protagonismo-do-terceiro-setor,70003563807> Acesso em: 28 dez. 2020

ARRETCHE, M. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. RJ: Revan; SP: FAPESP, 2000

BEHRING, E. R. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. de. *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo: Cortez Editora, 2018

_____.; BOSCHETTI, I. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez Editora, 2006 (Biblioteca básica de serviço social)

_____. Contrarreforma do Estado, seguridade social e o lugar da filantropia. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* no. 73. São Paulo: Cortez Editora, 2003

CASTRO, J. A. de. Proteção social em tempos de Covid-19. *Revista Saúde em Debate*, 2020.

DARDOD, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

DAVID, G. O “teto” não pode cair sobre nossa cabeça. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Jun., 2018

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social* v. 15, no. 2, São Paulo, 2003

EDITORIAL. *Solidariedade, o lado positivo da pandemia*. 05 de abril de 2020. https://correio.rac.com.br/_conteudo/2020/04/campinas_e_rmc/922293-solidariedade-o-lado-positivo-da-pandemia.html Acesso em: 20 dez. 2020

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização; do emprego ao trabalho. *Colóquio Marx e o Marxismo 2016: Capital e Poder*. Mesa Redonda Trabalho e Capital: as contradições políticas contemporâneas.

IANNI, O. Globalização e Neoliberalismo. In: *São Paulo em Perspectiva*, 12 (2), São Paulo: USP, 1998

IDH/PNUD. *Relatório*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/15/brasil-tem-a-8-pior-desigualdade-de-renda-e-supera-so-paises-africanos.htm>. Acesso 15 dez. 2020

IPEA. *Mapa Organizações da Sociedade Civil*. Relatório OSCIP e OS. Jul. 2020. Disponível em: <https://mapaosoc.ipea.gov.br/sobre.html>. Acesso em: 30 dez. 2020.

MARQUES, R. M. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. *Revista Argumentum*. Vitória (ES), V. 7, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10517>. Acesso em: 10 de jun. 2016.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MESTRINER, M. L. A intrincada relação histórica entre a Assistência Social e a Filantropia no Brasil. In: STUCHI, C. G.; PAULA, R. F. dos S.; PAZ, R. D. O. da (org.) *Assistência Social e Filantropia: novo marco regulatório e o cenário contemporâneo de tensões entre o público e o privado*. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

MESTRINER, M. L. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2001.

OIT. *Pandemia expõe lacunas na cobertura de proteção social dos países em desenvolvimento*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85795-oit-pandemia-expoe-lacunas-na-cobertura-de-protacao-social-dos-paises-em-desenvolvimento> Acesso em: 15 mai. 2020

PAGOTTO, L. M.; MILANELLO, M. C. S. *Pandemia traz oportunidade de inovação nas políticas públicas e na filantropia*. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/pandemia-traz-oportunidade-de-inovacao-nas-politicas-publicas-e-na-filantropia/> Acesso em: 19 mai. 2020

PESSANHA, M. *O impacto da filantropia em tempos de pandemia*. Disponível em: <https://pme.estadao.com.br/blogs/blog-do-empreendedor/o-impacto-da-filantropia-em-tempos-de-pandemia/> Acesso em: 27 mai.2020

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Disponível em: <https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/demonstrativos-dos-gastos-tributarios-dgt>
Acesso em: 31 dez. 2020

SANGLARD, G. Filantropia e assistencialismo no Brasil. *História, Ciências,*

Saúde-Manguinhos, vol.10, no.3. Rio de Janeiro, 2003

SIGECON. Sistema de Gerenciamento de Contratos. Disponível em: <https://egov.santos.sp.gov.br/sigecon/transparencia/contrato.xhtml>
Acesso em: 30 dez.2020

SILVA, A. A. da. *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA FILHO, R. *Gestão Pública e Democracia: a burocracia em questão*; 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. GURGEL, C. *Gestão democrática e serviço social: princípios e propostas para a intervenção crítica*. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

VIANNA, M. L. T. W. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil*. Estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, IUPERJ, 1998

VIEIRA, E. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

Pandemia global e o “novo” pacto da brancura heteropatriarcal e capitalista

Jules Falquet¹
Mirla Cisne²
Renata Gonçalves³

1. Introdução

Sob a pandemia de coronavírus, a partir de fevereiro-março de 2020, um terço da humanidade foi forçado ao “confinamento” de um dia para o outro. A economia mundial foi paralisada e, sem controle algum, se multiplicou a adoção de leis de exceção em diversos países, se instalando lógicas antidemocráticas brutais, sob o pretexto da emergência sanitária. Temos ficado suspensas/os no vazio, estupefatos/os. Diante das decisões absurdas, inclusive criminosas, que governantes tomaram, predomina ao mesmo tempo uma sensação de urgência, um sentimento de impotência e, sobretudo uma vontade de retorno à razão e ao bom senso. As cenas de desespero que assistimos mundo afora nos levam a exigir uma reorientação profunda da produção e distribuição de riquezas com vistas ao interesse geral, única solução razoável frente a essa pandemia e às seguintes que vão se perfilando, o que significa que é urgente o abandono definitivo do capitalismo e a construção de um outro mundo.

¹ Doutora em Sociologia. Professora de Sociologia da Université de Paris, pesquisadora do Centre d’Enseignement, de Documentation et de Recherches pour les Etudes Féministes (CEDREF-CSPRP). E-mail: jules.falquet@univ-paris-diderot.fr

² Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte da graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa das relações sociais de gênero e feminismo (GEF) e integrante do Núcleo de Estudos sobre a Mulher Simone de Beauvoir. E-mail: mirlacisne@gmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais. Professora do curso de graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista; Coordenadora, na mesma instituição, do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti (NEHS) e do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares (NERP). E-mail: renata.goncalves25@unifesp.br

Em janeiro de 2021, já foram ceifadas mais de 2 milhões de vidas. Vivemos o luto, o pânico, o terror, a angústia em quase toda a superfície da terra. A “ameaça” de um vírus e a incompetência de gestores nos levou ao caos, que começou com medidas excepcionais descoordenadas, em nome de uma doutrina global de “contenção” de corpos. Queremos sublinhar as consequências pelo fato do confinamento ter sido imposto como a principal resposta sanitária e política, que expressa e perpetua uma profunda desigualdade social, racial e de sexo em diferentes formações sociais.

No chamado hemisfério sul, circulam vendedores ambulantes como, por exemplo, na cidade do México, onde 60% da população estão na informalidade; como no Brasil em que moradores/as em situação de rua tentam sobreviver, ou onde cerca de 13 milhões de habitantes das favelas não podem contar com os mesmos equipamentos públicos e sanitários destinados às parcelas mais abastadas do país, e ficam dias sem água, sem energia elétrica e/ou sem serviços de saúde adequados; como em Honduras ou no Chile, onde muitos/as trabalhadores/as “preferem” sair para as ruas e correr o risco de contrair o vírus do que morrer de fome no confinamento. Todas essas pessoas têm a consciência de que, mais uma vez, serão abandonadas, condenadas e sacrificadas: como diziam os/as zapatistas, já estão mortas desde o começo. E, afinal, quem se importa?

Para romper com os medos e os individualismos, a feminista boliviana María Galindo lançou o seguinte desafio:

E se presumirmos que vamos pegar o vírus e, a partir dessa certeza, enfrentarmos nossos medos? E se, diante da resposta absurda, autoritária e tola do estado ao coronavírus, nos oferecermos a autogestão social da doença, fraqueza, dor, pensamento e esperança? [...] E se passarmos do abastecimento individual ao contagiante e festivo caldeirão comunitário, como já fizemos tantas vezes? [...] E se decidirmos desobedecer para sobreviver? [...] Que a morte não nos pegue emaranhados no medo de obedecer a ordens tolas, que nos pegue beijando, que nos pegue fazendo amor e não fazendo guerra (2020, s/p.).

Enquanto isso, no hemisfério Norte, ainda existe um parco sistema de saúde e de previdência social com o qual a população conta, mas que também é bastante desigual no acesso e no atendimento. Trabalhadores/as do Sul estão igualmente presentes no Norte como imigrantes despejados/as nas fronteiras, nos acampamentos e nos centros de detenção. As pessoas racializadas e proletarizadas são chamadas a se confinarem nas mais insalubres e nas menores moradias e só podem recorrer aos hospitais mais decrepitos. Muita gente é forçada a trabalhar de qualquer jeito.

Na França, apesar do confinamento, a maioria das pessoas enviadas à linha de frente, forçadas a trabalhar sem equipamentos de proteção, como máscaras, luvas, álcool em gel etc., é composta por mulheres, operadoras de caixas de supermercados, babás, enfermeiras, cuidadoras, empregadas domésticas, professoras, operárias (MATHILDE, 2020).

Em solo brasileiro, a situação da mão-de-obra precarizada também é terrível. No país tropical e “bonito por natureza”, as classes mais abastadas, visitadoras frequentes das requintadas cidades europeias, foram as primeiras a se contaminarem, mas logo lhes foram garantidos os melhores tratamentos *vip-gourmet* nos chiques ambientes hospitalares, assegurados por seus pomposos planos de saúde. O mesmo não se estendeu às empregadas domésticas, que sem fazer turismo, foram contaminadas. Em março de 2020, a cidade maravilhosa, o Rio de Janeiro, registrou o óbito da primeira vítima da doença: uma empregada doméstica negra contagiada pela patroa branca, moradora do Alto Leblon – o bairro carioca com o metro quadrado mais valorizado. A patroa acabava de voltar da Itália (à época o epicentro da pandemia), mas não dispensou a trabalhadora doméstica e não respeitou a quarentena enquanto aguardava o resultado do teste para a Covid-19.

Desde então, a pandemia explodiu no Brasil. O coronavírus se espalhou para as periferias mais precarizadas, em especial nas

grandes cidades. O número crescente de óbitos causa perplexidade. A partir de maio de 2020 foi ultrapassada a chocante barreira de mil mortes diárias. Em meados daquele mês, registravam-se pouco mais de 13 mil óbitos pela Covid-19; hoje, dia 18 de janeiro de 2021, este número superou a marca de 210 mil vidas ceifadas pelo coronavírus e atingiu o total de 8.511.770 de infecções oficialmente identificadas no país (VALENTE, 2021).

A situação da França, considerando seu tamanho e sua população, não é das melhores. O país assiste a um aumento significativo de pessoas infectadas, chegando a um total de 2.914.725 e, desde o início da pandemia, contabilizou 70.686 mortes. Seriam o luto, a dor e o medo capazes de produzir ações de solidariedade?

Diante desse contexto, nosso objetivo é tecer uma análise feminista, antirracista e anticapitalista da pandemia da Covid-19. Nessa breve introdução, já conseguimos antecipar uma conclusão: a pandemia do novo coronavírus não atinge nem ameaça à vida das pessoas igualmente. Para analisar o contexto pandêmico, temos como base teórica e metodológica a imbricação materialista e dialética das relações sociais de sexo, raça e classe, que parte do entendimento de que a desigualdade social e suas múltiplas expressões são mediadas não apenas pelas ideologias biologizantes e naturalizantes, mas por relações materiais em torno da exploração e/ou apropriação desigual da força de trabalho e de seus resultados. Referimo-nos, centralmente, à divisão social, racial e sexual do trabalho. Em outras palavras, entendemos que a classe trabalhadora possui sexo e raça. Como explicita Cisne (2018, p. 224):

[...] por meio das apropriações advindas das relações sociais de raça e sexo, o capitalismo amplia um grande contingente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração associada às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago das mulheres. Não é possível, assim, separar as relações de produção das relações sociais, das quais as relações de sexo e raça são, indiscutivelmente, parte constitutiva.

Nesse sentido, assim como o sexismo, o racismo está profundamente enraizado nas relações de poder do capitalismo colonial/

moderno, em termos de estruturação de relações de dominação, indo, portanto, muito além da visão superficial de diferenças biológicas como justificativa da desigualdade social, como explicita Quijano (2007, p.45) em relação à raça:

[...] mostra-se profunda, perdurável e virtualmente universal, a admissão de que raça é um fenômeno da biologia humana que tem implicações necessárias na história natural da espécie e, em consequência, na história das relações de poder entre as pessoas. Nisto se radica, sem dúvida, a excepcional eficácia deste moderno instrumento de dominação social. Não obstante, trata-se de um evidente constructo ideológico que não tem, literalmente, nada a ver com nada na estrutura biológica da espécie humana – e tudo a ver, por outro lado, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado.

O resultado deste trabalho se assenta em uma pesquisa bibliográfica referenciada na perspectiva feminista materialista, que é antirracista e anticapitalista. Partimos do entendimento de que o processo de produção e reprodução do capital está absolutamente vinculado ao heteropatriarcado⁴ e ao racismo, como bases para a exploração intensificada da força de trabalho e das múltiplas opressões. Esperamos com essa base de reflexão teórica contribuir para problematizar a dominação da brancura heteropatriarcal e capitalista, em particular, no contexto da pandemia da Covid-19.

2. Os Top 10 e as vidas desvalorizadas de trabalhadores/as essenciais racializados/as

Em vários países, assistimos a uma “valorização” das pessoas que trabalham na área da saúde, que repentinamente foram reconhecidas como “essenciais” ao funcionamento da sociedade, foram

⁴ O Patriarcado, segundo Saffioti (1987, p.60), “[...] é o mais antigo sistema de dominação-exploração. Posteriormente, aparece o racismo, quando certos povos se lançam na conquista de outros, menos preparados para a guerra. Em muitas dessas conquistas, o sistema de dominação-exploração do homem sobre a mulher foi estendido aos povos vencidos”. Um dos pilares de sustentação do patriarcado é a heterossexualidade obrigatória, por isso, para darmos ênfase à sua dimensão heterossexista, falamos em heteropatriarcado. Para um maior entendimento sobre o heteropatriarcado, bem como sua relação com o racismo e o sistema capitalista, ver: Cisne e Santos (2018).

aplaudidas algumas noites durante... cinco minutos. Sob o capitalismo, ser essencial não significa ter melhores salários nem, simplesmente, ter seu trabalho pago (FALQUET, 2020). As pessoas escravizadas e as donas de casa nunca foram pagas por seu trabalho, tampouco os/as camponeses/as livres têm acesso a uma remuneração adequada. Ao contrário, quanto mais essencial é uma categoria de mão-de-obra e mais ela é intimidada, desprezada e obrigada a trabalhar para não passar fome, em decorrência dos salários de miséria.

Na França, nos primeiros meses da pandemia, cem mil trabalhadores/as sazonais, imigrantes, “fizeram falta” na agricultura (foram proibidos/as de passar a fronteira como costumava ocorrer a cada ano). Na Alemanha, ao contrário, trezentos/as médicos/as imigrantes, mesmo sendo deixados sem documentos até aquele momento, foram autorizados/as de um dia para o outro a se juntarem ao esforço nacional contra o coronavírus; ao mesmo tempo, trabalhadores/as sazonais, imigrantes do leste europeu, eram submetidos/as a condições degradantes de trabalho nos frigoríficos da Baviera. Uma trabalhadora sazonal romena denunciou que passou dois meses trabalhando em uma fazenda da região alemã e que “não conseguia mais suportar horas extras não remuneradas, os dormitórios imundos e o risco de contrair o novo coronavírus, já que não se aplicara nenhuma medida de proteção” (PITU; SCHWARTZ, 2020, s/p.). Em Nova York, tão duramente atingida, a grande maioria dos 40.000 entregadores/as de comida, que se tornaram essenciais para a cidade durante a pandemia, é formada por imigrantes latino-americanos/as sem documentos e sem acesso ao seguro saúde. Enquanto algumas pessoas podem se proteger ficando em casa, estes/as trabalhadores/as se expõem ao risco de contrair o vírus percorrendo “dezenas de quilômetros todos os dias em motos e bicicletas para levar comidas, remédios, bebidas e o que mais estiver ao alcance de um clique de aplicativo de celular” (ZUAZO, 2020, s/p.). Na cidade de Paris, jovens negros e árabes (99,9% homens) em bicicletas também se tornaram mais essenciais do que nunca para entregar pizzas à classe média confinada. Nas cidades brasileiras, a pandemia escancarou a enorme

fratura social, a desigualdade de sexo e o gigantesco fosso racial. Jovens trabalhadores/as, sobretudo negros/as, estão morrendo porque nunca puderam sair das ruas. Ao contrário, são eles/as que, literalmente, carregam nas costas os pequenos confortos para as pessoas de outra classe que têm o privilégio de se manterem confinadas. Seus subempregos expõem diariamente a juventude negra à pandemia.

Como estes/as jovens, as empregadas domésticas também estão na linha de risco. Os governadores do Pará e de Pernambuco (os demais nem precisaram se expor), ávidos por agradar à cara gente branca de seus estados, apressaram-se para colocar o emprego doméstico ou, melhor, a própria empregada doméstica como um serviço essencial. Sob a ideologia da cordialidade, mantêm-se quase intactas as relações entre casa-grande e senzala. No Recife, a trabalhadora Mirtes Renata Santana teve de levar o Miguel, seu filho de 5 anos, para o trabalho porque as escolas estão fechadas. E, como tinha de cuidar dos cachorros da madame, não conseguiu se dedicar ao seu filho e impedir a morte do garoto, que ficou alguns poucos minutos sob os cuidados da patroa (VALADARES, 2020). Mirtes é apenas um exemplo dentre milhões de empregadas domésticas que continuam amontoando-se nos ônibus para irem servir à “cordial” classe média branca, cujas prioridades e preocupações evidenciam a desvalorização da vida dos/as trabalhadores/as “essenciais”, especialmente das mulheres negras.

Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira (2020) observam que no Brasil, “o emprego doméstico é historicamente indissociável da escravidão e do processo histórico de exploração, dominação e despossamento da população negra pela classe burguesa, constitutiva da elite política, formada pelos senhores patriarcais brancos” (2020, p. 3). As autoras identificam “as marcas da servidão das mulheres como aptas e destinadas a servir compulsoriamente ao outro, e aos outros, e as marcas da escravidão a qual estiveram submetidas as mulheres negras no período colonial” (2020, p. 3). No pós-abolição, o estado

brasileiro promoveu uma série de violentos ataques às pessoas negras. Uma das maiores violências foi a dificuldade que estas tiveram para vender sua força de trabalho ao capitalista (GONÇALVES, 2018). A saída foi a volta das mulheres negras à casa-grande para exercer funções vinculadas aos serviços prestados durante a escravidão, “incluindo a exposição à violência sexual” (CARDOSO, 2014, p. 975).

Lélia Gonzalez, em seu clássico artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, enfatiza que o racismo constitui a “neurose da cultura brasileira” e “sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (GONZÁLEZ, 1984 p. 224). Nesse mesmo sentido, assevera bell hooks (1995, p. 468): “o sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros”.

Essa ideologia da subserviência da mulher negra, todavia, está ancorada materialmente, na histórica divisão social, sexual e racial do trabalho que estrutura, em grande medida, a desigualdade social na sociedade capitalista-heteropatriarcal-racista. Sem essa análise conjugada da divisão social, sexual e racial do trabalho, não conseguiremos compreender o porquê das mulheres negras e trabalhadoras serem as mais pobres, exploradas e violentadas nesta sociedade, caindo “numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco” (GONZÁLEZ, 1988, p. 14). Como explica Lélia González (1984, p. 233):

[...] se a gente articular divisão racial e sexual de trabalho fica até simples. Por que será que ela só desempenha atividades que não implicam em “lidar com o público”? Ou seja, em atividades onde não pode ser vista? Por que os anúncios de emprego falam tanto em “boa aparência”? Por que será que, nas casas das madames, ela só pode ser cozinheira, arrumadeira ou faxineira e raramente copeira? Por que é “natural” que ela seja a servente nas escolas, supermercados, hospitais, etc. e tal?

Assim, o racismo de mãos dadas com o sexismo heteropatriarcal, é violento com a mulher negra ao defini-la como “cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta” (GONZÁLEZ, 1984, p. 226), ou seja, atuam ideologicamente na naturalização da divisão sexual e racial do trabalho e dos espaços.

As relações antagônicas entre as classes sociais, mediadas pelas relações sociais de sexo e raça, também nos mostram que, se por um lado a classe trabalhadora está mais exposta ao vírus e com precárias condições de enfrentamento à pandemia, o outro lado, na ponta da “pirâmide social”, aumenta o acúmulo de suas riquezas. Pode-se dizer que em todo o mundo, o coronavírus enxugou a economia de milhões de famílias trabalhadoras. Todavia, as famílias e pessoas mais ricas viram suas fortunas aumentarem. O grupo dos vinte bilionários (três mulheres inclusas) chegou ao final de 2020 com uma cifra 24% maior do que do ano anterior e, em conjunto, atingiram a soma de 1,77 trilhão de dólares. Só homens e brancos compõem o seletos *Top 10* dos mais abastados do planeta. À exceção do francês Bernard Arnault (presidente e diretor executivo da maior empresa de artigos de luxo do mundo), todos os demais são homens brancos estadunidenses, encabeçados por Jeff Bezos e os espetaculares resultados da *Amazon* no ano da pandemia: “Sua empresa foi uma das mais beneficiadas pelo confinamento, pois o uso do comércio digital disparou em meio às restrições de mobilidade, levando suas ações na Bolsa a acumular um rendimento de 75% no ano, e seu valor de mercado subir a 1,6 trilhão de dólares” (PEREZ; ARANDA, 2021). O patrimônio pessoal de Bezos chegou a 193,7 bilhões de dólares, isto é, teve um incremento de 78 bilhões de dólares (68,7%) nos últimos doze meses. Cabe ressaltar que a venda de ilhas desertas também disparou. As agências especializadas cuidaram desta pequena parcela de felizes. Não faltam ofertas de um novo lugar para que os donos das fortunas colossais se sintam mais confortáveis em seus confinamentos atuais e futuros.

Na outra ponta estadunidense da bolha trilionária, em setembro de 2020, houve recorde do registro de mais de 3.800.000 pessoas que perderam permanentemente seus empregos. Somaram-se a estas, outras 2.400.000 que estavam desempregadas há mais de seis meses, o que impulsionou o aumento das demandas por auxílio-desemprego, elevando os temores de que a pandemia cause danos duradouros ao mercado de trabalho dos Estados Unidos (MUTIKANI, 2020).

Em sociedades profundamente desiguais, o vírus não se espalhou democraticamente. A este respeito, Kelen Leite (2020) observa que nos Estados Unidos calculam-se três mortes de pessoas negras para cada pessoa branca. Esses dados, segundo a autora, podem estar subnotificados, em especial por causa de imprecisões nos formulários ou por ocultarem a declaração de raça/etnia. É preciso ainda considerar que a falta de um sistema público de saúde impede um controle mais eficaz da evolução da Covid-19.

No caso brasileiro, considerando o quesito raça/cor, os dados sobre o perfil das vítimas da Covid-19 mostram que entre pretas e pardas a porcentagem de mortos passou de 32,8% para 54,8% no curto período de 10 de abril e 18 de maio. Este número aumenta ainda mais quando examinamos as mortes por outras síndromes respiratórias, conforme registros em cartórios. Entre pessoas pardas, as mortes por essas doenças aumentaram 72,8%; entre pessoas pretas a elevação foi de 70,2%; enquanto que entre as pessoas brancas o aumento foi de 24,5%. As pesquisas realizadas em maio de 2020 pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde da PUC-Rio demonstraram que as chances de um/a paciente preto/a ou pardo/a e analfabeto/a morrer em decorrência da Covid-19 no país são 3,8 vezes maiores do que de uma pessoa branca e com nível superior (SIMÕES, 2020). Na cidade de São Paulo, jovens trabalhadores/as desempregados/as ou que precisam trabalhar fora de casa são o grupo mais infectado pelo novo coronavírus. Enquanto as pessoas brancas têm 8,1% de chances de se infectarem, as estatísticas revelam que os riscos são maiores para a população preta e parda, cujas probabilidades de

contraírem a Covid-19 sobem para 14,8%. Outro dado revelador: pessoas brancas também são maioria entre as que puderam ser internadas, mas minoria entre as mortas (SANDES, 2020). Retrato de um Brasil “que guarda estreita relação com o desenvolvimento do capitalismo dependente, de via colonial, com relações sociais de produção ancoradas na escravidão e na violência patriarcal” (GONÇALVES; FAUSTINO, 2020, p. 127). O contexto de pandemia tem exposto a mentalidade escravista da classe dominante brasileira.

3. O credo neoliberal e a imobilização da força-de-trabalho

É necessário compreender o que está acontecendo conosco mundial e individualmente, para que se possa discernir o que há de novo. A lógica capitalista, à beira de uma crise, encontrou em poucos dias uma forma de recuperar o seu domínio. Mais unida contra a classe trabalhadora, melhor equipada, bem mais informada e mais rica, a burguesia soube tirar o máximo de proveito da nova situação.

O principal credo das doutrinas neoliberais é que os bens e o capital deslocam-se sem impedimentos, ao passo que o fator trabalho (a força de trabalho ou, simplesmente, nós, a mão-de-obra) é imobilizado. Sabe-se da importância da mobilidade para o proletariado clássico, que sai em busca de empregos e de melhores condições de trabalho. Mas há muito tempo, certos setores estão imobilizados e proibidos de se locomoverem sem um documento de autorização – como as pessoas escravizadas e muitas das pessoas colonizadas, ou ainda as populações servas, presas à terra (ARAÚJO, 2017).

A maioria das mulheres conhece bem essa situação. Colette Guillaumin (2014) afirmou⁵ que o “confinamento no espaço” era um dos meios mais poderosos de apropriação das mulheres. Mais recentemente, Silvia Federici (2017) demonstrou que, desde o final da Idade Média na Europa, o confinamento no espaço doméstico, por

⁵ Utilizamos a versão brasileira do artigo que foi originalmente publicado em 1978, sob o título em francês “Pratique du pouvoir et idée de Nature. (1) L'appropriation des femmes”, na revista *Questions féministes*, Paris, n. 2,

meio da violência extrema (mais de um século de caça às bruxas), contribuiu enormemente para a acumulação primitiva da exploração indireta do trabalho feminino na esfera da reprodução social.

Sob o neoliberalismo, a força de trabalho foi massivamente imobilizada. Está presa em suas linhas de montagem industriais, cuidando de pessoas da terceira e quarta idades, nas minas ou nos depósitos de lixos a serem reciclados. Vigiada como terrorista em potencial, é constantemente *escaneada* da cabeça aos pés, é obrigada a inserir suas impressões digitais em tudo (para bater o ponto, para comprar na cantina, para ligar o telefone, para utilizar o caixa eletrônico etc.). Seus telefones celulares inteligentes também são geolocalizadores e servem para espiar constantemente, sob o argumento de que é para o próprio bem de quem compra, com aplicativos que supostamente previnem, inclusive, os suicídios: não se mate, consuma! Tudo é rastreado e controlado das mais variadas formas, de tornozeleira eletrônica a passaporte biométrico, passando pelo caderno “social” na China, onde é pontuado e contabilizado tudo o que as pessoas fazem, o que abre ou fecha, os direitos à escolarização, à moradia, ao emprego etc. Somos rastreáveis e estamos rastreadas/os, e assim somos também transportadas/os; se tivermos sorte e sairmos de férias, somos nós mesmos/as que colocamos o cinto de segurança no avião para ficarmos imóveis e deixar mais espaço para mais poltronas (e, logo, mais ganho para as companhias aéreas); se não tivermos sorte e formos expulsos/as, além do cinto, pode ser que tenhamos a boca tapada com fita adesiva e algemas nos pés e nas mãos.

Certos movimentos são necessários e permitidos. Porém, são habilmente controlados graças aos documentos migratórios que os governos dão ou retiram; ao arame farpado que colocam nos muros que se erguem; aos fluxos organizados ao gosto dos governos mais poderosos: dependendo da região, podem encomendar mais médicos e menos pessoas analfabetas; fechar o fluxo de trabalhadoras/es sazonais ao fim da safra; mandar procurar mais meninas que, sim, podem ser menores de idade, desde que sejam saudáveis etc.

O credo neoliberal consiste em impor a imobilidade à mão-de-obra, até pode ser permitida alguma mobilidade, mas desde que muito organizada: fica ali, vai para lá, cala a boca, trabalhe e consuma coisas inúteis com o microcrédito que lhe emprestamos e fique feliz; depois sorria quando seus governantes obtém macrocréditos para pagarem os condomínios luxuosos comprados com subornos que ganharam privatizando o país; e, aliás, sorria porque esse dinheiro é um pouco seu também ou, de todo modo, é você quem o pagará.

Começando 2021, na França, o governo tem falado claro: “o que procuramos evitar, o que favorece a circulação do vírus, é a sociabilidade”. As pessoas só devem sair a partir das 06h00min para o trabalho (em transportes cheios de gente) e voltar depressa para casa e se fecharem, ao mais tardar, às 18h00min. Às empresas foi permitido abrirem novamente, apenas seguem fechados universidades, teatros, salas de concertos, cinemas e museus (toda a cultura e locais dedicados a pensar e aprender), assim como os bares, cafés e restaurantes (onde a gente pode socializar e se divertir).

No caso do Brasil, o ano de 2021 chegou junto com uma das maiores crises sanitárias. Enquanto o Presidente da República seguia difundindo o negacionismo, duvidando da Ciência e ignorando o número de mortes, o contágio aumentava descontroladamente e os óbitos explodiram. Assistimos, de novo, a cenas de terror, com pessoas morrendo nos hospitais ou em casa (porque não encontram leitos disponíveis), corpos enfileirados para serem enterrados, valas sendo abertas num ritmo que até as empresas fordistas duvidariam, famílias destroçadas por não poderem se despedir de seus/suas entes queridos/as. A crise sanitária alcançou níveis inimagináveis em algumas regiões do país, em que a falta de planejamento levou à escassez de oxigênio nos hospitais públicos. Nenhuma notícia indicou a ausência de oxigênio na rede privada dos luxuosos hospitais. Pretos/as e pobres continuam sendo deixados/as para morrer.

4. Algumas conclusões

A nitidez da análise de Lélia González (1984) sobre a divisão racial do espaço nos permite inferir que as condições de vida da população negra diante da pandemia são não apenas diferentes, mas profundamente desiguais em relação à branquitude dominante. Nesses termos, não se pode desconsiderar as relações raciais, tampouco de classe para analisarmos a pandemia. Da mesma maneira, não podemos desconsiderar as relações sociais de sexo, uma vez que as mulheres possuem particularidades nesse contexto pandêmico, tanto pelo aumento dos índices de violência, quanto por serem o segmento mais pauperizado (especialmente as negras) e precarizado no mundo do trabalho, portanto, são mais expostas à Covid-19.

O paradoxo que a análise dos *Top 10* em razão diretamente oposta à desvalorização da vida e dos corpos negros expostos ao novo coronavírus nos permite perceber que a vivência e o enfrentamento à pandemia são desiguais, como é próprio da história do capitalismo colonial/moderno, ainda mais, em sua versão neoliberal violenta, que cada vez mais banaliza e desvaloriza a vida em nome da cegueira coisificante do lucro.

Nossa conclusão central é que a divisão (de classe, racial e de sexo) do espaço sócio-demográfico e do mundo do trabalho determina acessos desiguais ou mesmo o não acesso às condições de cuidado com a higiene e saúde. Nem todos/as gozam do direito de se confinar para se protegerem do vírus, uma vez que para a classe trabalhadora, destacadamente seu segmento racializado, a luta pela garantia da sobrevivência é cotidiana, o que lhes demanda trabalhar todos os dias. As condições desiguais de moradia também são fortes indicadores da divisão racial na sociedade. Como fazer isolamento dentro de casas minúsculas com um ou dois cômodos, sem água encanada e sem sabão? Como manter o sistema imunológico funcionando, com comida industrial envenenada ou até mesmo sem comida? Assim, enquanto para as classes mais abastadas, hegemonicamente branca, a preocupa-

ção é diminuir sua exposição ao coronavírus, reduzindo a ida aos supermercados, estocando alimentos ou mesmo utilizando serviços de *delivery*, geralmente realizados por pretos/as; para a classe trabalhadora preta, o desafio é conseguir comida para sobreviver diariamente.

Não nos resta dúvida, assim, que não nos basta uma vacina, embora seja indispensável, para voltarmos a uma suposta “normalidade”. A estrutura desigual de uma sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista jamais nos permitirá viver ou mesmo respirar igualmente o mesmo ar. Consideramos fundamental pensar em um projeto societário antagônico ao capitalismo heteropatriarcal, racista e neocolonial. Para tanto, este projeto societário, segundo Falquet (2012), como base no pensamento de Wittig, exige:

[...] para as relações sociais de sexo abolir as relações de apropriação, a divisão do trabalho e os processos de separação e hierarquização dos grupos sociais, de construção da diferença e de naturalização dela. Em relação à apropriação de mulheres, ele implica em eliminar a divisão sexual do trabalho e o pensamento *straight*. Para a apropriação organizada pelas relações de “raça”, a divisão internacional do trabalho, pós-colonial e relacionada a todos os tipos de colonização “interna”, deverá ser abolidas, assim como a ideologia racista. Quanto à exploração de classe, são a ideologia capitalista, a propriedade privada e as relações de exploração salarial que [esse projeto político] deve tentar superar (FALQUET, 2012, p. 204; tradução nossa).

Assim, complementa Jules Falquet, é “indispensável integrar plenamente em nossas análises os efeitos conjugados de várias relações sociais de poder: de sexo (inclusive sexualidade), de classe e de ‘raça’”. Faz-se fundamental, portanto, considerar “sobretudo as interpretações das feministas racializadas e/ou proletárias e/ou lésbicas que devem [...] ser ouvidas e estudadas, se desejarmos produzir uma teoria e uma prática úteis à transformação social radical mais do que nunca necessária” (2018, p. 122).

Combater a pandemia da Covid-19 de maneira sistêmica, exige de nós articulação e organização política com as pessoas racializadas, proletarizadas. Logo, não se trata de combater apenas o novo coronavírus, mas também, as determinações sociais que ceifam as vidas diariamente devido à desigualdade social estruturada pelo capitalismo heteropatriarcal, racista e neocolonial. Ainda que a pandemia venha a ser controlada ou mesmo superada, são essas vidas que continuarão sendo superexploradas, oprimidas, desvalorizadas, violentadas, perdidas. E não podemos perder de vista a necessidade de consolidarmos um projeto societário voltado para a igualdade e a liberdade substantivas, com respeito à diversidade humana. Do contrário, não só outras pandemias virão, mas, permaneceremos sob um sistema que não se cansa de promover explorações, crimes ambientais com fortes impactos sociais e humanos, feminicídios, guerras, chacinas e extermínios étnico-raciais e LGBTfóbicos.

Referências

ARAÚJO, M. Escravidão ressurge na Líbia. *Agência de Notícias das Favelas*, 29 Nov. 2017. Disponível em: <<https://www.anf.org.br/escravidao-ressurge-na-libia/>>. Acesso em: 12 Nov. 2020.

ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 32, 2020.

CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

CISNE, M.. Feminismo e Marxismo: apontamentos teóricos-políticos para enfrentamentos das desigualdades sociais. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, n. 132, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282018000200211&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Nov. 2020.

CISNE, M.; SANTOS, S.M. *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*. São Pulo: Cortez, 2018.

FALQUET, J. Le ‘coup du virus’ et le coup d’état militaro-industriel global. *Mediapart*, 30. Mar. 2020. Disponível em: <https://blogs.mediapart.fr/jules-falquet/blog/300320/le-coup-du-virus-et-le-coup-d-etat-militaro-industriel-global#_ftn3>. Acesso em: 30 Mar. 2020.

_____. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. *Mediações*, Londrina, v. 13, n.1-2, 2008.

_____. *Les mouvements sociaux dans la mondialisation néolibérale: imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique latine-Caraïbes-France)*. Habilitation à diriger des recherches (mimeo). Paris: Université de Paris 8, 2012.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

GALINDO, M. Desobediencia, por tu culpa voy a sobrevivir. *Desde Abajo*, Colômbia, 17 Mar. 2020. Disponível em: <<https://www.desdeabajo.info/sociedad/item/39122-desobediencia-por-tu-culpa-voy-a-sobrevivir.html>> . Acesso em 26 Mar. 2020.

GONÇALVES, R.; FAUSTINO, D. Racismo e violência patriarcal em tempos de pandemia na cidade do capital. In: PAZ, R.; DINIZ, T. (Orgs.). *Serviço Social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

GONÇALVES, R. Quando a ‘questão racial’ é o nó da ‘questão social’. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 3, 2018.

GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

_____. Por un feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, 1988.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, Brasília, ANPOCS, n. 2, 1984.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, V. et al. (orgs). *O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialistas – Colette Guillaumin, Paola Tabet, Nicole-Claude Mathieu*. Recife : SOS-Corpo, 2014.

HOOKS, b. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995.

LEITE, K. C. A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 32, 2020.

MATHILDE, I. Coronavirus. Mort d'Aïcha, caissière au Carrefour de Saint-Denis en première ligne. *NPA-Révolution Permanente*, 28 Mar. 2020. Disponível em: <<https://www.revolutionpermanente.fr/Coronavirus-Mort-d-Aïcha-caissiere-au-Carrefour-de-Saint-Denis-en-premiere-ligne-19927>> . Acesso em 28 Mar. 2020.

MUTIKANI, L. Pedidos de auxílio-desemprego nos EUA sobem inesperadamente. *Uol-Economia*. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/10/15/pedidos-de-auxilio-desemprego-nos-eua-sobem-inesperadamente.htm>>. Acesso em 15 Nov. 2020.

PEREZ, G.; ARANDA, J. L. Pandemia faz as maiores fortunas do planeta dispararem. *El País*, 01 Jan. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2021-01-01/pandemia-faz-as-maiores-fortunas-do-planeta-dispararem.html>>. Acesso em: 02 Jan. 2021.

PITU, L.; SCHWARTZ, R. Pandemia expõe exploração de trabalhadores sazonais na Alemanha. *Deutsche Welle*, 01 Ago. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/pandemia-expoe-exploracao-de-trabalhadores-sazonais-na-alemanha/a-54395323>>. Acesso em: 21 Nov. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (comps.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SANDES, A. Pretos e pardos já são maioria entre as vítimas que morreram por covid-19. *Notícias UOL*, 20 mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/19/negros-e-pardos-ja-sao-maioria-entre-as-vitimas-fatais-por-covid-19.htm> Acesso em 20 Mai. de 2020.

SIMÕES, E. Mortes de pretos e pardos crescem mais que de brancos durante pandemia, mostram dados de cartórios. *Uol Notícias*, 13 jul. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/07/13/mortes-de-pretos-e-pardos-crescem-mais-que-de-brancos-durante-pandemia-mostram-dados-de-cartorios.htm>>. Acesso em 20 Jul. 2020.

VALADARES, J. Menino de 5 anos que estava aos cuidados da patroa da mãe morre após cair de prédio. *Folha de S. Paulo*, 04 Jun. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/menino-de-5-anos-que-estava-aos-cuidados-da-patroa-da-mae-morre-apos-cair-de-predio.shtml>>. Acesso em: 04 Jun. 2020.

VALENTE, J. Covid-19: Brasil passa das 210 mil mortes causadas pela pandemia. *Agência Brasil*, 18 Jan. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01/covid-19-brasil-passa-das-210-mil-mortes-causadas-pela-pandemia>>. Acesso em 18 Jan. 2021.

ZUAZO, P. As reivindicações dos entregadores de braços cruzados. *Época*, 03.Jul. 2020. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/economia/as-reivindicacoes-dos-entregadores-de-bracos-cruzados-24512817>> .Acesso em: 18 Nov. 2020.

Violência estrutural contra pobres pretos e pretas e as forças conservadoras que a sustentam

Luzia Fátima Baierl¹

Graziela Acquaviva²

Ana Paula Hachich de Souza³

1. Fragmentos do real

A violência, embora seja um fenômeno presente em todas as sociedades, importa explicá-la enquanto produto histórico e social, portanto, no tempo e espaço onde se constroem as relações sociais, econômicas e políticas em seus diferentes matizes: Brasil, século XXI, no olho do furacão de uma crise sanitária mundial provocada pela covid-19. Crise que ganha contornos distintos num governo negacionista, em um contexto em que o pensamento conservador e o ultraliberalismo se expandem e se solidificam.

Em tempos de pandemia, de intolerância, de estímulo ao ódio, de negação da ciência, de destruição do meio ambiente, de desumanização, a violência continua a se espriar por todos os meandros da sociedade, ganhando faces diferenciadas e encobrendo suas raízes mais insidiosas. Sua face visível oculta a violência subjacente, sistêmica e objetiva (ZIZEK, 2014) que estrutura as relações de poder da sociedade capitalista. Esta face visível se apresenta cotidianamente na mídia, gerando indignação momentânea frente a inúmeras manifestações violentas de injustiça social, que atingem pessoas,

¹ Luzia Fátima Baierl: doutora em Serviço Social pela PUC-SP, professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo (SP), Brasil, baierl@unifesp.br;

² Graziela Acquaviva: doutora em Serviço Social pela PUC-SP, professora do Curso de Graduação em Serviço Social (PUCSP), São Paulo (SP), Brasil, acquaviva@pucsp.br;

³ Ana Paula Hachich de Souza: psicóloga, mestranda em Serviço Social na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – campus Baixada Santista, São Paulo (SP), Brasil, anahachich@unifesp.br.

grupos e classes, sem força suficiente para questionar a violência estrutural na qual está imbricada.

Em fevereiro de 2019, Pedro Gonzaga foi assassinado por asfixia pelo segurança de um supermercado (NUNES, 2019). Em abril do mesmo ano, Evaldo dos Santos Rosa teve seu carro alvejado, morrendo vítima dos disparos por militares do Exército (JUCÁ, 2019). Em maio de 2020, João Pedro (14 anos) foi assassinado em operação da Polícia Civil e Militar no complexo do Salgueiro no Rio de Janeiro (COELHO, 2020). Em novembro de 2020, às vésperas do Dia da Consciência Negra, João Alberto Silveira Freitas foi espancado até a morte na porta de um supermercado pelos seguranças do estabelecimento (MENDONÇA, 2020). Estas e centenas de notícias de assassinatos de mulheres, crianças, adolescentes, jovens e homens, pretos e pretas, pobres - cenas típicas do cotidiano nas cidades e grandes metrópoles brasileiras -, tornaram-se cada vez mais um evento corriqueiro, banalizado, naturalizado e estruturante das relações sociais. Após o impacto e a comoção iniciais, que geram algumas manifestações públicas de denúncia, a rotina segue seu curso, pois a visibilidade dada a esses eventos revela somente a aparência de um fenômeno que, incrustado na sociedade, camufla suas raízes.

As cidades são os espaços por excelência onde prolifera essa multiplicidade de manifestações de violência, que envolve diferentes sujeitos sociais, vítimas e algozes, diferentes beneficiários, em geral ocultados. Como ensina Ianni (2004, p. 155), trata-se de distintas expressões de violência, que vão das “mais prosaicas e materiais às mais sofisticadas e espirituais, compreendendo a pauperização e a alienação. [...] Nas cidades concentram-se as mais poderosas forças sociais, com as quais se articulam e se desenvolvem as estruturas de dominação e apropriação”.

A aparente singularidade destas violências revela traços congêneres: todas foram cometidas contra pessoas negras. Entre os autores dos crimes, estão policiais e trabalhadores de empresas de segurança

privada. Todos com formação no uso de armas, em estratégias de luta e defesa pessoal sabedores das regras e normas para estas “possíveis situações suspeitas”, no seu trabalho cotidiano e, mesmo assim, não as respeitam: abuso de poder, exercício discricionário de seu poder de decisão nas relações e espaços em que atuam como sujeitos? Reprodução do racismo estrutural presente na sociedade brasileira?

Será que este abuso de poder, concedido àqueles que dispõem de formação, qualificação e uma ética profissional que direcionam ou deveriam orientar o seu trabalho, se reduz somente a esta categoria profissional? Será que o abuso de poder de decisão também não se manifesta de forma difusa no trabalho cotidiano de outros profissionais da área da saúde, educação e assistência social, mas que afeta de maneira opressora as condições de vida das pessoas? Quais as imbricações entre a violência institucional, muitas vezes difusa e mascarada, e a violência estrutural?

A violência institucional é caracterizada por uma atitude discriminatória, humilhante ou preconceituosa praticada por um trabalhador de uma instituição pública ou privada. Muitas vezes, está presente nas ações cotidianas dos serviços públicos, sem que seja notada como tal, pois reproduz o machismo, o racismo, o classismo e a homofobia presentes em nossa sociedade. O fato de ser institucional traz um agravante, visto que a própria condição de trabalhador público e usuário se traduz como uma relação assimétrica, tendo o condão, portanto, de reproduzir e naturalizar as desigualdades, mascarando a violência estrutural e sistêmica. No posfácio da obra de Žižek, Iasi (2014) anuncia que é exatamente na forma como essas violências se manifestam que está a chave para buscar “suas profundas determinações”. Ou seja, “que a raiz da violência em suas diferentes formas se encontra nas relações sociais de produção e nas formas de propriedade que fundamentam a sociabilidade do capital” (2014, p. 179).

É dessa perspectiva que parte este texto. Busca apresentar reflexões acerca de como a violência estrutural gerenciada e administrada

pelo Estado se manifesta nas instituições, nas relações sociais e no assujeitamento da população mais pauperizada e de forma mais insidiosa sobre os pretos; buscamos também retratar o paradoxo da oferta de políticas sociais de forma individualizada, a fim de garantir a atenção às necessidades e especificidades de cada família e de cada sujeito, mas também de forma coletiva, visando desvelar que as parcas condições de sobrevivência de grande parte da população são fruto da formação histórico-social do Brasil e, portanto, devem ser devidamente contextualizadas.

2. O enraizamento histórico da violência e as frágeis respostas estatais

A violência se expressa cotidianamente nas respostas estatais, muitas vezes disfarçada em normas, regras e leis que garantem ou negam acesso a serviços, e tende a ser naturalizada através de relações de poder e de saber, que garantem a manutenção das desigualdades e das estruturas de poder e exploração. A violência, seja ela explícita ou difusa, “revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas” (IANNI, 2004, p. 168) irradiam-se por todos os âmbitos da vida social, nos espaços públicos e privados.

Mas há resistência e enfrentamento. Muitos foram os avanços obtidos ao longo das últimas décadas por meio da aprovação de políticas e ações afirmativas voltadas para as relações de gênero, as raciais e a população LGBTQIA+, resultado de lutas e movimentos sociais; no entanto, tais conquistas se mostram insuficientes para a superação da condição de criminalização e vulnerabilização da população pobre e, principalmente preta e periférica, que, desde a chamada “libertação do escravismo” até os dias atuais, continua sendo o público preferencial das políticas estatais de repressão, em particular, nas mais diferenciadas formas de controle social.

As respostas estatais apresentam-se de forma contraditória e perversa, à medida que, de um lado, garantem os direitos sociais na

letra da lei, mas, de outro, além de não criarem as condições necessárias para a sua materialização, tem sido promovida a derruição destes direitos formais, o que vemos, por exemplo, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional conhecida como PEC da Morte (EC 95/2018) e das Reformas Trabalhista e da Previdência. Tais medidas intensificam mecanismos de alienação e esvaziamento de acesso e permanência nas políticas sociais. Além disso, atuam com o não conhecimento consciente desses direitos por parte dos usuários e com a parafernália burocrática de (des) acesso a cadastramentos, formulários, agendamento digitais (nos moldes do filme “Eu, Daniel Blake”, 2016), exatamente para aqueles que não possuem os recursos necessários para acessar os meios digitais.

Segundo matéria do site Valor Investe/Globo, de 17/06/2020 (MELLO, 2020), mais negros (43%) do que brancos (37%) requereram auxílio emergencial⁴ ao governo federal; no entanto, das pessoas que tiveram o direito concedido, o percentual de negros (74%) é menor do que de brancos (81%).

Outros dados são representativos das desigualdades estruturais do Brasil. O Atlas da Violência 2020 (IPEA, 2020) revela que jovens na faixa etária de 15 a 29 anos concentram o maior percentual de vítimas de homicídios no Brasil em 2018, atingindo uma taxa de 60,4 homicídios a cada 100 mil jovens, representando 53,3% do total de homicídios do país. Cerca de 30% das mulheres assassinadas em 2018 foram vítimas de feminicídios, e, desta, 68% foram mulheres negras.

Os negros (pretos e pardos) representam 75% das vítimas de homicídios. Vale ressaltar que 55,8% da população brasileira se decla-

⁴ Conforme informação constante no site governamental da Caixa Econômica Federal, “o Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19.” Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX#:~:text=O%20Aux%C3%ADlio%20Emergencial%20C3%A9%20um,pandemia%20do%20Coronav%C3%A-Drus%202D%20COVID%2019>. Acesso em: 29 dez. 2020.

ra como negra ou parda, ante 43,1% de pessoas brancas (IBGE, 2019). Segundo o Atlas, a cada pessoa não negra assassinada, 2,7 pessoas negras perderam sua vida de forma violenta no Brasil em 2018.

De acordo com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 (BUENI e LIMA, 2020), no primeiro trimestre de 2020, ocorreram 25.712 mortes violentas o que representa um aumento de 7,1% se comparadas ao mesmo trimestre de 2019, ou seja, uma pessoa foi assassinada a cada 10 minutos no Brasil. Destes assassinatos, 3.181 em decorrência de intervenções policiais, o que representa 6% de aumento em relação a 2019 para o mesmo trimestre.

Com relação à violência contra a mulher, ocorreu queda nos registros em delegacias (9,9%), entretanto, houve aumento de 3,8% no acionamento da Polícia Militar (190). Os números de feminicídio foram 1,9% maiores com relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Ao traçar um perfil das pessoas que tiveram suas vidas descartadas em 2019, o Anuário revela características que se repetem há décadas: homens (91,2%), negros (74,4%) e jovens (51,6%). Com relação à população LGBTQI+⁵, houve um aumento de 7,7% de registro de agressões. Em 2019, 10,3% das vítimas de assassinato foram crianças e adolescente, 75% delas, negras. O sistema prisional no ano de 2019 contava com 755.274 pessoas privadas de liberdade - destas, 66,7% eram negras.

Historicamente, o “day after” de negros e negras libertos do escravismo foi constituído na sua exposição compulsória e contínua à pobreza, na recusa da utilização de sua força de trabalho para incorporar ao conjunto dos trabalhadores necessários aos processos produtivos em transformação no século XIX. Estas decisões de natureza política e econômica enraizadas na formação sócio-histórica do Brasil reforçam até hoje as concepções de que pessoas negras deveriam se responsabilizar individualmente pelo acesso às condições de trabalho

⁵ Utilizou-se aqui o termo constante no Anuário.

para sua subsistência, autonomia, vida e liberdade. No entanto, nas décadas seguintes à Lei Áurea foram perpetuados os limites da vida à base material da existência de negros e negras no terreno da pobreza e miséria, a ocupação de territórios distantes dos centros urbanos em formação e a negação incessante de acesso a bens e serviços produzidos socialmente. Foi perpetuado um isolamento geopolítico e foram mantidos os processos raciais e também os de classe e gênero discriminatórios típicos de uma sociedade patriarcal.

O processo histórico é testemunha do genocídio sistemático que a população negra vive neste país (ABDIAS, 2016), seja pelo assassinato de negros, revelado pelas estatísticas desde que os navios negreiros aqui atracaram, seja pelas condições de pauperismo a que estão submetidos, que sinalizam para o apagamento de sua história viva na construção sócio-histórica e cultural deste país, situação reproduzida através do racismo estrutural negado e ocultado.

A violência estrutural emanada do Estado se materializa através das políticas públicas e sociais por onde a ideologia se perpetua na forma de educação civilizada. Os espaços de ensino, em geral, abordam a história dos povos negros apenas sob a ótica da escravatura, em detrimento do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei n.º 11.645, de 10/03/2008), reproduzindo a estigmatização e os preconceitos e negando o direito à sua própria história, à construção de sua identidade e ao orgulho de sua ancestralidade. A participação da população negra, sequestrada e escravizada, na construção do Brasil é reiteradamente apagada sob o mito da democracia racial.

Além disso, no contexto educacional também acontece a modelação dos papéis sociais de brancos e negros, garantindo a internalização dos lugares de supremacia e subalternidade, resultando na interrupção da existência humana do ponto de vista simbólico, por meio do boicote às potencialidades e do impedimento de acesso ao futuro desejado (PEREIRA; SOUZA, 2019).

De acordo com a PNAD de 2019 (IBGE, 2019), as diferenças salariais de pessoas negras e brancas são de 45%; quando se usa

de forma isolada o quesito do ensino superior de negros e brancos, tem-se, ainda assim, 31%, ou seja, a diferença salarial substantiva é persistente e contribui como indicador de como a formação social brasileira no modo de produção capitalista garante essas desigualdades estruturais. Cucolo, apoiado em dados oficiais do IBGE de 2018, desvela que “a renda média mensal do brasileiro branco, seja ele trabalhador formal ou informal, é de R\$2.796,00. Entre os pretos e pardos, é de R\$1.608,00, segundo os dados de 2018. Proporcionalmente, para cada R\$1.000,00 pago a uma pessoa branca, paga-se R\$575,00 para um trabalhador preto ou pardo” (CUCOLO, 2019).

As análises do acesso a cuidados com a saúde também revelam a violência rotineira contra a população preta – além de costumeiramente receberem doses menores de analgésicos, pelo estereótipo de serem mais fortes, mulheres negras são mais propensas a sofrerem violência obstétrica, entre elas a histerectomia, do que mulheres brancas (FLAUZINA, 2016). Para elas, é maior também a taxa de violência doméstica.

Estar posto na pirâmide social enquanto pobre e negro/negra parece ser o marcador que detona essas arbitrariedades, com a redução da vida desses sujeitos e seus corpos ao mínimo necessário, à descartabilidade.

Para Sawaia (2015, p. 58), não se pode separar a organização socioeconômica da organização subjetiva das famílias, pois “quando falamos de sofrimento, estamos nos referindo a um específico, ao sofrimento ético-político, que é a dor (físico-emocional) evitável do ponto de vista social [...] da ordem da injustiça, do preconceito e da falta de dignidade.”

As desigualdades, no entanto, são escamoteadas pelo princípio constitucional de que “todos são iguais perante a lei”. O uso perverso deste princípio da igualdade formal torna viável a associação entre pobreza/negritude e criminalidade na sua individualização, com o mote de que todos têm acesso às mesmas oportunidades. A naturali-

zação dessa associação, por um lado, permite a desresponsabilização do Estado pelas condições de vida da população preta e pobre, sob o argumento da meritocracia; por outro, possibilita que ele atue com violência contra a população que passou a ser vista como um risco para o restante da sociedade.

Muitas lutas têm sido feitas e conquistas, alcançadas. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente trazem em seu bojo a tentativa de garantir uma vida digna a toda a população, igualdade de direitos para adultos, crianças e adolescentes. Os atos de racismo foram reconhecidos e criminalizados como inafiançáveis e imprescritíveis a partir da Lei n.º 7.716, de 05/01/1989; no entanto, com mais de 30 anos de vigência, a cultura racista permanece no cotidiano e nas estruturas institucionais e organizacionais.

Diversas instituições, privadas e públicas, contam com cotas para pessoas negras. O Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1990, e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2005, estão implementados, assim como programas de transferência de renda. Foram vitórias importantes, fruto de lutas e movimentos sociais, mas que ainda estão longe de se materializarem efetivamente.

Com certeza, a estruturação do Estado brasileiro com o dimensionamento da Saúde e da Assistência Social na esfera pública como direito do cidadão e obrigatoriedade do Estado remete a saltos de validação do exercício da cidadania. No entanto, vale destacar o distanciamento existente entre a implantação das políticas públicas e sua exequibilidade lá na ponta, a quem de direito. Interessamos aqui um olhar mais atento ao SUAS na sua origem e no período de implantação (2006-2016), com os princípios da universalidade do acesso e a garantia de direitos a quem desta política necessitar. Centrado em duas pilstras de Proteção Social, a Básica e a Especial, por meio das quais é operacionalizado esse complexo sistema, podemos aumentar o *zoom* da câmera para a Proteção Social Especial. Nesta, foi incorporado como prioridade o atendimento a famílias e/ou pessoas em

situação de risco pessoal e social, vítimas de diferentes situações de violência e vulnerabilidade: abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso abusivo de substâncias psicoativas, situação de rua, trabalho infantil, entre outras violações de direitos.

Tais situações constituem demandas complexas, transversalizando: a compreensão sobre violência e suas denominações enquanto violação de direitos; o impacto diferenciado nas vítimas e nos demais enredados em relações violentas; os quesitos de proteção e segurança destes sujeitos, inclusive os profissionais; os processos investigativos de natureza social, tanto para a compreensão da individualidade como as mais coletivizadas, das famílias, das relações de vizinhança, do território onde essas violações foram germinadas e cultivadas. Estes e outros elementos são desafiadores para materializar essa política, dada sua abrangência desmedida e a não historicidade da Assistência Social em atender sujeitos em relações violentas. Não que as relações violentas não estivessem presentes, no entanto, raríssimas vezes se configuravam como matéria a ser tratada.

Além disso, a crescente judicialização da questão social tem subvertido o papel dos e das profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Transfere-se do Poder Executivo ao Poder Judiciário a responsabilidade pelo enfrentamento e superação da ausência e ineficácia das políticas sociais (AGUINSKY, 2006). A partir da individualização desta questão, podemos citar como exemplo a crescente demanda a profissionais dos CREAS quanto à realização de visitas domiciliares para fundamentação de processos judiciais de crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, sem que, muitas vezes, se tenha conhecimento sobre a motivação, o andamento da ação judicial e como o relatório será utilizado.

A partir de mais este desafio, torna-se premente a articulação entre os serviços e as políticas para, minimamente, buscar romper com a fragmentação das respostas estatais e caminhar na direção da

efetivação de uma rede integrada de atendimento, reflexão, prevenção, ações articuladas, monitoramento do fluxo de atendimento e a busca por processos de enfrentamento e de rupturas dos mecanismos de produção e reprodução da violência.

Esses elementos, mesmo não sendo a totalidade das demandas e exigências, marcam sua presença e necessidade, mas são insuficientes, diante do fato deste Sistema não ter inclusas as determinações de gênero e raça desde suas origens e mesmo na década de sua implantação.

Mulheres vítimas de violência sexual, violência doméstica e familiar, sejam meninas, jovens, adultas ou idosas, adolescentes em conflito com a lei, sobreviventes da violência urbana, são atravessados pela violência estrutural de classe, gênero e raça. Exposição à violência entre conhecidos ou desconhecidos, nas casas, nas ruas ou nas organizações, exigem ações diferenciadas, respeitando-se as singularidades dos sujeitos e, ao mesmo tempo, articuladas para que não se percam as raízes sócio-históricas, culturais, políticas e econômicas, a fim de que não se (re)vitimizes aqueles e aquelas que estavam na condição de vítimas.

Movimentos e lutas sociais pelas conquistas de direitos pressionaram o Estado para responder de maneira integral e de forma especializada no atendimento de vítimas de violência, como para mulheres (Lei Maria da Penha, 2006), crianças e adolescentes (ECA, 1990) e todas as políticas de atendimento nas situações de violência de pais contra filhos; idosos (Estatuto do Idoso, 2003, e Delegacia especial); vítimas de violência sexual (Norma técnica: atenção humanizada às pessoas em situação de violência sexual com registro de informações e coleta de vestígios, com orientações para atendimento às vítimas de abuso sexual, 2015); população negra (Lei de cotas, 2002, e Estatuto da igualdade racial, 2012).

Todos os serviços criados e de natureza diferenciada foram sendo incorporados por esse Sistema, sem que houvesse histórico

na área da Assistência Social, como em demais áreas, de formação e especialização fundamentais para realizar o atendimento integral e qualificado a estas demandas. As prioridades centrais do SUAS referem-se a uma determinada concepção de família e sua matricialidade, focada numa unidade familiar nos moldes patriarcais, invisibilizando a presença significativa das mulheres na existência das famílias (CARLOTO; MARIANO, 2008). De acordo com os estudos de Santos (2019), com a demarcação de todas as principais conquistas de direitos das mulheres no Brasil, na Assistência Social também se observa a subtração ou omissão das mulheres. Segundo ela, “a LOAS não particulariza o gênero feminino na escrita da lei, o que a torna invisível como sujeito de direito a proteção social” (2019, p. 119). Observa-se que existem ainda desafios contundentes a serem vencidos com relação ao gênero e às relações raciais e à pluralidade das famílias e dos sujeitos que as integram, assim como acerca dos lugares desigualmente ocupados por estes, sem nem mesmo o aprofundamento, neste momento, da extrema transferência das responsabilidades do Estado para estas unidades familiares e, por vezes, com o viés da culpa provocado pelo impacto das expressões da questão social.

O atendimento baseado na formalidade abstrata da igualdade acerca das questões de gênero de mulheres brancas e negras tem ocasionado, segundo Costa (2017), a negação da identidade e a invisibilização dos diferenciais históricos das negras nos grupos familiares, como a sobrecarga das duplas jornadas de trabalho, a ausência de seus lares para garantirem os cuidados dos filhos das brancas (por vezes, com idades semelhantes entre os dois) e a frequente monoparentalidade, muitas das vezes causada pela própria violência de Estado, que mata ou encarcera os homens negros, sem nem mesmo entrarmos no mérito do preterimento das mulheres negras frente às escolhas das parceiras íntimas por parte dos homens.

Entre as frações dos segmentos sociais priorizados pelo SUAS, destacamos os dados do folheto do IBGE, de 2019,

“Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, com relação à distribuição de renda das pessoas que vivem abaixo das linhas de pobreza: com renda inferior a US\$ 5,50/dia (R\$ 28,49)⁶, pessoas brancas somam 15,4%, enquanto pretas e pardas são 32,9%; com renda inferior a US\$1,90/dia (R\$ 9,84), as brancas totalizam 3,6% e as pretas ou pardas representam 8,8%.

A partir dos dados apresentados, é possível considerar as imbricações das relações de gênero e as de raça fundantes em qualquer expressão de violência na sociedade, e muito mais acirradas quando nos referimos aos segmentos sociais vítimas de maior exploração e opressão, os e as pauperizadas, alvos centrais da Política de Assistência Social, via SUAS. A garantia de direitos a quem deles necessitar está sendo corroída por manter submersas essas desigualdades sócio-históricas criadas e recriadas no modo de produção capitalista. O paradoxo está em buscar garantir na prática direitos que são formalmente garantidos a quem mais necessita e não está tendo acesso a eles, com a possibilidade de que, ao fim e ao cabo, não sejam alcançados.

Não obstante a visibilidade destas violências nos números revelados ao longo deste texto, as relações de gênero e raciais transversais e próprias a qualquer expressão de violência parecem ficar submersas no universo abstrato da Assistência Social, fundamentalmente porque a política não traz em seu cerne a contextualização destas especificidades.

3. Ainda há muito a fazer...

Assim, apesar dos avanços demonstrados, algumas ressalvas são necessárias. Embora efetivamente possam trazer a diminuição das mazelas da população tornada miserável e que cotidianamente sofre violência, as políticas sociais, de forma geral, individualizam questões que encontram seus fundamentos no modo como o capitalismo está mundialmente organizado e que estão na base da manutenção da exploração e da descartabilidade da vida humana.

⁶ Cálculo aproximado com o valor do dólar a R\$5,18, em 29/12/2020.

As relações sociais capitalistas se sustentam através das forças conservadoras que se espraiam pela sociedade, como assinala Souza (2016, p. 209),

como ideologia aglutinadora das classes dominantes, acionada nos períodos de crise como mecanismo que subordina as contradições intestinas dessas classes ao projeto mais abrangente de manutenção e ampliação das relações sociais capitalistas, formula e amplifica uma autoimagem capaz de reunir em torno de si a adesão de setores estratégicos das classes dominadas.

Essas forças se manifestam nos diferentes âmbitos da vida social, enquanto ideias, minando pessoas, classes, políticas sociais. O conservadorismo adota “posições pragmáticas e imediatistas, baseando escolhas e alternativas políticas e individuais tão somente na situação dada tal como se apresenta no aqui e agora; é favorável às mudanças realizadas ‘pelo alto’, desde que permaneçam subsumidos os interesses das classes dominadas” (SOUZA, 2016, p. 211).

Cabe reafirmar, entretanto, que os protestos e as lutas sociais são a outra face da moeda negada pelo conservadorismo. Como afirma Ianni (2004, p. 155), “as tensões e contradições com as quais germinam os movimentos sociais e os protestos dos grupos e classes sociais subalternos. Aí podem florescer também a democracia e a emancipação, de par a par com a civilização e a revolução”.

O enfrentamento da violência, esta violência camuflada, institucionalizada, mascarada, depende da busca por uma mudança de ordem cultural e estrutural. As concepções individualizantes acabam por se tornar naturalizadas e é imprescindível que cada profissional esteja atento para não cair na armadilha da culpabilização dos sujeitos, reconhecendo o caráter estrutural e estruturante da violência em nossa sociedade. É necessário ir ao cerne das questões que se apresentam, para além dos estigmas e estereótipos consolidados secularmente, possibilitando, assim, a construção de um novo imaginário social. É fundamental que as e os profissionais identifiquem a violência estrutural imbricada em cada situação atendida,

reconhecendo as influências do machismo, do racismo, do classismo, tanto nas situações atendidas, quanto em suas próprias ações, devendo ter esta postura como princípio norteador das ações éticas e políticas nas intervenções profissionais.

A verdade é produzida no cotidiano, por quem detém poder e saber. Os discursos podem tanto contribuir para a manutenção das opressões e desigualdades, por meio de concepções e práticas individualizantes, quanto desvelar estas violências. Qual verdade você quer produzir?

Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar. Azar!
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar
Aldir Blanc e João Bosco (1979)

Referências

AGUINSKY, B. G. A. Judicialização da questão social: rebatimentos nos processos de trabalho dos assistentes sociais no Poder Judiciário. *Katálysis*. Florianópolis, v. 9 n. 1, p. 19-26, 2006.

BUENI, S.; LIMA, R. S. de (Coords.). *Anuário brasileiro de segurança pública 2020*. Fórum Brasileiro de segurança pública, ano 14, 2020 Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 21 out. 2020.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. A família e o foco nas mulheres na Política de Assistência Social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 14, n. 2, p. 153-168, 2008.

COELHO, L. João Pedro, 14 anos, morre durante ação policial no Rio, e família fica horas sem saber seu paradeiro. *El País – Brasil*. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-05-19/jovem-de-14-anos-e-morto-durante-acao-policial-no-rio-e-familia-fica-horas-sem-saber-seu-paradeiro.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

COSTA, G. Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *O social em questão*. Ano XX. n. 38, p. 217-246, 2017. Disponível em:

http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_38_art_12_Costa.pdf. Acesso em: 28 dez. 2020.

CUCOLO, E. Brancos têm renda de 74% superior à de pretos e pardos, diz IBGE. *Folha de São Paulo*. 13/11/19. Disponível em: (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/11/brancos-tem-renda-74-superior-a-de-pretos-e-pardos-diz-ibge.shtml>). Acesso em: 28 dez. 2020.

FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

IANNI, O. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IASI, M. Posfácio: Violência, esta velha parteira: um samba enredo. In: ZIZEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. Trad. Miguel Serra Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 171-189.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Conheça o Brasil – População. Cor ou raça*. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 29 dez. 2020.

_____. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 29 dez. 2020.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da Violência 2020*. Brasília: IPEA, 2020.

JUCÁ, B. 80 tiros e o risco da impunidade no Rio de Janeiro. *El País - Brasil*. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/08/politica/1554759819_257480.html. Acesso em: 27 nov. 2020.

MELLO, D. Mais de 70% dos negros enfrentam a pandemia sem reservas financeiras. 17/06/2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/organize-as-contas/noticia/2020/06/17/mais-de-70percent-dos-negros-enfrentam-a-pandemia-sem-reservas-financeiras.ghtml>. Acesso em: 29 dez. 2020.

MENDONÇA, H. Na véspera da Consciência Negra, cliente negro é espancado até a morte em loja do Carrefour de Porto Alegre. *El País - Brasil*. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-20/na-vespera-da-consciencia-negra-cliente-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-loja-do-carrefour-em-porto-alegre.html>. Acesso em: 27 nov. 2020.

NASCIMENTO, A. *O Genocídio do negro no Brasil: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NUNES, F. Jovem morre após ser agredido em mercado no Rio. *O Estado de São Paulo*. 2019. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,jovem-morre-apos-ser-agredido-em-mercado-no-rio,70002722168>. Acesso em: 27 nov. 2020.

PEREIRA, M. H. de S.; SOUZA, A. P. H. de. Oitenta tiros não são engano, são execução. *Revista Científica do FASP*, v. 3, p. 103-114, 2019.

SANTOS, E. G. dos. *Mulher presente: gênero da Política de Assistência Social*. 2019. 184 fls. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2019.

SAWAIA, B. B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6 ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC-SP, 2015. p. 51-64.

SOUZA, J. M. A. de. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Tese (Doutorado em Serviço Social). UFPE. Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18011/1/TESE%20JAMERSON.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2020.

ZIZEK, S. *Violência: seis reflexões laterais*. Trad. Miguel Serra Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

La seguridad alimentaria de las familias en situación de vulnerabilidad ante la incertidumbre del post-coronavirus: desafíos y respuestas de las políticas sociales:

Casos de España, Reino Unido, Perú, Chile y Brasil

Ana Rojas Acosta¹

Antonia Picornell-Lucas²

Wendy Coxshall³

1. Introducción

La pandemia del Covid-19 provenía de un mercado mojado, en la provincia de Wuhan en China, a fines de noviembre 2019, y persiste a nivel global hasta hoy día (05 diciembre de 2020). Sabemos que el Covid-19 es un virus zoonótico, así como de su existencia entre los murciélagos en los bosques fuera de Wuhan, que logró pasar a los pangolines y de allí a los humanos en el mercado mojado de Wuhan donde se vendían estos alimentos para consumir y se identificó también el primer caso.

Esta pandemia nos ha mostrado el desequilibrio en el sistema alimentario global que ha producido el incremento de inseguridad alimentaria entre las familias en situación de vulnerabilidad social y, sobre todo, en los países de bajos y medianos ingresos. El virus ha producido enorme desperdicio de alimentos que los cultivadores y productores no pueden vender porque las cadenas de suministro de alimentos han sido interrumpidas por la pandemia

¹ Trabajadora Social, doctora en Servicio Social, post-doctorados en Políticas Públicas, docente de la *Universidade Federal de São Paulo* – UNIFESP, Brazil. E-mail: ana.rojas@unifesp.br

² Trabajadora Social, doctora em Ciências de la Educación, docente de la *Universidade de Salamanca* - USAL, Departamento de Derecho del Trabajo y Trabajo Social – Salamanca, España. Email: toi@usal.es

³ Trabajadora Social, doctora en Antropología Social, docente de la *Liverpool Hope University*. Liverpool – Inglaterra. Email: coxshaw@hope.ac.uk

(Banco Mundial, 2020). Estos hechos se atribuyen a las medidas de seguridad sanitaria introducidas por los gobiernos, así como a la cuarentena que ha producido pérdida masiva del empleo y ha restringido a las madres y padres de familia el poder salir a trabajar y hacer sus negocios, salvo en los casos en que su(s) empleo(s) fueran servicios de primera necesidad como la salud o vinculados a la producción de alimentos (Brasil, 2020).

La severidad y las medidas de seguridad sanitaria han variado entre los países⁴ y regiones según el patrón de transmisión, el número reproductivo del virus y los crecientes conocimientos científicos tornándose a veces semejantes y distintas. La gravedad de la seguridad alimentaria también ha variado según las medidas y los efectos sobre los sistemas de alimentación y la disponibilidad de empleo en el mercado y ‘en ausencia de políticas complementarias’ (FAO y CELAC, 2020). En ese sentido, hay que reconocer que ‘los impactos sobre la oferta y demanda de alimentos dependerán de las estructuras productivas y comerciales de los países, y sus niveles y grado de desigualdad de los ingresos, y de factores externos relacionados con los mercados energéticos y crediticios, o los tipos de cambio’ (FAO y CELAC, 2020).

El acceso a la alimentación es un derecho humano fundamental, según el artículo 25 de la Declaración Universal de los Derechos Humanos, los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ONU, 2015) afirman poner fin al hambre y a la subalimentación (ODS 2) para el año 2030 para garantizar, el bienestar personal (ODS 3). Además, un estado nutricional óptimo es esencial para el desarrollo personal y el bienestar emocional. Pero, como ocurre con otros derechos reconocidos, su realización no es efectiva, y es afectado por esta pandemia. El número de personas que vivirán en ‘pobreza extrema’ podría aumentar hasta los 150 millones en 2021 debido al Covid-19 y, de los ‘nuevos

⁴ Por ejemplo, en Inglaterra, Países de Gales, Escocia y el Norte de Irlanda debido al número de reproducción del virus y la descentralización política entre los países y principalidades del Reino Unido.

pobres' producidos por la pandemia, ocho de cada diez estarán en países de medianos ingresos (ONU, 2020). Esto tiene implicaciones para los países en desarrollo como Chile, Perú y Brasil, por ejemplo, países de medianos ingresos en donde persiste la desigualdad (Chile: PNUD, 2017 / Perú: Unicef, 2020).

Este artículo explora los desafíos y respuestas de las políticas sociales a las familias frente a la creciente inseguridad alimentaria producida por la pandemia de Covid-19 en España, Reino Unido, Perú, Chile y Brasil, basado en una investigación bibliográfica documental y cualitativa, a partir de entrevistas realizadas a la presidenta de un comedor popular en el Distrito de San Juan de Miraflores en Lima, a la presidenta de la junta de vecinos en un barrio de Puente Alto en Santiago y a una trabajadora social de la municipalidad de Pudahuel en Santiago.

2. Hogares españoles con niños y niñas bajo el umbral de la pobreza

El confinamiento domiciliario, con el cierre de las escuelas y los comedores, impuesto por los países para contener la transmisión del virus, unido a los efectos negativos en el empleo, desestabiliza a las familias con hijos e hijas, principalmente a las más vulnerables (de origen extranjero, con discapacidad, monomarentales, numerosas...). Contexto que se agrava para aquéllas que ya estaban en situación de pobreza y/o vulnerabilidad social tras la crisis financiera del 2008, y que situó a España con una de las tasas más altas de Europa de niños y niñas en situación de pobreza, superando el 22% (OCDE, 2018).

Aunque sin datos sobre los efectos de la Covid-19, en el último año, el 49.3% de las personas recortó los gastos en alimentación para poder hacer frente a otros relacionados con la salud, la educación o la vivienda (Red Europea de Lucha contra la Pobreza-EAPN, 2020). Además, casi el 7% de la población no pudo permitirse una comida con proteínas al menos cada dos días, encontrándose en una situación de privación material severa.

Según la Encuesta de Población Activa del Instituto Nacional de Estadística, referida al tercer trimestre del 2020, casi uno de cada cuatro hogares sin ingresos (21.5%) tiene al menos un menor de edad a cargo; lo que corrobora su dificultad para acceder a una alimentación saludable los datos confirman que la pobreza severa podría aumentar hasta un 15% de la población si no se ponen en marcha medidas de inversión directa en la familia y en la infancia (Save the Children, 2020).

Diversas organizaciones, nacionales e internacionales, alertan de que las situaciones de inseguridad alimentaria suponen una emergencia de salud pública ante el riesgo de incrementarse el deterioro de la salud, con efectos graves en el desarrollo de la población infantil. Esta situación puede derivar en una transmisión intergeneracional de desigualdad de oportunidades, por lo que el gobierno debería aumentar la inversión en infancia, promocionar una educación inclusiva y mejorar las condiciones laborales (Alto Comisionado contra la Pobreza Infantil, 2020). También se han pronunciado 10 órganos de Derechos Humanos de Naciones Unidas recomendando a los gobiernos que establezcan medidas para asegurar alimentos nutritivos a los niños y niñas, aun en período de emergencia.

La respuesta urgente del gobierno español para mitigar los efectos negativos de esta pandemia en las familias fue construir una batería de normas extraordinarias y aprobar un paquete de medidas económicas y sociales relacionadas con la educación, la garantía de ingresos mínimos, de acceso a la vivienda y la protección del empleo, entre otras. Este compromiso fue estimulado por la visita a España, a comienzos del 2020, del Relator Especial de las Naciones Unidas sobre la extrema pobreza y los derechos humanos que afirmó: “Resulta más que evidente que el sistema de prestación de asistencia social está roto, no se financia adecuadamente, es imposible no perderse en él y no llega a las personas que más lo necesitan” (ONU, 2020, p. 1).

Conviene recordar que, desde hace unos años, las responsabilidades públicas de protección social están siendo externalizadas,

con reducción del gasto público y el consecuente repliegue del Estado de Bienestar, peligrando la inclusión y la equidad social. Éstas son las causas por las que las estrategias gubernamentales puestas en marcha en estos momentos no aporten la garantía de un cambio sustancial.

Entre los movimientos sociales que intentan paliar el efecto negativo de la pandemia se encuentran los que trabajan en coordinación con el gobierno; en este caso con el rol de garantizar la distribución de alimentos. Estas entidades no gubernamentales participan del Fondo de Ayuda Europea para las Personas Más Desfavorecidas de la Unión Europea, que financia un 85% a través del gobierno para que presten gratuitamente asistencia material y orientación social a las personas en condiciones socioeconómicas y laborales precarias. Como entidades acreditadas, la Federación Española de Bancos de Alimentos y la Cruz Roja ponen en marcha programas de ayuda alimentaria, siendo apoyadas también por la recogida de los excedentes de la industria agroalimentaria y las campañas de recaudación. Como reconocen, ha habido un aumento de la demanda de ayuda alimentaria de emergencia del 70%, siendo un tercio nuevos usuarios. Pero este nuevo tipo de pobreza no es visible, y afecta a personas desempleadas, familias con hijos e hijas sin acceso al comedor escolar y a personas mayores y dependientes que viven solas (The European Fund Bank Federation, 2020). Apoyando la cobertura de la demanda de alimentos se encuentra Cáritas (2020) que, a través de sus puntos de distribución y comedores sociales repartidos por toda España constata un aumento del 77% del número de demandas de emergencia y del 57% de familias atendidas.

En estos programas de apoyo alimentario, para cuyo acceso no se necesita informe público, se aprecia una falta de actividades de orientación para mejorar competencias y favorecer la inclusión social y la autonomía de las familias, generando actuaciones caritativas que no garantizan la prevención de situaciones de vulnerabilidad social ni la defensa del derecho a la alimentación. Al contrario, provocan la

estigmatización de las familias que acuden a los bancos de alimentos o a los comedores sociales, dando lugar a una revictimización, Malgesini et al. (2018), en su defensa, destacan la necesidad de mejorar la logística y coordinación, la carga institucional que supone y la necesidad de acompañar estas medidas con otras laborales y de vivienda.

Es preciso contar con las entidades del Tercer Sector de Acción Social. Pero, las políticas activas de inclusión social requieren de modelos colaborativos de gestión entre éstas los gobiernos central y regionales, con criterios comunes en la toma de decisiones. Garantizar el derecho a una alimentación adecuada requiere de un enfoque holístico que combata la inseguridad alimentaria articulando estrategias de acceso a la alimentación, pero que aborde también las causas estructurales. Además, no se puede olvidar que los niños, niñas y adolescentes son un grupo de población con especial vulnerabilidad y, su interés superior ha de ser respetado, sin posicionamientos benéficos sino desde el enfoque de sus derechos (Picornell-Lucas, 2019); pues, sin duda, la igualdad de oportunidades en el acceso a alimentos nutricionales será garantía de su bienestar.

3. La vuelta a la escuela en “burbujas” de los niños y niñas de Reino Unido⁵

A finales de enero de 2020 se registraron los primeros casos de Covid19 en Gran Bretaña, (British Foreign Policy Group, 2020). Los casos crecían rápidamente en las primeras semanas de marzo, pero el gobierno decidió contra las orientaciones de la OMS a no implementar la cuarentena sino promover la “inmunidad del rebaño” (Ghosh, 2020). Luego, en un gran giro político, el gobierno británico ordenó la cuarentena nacional a partir del 23 de marzo, debido al modelo del epidemiólogo británico Neil Ferguson, del ‘Imperial College

⁵ Esta sección del artículo se trata de la experiencia de seguridad alimentaria producida por la pandemia de Covid19 en Gran Bretaña. La narrativa se basa mayormente en las reflexiones y memorias personales de la autora -ciudadana británica y profesora de Ciencias Sociales (Trabajo Social) en la Universidad de Liverpool Hope en Inglaterra.

COVID-19 Response Team' de la Universidad de Londres, que estimó que si no se implementaban restricciones sanitarias inmediatas más de 200,000 habitantes perderían sus vidas y el Servicio Nacional de Salud (NHS) no podría soportar el número de casos críticos.

La cuarentena duraría cuatro meses, hasta el primero de junio, y el gobierno comenzó a levantar las restricciones sanitarias y los niños y niñas regresaron en fases a la escuela en las llamadas 'burbujas', para reducir el contacto entre ellos y minimizar la transmisión del virus. Los escasos casos entre los niños indicaron que había un riesgo mínimo para los escolares y se reconocía que la educación digital no recompensó la calidad y experiencia de la enseñanza, lo cual tendría efectos significativos y prolongados para el desarrollo de los niños durante la pandemia y para la igualdad en la salud en el futuro (MARMOT et al., 2020). Además, la educación realizada por las familias perjudicó a los niños, y aquellas familias de menos recursos o con un mayor número de hijos, que no contaba con acceso al internet y/o no tenía suficiente equipaje adecuado. Por esas razones, el gobierno definió que los escolares de primaria y secundaria deberían seguir asistiendo a clases durante la segunda cuarentena desde inicios de noviembre hasta las vacaciones de Navidad debido a una segunda ola grave del virus, con un mayor número de personas muertas que en la primera ola, superando las 65,000 – uno de los peores perfiles nacionales a nivel mundial. Lo que demuestra un pésimo manejo político del virus en Gran Bretaña, que ha tenido y tendrá mayores impactos para los más vulnerables de las clases trabajadoras, las comunidades negras y las minorías étnicas, las mujeres y las familias que viven en la pobreza y con hijos menores de edad.

Durante la primera cuarentena, solamente los niños escolares 'más vulnerables' podían asistir a la escuela, pues se reconoció como un lugar estable y de seguridad donde además recibían los 'almuerzos escolares gratis'. Durante el periodo de austeridad, el número de niños y niñas más vulnerables que recibían los almuerzos escolares ha aumentado.

En 2019, Philip Alston, Relator de Derechos Humanos de Las Naciones Unidas, publicó un informe sobre ‘La Pobreza Extrema y Derechos Humanos en Gran Bretaña’ (ONU, 2019). Dicho informe criticó las políticas de austeridad del gobierno británico y en especial los ajustes del nuevo sistema de beneficios de ‘Universal Credit’ introducido en 2016. Este sistema que junto los diferentes beneficios en un solo beneficio mensualmente tardó varios años en implementarlo, dejando a los beneficiarios, durante semanas y meses sin poder recibir recursos para atender sus necesidades básicas. El sistema también empeoró las condiciones de pobreza por implementar sanciones económicas arbitrarias y punitivas con reducción de beneficios trasladados a los beneficiarios y el valor de los beneficios sociales también disminuyó.⁶

En 2017, el gobierno limitó el beneficio para niños incluido en el Universal Credit a los dos hijos mayores de la familia. Esta política no solo ha contribuido a la extrema pobreza de niños, sino también ha influido a 56% de mujeres a tomar la decisión de aborto, y la reducción del gasto de familias en alimentos (BUTLER, 2020). No debería sorprender que durante la pandemia el gobierno británico votó en contra de extender el programa de almuerzo y desayunos escolares gratis, aunque luego lo revocó bajo una gran presión política en el Parlamento y la indignación pública.

A pesar de que los supermercados permanecían abiertos durante la cuarentena, sin tener ingresos o recursos para comprar alimentos, las personas que tenían un contrato inestable de ‘cero horas’ o que perdieron sus empleos y, tenían que depender de los bancos de alimentos. Eso contribuyó al incremento en el reparto de cajas de mercadería de 843,655 entre abril y setiembre de 2019 a 1,239, 399 en el mismo periodo de 2020 (TRUSSELL TRUST, 2020). ‘Fareshare’, una organización que enfrenta la inseguridad alimentaria y el ‘desperdicio’ de alimentos trabajando con los grandes supermercados, también distribuyó alimentos para organizaciones independientes o

⁶ Véase al ‘Beveridge Report’.

voluntarios que se entregaban comidas preparadas a las familias afrontando la seguridad alimentaria durante la pandemia.

4. El fervor de los comedores populares en Perú

En Lima, las ollas comunes surgieron en las zonas periféricas de la ciudad con la prolongación de la cuarentena y como respuesta al hambre debido a la falta de acceso a los alimentos y de cualquiera posibilidad para las madres, sobre todo, a poder alimentar a sus hijos e hijas. El hecho de no tener acceso a una refrigeradora también criminalizó a las personas que necesitaban salir a la calle para conseguir alimentos. Los que emprendieron las ollas comunes en sus propios barrios, salieron con regularidad a pedir alimentos de los mercados.

El Estado también apoyo a las ollas comunes y en setiembre 2020, 'el Ejecutivo anunció que destinaba veintidós millones de soles para las ollas comunes del país, siendo transferidos a las respectivas municipalidades'; pero, hasta noviembre este apoyo económico no había llegado (a todas) (IDEELE, 2020a). Según una trabajadora social vinculada a las ollas comunes en el sur de Lima 'El objetivo es que estas ollas comunes se conviertan en comedores populares, que tengan cocinas y que ya no tengan que cocinar con leña' (IDEELE, 2020b). Sin embargo, esto genera preguntas sobre la relación de las ollas comunes con el Estado y también su relación con los actuales comedores populares. ¿Cuáles son las implicancias para la participación ciudadana y democrática, y la igualdad de género y de niños para familias que ya viven y vivirán en las condiciones de inseguridad alimentaria y pobreza extrema? (Véase a FAO y CELAC, 2020)

Los actuales comedores populares tienen una larga historia en Perú desde fines de los '70 y los años ochenta cuando se formaron para resistir al hambre y la desnutrición en la hiperinflación producida por la crisis económica y la violencia política de Sendero Luminoso y las fuerzas armadas (THORP, 2009). Las madres se los organizaron para poder alimentar a sus hijos como necesidades prácticas y urgentes. Una

gran proporción de los comedores populares autogestionarios de los '80 seguían funcionando y a fines de la década comenzaron a organizar talleres de educación, alfabetización, y salud pública y organizar marchas por más recursos. Al inicio se llamaba la 'Propuesta por propuesta' que luego se ha convertido en la 'Propuesta por propuesta sin respuesta' como protesta al silencio recibido del primer gobierno de presidente Alan García (1985-1990). Asimismo, 'tomaron conciencia del carácter político y la fuerza movilizadora a la que podía apelar para conseguir se respeten sus demandas' (PORTILLA SALAZAR, 2013, p.39).

Durante la cuarentena la opción del Estado fue repartir un 'bono' de 360 soles a los individuos con mayores necesidades, en vez de seguir financiando a los comedores populares según la presidenta de un comedor popular entrevistada, aunque muchas familias que participaban en el comedor no recibieron tal bono, incluida la presidenta y su familia. Los comedores populares tampoco recibían donaciones alimentarias del 'Banco de Alimentos de Perú (BAP)' o de una organización no-gubernamental que se entregaron a veces a las ollas comunes (Entrevista 1 y Idéle, 2020a). Todo el apoyo que los comedores populares solían recibir del poder público terminó durante la pandemia, y a pesar de aplicar digitalmente en varias ocasiones para fondos dedicados a eliminar la desnutrición infantil, la pobreza, y la inseguridad alimentaria, no recibió respuesta favorable hasta el presente, explicó la Entrevistada 1.

El comedor popular⁷ es un espacio comunal e íntimo donde se fortalecen las relaciones sociales entre las familias, las niñas y niños del barrio, y no un lugar solamente para comer, destacó la presidenta (Entrevista 1). Durante la cuarentena, las puertas del comedor popular se cerraron, pero no dejó de funcionar. La población dependía del

⁷ El comedor tiene 23 años de creación y cuenta con la misma presidenta desde esa fecha. Los socios solían juntar dinero entre ellos para comprar y cocinar los alimentos en un sistema de rotación y almorzaban todos juntos en el ambiente. Organizaban, eventos especiales para las niñas y niños como chocolatadas por navidad o polladas para las familias celebrar el día de la madre, por ejemplo.

comedor y mucho más durante la pandemia. ‘Son las madres solteras que han sido las golpeadas’ y que se han quedado desempleadas, aunque mayormente trabajaban en el sector ‘informal’, dijo la presidenta. Son madres solteras que salieron a buscar trabajo, pero cuando no encontraban se fueron a trabajar en casas particulares como domésticas, dejando a sus hijos en la casa de su barrio. El comedor popular tuvo un papel importante entonces para alimentarlos y cuidarlos a los hijos e hijas de madres solteras. Por otro lado, el comedor ha perdido socios porque muchos viajaron a buscar trabajo o consiguieron uno que los ocupa por mucho tiempo, como por ejemplo el trabajo doméstico en casa particular para las madres solteras.

Si antes el comedor preparaba almuerzos para 150 personas diariamente, con menos recursos y socios ofrecía 4 ó 5 menús para 120 personas por día, entre las 8 a.m. y las 3 ó 4 de la tarde durante la cuarentena (Entrevista 1). Las madres con sus mandiles y con mascarillas cocinaban en ollas grandes que dejaban encima de dos mesas fuera del comedor, a donde la gente comparecía para recoger su menú y llevar a casa o llevar a la gente de mayor edad, a las personas que se habían contagiado, o tenían que aislarse bajo las medidas de seguridad sanitaria. El valor por almuerzo era dos soles, pero los ofrecían gratuitamente a las personas de menores recursos.

5. Las burbujas solidarias de las ollas comunes en Chile

Esta parte del estudio trata de las respuestas a la creciente inseguridad alimentaria en la región Metropolitana de Santiago de Chile. La información fue recogida en entrevista con la coordinadora de la municipalidad de la comuna periférica y sureña de Pudahuel que cuenta con 230,293 habitantes (Entrevista 2), así como con otra entrevista con la presidenta de una ‘junta vecinal’ en Puente Alto, comuna más grande de la región Metropolitana de Santiago con 568,106 habitantes (Entrevista 3).

La coordinadora en Pudahuel es responsable de 9 personas que realizan visitas de ‘acompañamiento’ a las familias (según el programa

de ‘Chile Solidario’) que son identificadas como las ‘más vulnerables’. Durante la pandemia, 80 ollas comunes surgieron en Pudahuel, y sin ningún subsidio de la estatal. Los vecinos del barrio se organizaron y pidieron alimentos en los mercados y prepararon comidas colectivas de arroz y papa en ollas grandes. Los consumidores son de clase media; gente que no está acostumbrada a la inseguridad alimentaria y que no tiene conocimientos ni experiencias prácticas que les sirvan para saber cómo ahorrar la comida limitada u organizar una cocina colectiva de platos económicos. Por eso muchas - pero no todas las ollas comunes durante la pandemia - se organizaron por los vecinos del barrio, con experiencia de afrontar la pobreza e inseguridad alimentaria.

Chile mide la ‘vulnerabilidad’ por el sistema Chile Solidario y uso de ‘la ficha’ de 5 niveles, según el oficial de registro social de hogares. Todos los ciudadanos llenan la ficha para acceder a las protecciones sociales en este país y solamente 40% de los ‘más vulnerables’ están cualificados para recibir la protección y sus servicios sociales. Es requisito carecer de una casa, educación, trabajo estable y tener varios hijos; o sea no poder alcanzar la cobertura de las necesidades básicas. La mayoría de los chilenos aparece en nivel más alto (40% a 50%, 50% a 60%, o uno más arriba) y dependen de la educación y la salud de la municipalidad porque se privatizaron los servicios y sólo un 5% de la clase élite de Chile puede alcanzar los costos de la educación particular o asistir a una clínica privada (Entrevista 2).

El apoyo del Estado al incremento de la inseguridad alimentaria en Santiago llegó tarde y fue inadecuado a las necesidades de afrontar tal situación causada por la pandemia, dijo la coordinadora. La primera ‘caja de mercadería’ llegó en el mes de mayo y las cajas fueron repartidas por vivienda a los de mayor de edad y a los que no podían salir de la casa debido a las restricciones sanitarias. Las primeras cajas contenían verduras y productos para necesidades primarias, cajas ‘estándar’ que no tomaban en cuenta las necesidades como pagar el gas o necesidades primarias para las personas

diabéticas o pañales para los niños o personas de mayor de edad (Entrevista 3). El 13 de julio de 2020 hubo una segunda entrega de cajas dedicadas para 3 millones de familias (Bonos del Gobierno, 2020). La segunda caja fue mejor, pues contenían ropas de niños que habían crecido mientras que las familias no tenían cómo ni dónde comprar ropas nuevas durante la pandemia. Contenían también preservativos para promover la salud familiar (Entrevista 3). En el reparto de la primera caja no se tuvo en cuenta el número de personas de cada vivienda, que puede ser como promedio de 15 a 17 personas, según la presidenta de Puente Alto. La segunda caja fue para seis personas y había la posibilidad de pedir otra si fuera para una vivienda con más habitantes. Eso fue todo el apoyo que estas poblaciones recibieron hasta el noviembre (Entrevista 3).

Por iniciativa de la presidenta de la junta directiva en Pudahuel al ver el aumento de la pobreza y la inseguridad alimentaria de sus vecinos, junto con la falta de apoyo adecuado del Estado, organizó una cocina colectiva desde el primer día de marzo al que lo llamó ‘el almuerzo de solidario’, un nombre ‘más digno’ que una olla común que se asocia con la pobreza, conforme explicó. Los almuerzos solidarios se iniciaron con 6 personas (incluyendo la presidenta) y cocinaban para 100, siempre con preferencia para los adultos mayores, personas enfermas y los menores de edad. Se expandió por la pandemia y en el momento más urgente de la crisis hacían 800 almuerzos diarios en un barrio de aproximadamente 1200 habitantes. Cabe mencionar, como la coordinadora advirtió, la distinción entre las actuales ollas comunes que se organizaron entre los vecinos del barrio y los ‘comedores solidarios’, bajo la dictadura, y también los ‘comedores comunitarios’, bajo la Iglesia católica que además recibieron donaciones de la iglesia durante la pandemia (VATICAN NEWS, 2020).

La razón de nominar a la cocina colectiva de Pudahuel ‘el almuerzo de solidario’, nos parece que fue por el nombre dado a los ‘comedores solidarios’. Según afirmativa de la presidenta al tratar

sobre las marchas previstas en el centro de Santiago para protestar por el sistema de pensiones, (a pesar del voto que aprobó la reforma de la constitución chilena que duraba desde la dictadura de 78% y 22% votos en contra)⁸.

El 18 de octubre de 2019, hubo el estallido en Chile, donde millones de ciudadanos salieron en protesta, y desde todas las partes del país marcharon por Santiago. Comenzó con la subida por 30 pesos del pasaje escolar en el Metro que fue ‘la última gota’, pero no cesaron marchas para protestar por la desigualdad producida por un Estado estructurado por una política-economía neoliberal que ha creado la actual y creciente brecha social entre una poderosa élite empresarial y los demás de la clase media y de la clase trabajadora.

6. Familias vulnerables en burbujas tensionadas y activas en el Brasil

La alimentación es uno de los derechos humanos que deben ser atendidos para la propia reproducción. En 1988 Brasil estableció que “son derechos sociales la educación, la salud, la alimentación, el trabajo, la habitación, el transporte, la recreación, la seguridad, la previdencia social, la protección a la maternidad y la infancia, la asistencia a los desamparados en la forma de la Constitución”. (Art 6º Constitución/1988 rectificada por Enmienda Constitucional 90/2015) Traducción y marca nuestra.

Por lo tanto, existe desequilibrio con la naturaleza por la existencia de agricultura monocultural, concentradora, contaminadora por agrotóxicos y transgénicos. El crecimiento de grandes empresas de comercialización que influyen las cadenas de supermercados ejerce un papel preponderante en la cultura, producción, distribución y el propio consumo de los alimentos que ha llevado a la adquisición de hábitos de productos industrializados, ultra procesados y con menor valor nutricional, afectando largamente a la salud de la población.

⁸ Mientras apoyó las protestas por la reforma del sistema de pensiones, la presidenta no aceptó que hubiera problema con la constitución (de la dictadura) sino el ‘mal manejo’ de los políticos de los gobiernos en los años de ‘postdictadura’.

En este cuadro de inseguridad sanitaria, se estima en el mundo 72 millones de niños, niñas y adolescentes en edad escolar afectados por el cierre de escuelas que impide el aprendizaje correspondiente, lo que significa estancamiento educacional. (Banco Mundial, 2020). Destaque importante, si consideramos que la escuela es el lugar donde los estudiantes realizan ingestión alimentar, la principal o única comida diaria en muchos casos. “El hecho de que más de la mitad de los niños del mundo se vean afectados por la pobreza de aprendizajes es inaceptable, por lo que no podemos seguir impartiendo educación de la manera en que lo hemos hecho hasta el momento...”. (Banco Mundial, 2020). Esto quiere decir, formar a los niños y niñas, futuro de los países en desarrollo en situación de hambre empeorado por el coronavirus.

Son más de 8,8 millones de personas en situación de extrema pobreza, los que invisibles, antes de la pandemia se tornarían objeto de atención para las políticas sociales gubernamentales debido a la desigualdad y la emergencia causada por el Covid19. Las recomendaciones de aislamiento social o la orden de quédate en casa para la población que posee un déficit de 7,9 millones de habitaciones correspondiente al 14,9% de la población del total de domicilio, (IPEA, 2020) es controversia como el lávate las manos en lugares donde no llega el agua. Este escenario llevó al gobierno brasileño a efectuar la entrega de los alimentos para las familias con niños y niñas en edad escolar. Es decir, ingredientes de la merienda escolar para que los estudiantes pudieran consumir en sus domicilios, generando mayores gastos imprevistos a las familias (como adquisición de gas, por ejemplo). En algunos casos las clases han ocurrido, de manera remota, con la adquisición de *chips* de telefonía móvil para el acceso a internet, entre otras dificultades como la falta de equipamientos digitales.

A pesar de esta situación, no ha habido retorno presencial a las clases en las escuelas públicas, sean éstas por ausencia de infraestructura suficiente de las medidas sanitarias como el distanciamiento social o por el temor de adquirir el virus al salir de los domicilios para

las escuelas, ocasionando, por lo tanto, una pérdida del año escolar que debe ser retomada solo el 2021, con la aplicación de la esperada vacunación contra el virus.

Todavía, cabe registrar la transferencia de renta de emergencias establecida por el gobierno en abril al conceder apoyo a los trabajadores informales, autónomos o desempleados, inicialmente hasta tres meses, con el valor de 600 mensuales y hasta 1200 reales para mujeres jefes de familia, lo que contribuyó a la sobrevivencia de esta población vulnerabilizada en situación de impedimento para la ejecución de sus actividades laborales. Frente a la situación de continuidad de la emergencia sanitaria, el gobierno amplió el plazo hasta 31 de diciembre de 2020, pero redujo el valor a 200 reales por mes, dejando por lo tanto sin perspectiva de soporte financiero para 2021. Coyuntura que ciertamente exigirá enormes desafíos para el trabajo social.

7. Conclusiones

Las respuestas frente al hambre y la inseguridad alimentaria y el desempleo y subempleo producido por la pandemia de Covid 19 en las zonas urbanas analizadas nos ha mostrado las diferencias y semejanzas entre las formas de organización entre y dentro de los países y sus relaciones con el Estado y las políticas actuales e históricas. Nos permite una mirada paralela para analizar las redes y políticas del sistema de alimentos en varios estados con sus propias historias y experiencias de ajustes estructurales e implementación de políticas neoliberales en un momento de crisis global y compartido de (supuesta) transición desde la pandemia a la ‘post-pandemia’ de Covid-19. Esta mirada enfatiza las consecuencias y características parecidas de los impactos de la pandemia sobre las familias, las mujeres, las madres solteras, los niños, niñas y adolescentes de poblaciones excluidas. Se reconoce que hay un aumento de pobreza y de pobreza extrema en las zonas urbanas anotadas, así como su vinculación a un precario sistema neoliberal y ecológico que nos

afecta a todos por la cadena del suministro de alimentos, objeto de este artículo. Un sistema jerárquico de género, clase, ‘raza’/etnicidad y edad que, en los países revisados, no provee las mínimas protecciones sociales para jubilados, mayores de edad, adultos desempleados y subempleados, niños, niñas y adolescentes que afrontan un futuro de mayor inseguridad y pobreza extrema y una alta probabilidad de experimentar la desnutrición infantil actual y durante la fase post-pandemia. En definitiva, para garantizar el derecho a una alimentación adecuada se necesitan políticas activas de inclusión social con modelos colaborativos de gestión entre los gobiernos y los movimientos sociales que aborden las causas estructurales, sin posicionamientos caritativos.

Referencias

ALTO COMISIONADO CONTRA LA POBREZA INFANTIL. *La transmisión intergeneracional de la desigualdad en España*. Documento breve nº 16. 2020. Disponible en: <https://www.comisionado-pobrezainfantil.gob.es/es/db016-la-transmisi%C3%B3n-intergeneracional-de-la-desigualdad-en-espa%C3%B1a>

BANCO DE ALIMENTOS PERÚ. 2020 Disponible en: <https://banco-dealimentosperu.org/nosotros/>

BANCO MUNDIAL. *Comunicado de prensa diciembre 02, 2020* Debido a la pandemia de COVID-19, 72 millones de niños más podrían verse afectados por la pobreza de aprendizajes, 2020.

BONOS DEL GOBIERNO. *Segunda entrega de Cajas de Alimentos llegará a 3 millones de familias*. Bonos del Gobierno. 13 jul. 2020. Disponible en: <https://bonosdelgobierno.com/segunda-entrega-de-cajas-de-alimentos-llegara-a-3-millones-de-familias/>

BRASIL. Legislação. *Portal da Legislação. Serviços Sociais COVID-19*. Disponible en: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/imagens/servicos-essenciais-covid-19>. Acesso em: 11 Nov 2020.

_____. *Constituição Federativa de 1988*.

BRITISH FOREIGN POLICY GROUP. *COVID-19 Timeline*. 2020. Disponible en: <https://bfp.org.uk/2020/04/covid-19-timeline>

BUTLER, P. Two-child benefit cap influencing women's decisions on abortion, says BPAS. *The Guardian*. 2020. Disponible en: <https://www.theguardian.com/society/2020/dec/03/two-child-limit-on-benefits-a-key-factor-in-many-abortion-decisions-says-charity>

CÁRITAS . *Consulta sobre el impacto de la COVID-19 en las Cáritas Diocesanas de toda España*. 2020 Disponible en: <https://caritas-web.s3.amazonaws.com/main-files/uploads/2020/06/Avance-Encuesta-impacto-Covid19-Caritas-22.06.2020.pdf>

EUROPEAN FOOD BANK FEDERATION. *European Food Banks today: commitment, creativity and openness to change*. 2020. Disponible en: https://lp.eurofoodbank.org/wp-content/uploads/2020/10/FEBA_Report_Survey_COVID_Sept2020.pdf

FONDO DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA INFANCIA - UNICEF. *COVID-19: Impacto en la pobreza y desigualdad en niñas, niños y adolescentes en el Perú Estimaciones 2020-2021*. Lima, Perú: Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia, 2020.

GHOSH, P. *Coronavirus: la “inmunidad del rebaño”, por qué cientos de científicos critican la estrategia del gobierno británico ante el covid-19*. *BBC News*. 5 mar. 2020. Disponible en: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-51893620>

IDÉELE. *Comités anti Covid y ollas comunes en Lima Norte: Autoorganización popular contra la pandemia*. *Revista Idéele*. 2020a. Disponible en: <https://www.revistaideele.com/2020/11/18/comites-anti-covid-y-ollas-comunes-en-lima-norte-autoorganizacion-popular-contrala-pandemia/>

_____. *Ollas comunes en tiempos de Covid 19*. *Idéele*. 2020b. Disponible en: <https://www.idl.org.pe/ollas-comunes-en-tiempos-de-covid-19/>

MALGESINI, G. et al. *Fund for European Aid to the Most Deprived Programme (FEAD) Impact Assessment in Spain*. Madrid: Cruz Roja Española, 2018.

MARMOT, M. et al. *Health Equity in England: The Marmot Review 10 years on*. London: Institute of Health Equity. 2020. Disponible en: <https://doi.org/10.1136/bmj.m693>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – OCDE. *Niños pobres en países ricos: por qué necesitamos medidas de política*. Nota de política pública sobre el bienestar de los niños. París: OCDE Publishing, 2018. Disponible en <http://www.oecd.org/els/family/Poor-children-in-rich-countries-Policy-brief-2018.pdf>

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA ALIMENTACIÓN Y AGRICULTURA – FAO; COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS Y CARIBEÑOS, CELAC. *Seguridad Alimentaria bajo la Pandemia de COVID-19*. Santiago: FAO, 2020. Disponible en: <https://doi.org/10.4060/ca8873es>

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. *Asamblea General “Visita a España. Informe del Relator Especial sobre la extrema pobreza y los derechos humanos”*, A/HRC/44/40/Add.2 (21 abr. 2020). Disponible en: <https://undocs.org/es/A/HRC/44/40/Add.2>.

PICORNELL-LUCAS, A. *La realidad de los derechos de los niños y de las niñas en un mundo en transformación*. A 30 años de la Convención. 2019. *Direito e Práxis*, vol. 10, nº. 02, p. 1176-1191. Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Brasil. DOI: 10.1590/2179-8966/2019/40095.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS - PNUD. *Agenda 20-30 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS)*. 2015. Disponible en: <https://www.who.int/topics/sustainable-development-goals/es/>

_____. *Desiguales*. Orígenes, cambios y desafíos de la brecha social en Chile. Santiago de Chile: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2017.

_____. *Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights on his visit to the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland*. 2019. Disponible en: <https://undocs.org/A/HRC/41/39/Add.1>

_____. *Asamblea General “Visita a España. Informe del Relator Especial sobre la extrema pobreza y los derechos humanos”*, A/HRC/44/40/Add.2 (21 abr. 2020). Disponible en: <https://undocs.org/es/A/HRC/44/40/Add.2>.

RED EUROPEA DE LUCHA CONTRA LA POBREZA. *El estado de la pobreza*. Seguimiento del indicador de pobreza y exclusión social en España 2008-2019. Madrid: EAPN, 2020.

SAVE THE CHILDREN. *Infancia en reconstrucción*. Medidas para luchar contra la desigualdad en la nueva normalidad. 2020. Disponible en: <https://www.savethechildren.es/actualidad/informe-infancia-en-reconstruccion>

THORP, R. *Collective Action, Gender and Ethnicity in Peru: a case study of the People’s Kitchens Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity (CRISE) Working Paper*, Nro. 67, jun. 2009. University of Oxford. Disponible en: <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08b7b40f0b652dd000cde/workingpaper67.pdf>

TRUSSELL TRUST *Mid Year Stats*. 2020. Disponible en: <https://www.trusselltrust.org/news-and-blog/latest-stats/mid-year-stats/>

VATICAN. Caritas Chile apoya a 300 comedores gracias a la solidaridad de empresas. *Vatican News*, 11 ago. 2020. Disponible en: <https://www.vaticannews.va/es/iglesia/news/2020-08/caritas-chile-apoya-300-comedores-con-donaciones-de-empresas.html>

Da institucionalidade da política à atuação dos conselheiros no nível de rua: uma análise da política de proteção à infância e adolescência no Brasil (1988 - 2018)

Kathleen Angulo¹
Daniel Vazquez²

1. Introdução

Criado em 1991 pela lei nº. 8.242, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) é a instância máxima no tocante aos direitos da criança e do adolescente, de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no artigo 88 da lei no 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por mais que seja a instância máxima em relação aos direitos infanto-juvenis, não há uma hierarquia entre o CONANDA e os demais Conselhos dos direitos da criança e do adolescente, e sim níveis de atuação diferentes, já que os entes federados são autônomos entre si. Dessa forma, ao lançar uma resolução, o CONANDA não está tornando obrigatório o cumprimento do texto, e sim recomendando aos demais Conselhos determinado assunto. Tal desenho é uma aposta na comunicação e articulação entre os Conselhos dos diversos níveis, contudo, se não há uma adequada frequência de relacionamento e conhecimento das decisões, a aposta pode abrir espaço para atuações bastante distintas dos Conselhos Tutelares que atuam “na ponta” e que lidam com diversas demandas. A pouca força regulatória gera diferentes entendimentos sobre a atuação dos agentes locais, abrindo espaço para atuações discricionárias.

¹ Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Instituição de vínculo: Ipsos Moçambique. São Paulo, Brasil. E-mail: kathleenf.angulo@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UNICAMP. Professor da UNIFESP, departamento de Ciências Sociais. Guarulhos, Brasil. E-mail: dvazquez@unifesp.br

Esse arranjo institucional envolvendo a experiência do ECA, o papel regulador do CONANDA e a execução da política pelos Conselhos Tutelares passou e passa por um lento processo de consolidação. O ECA concebeu os Conselhos Tutelares como instrumentos estratégicos para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Para tanto, determinou a existência de, pelo menos, um Conselho em todos os municípios brasileiros, com o apoio da prefeitura e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) local para sua estruturação e manutenção. Também preconizou os Conselhos como uma forma de participação diferente dos conselhos gestores, uma vez que os conselheiros tutelares são membros da sociedade civil, eleitos diretamente, os quais vão, dentro das possibilidades, dialogar e fiscalizar o próprio Estado para fazer valer a prioridade a crianças e adolescentes.

Também é importante destacar que, de acordo com o ECA, a política para a criança e o adolescente deve ser municipalizada, o que, por um lado, permite aos municípios atuarem de acordo com sua própria realidade, mas, por outro, permite distorções e contravenções, tais como municípios que ainda não implementaram seu Conselho Tutelar³, além de distintas realidades a nível nacional. Nesse sentido, a falta de uma regulação mais incisiva abre espaço para diferentes entendimentos e aplicações, bem como para uma maior discricionariedade da ação dos agentes da política, em especial dos conselheiros tutelares.

Conforme Lotta (2015), abre-se espaço para a adaptação das políticas e ações independentemente da maneira como foram formuladas. Segundo a autora, que estudou os agentes municipais de saúde, os elementos que influenciam essa capacidade de adaptação das burocracias são: i. a falta de clareza nos objetivos das políticas; ii. as regras ambíguas ou mal formuladas; iii. o alto número de agentes

³ De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), em 2015, o Brasil tinha 5.956 conselhos tutelares instalados em 5.559 municípios. Somente seis municípios não tinham conselhos instalados.

governamentais ou de organizações envolvidas na implementação; iv. as diferenças de valores; v. os conflitos vivenciados pelos próprios implementadores, entre outros (LOTTA, 2015, p.260).

Tal discussão também está por trás do trabalho dos conselheiros tutelares, agentes locais de implementação da política da infância e adolescência. Na medida em que o ECA definiu as diretrizes nacionais de atuação local, mas não garantiu mecanismos suficientes que garantissem um padrão de atuação e as resoluções/recomendações do CONANDA não apresentam a força regulatória para moldar o comportamento dos agentes locais, o desenho da política apostou suas fichas na atuação sobretudo do CMDCA como norteador do trabalho dos conselheiros tutelares. No entanto, é questionável se somente o CMDCA vem garantindo a aplicação dos princípios da política. Por esse motivo, a implementação da política da infância e da adolescência leva a que os elementos elencados por Lotta (2015) se efetivem, abrindo espaço para o exercício da discricionariedade.

Para testar essa hipótese, o presente artigo analisará as resoluções do CONANDA referentes ao papel dos Conselhos Tutelares e à formação dos conselheiros, com o intuito de ampliar as exigências técnicas para o exercício da função. Pretende-se verificar se essas novas regras moldam as decisões dos conselheiros tutelares ou se persiste um elevado grau de discricionariedade na tomada de decisão, diante da ausência de regras claras para sua atuação, utilizando o conceito de burocracia de nível de rua para compreender melhor a atuação dos conselheiros tutelares na implementação da política.

2. A atuação e a formação dos conselheiros, segundo as diretrizes do CONANDA

A formação dos conselheiros, ao longo dos anos, passou a ser objeto de maior atenção por parte das legislações. Se o ECA previa a necessidade de formação, mas de uma forma não específica, uma série de resoluções posteriores do CONANDA buscaram

especificar as exigências técnicas para o exercício do cargo. Nesta parte, faremos uma análise das novas normativas, a fim de verificar se existe uma tendência de sobreposição do caráter técnico, de um lado, e se as novas regras são capazes de moldar os comportamentos dos conselheiros tutelares.

A resolução 112/2006 reforçou a necessidade da formação continuada e apresenta, de maneira estratégica, os atores que dela devem participar, bem como os temas pertinentes que garantam um bom desempenho para a garantia, defesa e promoção dos direitos de crianças e adolescentes. Em seguida, a resolução 139/2010 estabeleceu que a formação continuada dos conselheiros deve estar prevista na Lei Orçamentária Local, uma novidade nos termos das diretrizes. A referida resolução também mantém o veto à utilização do Fundo da Criança e do Adolescente para implantação ou manutenção do Conselho Tutelar, exceto se for utilizado na formação e qualificação dos conselheiros tutelares para o exercício de suas funções.

De modo geral, a resolução 139/2010 é a que apresenta o maior número de inovações desde o texto do ECA. Ela, inclusive, atualiza várias das diretrizes da resolução 75/2001, como, por exemplo, os critérios para criação de um Conselho Tutelar. A resolução 139/2010 segue com a recomendação de no mínimo um Conselho Tutelar por município, mas preconiza que deverá haver um Conselho Tutelar para cada 100.000 habitantes.

Essa resolução também é a primeira a estabelecer critérios para a distribuição dos CTs nos municípios. Dessa forma, os municípios ficaram orientados a distribuir os equipamentos de defesa de direitos infanto-juvenis de acordo com a configuração geográfica e administrativa da localidade; a população de crianças e adolescentes; a incidência de violações de direitos de crianças e adolescentes e de acordo com os indicadores sociais. Nesse ponto, a resolução demanda dos municípios certa estratégia e uso de informações para o estabelecimento dos Conselhos.

Em caso de ausência de dotação orçamentária específica para a implantação e manutenção do Conselho Tutelar, o referido texto abre espaço para que mais atores e agentes interpelem o poder público para o provimento dos recursos. Assim, fica dada ao CT, ao CMDCA ou a qualquer outro cidadão a possibilidade de requerer ao Poder Executivo, Legislativo e Ministério Público as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Especifica também a vinculação administrativa pertinente aos Conselhos: preferencialmente ao órgão da administração municipal e, na inexistência deste, ao gabinete do prefeito ou do governador, no caso do Distrito Federal.

No que tange aos requisitos para candidatura no processo de escolha do Conselho Tutelar, observa-se uma mudança no caminho de restringir os requisitos. A resolução 75/2001 estabeleceu critérios mais restritivos que o ECA, fato que foi invalidado pela resolução 88/2003, a qual fez com que os critérios para candidatura se tornassem iguais ao do ECA. Contudo, a resolução 139/2010 manteve os requisitos básicos (reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos de idade, residir no município e preencher os requisitos expressos na lei local) e adicionou os seguintes itens: i. experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; ii. formação específica sobre o ECA, sob a responsabilidade do CMDCA local; iii. comprovar conclusão do ensino fundamental e iv. ser aprovado em prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo CMDCA (desde que prevista em lei local).

Equilibrar as dimensões de participação popular e qualificação do conselheiro é um desafio apontado por Tatagiba (2005). Para a autora, que estudou o caso dos conselhos de políticas setoriais, uma saída interessante é a manutenção do amplo acesso ao cargo de conselheiro atrelado a investimentos na qualificação continuada desses profissionais. Os critérios de seleção para a candidatura dos conselheiros e a

capacitação oferecida aos eleitos seriam, portanto, dois pontos fundamentais na legitimação do Conselho Tutelar enquanto órgão do poder público, porque garantem à figura do conselheiro maior conhecimento técnico, possibilitando o empoderamento necessário a uma intervenção na esfera pública com qualidade e eficácia, sem abandonar o princípio da ampla representatividade social.

Nesse sentido, notamos a existência de uma tensão entre a natureza das normas estabelecidas pelo ECA e daquelas advindas pela Resolução 139/2010 do CONANDA. Enquanto o Estatuto prioriza a ampla participação da população na função de conselheiro, a Resolução estabelece critérios mais restritivos, priorizando a participação de pessoas com experiência prévia na promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Sendo o Conselho Tutelar um órgão de participação popular no poder público, a discussão que se coloca é o impasse que os dois parâmetros legislativos geram, na medida em que o ECA atrela à candidatura dos conselheiros a representação política em ações envolvendo a área da infância e juventude, o engajamento cívico e uma cidadania ativa, enquanto a Resolução 139/2010 do CONANDA visa a trazer à função membros com qualificação na área, priorizando a profissionalização dos conselheiros e restringindo, assim, o universo de indivíduos que poderiam se candidatar ao cargo. Como também a Resolução 139 manteve o critério da Resolução de 75 de que os candidatos ao Conselho Tutelar preencham os requisitos expressos na lei local, uma série de critérios podem ser estabelecidos nos diferentes municípios, critérios estes que muitas vezes não se alinham à realidade local.

Outro ponto importante da resolução 139/2010 é a abordagem da articulação dos Conselhos. Segundo o texto, cabe aos CTs articular em ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. Articular junto

às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e CMD-CA, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário. Em conjunto com o CMDCA, o CT deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância do seu papel.

Para facilitar a visualização dos pontos elencados pelo trabalho nas diferentes legislações, foi elaborado o Quadro 1⁴. De acordo com esse quadro comparativo, fica ilustrado que muitos pontos das resoluções expedidas pelo CONANDA não foram trazidos pelo ECA, assim como muitos pontos presentes nele foram especificados nas resoluções posteriores.

Por sua vez, as resoluções posteriores à 139/2010 dedicaram-se ao estabelecimento de diretrizes sobre o processo de escolha dos conselheiros tutelares. Como exemplo, a resolução 152/2012, que estabeleceu as diretrizes para o processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em território nacional. O texto da resolução apresenta normas que orientam a transição para o modelo de escolha unificada, esclarecendo as diversas situações que poderiam ocorrer antes da data estabelecida.

O texto delimita a data do processo de escolha unificado para um ano após as eleições presidenciais. Dessa forma, o processo de escolha para os conselheiros tutelares em todo território nacional será sempre no ano subsequente ao ano eleitoral, com a posse em janeiro do ano próximo, com o mandato de quatro anos e permitida uma recondução.

Aqui, encerramos a análise do Estatuto da Criança e do Adolescente e das resoluções expedidas pelo CONANDA para os Conselhos Tutelares. A partir da compreensão dos documentos normativos, pudemos entender melhor qual o papel, lugar, atribuições, composição e outros itens relativos a esse “novo” órgão de defesa da criança

⁴ É importante salientar que o quadro comparativo não esgotou as possibilidades de comparação entre os três textos. Sua comparação foi realizada de modo a fornecer mais clareza nos pontos mais destacados pelo nosso estudo, além do que foi elaborado somente a partir dos textos do ECA, da Resolução 75 e da Resolução 139, não contemplando, portanto, as outras resoluções.

e do adolescente. Outro objetivo também era compreender as mudanças definidas ao longo dos 28 anos de promulgação do Estatuto, e pensar de que forma essas orientações normativas impactam na realidade dos Conselhos e na atuação dos conselheiros tutelares na implementação da política.

Quadro 1 – Quadro comparativo do Estatuto da Criança e do Adolescente, da resolução 75/2001 e da resolução 139/2010 do CO-NANDA

	ECA	RESOLUÇÃO 75/2001	RESOLUÇÃO 139/2010
Critérios para a criação de um Conselho Tutelar	Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.	Deverá haver um Conselho Tutelar para cada 200.000 habitantes do município ou do distrito.	A cada 100.000 habitantes. Para cada região, circunscrição administrativa ou microrregião

Crítérios de distribuição dos Conselhos Tutelares nos municípios ou no Distrito Federal	Não há referência	Não há referência	Configuração geográfica e administrativa da localidade; número da população de crianças e adolescentes; incidência de violação de direitos de crianças e adolescentes e indicadores sociais violação de direitos de crianças e adolescentes e indicadores sociais
Requisitos para candidatura ao Conselho Tutelar	Reconhecida idoneidade moral; idade superior a 21 anos e residir no município.	Reconhecida idoneidade moral; idade superior a 21 anos de idade; residir no município; dispositivos na lei local que observe o princípio da defesa do melhor interesse da criança e do adolescente; domínio do vernáculo e experiência na área.	Reconhecida idoneidade moral; idade superior a 21 anos de idade; residir no município; preencher requisitos expressos na lei local; experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente; formação específica sobre o ECA, sob a responsabilidade do CMDCA local; comprovar conclusão do ensino fundamental; ser aprovado em prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo CMDCA (desde que prevista em lei local).
Articulação e mobilização do Conselho Tutelar	Não há referência	Não há referência	Articular em ações para o estrito cumprimento de suas atribuições de modo a agilizar o atendimento junto aos órgãos governamentais e não governamentais

			<p>encarregados da execução das políticas de atendimento de crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. Articular junto às Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Judiciário e CMDCA, de modo que seu acionamento seja efetuado com o máximo de urgência, sempre que necessário. Em conjunto com o CMDCA, o CT deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância do seu papel.</p>
<p>Acesso aos registros do Conselho Tutelar</p>	<p>Não há referência</p>	<p>Não há referência</p>	<p>Garantido de forma restrita ao Ministério Público e à autoridade judiciária, resguardado o sigilo perante terceiros. Aos demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do CT que lhes digam respeito, ressalvadas as informações que coloquem em risco a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança ou adolescente, bem como a segurança de terceiros.</p>

Fonte: elaboração própria.

Em suma, apreendemos que o ECA concebeu os Conselhos Tutelares como instrumentos estratégicos para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Para tanto, determinou a existência de, pelo menos um, Conselho em todos os municípios brasileiros, com o apoio da prefeitura e do CMDCA local para sua estruturação e manutenção. Também preconizou os Conselhos como uma forma de participação diferente dos conselhos gestores, uma vez que os conselheiros tutelares são membros da sociedade civil que vão, dentro das possibilidades, dialogar e fiscalizar o próprio Estado para fazer valer a prioridade a crianças e adolescentes. Também vimos que, de acordo com o ECA, a política para a criança e o adolescente deve ser municipalizada, o que, por um lado, permite aos municípios atuarem de acordo com sua própria realidade, mas, por outro, permite distorções e contravenções, tais como municípios que ainda não implementaram seu Conselho Tutelar, além de distintas realidades a nível nacional.

Através da análise dos textos expedidos pelo CONANDA, é possível questionar se tais documentos são conhecidos e observados pelos atores da política pública da infância e da adolescência, sobretudo os implementadores da política, os conselheiros tutelares. Isto fica ainda mais sobressalente no caso dos Conselhos Tutelares que não têm proximidade com o CMDCA, uma vez que esta é a instância deliberativa de políticas públicas no município. Nesse sentido, essa falta de uma regulação mais incisiva abre espaço para diferentes entendimentos e aplicações, bem como para uma maior discricionariedade da ação dos agentes da política, em especial dos conselheiros tutelares como burocratas de nível de rua, com influência sobre a forma de oferta e os resultados da política.

Conforme demonstrado por Vazquez (2012, p.70), nas políticas sociais de educação e saúde, o princípio constitucional de atuação descentralizada “[...] *não era autoexecutável, era necessário introduzir novas regras para estimular a descentralização e induzir os municípios a assumirem e ampliarem a oferta descentralizada das políticas sociais*

[...]”. Nesses termos, ao definir as diretrizes para um padrão nacional de atuação executado localmente, as políticas devem incluir mecanismos suficientes que garantam um padrão mínimo de atuação. Caso contrário, conforme demonstrado por Lotta (2015), abre-se espaço para a adaptação das políticas e ações independentemente da maneira como foram formuladas.

Tal discussão está por trás do trabalho dos conselheiros tutelares, agentes locais de implementação da política da infância e adolescência. Na medida em que o ECA definiu as diretrizes nacionais de atuação local, mas não garantiu mecanismos suficientes que garantissem um padrão de atuação e as resoluções/recomendações do CONANDA não apresentam a força regulatória para moldar o comportamento dos agentes locais, o desenho da política apostou suas fichas na atuação sobretudo do CMDCA como norteador do trabalho dos conselheiros tutelares. No entanto, é questionável se somente o CMDCA vem garantindo a aplicação dos princípios da política. Por esse motivo, a implementação da política da infância e da adolescência abre espaço para o exercício da discricionariedade, conforme será abordado na seção seguinte.

3. O papel dos conselheiros tutelares a partir do conceito de “burocratas de nível de rua” (street level bureaucracy) na implementação de políticas públicas

A literatura sobre burocracia tem um marco importante no trabalho de Max Weber (1974) sobre a nova forma de dominação que ele chamou de “racional-legal”. Diferentemente da dominação tradicional e carismática, essa nova forma de administração caracterizava-se pela aplicação das leis. Dentro desse escopo teórico, a burocracia, conceito importante para a compreensão do modelo do autor, designa um quadro de funcionários que, organizados dentro de uma forma específica e submetidos a normas de conduta também específicas e determinadas, exerceriam autoridade legal.

O sociólogo alemão, nesse sentido, visualiza o aparato burocrático como campo do domínio racional-legal, não havendo (e não devendo haver, de acordo com Weber) espaço para o intento político, sendo este uma atitude não pertencente ao domínio técnico, o qual deveria relegar as paixões e os julgamentos ao domínio da política.

Com o surgimento de novos trabalhos sobre o tema, os estudos foram aproximando a política do campo burocrático e aprofundando o conhecimento sobre os tipos de burocracia. Segundo Lotta (2015), para avançar na compreensão da relação entre Estado e sociedade civil traçada pelos burocratas, é importante diferenciar os estratos da burocracia. Os burocratas no “topo” da burocracia são os atores que ocupam os altos cargos, geralmente cargos comissionados. Estes estão mais próximos dos representantes eleitos pela população (vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e presidente) e mais próximos das escolhas partidárias. No meio, encontra-se a categoria de burocratas de médio escalão (BME), figuras que se localizam no campo intermediário entre o alto escalão – o gabinete da política pública - e o baixo escalão – a ponta da política. Cavalcante e Lotta (2015) ressaltam que esta categoria costuma ser invisível para os estudos e para a população, mas é formada por atores relevantes e imprescindíveis. Os burocratas de baixo escalão (*street level bureaucracy*) representam o mais baixo estrato da política, estando em contato direto com a população atendida.

Agora, como a literatura interpretou a militância/engajamento dos atores que constituem o Estado, ou seja, os burocratas? A prática acima descrita (ativismo no interior do Estado) por servidores públicos é conhecida por ativismo institucional. Abers e Tatagiba (2014) pontuam que o termo se refere a práticas de servidores que ingressam na burocracia com o objetivo de contribuir em agendas ou projetos políticos postos em cena por movimentos sociais. Já a contribuição de Abers (2015) para o estudo do ativismo institucional reside em demonstrar que os burocratas ativistas não têm, necessariamente, vínculo com a

participação direta em movimentos sociais. Por mais que o burocrata ativista possa ter alguma identificação com o movimento social em si e/ou com alguma pauta de um movimento social, sua relação não é necessariamente orgânica. Dessa forma, Ferreira (2016) descreve o ativista institucional ou o burocrata ativista como aquele servidor público que pratica o ativismo institucional com o mínimo de regularidade.

Para delimitar o uso do termo, Pettinicchio (2012) estabelece que os burocratas ativistas não são apenas reativos, e sim proativos em relação às pautas levantadas por movimentos sociais. De modo geral, fica condicionado que os burocratas ativistas são indivíduos que utilizam sua discricionariedade e seus valores para provocarem mudanças no interior das instituições. Contudo, o traço distintivo de um burocrata ativista de um burocrata com atitudes ocasionais de cunho reativo seria a intencionalidade de sua militância. De acordo com Ferreira (2016, p. 63), “*para que um servidor seja considerado um ativista institucional suas ações devem ser dirigidas no sentido de promover projetos políticos ou sociais com natureza pública ou coletiva, independentemente de ele ter ou não vínculos formais com movimentos sociais*”.

Os burocratas de rua (*street level bureaucracy*) também podem pôr em prática sua discricionariedade no sentido de “*promoverem projetos políticos ou sociais com natureza pública ou coletiva*” (FERREIRA, 2016, p. 63). A categoria de ativismo institucional, não deve se restringir, portanto, ao meio e ao topo da pirâmide dos estratos da burocracia.

O trabalho de Lipsky (1980) é um marco para os estudos que ampliam o entendimento do papel dos burocratas de nível de rua. Lipsky reconhece o papel dos burocratas enquanto implementadores das políticas públicas, desenvolvendo o conceito de *street-level bureaucracy*. Apesar de, no Brasil, haver uma quantidade limitada de trabalhos na área, é fundamental a tese de Lotta (2010) sobre os agentes comunitários de saúde. A autora estuda como as ações são colocadas em prática e quais são os fatores que influenciam na mudança de rumos e nos resultados das políticas públicas, sendo, no caso estudado, o Programa Saúde da Família (PSF).

Nesse sentido, um interessante escopo de análise vem sendo desenvolvido quanto ao caso da implementação das políticas públicas. Já faz parte das análises a incorporação do conceito de discricionariedade⁵, com a busca pela compreensão da ação e da interação realizada pelos implementadores com o objetivo de analisar a ação efetiva do Estado, uma vez que os implementadores o representam e por ele respondem. São os implementadores que representam a “porta de entrada” aos serviços do Estado por parte dos cidadãos.

Os burocratas de nível de rua são considerados de baixo escalão e representam a face mais tangível da política pública para os cidadãos. São eles que estão em constante contato com os usuários dos serviços, são eles que incorporam os procedimentos da política pública e os traduzem aos usuários, exercendo discricionariedade e autonomia. Fazem parte deste estrato professores, assistentes sociais, policiais, agentes comunitários de saúde (LOTTA, 2015) e conselheiros tutelares, como defendemos, ainda que estes últimos tenham um tempo restrito de mandato e sejam eleitos pela população local.

No caso dos conselheiros, são eles que representam a faceta mais palpável da política pública da infância e da adolescência no contato direto com os cidadãos. Eles que realizam o atendimento e acionam a rede de proteção de acordo com a demanda, podendo inclusive representar contra o poder público se este não cumpre seu papel na primazia dos direitos infanto-juvenis. Mesmo que individualmente um conselheiro tutelar não seja próximo de algum movimento social, suas ações podem reverberar na promoção de projetos políticos ou sociais com natureza coletiva.

Nesse sentido, defendemos que os conselheiros tutelares são burocratas de nível de rua e de que é possível analisá-los na perspectiva da burocracia ativista. Dado o caráter híbrido de suas funções e a novidade

⁵ Segundo Lotta (2015), é importante, contudo, distinguir os conceitos de discricionariedade de autonomia. Enquanto a segunda refere-se a uma certa liberdade para tomar decisões, a primeira diz respeito à margem de atuação que um burocrata tem para fazer escolhas sobre um curso de ação ou inação, fundamentada na lei.

histórica em termos de proteção social, logicamente o esforço teórico para tal empreendimento torna-se mais complexo. O problema é que justamente essa capacidade dos Conselhos em promoverem mudanças coletivas é insuficiente, de acordo com a literatura específica da área, na medida em que os Conselhos têm focado sua ação em atendimentos individuais em detrimento de projetos políticos.

4. Conclusão

Enquanto nova instituição na arena da gestão social, o Conselho Tutelar formula e sustenta um produtivo debate sobre o papel de órgãos gestores regidos pela participação direta dos cidadãos, contribuindo para a consolidação da democracia brasileira. Todavia, a constituição da efetiva autonomia de tais Conselhos pode apresentar ainda alguma fragilidade quando comparada à de outros órgãos e mecanismos historicamente consolidados na administração pública brasileira. Nascimento e Scheinvar (2007) mostram que, por mais que os Conselhos estejam compostos por representantes de movimentos sociais e entidades, a participação dessas pessoas, muitas vezes, se restringe às atividades rotineiras e não às ações deliberativas de interesse público. O resultado, assim, é a geração de práticas que tendem a trazer para o âmbito privado (individual/ familiar) problemas que têm origem em questões públicas (política), com incorporação de práticas e discursos típicos do Poder Judiciário.

Nesse sentido, os atuais Conselhos apresentam, ainda, alguma dificuldade de romper com os antigos modelos institucionais nos quais se subordinavam ao poder público, como era o caso dos Conselhos de Assistência e Proteção dos Menores, que tinham a função de auxiliar o juiz de menores e seus comissários de vigilância. Ainda que a diferença entre os Conselhos de Assistência e Proteção dos Menores e os Conselhos Tutelares e de Direitos esteja alicerçada na disparidade entre os paradigmas da situação irregular dos primeiros e o da proteção integral dos segundos, percebe-se que antigas práticas se perpetuam, o que constitui um dos principais

desafios colocados ao exercício das atividades dos conselheiros tutelares e de direitos e ao desempenho efetivo do papel democrático e democratizante desses Conselhos.

Como defendemos no artigo, os conselheiros tutelares podem ser analisados sob o prisma da burocracia de nível de rua, pois são eles que representam a face mais tangível da política pública para os cidadãos. Todavia, a falta de uma regulação incisiva sobre a política de proteção à infância e adolescência abre espaço para a adaptação das políticas e ações independentemente da maneira como foram formuladas, possibilitando que, no exercício de sua discricionariedade, os conselheiros tomem as decisões de acordo com seus princípios e valores individuais.

Através da análise dos documentos balizadores da atuação dos Conselhos, encontramos que os requisitos para candidatura ao Conselho Tutelar foram ficando mais restritivos ao longo do tempo, com idas e vindas entre uma Resolução e outra. Além disso, tais requisitos podem ser moldados pelas leis locais, o que, por um lado, permite que os municípios adaptem os critérios de acordo com suas próprias realidades, mas que também os estipulem de maneira descolada do contexto local, destoando o ideal do ECA de ampla participação popular. O ECA e as Resoluções posteriores do CONANDA também criam outros parâmetros de funcionamento, mas abrem espaço para diferentes aplicações dentre os diferentes municípios, e até mesmo dentro de um mesmo Conselho.

O aumento da exigência de conhecimentos técnicos e de dedicação exclusiva pode ser interpretado como uma tendência de maior profissionalização dos conselheiros tutelares. Contudo, embora o movimento se justifique no sentido de assegurar a qualidade do atendimento prestado a crianças e adolescentes em situação de ameaça ou violação de direitos, pode resultar também num processo de elitização dos conselheiros, já observado nas pesquisas relativas aos conselhos gestores (também denominados de conselhos de políticas

públicas). O processo de elitização pode comprometer a participação popular e comunitária nas ações de justiça social, dentre as quais se situa o Conselho Tutelar.

Por fim, ressalta-se que, apesar da política para a infância e adolescência estar desenhada e orientada pelo ECA e pelas resoluções do CONANDA que a seguem, sua efetividade se dará através do contínuo fortalecimento dos Conselhos, como atores fundamentais que são no SGDCA, que deve ser o foco de atuação das lideranças democráticas do poder público e da sociedade civil empenhadas na garantia da proteção integral de crianças e adolescentes.

Referências

ABERS, R. N. Ativismo na burocracia? O médio escalão do Programa Bolsa Verde. In: CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. S. *Burocracia de Médio Escalão: Perfil, Trajetória e Atuação*. Brasília: ENAP, 2015, p. 143-176.

ABERS, R. N.; TATAGIBA, L. Institutional Activism: Mobilizing for Women's Health from Inside the Brazilian Bureaucracy. In: ROSSI, F. M.; VON BÜLOW, M. (orgs.). *Social Movements in Latin America: New Theoretical Trends and Lessons from a Mobilized Regions*. Londres: Ashgate, 2014.

ABERS, R. N.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a Experiência na Era Lula. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 57, n. 2, 2014, p. 325-35.

CAVALCANTE, P.; LOTTA, G. S. *Burocracia de Médio Escalão: Perfil, Trajetória e Atuação*. Brasília: ENAP, 2015.

FERREIRA, D. D. *Burocratas Ativistas: as Práticas de Ativismo Institucional dos Analistas Técnicos de Políticas Sociais (Políticas Públicas)*. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2016.

LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. Nova York: Russel Sage Foundation, 1980.

LOTTA, G. S. *Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

_____. *Burocracia e Implementação de Políticas de Saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

PETTINICCHIO, D. *Institutional Activism: Reconsidering the Insider/Outsider Dichotomy in Social Movements*. Washington: Sociology Compass, 2012.

SCHEINVAR, E.; NASCIMENTO, M. L. do. De como as práticas do Conselho Tutelar vêm se tornando jurisdicionais. *Aletheia*, Canoas, n. 25, jan./jun. 2007. p.152-162.

TATAGIBA, L. Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, pp. 209-213, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200017&lng=en&nrm=isso>. Acesso em 11 mar. 2017.

VAZQUEZ, D. A. *Execução Local sob Regulação Federal: os impactos da LRF, Fundef e SUS nos municípios brasileiros*. 1. ed. São Paulo: Annablume/ Fapesp, 2012. v. 1. 294p.

WEBER, M. A política como vocação. A ciência como vocação. In: GERTH, H. H.; WRIGHT MILLS, C. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

Esta coletânea traz ao debate público um conjunto inquietante de questões que vem configurando a esfera da acumulação capitalista na contemporaneidade, expressas na reestruturação produtiva ultraneoliberal. Tal reestruturação é caracterizada por inovações tecnológicas que intensificam a exploração do trabalho gerando desemprego ou subemprego, eliminando postos de trabalho, excluindo trabalhadores do mercado formal e ampliando o trabalho precarizado e “uberizado”. Por consequência destas mudanças, vemos a extinção de conquistas sociais dos trabalhadores na medida em que a ordem capitalista avança na mundialização e financeirização da economia, provocando grandes impactos no assalariamento, na “questão social” e nas políticas sociais, âmbito privilegiado da intervenção profissional do assistente social.

O contexto atual de redefinições das relações sociais expressa uma crise estrutural do capital que avança continuamente, em seu caráter predatório e na banalização da vida, impondo ao Estado um conjunto de iniciativas e o desenvolvimento de políticas públicas que se tornam cada vez mais monetarizadas, focalizadas, seletivas e condicionadas. Alguns resultados desta crise são facilmente observáveis, a exemplo, podemos citar a imensa concentração de riqueza e poder ao lado da tragédia da pobreza da classe trabalhadora, expressa no crescimento das massas descartáveis sobretantes e sem proteção. Na base estruturante desta conjuntura, temos uma regressão conservadora, caracterizada pela crescente naturalização da desigualdade, pelo acirramento dos preconceitos, do racismo, da homofobia, do feminicídio, da criminalização dos pobres e pretos e dos movimentos sociais.

A partir deste quadro, três experientes professoras da UNIFESP, Claudia Mazzei Nogueira, Renata Gonçalves e Sônia Nozabielli, enfrentaram, com competência, o desafio de organizar esta coletânea com um conjunto de autores que, com suas análises, nos ajudam a decifrar os dilemas e desafios postos ao Serviço Social nestes tempos adversos, que se complexificam e agravam em meio aos impactos mundiais da pandemia do coronavírus, que escancara a lógica devastadora da ordem capitalista contemporânea sob a hegemonia financeira.

Em síntese, estamos diante de um livro instigante e mobilizador, escrito com paixão, pela defesa da vida, com dignidade e na busca das possibilidades do Serviço Social, no difícil contexto em que a profissão trava múltiplos embates e desenvolve ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas diversas dimensões, por dentro das Políticas Sociais e, especialmente, no contexto das lutas sociais.

Maria Carmelita Yazbek



A coletânea *Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social* destaca-se, dentre outros aspectos, por três que considero fundamentais. O primeiro é a densidade explicativa sobre os fundamentos estruturais das contradições atuais do capitalismo que, em razão de suas perversas formas de exploração, tão dramaticamente atingem o conjunto da vida social. Esta posição se fundamenta em uma leitura crítica do real e permite indicações de grande relevância, visando a construção de respostas às demandas da classe trabalhadora contrapostas ao conservadorismo e à barbárie dominantes no tempo presente.

O segundo é a coerência teórico-metodológica mantida ao longo dos capítulos, que estabelece, a partir da centralidade do

trabalho, a relação entre movimentos e políticas sociais. Tal abordagem viabiliza o trânsito entre as particularidades das formações societárias e os espaços cotidianos, ultrapassando análises que fragmentam a realidade e cindem a relação dialética entre as esferas econômica, social e política.

Por fim, o terceiro aspecto é a competente articulação teórica da perspectiva adotada pelo Serviço Social nos textos da coletânea e suas expressões em diferentes âmbitos, que vão desde a renovação da profissão no Brasil às questões sobre formação profissional, também passando pela apreensão arguta sobre os espaços sócio-ocupacionais em diversos setores da política social.

Vera Maria Ribeiro Nogueira
Universidade Católica de Pelotas/
Universidade Federal
de Santa Catarina